COMPÊNDIO

DA

HISTÓRIA DA IGREJA

POR

FREI DAGOBERTO ROMAG, O. F. M.

LENTE GERAL DE HISTÓRIA ECLESIÁSTICA

III VOLUME

A IDADE MODERNA

N I H I L O B S T A T
FR. MARIANO WINTZEN O. F. M.
CENSOR. PETROPOLI, DIE 4. OCTOBRIS 1941.

I M P R I M A T U R
FR. MATTHAEUS HOEPERS O. F. M.
MIN. PROV. PETROPOLI, DIE 4. OCTOBRIS 1941.

I M P R I M A T U R
POR COMISSÃO ESPECIAL DO EXMO. E REVMO. SR. BISPO DE NITERÓI, D. JOSÉ PEREIRA ALVES. PETRÓPOLIS, 13 DE OUTUBRO DE 1941. FREI ÁTICO EYNG, O. F. M.

PREFÁCIO

Com grande satisfação e com gratidão para com Deus posso, finalmente, apresentar o terceiro e último volume do *Compêndio da história da Igreja*.

Ele trata da idade moderna, principiando com a pseudo-reforma protestante e terminando com os acontecimentos que em nossos dias agitam o mundo. E' o tempo do individualismo, tempo de contínuas lutas contra a Igreja, contra o cristianismo e contra a religião. Mas de todas as lutas saiu e sairá triunfante a Igreja de Cristo. O papado é e será sempre o rochedo inabalavel no meio das tempestades.

De especial interesse são os capítulos que tratam da fundação e do ulterior desenvolvimento da Igreja em nossa terra. Todos os que entendem um pouco da historiografia e da nossa história, sabem com quantas dificuldades o historiador tem de lidar. Procurei apresentar com a maior exatidão possivel os fatos mais importantes, enquanto o permite a brevidade dum manual.

Não posso deixar de exprimir neste lugar a minha mais sincera gratidão a todos quantos, de algum modo, me ajudaram na confecção do compêndio, seja pela bondade com que o censuraram, chamando, às vezes, a minha atenção a este ou àquele ponto, omitido no manuscrito ou menos bem formulado, seja pela revisão do texto, seja pela correção das provas.

Praza a Deus que este volume seja aceito com a mesma benevolência como os dois anteriores.

Petrópolis, 8 de dezembro de 1941.

ABREVIAÇÕES MAIS FREQUENTES

AAS — Acta Apostolicae Sedis
AASS — Acta Sanctorum, ed. Bollandus et socii
AF — Analecta Franciscana
ASS — Acta Sanctae Sedis
BC — Bullarium Ordinis Minorum Capuccinorum
BPP — Bullarium Patronatus Portugalliae
BR — Bullarium Romanum, ed. Taurinensis
CG — Hefele, Conciliengeschichte, Cont. por Hergenroether
DB — Denzinger-Bannwart, Enchiridion symbolorum, definitionum et declarationum de rebus fidei et morum, ed. 14ª-15ª (Umberg)
FB — Funk-Bihlmeyer, Kirchengeschichte
FSt — Franziskanische Studien
GL — Grisar, Luther
GH — Grisar-Heege, Kampfbilder
HCP — História da colonização portuguesa do Brasil
HFB — Romag, História franciscana no Brasil
HJG — Historisches Jahrbuch der Goerresgesellschaft
HK — Hergenroether-Kirsch, Handbuch der Kirchengeschichte
Lortz — Lortz, Geschichte der Kirche
LThK — Buchberger, Lexikon fuer Theologie und Kirche
MQ — Mirbt, Quellen zur Geschichte des Papsttums und des roemischen Katholizismus
Pallav. — Pallavicini, Historia Concilii Tridentini
Pastor — Pastor, Geschichte der Paepste
QR — Macedo, Questão Religiosa
Rayn. — Raynaldi Annales Ecclesiastici
RC — Revista de Cultura
RCEB — Revista do Centro de Estudos Bandeirantes
RDM — Revue des Deux Mondes
REB — Revista Eclesiástica Brasileira

RIH — Revista do Instituto Histórico e Geográfico.
RP — Rocha Pombo, História do Brasil
SQ — Schwammborn, Kirchengeschichte in Quellen und Texten
StML — Stimmen von Maria Laach
StZ — Stimmen der Zeit
VP — Vozes de Petrópolis
Wad. — Waddingus, Annales Fratrum Minorum
ZkTh — Zeitschrift fuer katholische Theologie, Innsbruck

IDADE MODERNA

DESDE A PSEUDO-REFORMA ATÉ HOJE (1517-1940)

VISTA GERAL

1. Os fundamentos da idade moderna foram lançados no período da baixa idade média. Os tempos medievais eram dominados pelo objetivismo e pelo universalismo, harmonia admiravel entre a Igreja católica e a cultura. A estas forças centripedais opuseram-se, cada vez mais sensivelmente, as forças centrifugais do individualismo e do subjetivismo. Individualismo e subjetivismo caraterizam a cultura moderna, separada da Igreja e oposta a ela.

2. Esta mudança, religiosa e cultural, realizou-se lentamente. A idade média gerou, por assim dizer, a idade moderna. Esta não é senão a continuação daquela dissolução que se iniciou na idade média e se manifestou, de modo decisivo, pelo afastamento, de largas camadas sociais, da Igreja e pelo combate, sucessivamente, à Igreja, ao cristianismo e à religião.

3. E por que foi possivel tal evolução? Porque a reforma eclesiástica, tantas vezes desejada na idade média, não se realizou a tempo. Em vez da reforma da Igreja no seu chefe e nos seus membros, começou, por isso, no princípio do século XVI, a falsa reforma protestante, antieclesiástica, dolorosa catástrofe que dividiu todo o mundo cristão em duas partes, o catolicismo e o protestantismo.

4. Mas, enquanto no protestantismo o movimento dissolvente se perpetuava pelo igrejismo estadual, pelas seitas numerosas e pela luta anticristã e irreligiosa, a Igreja católica conservou o seu carater universal e divino. E nele achou tambem as forças para uma verdadeira regeneração. Como efetuá-la?

5. A Igreja não se achava, como na antiguidade, fraca em frente de uma cultura poderosa, nem, como no princípio da idade média, forte em frente de povos destituidos de cultura. Embora enfraquecida, estava, contudo, organizada para fazer face a uma cultura autônoma e parcialmente até hostil. Daí surgiram-lhe três tarefas: reforma interna para restabelecer a sua força, defesa contra os ataques e recuperação do que perdera. A Igreja conseguiu realizá-las brilhantemente, embora não pudesse restabelecer a unidade medieval. A regeneração, partindo da Itália e da Espanha, manifesta-se sobretudo na renovação da vida monástica, na atividade reformadora do concílio tridentino, dos papas e de um grande número de santos, na reconquista de uma parte consideravel da Europa e na maravilhosa expansão das missões. E o resultado final de tudo isso é a perfeita concentração eclesiástica no papado.

6. Esta concentração não é, aliás, senão a realização do programa da Igreja antiga e medieval, e é a prova de que Deus lhe dirige os destinos. Sem esta concentração, a Igreja teria deixado de existir nas tempestades da reforma protestante. Teria perdido, nos séculos seguintes, a conciência de sua natureza sobrenatural. E não poderia persistir em nossos dias, vendo-se em oposição a uma cultura atéia, laicizada, eivada de idéias liberalescas, maçônicas e materialistas, em parte até impregnada do ódio dos renegados, que se manifesta abertamente no bolchevismo que se alastra assustadoramente pelo mundo, e não menos perigosamente no néo-paganismo nazista. Ter triunfado de todas as forças infensas, e estar em pleno vigor e progresso agora que as forças diabólicas se organizam para a luta contra Deus, é a mais poderosa apologia da Igreja católica. Nunca a luta foi tão gigantesca, mas tambem a vitória jamais foi tão grandiosa (Lortz).

7. Considerando o **ambiente** histórico desta época, notamos, de logo, uma grande transformação, causada já pela queda de Constantinopla, que separou da Igreja grandes partes do oriente, já pela pseudo-reforma, que diminuiu consideravelmente o ambiente na Europa central, setentrional e ocidental, e ainda pelas descobertas que alargaram inesperadamente os horizontes. Não obstante esta transformação externa, o cenário histórico-eclesiástico continuou, todavia, essencialmente o mesmo do fim da idade média: o ocidente europeu, — porquanto a vida católica das missões não passava de simples irradiação da vida católica da Europa. Os povos das missões foram educados pela Igreja ocidental.

8. Só em nossos dias é que se prepara uma notavel mudança graças à formação dum clero indígena e à sagração de bispos indígenas. E quem sabe se não começa com isso uma transformação incisiva da cultura cristã. Na antiguidade foram as três culturas do Mediterrâneo, judaica, helênica e romana, as que deram ao cristianismo o seu carater. Talvez as Américas estejam destinadas a conservar a cultura ocidental, ou talvez uma das culturas orientais ou qualquer outra tenha que dar algo de novo ao cristianismo, sempre o mesmo essencialmente, mas sempre crescente externamente. Pois a Igreja é essencialmene divina, imutavel, inseparavel do papado, mas não está ligada ao espírito ocidental. A chamada época européia, que dura até hoje, terá quiçá o seu fim (Lortz) no cataclismo que atualmente agita aquele continente.

9. Se, finalmente, considerarmos as diversas **fases** de toda esta evolução, torna-se-nos extremamente dificil dar uma divisão cronológica da idade moderna. Os fatores que a formaram pertencem à idade média, e há quem a faça começar com o humanismo, nos meados do século XV. De fato, sem o individualismo do humanismo, Lutero não poderia ter feito triunfar a sua falsa reforma. No entanto, esta pseudo-reforma com as suas consequências é tão incisiva, que nos sentimos autorizados a fazer começar por ela o novo tempo (cfr. § 2).

10. Mais dificil ainda é achar pontos divisórios no correr da nova idade, porque o seu desenvolvimento se processa

em sentidos os mais variados e, às vezes, diametralmente opostos nos diversos paises. E' verdade, que a paz vestfaliana (1648) e, mais ainda, a revolução francesa (1789) são fatos de grande alcance. Mas a sua importância não afeta por igual todo o cenário histórico. A própria revolução francesa é apenas o resultado do espírito do filosofismo (Aufklaerung), que surgiu no fim do século XVII e no princípio do século XVIII.

E precisamente este espírito esclarecido produziu uma transformação de tal forma incisiva e universal em todo o ambiente histórico, que podemos com justiça estabelecer o ano de 1700 como início duma nova época. Antes dessa data, a cultura era antieclesiástica, mas conservava a fé na revelação; depois tornou-se anticristã e irreligiosa, negando a revelação divina. No meio desta época ergue-se a esfinge da revolução francesa, a qual, se, por um lado, é resultado do espírito esclarecido e anticristão, por outro lado marca o início do movimento antireligioso.

PRIMEIRA ÉPOCA

REVOLUÇÃO RELIGIOSA E CULTURA ANTIECLESIÁSTICA (1517-1700)

I CAPÍTULO

A INOVAÇÃO RELIGIOSA ATÉ MEADOS DO SÉCULO XVI

§ 127. Causas da rápida propagação da pseudo-reforma

11. A revolução religiosa de Lutero, a princípio problema individual, propagou-se rapidamente por toda a Europa central, setentrional e ocidental. Ao cabo de poucos decênios, a Inglaterra, a Escócia e a Escandinávia separaram-se inteiramente da Igreja; a Suissa e a Alemanha pela maior parte. Na França, na Polônia e na Hungria, uma grande minoria imitou-lhes o exemplo. Embora não encontremos razão suficiente de todo este fenômeno, há contudo causas naturais, históricas e psicológicas que, de certo modo, o explicam.

12. Causa predispositiva foi, de um lado, o individualismo dos humanistas e, do outro, a decadência dos costumes que viemos a conhecer no período anterior. Outras são as causas imediatas, internas umas e externas outras. E é nas próprias doutrinas de Lutero que se encontra a primeira explicação da sua força expansiva.

13. Aos sacerdotes e religiosos indignos, aflitos por sacudirem o jugo da disciplina eclesiástica, abria ela as portas da clausura e do celibato mal sofrido. Os leigos e, principal-

mente, os príncipes cobiçavam os bens eclesiásticos que os reformadores lhes prometiam. A clérigos e leigos a reforma oferecia uma doutrina cômoda. O jejum foi abolido, a penitência tambem. A supressão da confissão auricular, a conquista do céu só pela fé, sem o esforço pessoal e sem as boas obras meritórias, eram outros tantos atrativos do novo evangelho. O próprio Frederico II da Prússia escreveu: "Se quisermos reduzir as causas dos progressos da reforma a princípios simples, veremos que na Alemanha foi a obra do interesse, na Inglaterra a do amor e na França a da novidade" (ap. Franca 212, n. 4).

14. Estas causas internas vinham acompanhadas das externas: a habilidade de propaganda dos reformadores e o apoio do poder civil. O largo período medieval de guerras contínuas entre o império e a península italiana, os contrastes políticos entre o papa e o imperador fomentaram, por séculos inteiros, a aversão entre alemães e italianos. Lutero, fino psicólogo, soube habilmente aproveitar-se desta aversão. A revolta contra a supremacia do papa era facil de revestir-se, aos olhos do vulgo, de um carater patriótico, de independência e de exaltação nacional. A baixa ironia, o insulto grosseiro, a sátira deslavada, as calúnias, as caricaturas frívolas e obscenas de Cranach, tudo foi posto a serviço do aviltamento da Igreja e do papado. E a escurrilidade dos escritos de Lutero é tão ordinária, as suas palavras se afundam, às vezes, tanto na obscenidade, que arrancaram ao próprio Zuínglio esta confissão: "Quando leio os seus escritos, parece-me ver um animal imundo a grunhir num jardim de perfumadas flores; tão impuramente, tão pouco teologicamente, com tanta impropriedade fala Lutero de Deus e das coisas sagradas" (ap. Franca 215, n. 1). A hipocrisia e a mentira foram os últimos ardís de que lançaram mão os inovadores. Muitas populações católicas passaram-se para a heresia quasi sem o perceber. A princípio, conservava-se a missa e a aparência do culto exterior. Depois foram-se mutilando as palavras do canon, até que os ânimos se dispusessem a receber toda a nova doutrina.

15. Mas a força motriz de todos estes excessos da propaganda reformista foi o ódio. O ódio, por sua vez, só se sacia no sangue. E o sangue dos católicos, desejava-o Lutero. "A mim me parece que, a continuar esta fúria dos romanistas, já não resta outro remédio senão que imperador, reis e príncipes, com as armas e a violência, assaltem esta peste do mundo e dirimam a questão não com palavras, mas com o ferro... Porque não havemos de agredir com as armas estes mestres da perdição, estes cardiais, estes papas, toda esta sentina da Sodoma romana, porque não havemos de lavar as nossas mãos no seu sangue?" (ap. Franca 220).

16. Como, porém, conseguir estes planos sem a violência da espada civil? Pois, a violência veio e, em toda a parte, implantou, à viva força, a reforma do "livre exame". A liberdade religiosa teve de ceder o lugar ao cesaropapismo pagão (cfr. Franca 209-26).

17. Mas nem ainda assim se explica perfeitamente a difusão rápida da reforma protestante, catástrofe esta, de cujas consequências ainda nos ressentimos em toda a vida eclesiástica, política e social. Podemos indicar algumas causas, mas nunca resolveremos todo o problema. Certo é que nenhuma das causas pode justificar o protestantismo. Era necessária uma reforma, mas não tal reforma anitieclesiástica. Que o movimento tenha tomado este rumo, deve-se a Lutero. Raras vezes um indivíduo exerceu tão poderoso influxo num processo histórico, como este monge de Vitenberga. Daí surge a necessidade de estudar, antes de tudo, o desenvolvimento deste homem sob o aspecto histórico e psicológico.

Franca, A Igreja, a reforma e a civilização, 4. ed. Rio de Janeiro 1934. — *Lortz*, Geschichte der Kirche in ideengeschichtlicher Betrachtung, 2. ed. Muenster 1933. — *Grisar*, Luther, 3 vol., Freiburg 1911-12; 3. ed. 1924-25. — *Grisar-Heege*, Luthers Kampfbilder, 4 vol., Freiburg 1921-23.

§ 128. Martinho Lutero, sua origem e seu desenvolvimento espiritual

18. **Martinho Lutero,** filho do mineiro e camponês Hans Ludher, nasceu aos 10 de novembro de 1483 em Eisleben. No ano seguinte, a família se mudou para Mansfeld, onde Martinho fez seus estudos elementares. Seguiram-se anos de pouca alegria. A severidade dos professores lhe ficou para sempre gravada na alma e não foi favoravel ao desenvolvimento do seu carater. Os pais, excessivamente rigorosos, não cuidavam bastante da instrução religiosa de seus filhos.

Alguma compensação encontrava o menino na igreja, onde aprendeu a estimar a liturgia, particularmente o canto eclesiástico, e a apreciar toda a vida católica. Infelizmente, porém, sua vida religiosa ficou perturbada pela superstição, que reinava na família, como em toda a sociedade da época. Quando o menino contava quatorze anos de idade, os pais o enviaram a Magdeburgo, onde continuou os estudos na escola dos irmãos da vida comum. Já no ano seguinte, passou para a escola de Eisenach. Um benéfico influxo exerceu sobre ele, nesse tempo, o convento dos franciscanos de Eisenach, ao pé do Wartburg.

19. Preparado assim pelo estudo do trívio, entrou, em 1501, na universidade de Erfurt. Alí teve de passar, previamente, pela faculdade de filosofia. O sistema oficial da faculdade era a *via moderna,* o ocamismo. Lutero não conheceu, portanto, a *via antiqua,* a verdadeira escolástica, contra a qual, mais tarde, tão às cegas investiria. No entanto, durante o estudo universitário, evitava, como os seus mestres, os perigos de heresia e indisciplina latentes no ocamismo. Tendo obtido o grau de doutor em filosofia (1505), matriculou-se logo, por vontade do pai, na faculdade de direito.

20. Tristezas e angústias afligiam, a esse tempo, o jovem Lutero. A melancolia do seu carater, fomentada desde a infância pela casa paterna e pela escola primária, criou na sua alma uma atmosfera sombria. Perseguia-o, às vezes, um verdadeiro desespero. Eis, senão quando acontece um fato, que o impele a um passo precipitado. Aos 2 de julho de 1505, voltando de Mansfeld para Erfurt, surpreende-o uma tempestade. Um raio o prostra, e, neste momento, pronuncia, tomado de temor, o voto fatal de abraçar o estado religioso: "Ajudai-me vós, Sant'Ana, quero tornar-me monge" (Scheel 30). O voto, destituido das condições mais necessárias, liberdade e deliberação, não tinha valor algum. Contudo, aos 17 de julho, Lutero entrou no mosteiro de santo Agostinho de Erfurt, contra a vontade de seu pai (Scheel 12; 30; 31).

21. Mas, com a entrada no mosteiro, não entrou a paz na alma do jovem Lutero. Tinha ele um temperamento extremamente nervoso, herança de seus pais (GL I 10 ss.). Os seus mestres e irmãos de hábito não perceberam o seu estado

doentio; ao invés consideraram-no grande esperança para o púlpito e para a cadeira de professor. Durante o ano de noviciado, estudou os estatutos, que João Staupitz, vigário geral da congregação observante na Alemanha, pouco antes, elaborara. Leu tambem, com todo o zelo, a Sagrada Escritura e os escritos de são Bernardo de Claraval e de são Boaventura. E, sob a direção de um bom mestre de noviços, chegou a amar sinceramente a ordem e o recolhimento do claustro. No fim do ano emitiu, pois, os votos solenes com toda a liberdade e deliberação. Já no ano seguinte foi ordenado sacerdote. O pai deu, finalmente, embora a contragosto, o seu consentimento (Scheel 12).

22. Só então se abriram ao jovem religioso as portas da teologia. Infelizmente, não era a doutrina dos grandes corifeus da alta escolástica, nem mesmo a teologia de Gil Romano, mas a escolástica decadente, a que se ensinava no convento de Erfurt. Como na faculdade de filosofia da universidade, assim tambem no estudo teológico dominava o ocamismo. Gabriel Biel, João Gerson, Pedro d'Ailly eram, ao lado de alguns Padres da Igreja, os autores principais que se estudavam. A influência que exerceram sobre o jovem estudante foi antes negativa do que positiva. Mais vivamente o interessava a leitura da Sagrada Escritura.

23. Todavia, não lhe foi dado terminar tranquilamente todo o curso da teologia. Após ano e meio de estudo, foi enviado para Vitenberga (1508), afim de lecionar a ética de Aristóteles. Chamado, pouco depois, novamente para Erfurt, começou a lecionar como sentenciário. Logo nas suas primeiras preleções, revelou-se bastante cheio de si e pouco pacífico. Desprezava os teólogos contemporâneos e chamava de "filósofo rançoso" a Aristóteles, a quem Dante chamara de "il maestro di color che sanno" (Inferno 4, 131). No entanto, nada ainda se acha nas suas primeiras preleções, que faça prever o futuro heresiarca.

O tempo de lazer, empregava-o Lutero para estudar a Sagrada Escritura e os escritos de santo Agostinho. Mas o seu carater inquieto e as suas opiniões preconcebidas não lhe permitiam penetrar ao fundo da doutrina de seu santo fundador. A doutrina de santo Agostinho sobre a graça, a li-

berdade, a justificação e as obras naturais e meritórias, nunca a compreendeu Lutero perfeitamente.

24. No ano de 1510, foi perturbada a paz interna de seu convento. Staupitz projetava uma fusão de todos os conventos augustinianos da província alemã com os da observância. Sete conventos observantes, porém, se opuseram, e era precisamente Lutero quem mais se distinguia na oposição a Staupitz. Os sete conventos enviaram-no a Roma, afim de defender a sua causa na cúria da ordem e do papa. Mas não obteve o desejado sucesso, nem na causa da observância, nem numa causa pessoal, sendo-lhe indeferido o pedido de trocar a cogula regular pela sotaina de clérigo secular.

25. Infelizmente, o relaxamento dos costumes na cidade eterna, a lembrança de Alexandre VI e de seus parentes, o luxo e o mundanismo na côrte de Júlio II, todos esses abusos deixaram na sua alma uma impressão bastante desfavoravel, e lhe deram armas, para lutar, mais tarde, contra o "anticristo" de Roma. Certo é, porém, que a visita de Roma não abalou a sua fidelidade para com a Igreja e o papa (Scheel 79), ainda que facilitasse a crise posterior. Ainda em 1516, pregou sobre o papado num sentido perfeitamente católico (Scheel 313; GL I 25-26).

26. Em fevereiro de 1511, voltou Lutero para a Alemanha. Na questão da observância mudou logo o seu ponto de vista. Staupitz o chamou a Vitenberga, para que se doutorasse em teologia. Talvez fosse este o motivo da mudança. Não vemos outra razão. Mas, para quem conhece o carater de Lutero, a mudança repentina não causa maravilha.

27. Em Vitenberga, o jovem monge começou a pregar nas igrejas da cidade, preparando-se, ao mesmo tempo, para o doutorado em teologia. Doutorou-se em 1512, e, nesta ocasião, fez, segundo o costume, o juramento de fidelidade à Igreja. Mas bem de pressa se esqueceu do juramento, durante as preleções que fez sobre os salmos (1513-15) e sobre as epistolas de são Paulo aos romanos (1515-16), aos gálatas, aos hebreus e a Tito (1516-19). E' sobretudo através destes seus escritos que verificamos o desenvolvimento interno de Lutero. E, todavia, é dificil fazer-se idéia exata de

sua evolução espiritual. Pois, Lutero não é pensador sistemático. Muito pelo contrário, prevalece nele o temperamento, que não raras vezes perde de vista a verdade objetiva. Ao temperamento se une o subjetivismo. E estas são em Lutero as alavancas, que põem em movimento a transformação.

28. Ponto de partida desta mudança foi o ocamismo, que em diversos sentidos, positivo e negativo, exerceu o seu influxo sobre Lutero. Ocam ensinara a possibilidade de uma imputação da justiça (os ocamistas a chamavam aceitação). Lutero estabelece tal imputação como fundamento de sua teologia (Scheel 164), negando a necessidade e até a existência da graça santificante. Os ocamistas concordam, sim, em que seja impossivel provar todas as verdades reveladas pela luz natural da razão. Mas vão além: acham que possa haver verdade teológica que filosoficamente seja erro, sentença esta condenada pelo papa Leão X na constituição *Apostolici regiminis* de 1513 (DB 738). Lutero estabeleceu uma direta oposição entre a fé e a razão. A razão, debilitada pelo pecado original, não é, segundo ele, capaz de conhecer as coisas da fé (Scheel 156). O ocamista Pedro d'Ailly dissera, no tocante à doutrina eucarística, que seria mais facil compreender o mistério da presença de Cristo, se fosse permitido pela Igreja aceitar a teoria da impanação em lugar da transsubstanciação. Lutero, na sua cega oposição à Igreja, nega realmente esta, ensinando aquela (GL I 123 ss.).

29. O ocamismo exerceu tambem um influxo negativo sôbre Lutero. Negligenciava injustamente a Sagrada Escritura e os Padres da Igreja ao fundamentar a teologia; e isto levou Lutero ao extremo oposto: a de ter a Sagrada Escritura, e só a ela como fonte de fé. Além disso, o nominalismo concedia à filosofia e, em particular, à autoridade de Aristóteles um lugar por demais eminente na teologia, o que deu a Lutero mais um motivo de investir contra toda a escolástica. No tocante ao pecado original, o nominalismo ensinara essencialmente a doutrina de Tomaz e de Scoto, restringindo, porém, as suas consequências quanto às forças naturais da alma e considerando-as quasi intatas. Concluindo, pois, que a força natural da vontade basta para cumprir os mandamentos de Deus e salvar-se o homem, negara à graça o lugar que lhe compete na ordem da salvação. A solução católica

e escolástica deste problema reside na harmonia entre a graça e a vontade humana. Lutero, porém, inclinado sempre para os extremos, entendeu resolver o problema pela eliminação ou da graça ou da vontade humana. Opinando pela necessidade duma certeza pessoal da justificação, e experimentando que, mesmo pelos exercícios ascéticos mais exagerados, não lhe era possivel conseguir tal certeza, decidiu-se, em oposição à pretensa opinião escolástica, a eliminar o elemento naturalístico do ocamismo, declarando a vontade humana incapaz de conseguir a justiça (GL I 102 ss.).

30. Nesta idéia o confirmou ainda o seu misticismo. Em 1515, teve em mão os sermões de Tauler que ele apreciava sobremaneira (Scheel 94), e a *Theologia Deutsch*, de cuja publicação se encarregou parte em 1516, e na íntegra em 1518. Estes dois escritos se lhe tornaram guias para mais um passo no caminho errado, porquanto não lhes compreendia o sentido. Quando eles falam da completa entrega do homem a Deus (cfr. Karrer 334 ss), Lutero entende uma absoluta passividade da vontade humana e uma completa ineficácia das boas obras (Scheel 291; 298). E todavia, queixara-se Tauler amargamente daqueles que abusavam dos ensinamentos da mística para se entregar ao quietismo (GL I 133 n. 1). E quando Tauler fala da "noite da alma", em que o servo de Deus se sente afligido pela tristeza espiritual, Lutero o entende da sua própria tristeza espiritual, dos terrores e angústias, que muitas vezes o oprimiam, considerando-se chamado a realizar uma alta missão.

31. Acrescem ainda os muitos trabalhos que tinha, desde 1515, como vigário de um distrito de onze conventos, como pregador e como diretor dos estudos, trabalhos estes que, segundo a sua própria confissão, o impediam quasi sempre de rezar as horas canônicas e de celebrar a santa missa. E, por isso, nada é mais natural do que as tentações violentas de que ele se queixa. Temperamento apaixonado, subjetivismo, teologia obscura, mística mal entendida e disciplina negligenciada, tudo concorreu para criar o reformador que, passo a passo, se aproximava do novo dogma. Enquanto Lutero, durante as suas preleções sobre os salmos — mistura incoerente e superficial de pensamentos morais, filosóficos e teológicos (GL I 59) — ainda pensava católicamente, abs-

tendo-se, ao menos, de pronunciar aberta heresia, o seu comentário sobre a epístola de são Paulo aos romanos assinala uma clara renúncia à fé da Igreja.

32. Sem o necessário preparo para lecionar assunto tão difícil, começou todavia as preleções sobre esta epístola, a mais profunda dentre todas as de são Paulo. E foi, em particular, a sombria idéia que tinha da justiça divina a que produziu a catástrofe.

Lutero tomava primeiro a palavra paulina: "(No Evangelho), a justiça de Deus é revelada pela fé" (Rom 1, 17) no sentido de justiça vingadora de Deus, que quer o pecado, não como tal, mas como ocasião de patentear toda a grandeza da sua ira. A consequência é a predestinação absoluta, não só ao céu, mas tambem ao inferno. Este pensamento despertou na sua alma um verdadeiro desespero. Toda a idade média, desde santo Agostinho, tomara o conceito paulino como justiça sanadora (castigo e prêmio). Lutero, no entanto, refletindo demoradamente sobre o verso, afirma ter achado, finalmente, por inspiração divina, o verdadeiro conexo com o que segue: "O justo, porém, vive pela fé". E desde então, a justiça de Deus lhe é unicamente a misericórdia divina que nos justifica pela fé, e só pela fé (Scheel 35; 242-43).

33. Lutero não apreendeu todo o alcance desta doutrina. Se Deus nos justifica, e só ele, inuteis são o sacerdócio e a hierarquia, o sacrifício, os sacramentos e as indulgências, afinal todo o sistema da Igreja católica. Toda a teoria de Lutero aquí está, em parte já formada, em parte por deduzir:

1) Devido ao pecado original, a natureza humana é essencialmente corrupta; o homem é necessariamente pecador em todos os atos.

2) Por conseguinte, a vontade humana, não é livre e não pode fazer nada para alcançar a justiça e a salvação.

3) A concupiscência não pode ser vencida.

4) A justificação é operada unicamente pela vontade de Deus; as boas obras, sobre serem desnecessárias, são até inuteis e nocivas.

5) A justificação é só exterior. Coberto, aos olhos de Deus, com o manto dos méritos do Redentor, o homem continua, real e intrinsecamente, pecador.

6) Para a justificação, basta a fé na eficácia do sangue divino. Esta fé cobre todos os pecados. Com ela nos apropriamos os merecimentos de Cristo ou, mais exatamente, conseguimos a não-imputação dos nossos pecados. O homem que crê é justo, ainda que cometa os maiores pecados.

A justificação pela fé, a negação da liberdade humana e a certeza pessoal da salvação, eis os pontos centrais da teologia luterana. Lutero mesmo os chamava o "Evangelho". Mais tarde, são tidos como princípio material do protestantismo.

34. Em outubro de 1516, Lutero começou as preleções sobre a epístola de são Paulo aos gálatas e, em 1517, fez seguir outras sobre as epístolas do apóstolo aos hebreus e a Tito. E nestas preleções pronunciou mais claramente ainda as novas teorias. Alguns dos seus irmãos de hábito e outros teólogos se lhe opuseram. Mas a oposição o tornou mais audaz, e, ao mesmo tempo, cresceu tambem o número dos seus admiradores. Carlstadt, a princípio seu adversário, trilhou, em breve, o novo caminho, e até mais decididamente do que Lutero. Nicolau de Amsdorf, Venceslau Link, prior do convento de Vitenberga, e João Lang, prior de Erfurt, colocaram-se igualmente ao lado da inovação. O sucesso impeliu Lutero a verdadeiros excessos de orgulho. E este orgulho, a par de sua desobediência à Igreja, que manteve mesmo depois da condenação das suas doutrinas, foi a sua maior culpa e a mais profunda razão da sua apostasia.

Obras de Lutero, ed. Knaake, Kawerau, etc., Weimar 1883 ss. — *Scheel,* Dokumente zu Luthers Entwicklung, Tuebingen, 1911. — *Grisar,* Luther, 2. ed., 3 vol., Freiburg 1911-12; 3. ed. 1924-25. — A mesma obra resumida num só volume, 2. ed. 1927. — *Denifle,* Luther und Luthertum, Mainz, 1904; 2. ed. 1. p. 1904; 2. p. ed. Weiss, 1906; 2. vol. por Weiss, 1909. — *Denifle,* Quellenbelege: Die abendlaendischen Schriftausleger bis Luther, Mainz 1905. — *Weiss,* Lutherpsychologie, Mainz 1906. — *Strahl,* L'évolution religieuse de Luther jusq'en 1515, Paris 1922. — *Lortzing,* Wie ist die abendlaendische Kirchenspaltung entstanden? Paderborn 1929. — *Lortz,* Geschichte der Kirche, 2. ed. 240 ss. — *Hergenroether-Kirsch,* Handbuch der Kirchengeschichte, 6. ed., 3. vol., Freiburg 1925. — *Pastor,* Geschichte der Paepste IV, Freiburg 1906. — Rica literatura em Hergenroether-Kirsch 364 ss.

§ 129. A luta de Lutero contra as indulgências — Processo eclesiástico contra ele — Disputa de Lípsia

35. O *initium evangelii,* o princípio da pseudo-reforma, deve procurar-se, portanto, no próprio Lutero e na sua nova teologia, e não na sua pretensa vontade de reformar a Igreja, nem na controvérsia sobre as indulgências. Esta foi apenas ocasião e generalizou o movimento da inovação. Num sistema que negava o valor das boas obras e, por conseguinte, o valor da satisfação, não havia mais lugar para as indulgências. Mas, por outro lado, é verdade que na praxe das indulgências se haviam introduzido muitos abusos. Não raras vezes, a indulgência servia apenas de um meio para obter dinheiro. Os chamados questores causavam frequentemente verdadeiros escândalos. Tambem os pregadores e até altas autoridades eclesiásticas não ficaram isentos de graves culpas.

36. Singularmente detestavel é o caso do jovem príncipe Alberto de Brandenburgo. Bispo de Magdeburgo e administrador da diocese de Halberstadt, acumulou, em 1514, ainda o arcebispado de Mogúncia. Para poder reunir em suas mãos os três bispados, teve ele que pagar à cúria romana a quantia enorme de 14.000 e mais 10.000 ducados, que tomou emprestados da família Fugger. Afim de poder solver as dívidas, foi nomeado, comissário-mor, para os seus bispados, das indulgências que Júlio II instituira e Leão X renovara em favor das obras da basílica de São Pedro. O dinheiro assim colhido destinava-se, metade, à fábrica da basílica, metade, ao pagamento das dívidas. Se bem que este comércio não fosse simonia propriamente dita, foi, de certo, motivo de grande escândalo (Pastor IV 1, 227-28). E o caso do arcebispo de Mogúncia não estava isolado.

37. Para pregar a indulgência, Alberto escolheu o dominicano João Tetzel, orador popular, mas teólogo medíocre. Contra a sua pregação ergueu-se Lutero, afixando, na véspera da festa de Todos os Santos de 1517, as célebres **95 teses** na igreja do castelo de Vitenberga (MQ 253-56). A importância destas teses não está na crítica severa aos abusos, crítica que geralmente seria justa. Está, pelo contrário,

na doutrina errônea sobre as indulgências e sobre a jerarquia eclesiástica.

38. Tetzel, embora de carater íntegro, não era exemplo de virtudes; exorbitava, às vezes, as suas afirmações e mercantilizava as indulgências, docil instrumento que era nas mãos de Alberto de Brandenburgo. Ensinava, de fato, se não expressa, ao menos implicitamente, que, para lucrar indulgência plenária pelos defuntos, era dispensavel o estado de graça, bastando a esmola. Lutero nega qualquer relação das indulgências para com os defuntos, nega até o tesouro da Igreja e nega implicitamente o próprio purgatório. Em resumo: Lutero nega em geral o valor das indulgências (tes. 5, 20, 21, 58, 60). Na sua doutrina sobre a jerarquia, Lutero investe contra o magistério e o primado do papa.

39. Tal doutrina não podia deixar de produzir sensação, embora a disputa por ele desejada não se realizasse. Muitos descontentes e, particularmente, os elementos nacionalistas aplaudiram o audacioso doutor de Vitenberga. Mas, em breve, se levantou tambem a reação contra as suas atrevidas asserções. Conrado Vimpina, reitor da universidade de Francfort sobre o Oder, compôs uma série de antiteses, e Tetzel, ajuntando outras 50 teses, defendeu-as e publicou-as (1518). Tratava-se nelas, em sentido ortodoxo, das indulgências, do primado e da infalibilidade do papa. O professor de teologia dr. João Eck de Ingolstadt, ilustre humanista e teólogo, e um dos mais insignes defensores da fé católica, escreveu observações às teses de Lutero. Este respondeu às observações, a que chamou *Obelisci*, com os seus *Asterisci*.

40. Ao mesmo tempo Alberto de Brandenburgo enviou a Roma as 95 teses. O papa Leão X ordenou a Gabriel della Volta, vigário geral dos augustinianos, que procurasse desviar Lutero de seu caminho errado. Della Volta passou a ordem a Staupitz, que, no entanto, não teve vontade de proceder com energia contra o seu favorito. No capítulo da observância que, em 1518, foi celebrado em Heidelberga, Lutero teve por sucessor no cargo de vigário distrital seu amigo João Lang, fato este que equivale antes a uma aprovação do que a uma censura de sua conduta. Teve até a honra de dirigir uma disputa, declarando-se abertamente contra a liberdade da vontade humana e contra a escola antiga. Muitos teólogos o aplaudiram, entre eles o jovem dominicano Martinho Bucer que, mais tarde, se tornaria um dos mais fervorosos admiradores e auxiliares de Lutero.

41. Este, logo em seguida, expôs mais claramente ainda as suas opiniões nas *Resolutiones disputationis de virtute indulgentiarum*, comentário às 95 teses. Lutero as endereçou com uma dedicatória ao papa, atestando com palavras repassadas de humilde submissão a sua fidelidade: "Beatíssimo Padre, prostrado aos pés de tua beatitude, me ofereço com tudo que sou e que possuo. Dá vida ou morte, chama ou revoga, aprova ou desaprova; reconhecerei a tua voz como a de Cristo, que reina e fala em ti. Se mereci a morte, não me recuso a morrer" (Enders, Luthers Briefwechsel, ap. HK III 378, n. 1).

Vêm-lhe de coração estas palavras? Ou são elas refinada hipocrisia? Talvez sejam o reflexo da luta interior que o fazia vacilar entre fidelidade ao papa e a apostasia. Só assim se explica o fato de ele fazer, de um só fôlego, duas declarações contrárias: a de fidelidade e a de insubmissão. E pressentindo, por isso, a sua condenação, escreve logo um livro sobre a eficácia da excomunhão, dizendo que uma excomunhão injusta não pode ter efeito para o excomungado, pois que não pode ser separado da alma da Igreja.

42. O papa instituiu uma comissão, afim de instaurar processo na questão luterana. Foi membro da comissão, entre outros, o mestre do Sacro Palácio, Silvestre Mazzolini O. Pr., natural de Prierio, chamado geralmente Prierias, o qual, sendo incumbido de dar o seu parecer, escreveu o *Dialogus in praesumptuosas Martini Lutheri conclusiones de potestate papae*. O escrito, que não estava isento de exageros e de expressões inutilmente ofensivas (GL I 274), foi enviado a Lutero juntamente com a ordem de comparecer, dentro de 60 dias, à cúria romana ou de retratar-se.

43. Lutero respondeu imediatamente a Prierias, de um modo atrevido, e pediu, ao mesmo tempo, a seu soberano, Frederico, o "Sábio", fosse sua causa processada só na Alemanha. O príncipe-eleitor se achava então na dieta de Augsburgo

(1518), onde se encontrava tambem o legado pontifício, cardial Caetano, Tomaz de Vio de Gaeta O. Pr., um dos mais insignes teólogos de seu tempo, ao qual Frederico declarou não poder consentir na viagem de Lutero a Roma.

44. Afim de acelerar o processo e não contrariar o eleitor, de cujo auxílio se precisava na guerra contra os turcos, Caetano foi incumbido de convidar Lutero a retratar os seus erros numa sessão da dieta (Pallav. I 9). Lutero compareceu em Augsburgo, aos 12 de outubro. As negociações, porém, não surtiram efeito. Caetano exigiu com moderação a retratação de duas teses: a negação do tesouro da Igreja, fundamento das indulgências, e a afirmação de que só a fé dá eficácia aos sacramentos. Lutero, arrogante e obstinado, criticou a bula de Clemente VI sobre o tesouro da Igreja (DB 550-52), que Caetano lhe apresentou, e apelou, ameaçado pela excomunhão, "a papa non bene informato ad melius informandum", com a intenção de apelar para um concílio geral, se o papa, "na plenitude de sua tirania", não aceitasse a sua apelação. E, receando a sua detenção, fugiu, sem esperar resposta, para Vitenberga, onde, de fato, apelou para um concílio geral (Pallav. I 10-12).

45. Em Roma foi redigida, neste comenos, a bula *Cum postquam* (MQ 256), que ensinava a doutrina católica sobre as indulgências, para que ninguem mais pudesse pretextar ignorância, e lançava o anátema aos que ainda as negassem. E para atrair o poderoso eleitor Frederico à causa da Igreja, o papa lhe concedeu a Rosa de Ouro. Carlos de Miltitz, nobre da Saxônia e camareiro do papa, foi incumbido de entregar-lhe o presente e de pedir-lhe a extradição de Lutero ao tribunal da Igreja (Pallav. I 13). A escolha desta pessoa foi a mais infeliz possivel. Ambicioso e inhabil, Miltitz excedeu a sua missão e teve com Lutero uma entrevista pessoal, na qual acusou injustamente a Tetzel com intuito de conquistar as simpatias do heresiarca, e todavia, não conseguiu dele senão a promessa de calar-se, se assim o fizessem tambem os adversários (Pallav I 14, 5). A entrevista foi uma manifesta vitória de Lutero. Não obstante, a sua condição não deixava de ser delicada, porquanto era vontade do imperador Maximiliano, que se procedesse com maior rigor. E seguramente

teria conseguido abafar a inovação, não viesse ele a falecer aos 12 de janeiro de 1519.

46. Todas as atenções de Leão X se concentravam então no problema da sucessão. Afim de quebrar a influência estrangeira no sul e no norte da Itália, pronunciou-se contra Francisco I da França e Carlos I da Espanha. Seu candidato ao trono imperial era Frederico da Saxônia. O processo de Lutero foi, por isso, adiado por motivos políticos, e quando, finalmente, o papa o convidou a ir a Roma, afim de convencê-lo de seus erros e fazê-lo retratar-se, era tarde. Já se tinham dado passos para a disputa de Lípsia; e esta desvaneceu todas as esperanças de uma reconciliação.

47. Desde a dieta de Augsburgo, a controvérsia sobre as indulgências foi perdendo, mais e mais, a sua importância. Ponto central das discussões tornou-se o primado pontifício. O cardial Caetano empreendeu logo uma obra *Sobre a instituição divina do pontificado romano e sobre a Igreja*. Quasi ao mesmo tempo, João Eck escreveu *Sobre o primado de são Pedro, três livros contra Luáder* (1520), e convidou a Carlstadt, que publicara uma série de teses contra os *Obeliscos*, a defender-se em discussão pública. Como as teses de Eck se dirigissem propriamente contra as afirmações de Lutero, que declarara nas suas *Resoluções* não conhecer primado romano universal, antes de Gregório I, considerou-se o próprio Lutero provocado a tomar parte na discussão. Esta se realizou no Pleissenburg, na presença do duque Jorge de Saxônia (Pallav. I 15-17).

48. Disputou-se primeiro entre Eck e Carlstadt sobre a graça e o livre arbítrio. Eck se mostrou bem superior a seu adversário, que já não sabia resistir à dialética do professor de Ingolstadt, quando Lutero entrou a tomar a defesa de seu correligionário. Mas, tambem ele se mostrou incapaz de resistir à força dos argumentos e à dialética do dr. Eck. Concentrava-se a disputa quasi exclusivamente no problema do primado. Eck ensinava a doutrina de toda a tradição católica: Jesús Cristo prometeu e conferiu a são Pedro o primado de jurisdição sobre a Igreja universal, e este primado passou a seus legítimos sucessores. Lutero negava a sua instituição divina e a sua necessidade. Respondeu-lhe Eck que

tal negação significava a renovação das heresias de Viclif e de Hus, condenadas pelo concílio de Constança. Lutero replicou, duvidando da infalibilidade dos concílios ecumênicos e negando, por conseguinte, a autoridade doutrinal da Igreja e a Tradição. E viu-se, por isso, constrangido a estabelecer desde já e claramente o princípio formal do protestantismo: a Sagrada Escritura é única fonte da fé. Foi isto, afinal, o que resultou de importante da disputa. Já não se tratava de uma simples discussão entre teólogos, tratava-se de um princípio fundamental da doutrina e da constituição da Igreja. As atas da disputa foram enviadas às universidades de Erfurt e de Paris. Erfurt não respondeu. A Sorbona se pronunciou contra Lutero, e o mesmo fizeram as universidades de Lovaina e de Colônia.

49. Triunfou, pois, o dr. Eck. Lutero retirou-se bilioso. Logo surgiram outros defensores da fé católica, como Jerônimo Emser e João Cochleus, ambos secretários e capelães do duque Jorge de Saxônia. O próprio duque, confirmado pela disputa na sua fidelidade à Igreja, foi o mais estrênuo adversário da inovação entre os príncipes alemães, e a sua côrte se tornou ponto de reunião para os polemistas católicos. Distinguiram-se na luta contra a heresia tambem o dominicano Tiago Hochstraten e os franciscanos. Entre estes têm lugar proeminente Agostinho Alfeld e Tomaz Murner (m. 1537), sem dúvida o mais insigne satírico do tempo da reforma.

50. Outros, porém, como Erasmo de Roterdam e Duerer, sem pretenderem separar-se da Igreja, aderiram, de início, a Lutero, na esperança de uma verdadeira reforma. Muitos outros se declararam abertamente pelo reformador que, desde a disputa de Lípsia, passou a gozar maiores simpatias da parte de certos humanistas, interiormente já separados da Igreja (Cochlaeus, ap. SQ II 4). Entre estes avulta **Felipe Melanchton** (1497-1560), que, apesar de seus 21 anos de idade, já era célebre filólogo, vindo a ser o sistematizador da heresía. Tambem Ulrico Hutten (m. 1523), Francisco de Sickingen e outros membros da baixa nobreza formaram ao lado da reforma, movidos em parte pelo humanismo, em parte por interesses pessoais.

51. Acresce ainda a crise social que cada vez mais se acentuava, facilitando a pregação luterana. Os bons elementos depositavam toda a sua esperança no novo imperador Carlos V. Mas este, embora tivesse a melhor boa vontade, encontrou dificuldades insuperaveis. Os papas, sucessores de Leão X, esforçaram-se por renovar a Igreja e por reprimir a heresia. Faltou, porém, entre eles quem fosse bastante enérgico e santo. Faltou um Gregório VII. Na opinião de Lutero, todos eles não passavam de chefes do reino do anticristo.

Schwammborn, Kirchengeschichte in Quellen und Texten II, Neuss 1911. — *Pallavicini*, Vera Concilii Tridentini historia I, Antverpiae 1670. — *Paulus*, Johann Tetzel, der Ablassprediger, Mainz 1899. — *Grisar*, Luther I 265 ss. — *Pastor*, Geschichte der Paepste IV 1, 199 ss. — *Hergenroether-Kirsch* III 371 ss. — *Funk-Bihlmeyer* III 10 ss.

§ 130. Os escritos fundamentais do luteranismo — Excomunhão e proscrição de Lutero — Distúrbios de Vitenberga

52. Logo após a disputa de Lípsia, o dr. Eck escreveu à cúria de Roma e foi, em seguida, pessoalmente à cidade eterna, onde, finalmente, se deu início ao processo definitivo, que terminou com a bula de excomunhão *Exsurge Domine* de 15 de julho de 1520 (Rayn., ad an. 1520, 51-52; DB 741-81; MQ 257-59). Condenava ela 41 proposições de Lutero, decretava, fossem destruidos os escritos que contivessem os seus erros, e intimava a Lutero e seus sectários a retratar-se, dentro de 60 dias, sob pena de excomunhão.

53. Mas Lutero não pensou em obedecer. Ouvindo que se lavrara sentença contra si, redigiu, antes mesmo da publicação, dois escritos que deviam eficazmente aparar o golpe da excomunhão: *An den christlichen Adel deutscher Nation von des christlichen Standes Besserung* (À nobreza cristã da nação alemã, sobre a reforma do estado cristão) e *De captivitate babylonica ecclesiae*. O primeiro propugna a destruição do tríplice muro que, no dizer de Lutero, o papado construíra em redor da Igreja: a distinção entre leigos e clérigos, o direito exclusivo da Igreja de explicar autenticamente a Sagrada Escritura, e o direito exclusivo do papa de reunir um concílio geral. Depois desta parte negativa, propõe o autor um concílio geral que organize a Igreja nacional e acabe

com os *gravamina* da nação alemã. Tambem as festas litúrgicas seriam abolidas, com exceção do domingo. Outras propostas se dirigem contra o capitalismo, o celibato e as condições sociais dos camponeses. No segundo escrito, Lutero nega os sacramentos e o carater de sacrifício da santa missa. Dos sacramentos só reconhece o batismo, a eucaristia e, de certo modo, a penitência. Mas todos eles teriam eficácia somente pela fé. A eucaristia deveria ser aceita no sentido de consubstanciação.

54. Em agosto de 1520, o dr. Eck voltou à Alemanha, incumbido de, juntamente com os legados Aleandro e Caráccio-lo, publicar a bula da excomunhão. A sua nomeação foi menos oportuna (Pallav. I 20), nem ele mesmo a desejara. Assim que Lutero soube da sua chegada, escreveu, afim de ganhar tempo, *Sobre as novas bulas e mentiras de Eck,* dizendo que se tratava ou de mentira ou de falsificação. Mas, já não podendo negar a autenticidade da bula, escreveu o tratado *De libertate christiana,* chamado pelos protestantes a terceira das obras fundamentais da reforma, sendo as duas outras *À nobreza cristã* e *De captivitate babylonica.* Neste terceiro opúsculo Lutero volta a desenvolver o seu sistema da *sola fides.* As três obras são, como o atestam muitos dentre os próprios protestantes, sumamente revolucionárias, e proclamam o completo individualismo, contrário à religião revelada. E o heresiarca se acha, sem o saber, no caminho do niilismo religioso.

55. Publicada, finalmente, a bula pontificia, arremeteu Lutero contra o próprio papa, escrevendo *Contra a bula do anticristo,* e novamente apelou para um concílio geral. Em defesa dos 41 artigos condenados, redigiu logo e publicou em janeiro de 1521 *Assertio omnium articulorum.* E em sinal de manifesta rebelião, lançou ao fogo, aos 10 de dezembro de 1520, na presença de numerosos estudantes, a bula *Exsurge Domine,* os livros decretais e outros escritos de seus adversários, dizendo: "Por teres conturbado o santo do Senhor (Lutero), conturbe-te o fogo eterno" (Pallav. I 22, 3). Foi este o sinal de alarme da revolução eclesiástica, que começou a alastrar-se pelo mundo, e das revoluções civís, que a seguiram como consequência natural. Passado o prazo de 60 dias, o papa publicou, aos 3 de janeiro de 1521, a bula *Decet*

Romanum Pontificem (BR V 761 ss), declarando a Lutero excomungado. Mas, a voz do papa não encontrou senão um eco bem fraco; e a culpa principal cabe ao episcopado alemão. A falta de sentimento eclesiástico na maioria dos prelados nunca foi tão fatal para a Igreja da Alemanha como naqueles dias (Pastor IV 1, 281 ss.).

56. Entretanto, o jovem e nobre imperador **Carlos V** (1519-56), compenetrado de um espírito profundamente católico e convencido de seu sagrado dever de proteger a Igreja e de extirpar a heresia, convocou, para o dia 6 de janeiro de 1521, a dieta de Vormácia, onde devia ser feito o processo contra o heresiarca. O legado pontifício Aleandro esforçou-se, em longo discurso (Pallav. I 25), por convencer os príncipes da necessidade de executar, sem novo processo, a bula da excomunhão. Carlos V já estava para proceder neste sentido, quando os príncipes, embora profundamente impressionados, se opuseram. Entregaram os *gravamina* da nação alemã (MQ 259-60) e insistiram em que Lutero fosse convidado.

57. Aos 16 de abril, entrou Lutero em Vormácia, protegido por um salvo-conduto imperial (SQ II 6-7). Na assembléia dirigiram-lhe duas perguntas: se reconhecia como seus os livros que se lhe apresentavam, e se estava pronto a retratar-se. À primeira pergunta respondeu afirmativamente. Para a segunda pediu prazo. No dia seguinte declarou: "Se não fôr convencido por argumentos da Sagrada Escritura ou por razões plausiveis,... estará presa a minha conciência pela palavra de Deus. Retratar não posso e não quero... Deus me ajude. Amen" (GL I 380-82).

58. Depois de Lutero se ter retirado, o imperador, indignado, pronunciou contra ele a proscrição pelo **edito de Vormácia** (Pallav. I 28, 8; SQ II 10-13). Mas tal resolução não surtiu efeito, porque o eleitor da Saxônia, para proteger o seu teólogo, o fez levar disfarçado ao castelo de Wartburg, onde o deixou oculto sob o nome de "Junker Joerg". Aliás, em muitos Estados nem sequer foi publicado o edito, e o imperador se viu impedido de proceder mais eficazmente por causa da hostilidade dos franceses e dos turcos.

59. Na sua "Patmos", — assim chamava Lutero a sua residência de Wartburg, afligiram-no muitas e graves atribulações por causa do seu procedimento antieclesiástico. Mas, procurando persuadir-se de que Deus o chamava para realizar uma reforma religiosa, desprezou todos os remorsos da conciência como sendo tentações do demônio. E mais ainda o confirmou na vereda trilhada o seu ódio ao papado e à Igreja. Por espaço de dez meses permaneceu neste esconderijo, ocupado febrilmente na composição de diversos escritos contra os votos religiosos, contra a santa missa que qualificava de aborto do inferno e escandalosa idolatria, contra a bula *In Coena Domini,* que pela primeira vez continha os seus erros, e doutros mais.

60. Uma obra de singular importância foi o *Passional Christi et Antichristi* ou *Antitheses figurata vitae Christi et Antichristi* (GH I), redigida, se não por próprio punho, ao menos sob inspiração de Lutero e ilustrada com desenhos de Cranach. Com este escrito iniciou Lutero o combate à Igreja por meio de caricaturas, que são uma chave muito importante para compreender a psicologia do ódio. Algumas destas caricaturas demonstram um espírito tão baixo que a pena se recusa a descrevê-lo.

61. A própria Sagrada Escritura foi posta a serviço do ódio de Lutero. A tradução do Novo Testamento, publicada já em setembro de 1522, é um monumento de grande valor linguístico, mas adapta-se às opiniões preconcebidas do autor. E' uma prova de que a própria bíblia não tinha para Lutero autoridade irrefragavel, quando a não podia conciliar com sua doutrina. Rejeitou os livros deuterocanônicos, como tambem a epístola de são Tiago, esta por ensinar claramente a doutrina católica sobre as boas obras. O apocalipse (GH II), pelo modo que foi ilustrado com caricaturas, confrontando a Cristo e o papa-anticristo, redundou em verdadeiro panfleto. Ao mesmo tempo, Felipe Melanchton compôs os *Loci communes* (1521), resumo dos princípios teológicos e primeiro compêndio dogmático da nova religião. E' um tratado pouco científico de teologia, e foi todavia muito elogiado por Lutero, como sendo o melhor livro depois da Sagrada Escritura.

62. Entrementes, em Vitenberga, durante o retiro de Lutero no Wartburg, estalou uma agitação tempestuosa, chefiada por Carlstadt, que ameaçava produzir um completo transtorno. Os revolucionários aboliram a missa privada e começaram a distribuir a comunhão debaixo de duas espécies, sem jejum e sem confissão. Pelo fim de 1521, dirigiram-se a Vitenberga os anabatistas de Zwickau, chefiados por Nicolau Storch e Tomaz Muenzer, sacerdote apóstata. Rejeitavam o batismo das crianças, afirmando ser necessária a fé, para a validade do sacramento, segundo a Sagrada Escritura: "Quem crêr e for batizado, será salvo" (Mc 16, 16). Suprimiam tambem todo o culto externo e ensinavam o quiliasmo. Em princípios de 1522, irrompeu uma verdadeira revolta iconoclasta, que diversas vezes se repetiu no decorrer da reforma. Melanchton não soube fazer frente ao movimento. Apareceu então Lutero, de repente, na cidade e conseguiu, com sua palavra poderosa e com o auxílio secular, restabelecer a ordem.

63. Desde então ficou Lutero em Vitenberga, dirigindo pessoalmente o movimento da reforma. Tambem ele não estava pela santa missa; quis, porém, suprimí-la com prudência, deixando ainda as ceremônias, eliminando apenas as palavras da consagração. Ponto central do culto se lhe tornou a pregação. Pregava não só contra a missa, mas tambem contra os bispos, contra os votos religiosos e contra toda a vida católica. O sucesso foi assustador. Os eclesiásticos começaram a casar-se, os frades e as monjas, a "livrar-se" da escravidão dos conventos, e entre eles em primeiro lugar os agustinianos. Graças à atividade de Lutero e à pouca energia de Staupitz, o espírito revolucionário penetrara toda a congregação. Staupitz abdicou (1520), e retirou-se ao mosteiro beneditino de Salzburgo (m. 1524). Seu sucessor foi Venceslau Link, amigo de Lutero. João Lang, sucessor de Lutero como vigário do distrito, deixou a ordem, levando consigo quatorze irmãos. Toda a congregação se dissolveu em 1522. Lutero ficou com o hábito religioso até outubro de 1524.

Pallavicini, Hist. Conc. Trid. I 20 ss. — *Grisar,* Luther I 331 ss. — *Grisar-Heege,* Luthers Kampfbilder, 4 vol., Freiburg 1921. — *Pastor,* Geschichte der Paepste IV 1, 265 ss. — *Hergenroether-Kirsch* III 387.

§ 131. Negociações de Nuremberg — Guerra dos camponeses — Alianças confessionais e suas consequências

64. O papa Leão X morreu em 1° de dezembro de 1521. Sucedeu-lhe **Adriano VI** (1522-23), papa nobre, douto e piedoso, que logo pensou em opôr-se à revolução religiosa e levar a cabo a reforma da Igreja, sobretudo na cúria romana. Na dieta de Nuremberg (1522) manifestou, por seu legado Chierigati, o desejo de celebrar um concílio geral na Alemanha, confessou francamente a culpa da cúria e animou os príncipes a cooperar numa verdadeira reforma (MQ 261-62; Pallav. II 7,4 ss.). Mas a sua voz encontrou ouvidos de mercador. Os príncipes renovaram, pelo contrário, os *gravamina* da nação alemã, e só prometeram proibir a Lutero levar avante a reforma e cuidar, que o Evangelho fosse pregado conforme a exposição de livros aprovados pela Igreja. Um concílio a convocar-se dentro de um ano decidiria definitivamente a questão.

65. Esta resposta naturalmente não podia contentar o legado pontifício (Pallav. II 8, 1-16). Mas nem sequer as poucas promessas foram cumpridas. Muitos príncipes esperavam um aumento do seu poder pela secularização dos bens eclesiásticos e pela abolição da jurisdição dos bispos. A nobreza baixa conspirava contra os príncipes e principalmente contra os eclesiásticos. Porém Francisco de Sickingen teve uma morte trágica, quando se levantou contra o arcebispo de Treves (1523). E Ulrico Hutten morreu no mesmo ano em consequência da sua devassidão. Lutero continuou sem interrupção a dirigir os seus ataques contra a Igreja. Lançou ao público panfletos como *Papstesel* e *Moenchskalb* (GH III 1 ss.). E pregava, que era preciso combater antes o papa do que os turcos, que se achavam às portas da Hungria e se tornavam um perigo para a própria Alemanha. Assim Lutero ajuntou à traição da Igreja a da pátria.

Adriano VI morreu, vendo fracassados todos os seus planos. Mas os seus princípios serviriam, mais tarde, de base para uma verdadeira reforma.

66. **Clemente VII** (1523-34), íntegro e conciencioso, mas indeciso e fraco, abandonou o plano do concílio, receando a renovação das idéias conciliares. Além disso, durante a guerra de Carlos V e Francisco I, entrou em relações com este último, o que teve péssimas consequências para a questão religiosa. A falsa reforma pôde alastrar-se desimpedidamente pelo império. Só no sul da Alemanha se lhe opôs uma forte resistência.

67. Na segunda dieta de Nuremberg (1524), foi reconhecido o edito de Vormácia como lei imperial. Mas os príncipes somente prometeram executá-lo, à medida do possivel, e tornaram a exigir um concílio geral na Alemanha. Uma dieta, a reunir-se em Espira, deliberaria dos *gravamina,* e homens doutos e experimentados examinariam os livros de Lutero (Pallav. II 10, 15-18). Papa e imperador protestaram contra esta resolução, cheia de contradições.

Campeggio, cardial-legado, conseguiu, no entanto, reunir em Ratisbona alguns príncipes decididamente católicos, Fernando, irmão do imperador e administrador do império, os duques Guilherme e Luiz da Baviera e doze bispos, respetivamente seus procuradores, que concluiram uma aliança para defesa do catolicismo (Pallav. II 11, 1 ss.). Esta **aliança de Ratisbona** foi uma verdadeira necessidade para sustar o perigo religioso e político que ameaçava dilacerar a Alemanha. O imperador aprovou-a, e o papa se esforçou por aumentá-la. Mas, os mais poderosos príncipes, o arcebispo de Mogúncia e Frederico da Saxônia, não secundaram os seus planos. O landgrave Felipe da Hássia abraçou até abertamente o credo luterano.

68. Para maior infortúnio do povo alemão estalou, no mesmo ano, a revolução social, chamada de **guerra dos camponeses** (1524-25). No decurso dos decênios anteriores, já se haviam rebelado, por diversas vezes, os camponeses do sudoeste, porque as suas condições eram, de fato, insuportaveis. Mas, foram movimentos locais e puderam ser facilmente abafados. Infelizmente, ninguem pensara em aliviar a sorte dos oprimidos; e por isso, o descontentamento crescera de mais a mais. E os transtornos religiosos, os clamores de Lutero contra o clero e contra os mosteiros e os seus escritos revolucionários deram armas ao movimento (cfr. SQ II 14). As pretensões sociais dos sublevados juntavam-se as de natureza religiosa. Os doze artigos dos campone-

ses da Suábia, redigidos provavelmente pelo pregador Baltasar Hubmaier, reclamavam entre outras coisas para as comunidades o direito de eleger e depôr os párocos, a pregação do "verdadeiro evangelho", a abolição da tirania com que eram tratados os camponeses. E apelavam para a Sagrada Escritura como base dos seus artigos, e os enviaram a Lutero para que os aprovasse.

Lutero sentiu que a sua condição era delicada, e não querendo ofender nem os principes nem os camponeses, escreveu uma exortação à paz, acusando principalmente os príncipes de fecharem os seus domínios à inovação.

69. Sua exortação porém não teve efeito. Em maio de 1524, já começaram os rebeldes a sua obra nefanda. A guerra se alastrou logo pelo sul e pelo centro da Alemanha. Mais de mil castelos e mosteiros foram incendiados e arrasados. Lutero, que em abril de 1525 ainda aprovara a maior parte dos artigos, um mês depois, começou a censurá-los, e escreveu *Contra os homicidas e rapaces bandos dos camponeses*, exortando os príncipes a matarem-nos como a cães danados. O conselho foi seguido em toda a parte. O conde Jorge Truchsess derrotou os camponeses da Suábia, o duque Antônio da Lorena venceu-os na Alsácia, e o landgrave Felipe da Hássia extinguiu o movimento nos seus domínios. Tomaz Muenzer, chefe comunista e religioso-fanático dos anabatistas e iconoclastas, que se tinha posto à frente dos sublevados da Turíngia, foi derrotado na batalha de Frankenhausen e, depois de reconciliado com a Igreja, executado com 300 prisioneiros.

70. Enquanto tais tempestades perturbavam a paz da Alemanha, o próprio Lutero sofria terriveis lutas internas, não só pela guerra civil, senão principalmente pelo problema dos votos religiosos. No meio da luta externa, deixou-se vencer pela carne, rompeu os laços do voto da castidade e casou-se, em junho de 1525, com Catarina de Bora, que abandonara, como ele, a vida monástica (GL I 469 ss.).

71. Aterrorizados pela doutrina e pela moral de Lutero, como tambem pela atitude que ele tomara durante a guerra, muitos lhe voltaram as costas. Erasmo de Roterdam publicou,

em 1524, um libelo em defesa da liberdade humana, que significava um golpe muito duro para Lutero, *De libero arbitrio diatribe*. Lutero lhe opôs *De servo arbitrio* que, segundo a sua própria opinião, é a pedra angular do seu sistema, mas na realidade não passa de uma obra eivada de contradições e tão repleta de ódio e paixão como todo o seu sistema, uma completa negação da liberdade humana, cuja consequência lógica é a predestinação absoluta (GL I 511 ss.). Lutero o sabia, mas não o quis confessar. Ele se distingue de Calvino e de Zuínglio só pela maior confusão. Erasmo separou-se definitivamente do inovador, como o fizeram tambem Muciano, Vilibaldo Pirkheimer e outros humanistas.

72. A revolução fracassada teve naturalmente tambem consequências para a evolução da reforma. Lutero, percebendo que os melhores espiritos lhe voltavam as costas e que, ao mesmo tempo, perdia as simpatias do povo, confiou a sua causa aos príncipes e magistrados, alterando o próprio conceito da Igreja. A Igreja invisivel que ideara, no princípio da sua rebelião, já se lhe transformara em comunidade livre e popular. Esta, finalmente, veio a ser Igreja territorial. O príncipe é tambem pontífice. No entanto, em parte alguma o sistema de Lutero é tão confuso como neste ponto da autoridade civil e a sua relação com a religião. As contradições da sua teoria, escreve um teólogo protestante, e as que existem entre a teologia e a praxe, nunca poderão ser desfeitas (GL I 586).

73. O interesse religioso e a necessidade política levaram diversos príncipes católicos da Alemanha central e setentrional a fundarem, imitando os príncipes sulistas, a aliança de Dessau (1525), cujo principal escopo era eliminar a causa da revolta, a seita luterana. Mas os príncipes reformistas, não querendo renunciar às vantagens que já possuiam e que ainda esperavam, opuseram-se à aliança católica, fundando outra protestante de Torgau (1526). Alma dela foi Felipe da Hássia. Deste modo, o luteranismo ia dilacerando, mais e mais, toda a Alemanha.

74. A consequência da aliança de Torgau fez-se sentir já na dieta de Espira (1526). Os príncipes luteranos souberam influenciar a resolução da dieta. Embora se decidissem a não

introduzir novidade alguma de fé, deixaram todavia liberdade aos Estados de procederem, no tocante ao edito de Vormácia, conforme o ditasse a fidelidade de cada um para com Deus e a majestade imperial, até que um concílio tivesse resolvido a questão (MQ 262; SQ II 16-17).

75. O sínodo de Homburgo (1526), convocado por Felipe da Hássia e presidido pelo ex-franciscano Francisco Lambert de Avinhão foi além. Estabeleceu-se nele uma constituição sinodal com fundamento democrático. Os mosteiros foram secularizados e suprimido o antigo culto. O exemplo foi logo seguido na Saxônia eleitoral, onde o eleitor João sucedera a seu irmão Frederico. A instâncias de Lutero, o novo eleitor ordenou visita canônica para organizar a nova Igreja. A obra foi completada, pouco depois, pela instituição de super-intendentes e, mais tarde, do consistório. A constituição democrática teve assim que ceder ao regime estadual. Em toda a Saxônia eleitoral foi ordenado o culto luterano (1527), conservando-se ainda a missa, com omissão do canon. Os que não se submetessem, tinham que deixar o país. Os anabatistas foram até condenados à morte. A liberdade de consciência tornou-se puramente nominal.

76. Da mesma forma procederam outros príncipes, e primeiro que todos Alberto de Brandenburgo, grão-mestre da ordem teutônica (1511-68). O Estado da ordem, enfraquecido pelo relaxamento dos cavaleiros, perdeu, na paz de Thorn (1466), a Prússia ocidental e a Ermlândia, passando a obedecer, desde então, ao rei da Polônia. Alberto procurou libertar-se do domínio polonês, e foi para este fim à Alemanha, onde estreitou relações com Lutero. Este o animou a transformar o Estado da ordem em ducado secular e a casar-se. Alberto consentiu que se pregasse, no seu território, o novo evangelho. Apostataram logo dois bispos, Jorge de Polentz de Samlândia e Eberardo de Queiss de Pomesânia (1524). O grão-mestre realizou, em 1525, com o consentimento de seu tio, o rei Sigismundo I, o plano de Lutero, convertendo em ducado o antigo Estado da ordem e casando-se, no ano seguinte, com Dorotéia, filha do rei Frederico I da Dinamarca. Em todo o ducado foi introduzido o novo culto. Os dois bispos apóstatas renunciaram aos seus domínios seculares e casaram-se igualmente. A séde da ordem

foi transferida para Mergentheim. Em 1618, o ducado da Prússia foi unido a Brandenburgo.

Pallavicini, Hist. Conc. Trid. II 3 ss. — *Pastor*, Geschichte der Paepste IV 2, com ricas fontes e literatura. — *Funk-Bihlmeyer* III 24 ss. — *Hergenroether-Kirsch* III 405 ss. — *Janssen*, Geschichte des deutschen Volkes seit dem Ausgang des Mittelalters II-III, ed. 20, Freiburg 1915-17. — *Buchberger*, Lexikon fuer Theologie und Kirche (passim).

§ 132. Guerras de Carlos V contra Francisco I e os turcos — A 2ª dieta de Espira — O colóquio de Marburgo

77. O imperador Carlos V achava-se, infelizmente, em situação crítica, que favorecia essencialmente os progressos do luteranismo. A sua primeira guerra contra Francisco I terminara com a derrota dos franceses em Pavia (1525) e com a paz de Madrí (1526). Mas a paz pesava muito aos franceses, e Clemente VII, receando o grande poder do imperador, concluiu contra ele a chamada *Liga Sacra* de Cognac com a França, Veneza e Milão. Indispuseram-se, deste modo, as duas autoridades supremas da cristandade, o que era sumamente fatal para a Igreja da Alemanha. Durante uma nova guerra entre Carlos V e Francisco I (1526-29), as tropas do marechal imperial Carlos de Bourbon e de Jorge de Frundsberg saquearam até a cidade eterna (1527) e aprisionaram o papa. Carlos V não quisera tal excesso, e ficou aterrado com os feitos de seu exército. Mas, Lutero jubilava, e via no acontecimento uma obra da providência divina. Tambem muitos bons espíritos o tinham como justo juizo de Deus. De fato, com o "Saque de Roma", perpetrado com indizível vandalismo (Pastor IV 2, 268 ss), iniciou-se uma renovação religiosa e moral da cúria. Clemente e Carlos reconciliaram-se, no entanto, no tratado de Barcelona (1529). E a paz foi firmada, no ano seguinte, pela solene coroação do imperador em Bolonha. Foi esta a última coroação imperial feita por um papa.

78. Mas a guerra contra a Liga Sacra não foi o único obstáculo às boas intenções do imperador. Outro grande perigo, político e religioso, foram os turcos que, chamados pelo próprio Francisco I, invadiram a Hungria. O rei Luiz II, cunhado de Carlos, foi derrotado perto de Mohacz (1526) e perdeu a vida. A própria Viena foi sitiada (1529), mas libertada fe-

lizmente pelo heroismo de seus habitantes. A coroa da Hungria passou a Fernando da Áustria, que assim veio a ser o fundador da monarquia austro-húngara. Inexplicavel é a atitude de Lutero em face destes acontecimentos. Movido por suas idéias pseudo-místicas e, mais ainda, pelo ódio cego ao papa, pronunciou-se contra a guerra aos turcos, e só em 1529 mudou de opinião. Os príncipes protestantes, por seu lado, prevaleceram-se da angustiosa situação do imperador e de Fernando para obter concessões religiosas. Assim se explica a resolução da primeira dieta de Espira, e assim é ainda que se explica a da segunda.

79. Lutero continuou, apesar das proibições, a divulgar novas obras doutrinárias e polêmicas, como o pequeno e o grande catecismo (1529) e uma série de caricaturas, que todas visavam atiçar, cada vez mais, as paixões humanas contra o papado. A segunda dieta de Espira (1529), presidida por Fernando, quis pôr-lhe uma barreira. Nas regiões em que se observava o edito de Vormácia, devia o mesmo continuar em vigor. Nos territórios já reformados devia cessar a propaganda luterana até ao futuro concilio. Os católicos não deviam ser molestados. As seitas extremistas, zuinglianos e anabatistas, deviam ser extirpadas (Pallav. II 18, 1-2).

80. Com tal resolução não já se pedia repressão da reforma, senão apenas tolerância da antiga fé. Apesar disso, protestaram seis príncipes e quatorze cidades imperiais já minadas da heresia, pelo que os inovadores foram chamados, de então em diante, "protestantes" (SQ II 17-18). E para dar eficiência ao protesto, o eleitor da Saxônia, o landgrave da Hássia e algumas cidades imperiais, como Nuremberg, Ulm, Strassburgo, concluiram uma aliança secreta para defesa da nova fé.

81. Felipe da Hássia, forjando planos de alta traição contra o imperador, procurou estender esta aliança tambem à Suissa reformada. Para conseguir a necessária harmonia entre as doutrinas luterana e zuingliana, celebrou-se, por iniciativa dele, o colóquio de Marburgo (1529). Por mais que as duas reformas fossem unânimes em combater as instituições católicas, não deixavam contudo de discordar em pontos essenciais. A primeira das numerosas controvérsias foi a doutrina

da eucaristia. Lutero, servindo-se da idéia da ubiquidade corporal de Cristo, ensinava a presença real de Cristo, no momento da recepção (teoria da empanação). Carlstadt, e com ele tambem os suissos, pelo contrário, não só negavam a transsubstanciação, mas tambem a presença real, e raciocinavam de diversos modos. Carlstadt não relacionava as palavras "Hoc est corpus meum" às que precedem: "Accipite et manducate", mas, separando as partes da frase, referia-as à Paixão de Cristo. Zuínglio tomava o "est" no sentido de "significat". Ecolampádio equiparava a palavra "corpus" a "signum corporis". Tal diversidade de opiniões causou uma luta apaixonada. Por isso, o colóquio de Marburgo ficou sem resultado e, por conseguinte, fracassaram tambem os planos traiçoeiros de Felipe contra o imperador.

Pallavicini, Hist. Conc. Trid. II 13 ss. — *Funk-Bihlmeyer* III 32 ss. — *Hergenroether-Kirsch* III 428 ss. — *Pastor*, Geschichte der Paepste IV 2, 189 ss. — *Grisar*, Luther II-III.

§ 133. A dieta de Augsburgo (1530) — A liga esmalcáldica — Os anabatistas — Ulterior desenvolvimento do luteranismo

82. Em 1529, Carlos V concluiu a paz de Barcelona com o papa e a de Cambrai com a França, e esperava poder resolver, em breve, tambem a questão religiosa na Alemanha. Para este fim convocou a dieta de Augsburgo, na qual tomaria parte em pessoa. Mas, já de início, as negociações se lhe deparavam bem pouco esperançosas. Tendo ele convidado os príncipes a tomarem parte com ele na solene procissão do Corpo de Deus, negaram-se bruscamente os protestantes. E intimados a se manifestarem a respeito, entregaram-lhe a chamada *Confessio Augustana*, um dos escritos simbólicos do luteranismo, redigido por Melanchton e aprovado por Lutero.

83 a. Os primeiros 21 artigos do documento pretendem expôr a doutrina de Lutero. Mas adaptam-na, segundo a confissão do próprio Melanchton, às circunstâncias em que foram redigidos. Não contêm claramente a doutrina luterana sobre a corrupção da natureza humana. Falta completamente o princípio da justiça passiva. Apresentam a doutrina de Lutero sobre as boas obras numa luz muito enganadora. Não falam do papa e do primado romano, nem do sacerdócio par-

ticular, nem de outros pontos distintivos. Melanchton sabia que todo mundo esperava uma verdadeira reforma dos costumes, e, por isso, procurava convencer os leitores da *Confissão* que se tratava somente de abusos que a reforma luterana se propunha abolir.

b. Estes "abusos" são enumerados na segunda parte (art. 22-28): o celibato, o sacrifício da missa, os preceitos da confissão e do jejum, os votos religiosos e a jurisdição episcopal. A obra não corresponde, portanto, às qualidades mais necessárias duma verdadeira confissão de fé, porque não expõe com clareza a doutrina própria, nem aprecia com justiça a adversária (Lortzing 7 ss.).

84. Por ordem do imperador, diversos teólogos católicos, entre eles Eck, Vimpina e Cochleus, escreveram a *Confutatio confessionis Augustanae*, que os protestantes, porém, não aceitaram. As ulteriores deliberações foram entregues a uma comissão. Felipe da Hássia abandonou então secretamente a dieta, protestando assim, de antemão, contra um possivel acordo. Mas os trabalhos desta comissão, como depois os de uma segunda, não deram resultado. Os luteranos desejavam entregar ao imperador a *Apologia confessionis Augustanae*, redigida, tambem esta por Melanchton, ao mesmo tempo que as quatro cidades zuinglianas de Strassburgo, Constança, Memmingen e Lindau apresentavam a *Confessio Tetrapolitana*. O imperador, porém, não aceitou nem esta nem aquela. Pelo contrário, renovou o edito de Vormácia e ordenou que se tratasse, quanto antes, de restituir os bens eclesiásticos secularizados, e de restabelecer a jurisdição eclesiástica, prometendo cuidar da realização de um concílio (Pallav. III 4). No entanto, os protestantes não pensaram em mudar de opinião, nem o edito foi executado, nem celebrado o concílio prometido.

85. Os príncipes protestantes, em vez de obedecer à resolução de Augsburgo, formaram, em aberta rebeldia contra o imperador, a **Liga de Esmalcalda** (1531), que duraria seis anos. Entabolaram até negociações com os inimigos politicos do império e declararam que negariam o auxílio contra os turcos, se não fossem arquivados os processos instaurados contra eles na Câmara imperial. O perigo dos turcos

fez com que o imperador concluisse, em 1532, a paz religiosa de Nuremberg (SQ II 19-21), que devia durar até ao concílio que Carlos cuidaria se reunisse em breve, ou até uma nova dieta. Mas o concílio, ainda desta vez, não se realizou por causa da invencivel desconfiança do papa, das intrigas de Francisco I e da má vontade dos protestantes. O imperador, por sua vez, envolvido em guerras com os turcos e com os franceses, afastou-se, novamente, da Alemanha, por espaço de nove anos.

86. O protestantismo pôde, pois, continuar a espalhar-se desimpedidamente no império. Ao mesmo tempo, sobrevivia, em diversas regiões, o movimento dos anabatistas, que, longe de ser extinto com a batalha de Frankenhausen e com a morte de Tomaz Muenzer, se espalhara particularmente nas camadas inferiores da sociedade. Os elementos mais radicais da seita agitaram a Holanda e a Vestfália. Em Muenster, o capelão Bernardo Rottmann, eloquente e ousado pregador protestante, lhes tinha preparado o caminho. Depois da morte do bispo Erico (1532), os seus sectários se apoderaram das paróquias da cidade. Quando, em 1534, os chefes dos anabatistas holandeses, o padeiro João Mathys de Harlem e João Boeckelson de Leyden, entraram na cidade, conseguiram a maioria de votos no senado. Com o poder nas mãos, Boeckelson suprimiu o magistrado e proclamou o novo reino de Sião. Introduziu logo o comunismo de bens e a poligamia, e expulsou todos os que não se fizessem rebatizar. Só depois de um longo sítio, o bispo Francisco de Waldeck conseguiu reconquistar a cidade. João de Leyden, seu chanceler Krechting e o verdugo Knipperdolling foram executados. Muenster ficou, desde então, fiel ao catolicismo.

87. Apesar de todas as perseguições, os anabatistas se mantiveram, olvidando, porém, pouco a pouco, o seu fanatismo. Um dos chefes foi Meno Simonis, cujos adeptos se chamam **menonitas.** Sacerdote católico, apostatou em 1536 e organizou a seita, que se espalhou na Holanda, Suissa, Alemanha e, mais tarde, na Rússia e na América setentrional. Os menonitas contam hoje cerca de 250.000 sectários na América e outros tantos em diversos outros paises (LThK VII 86).

88. Outra seita espiritualística, semelhante à dos menonitas, foi a dos schwenkfeldianos ou misticistas, que se espalharam mormente na Silésia. No princípio do século XVIII, uma parte dos sectários, perseguidos, refugiou-se na América setentrional, onde ainda restam alguns poucos. Outros conservaram-se na Silésia até princípios do século XIX (L Th K IX 382-83).

89. Enquanto os luteranos, juntamente com os católicos, perseguiam os sectários fanáticos, progredia a obra de Lutero. Em Vuertemberga havia sido deposto o duque Ulrico (1519), e a administração do ducado fôra entregue a Fernando da Áustria. Mas, com o apoio de Felipe da Hássia e com o auxílio financeiro da França, o duque logrou vencer a Fernando (1534) e transformou então o seu Estado em baluarte do protestantismo no sul da Alemanha. Diversos outros príncipes e cidades lhe seguiram o exemplo. No ano seguinte, foi renovada por dez anos a Liga de Esmalcalda, ampliada pela admissão de novos aliados. Para desgraça do partido católico, faleceu, no mesmo ano, o eleitor Joaquim I de Brandenburgo, e sucedeu-lhe seu filho Joaquim II. Como Isabel, sua mãe, assim tambem ele era amigo da inovação. Não obstante o seu juramento feito ao pai de ficar fiel à Igreja católica, introduziu, em 1540, no eleitorado o protestantismo.

90. Em vista do crescente perigo, os príncipes católicos viram-se obrigados a unir suas forças. Por isso, o imperador e Fernando da Áustria formaram, com os duques da Baviera, Jorge da Saxônia, Erico e Henrique de Brunsvick e Alberto de Mogúncia, a aliança de Nuremberg (1538), com o que já se ameaçava decidir a questão religiosa à força de armas. Mas a dieta de Francfort (1539) adiou a resolução por um acordo pacífico. Os protestantes não ousavam, por ora, recorrer às armas por falta de um chefe, e os católicos tiveram de lamentar novas perdas.

91. A escandalosa bigamia que Felipe da Hássia contraiu, foi um rude golpe para os reformadores e para a Liga de Esmalcalda. Em 1526, o landgrave dirigira a Lutero a pergunta se aos cristãos era lícito a poligamia. Lutero não se pronunciara então claramente, permitindo-a, porém, para caso de "necessidade". Felipe soube convencer a Lutero e a Melanchton da "necessidade", e obteve o seu consentimento. Os dois reformadores justificaram a bigamia aludindo ao exemplo dos patriarcas do Antigo Testamento, mas pediram

insistentemente, que o fato não se tornasse notório, para prevenir escândalo que seria irremediavel. Mas como era possível ocultar tal fato? Não só estava em jogo a reputação de Felipe e dos reformadores, senão tambem o código penal do império, que estabelecia até pena de morte para o vício de poligamia. Felipe esperava ter por si todos os protestantes. Encontrou, porém, grande oposição. Por isso, afastou-se dos seus antigos amigos, e, para evitar o castigo que a lei previa, aproximou-se do partido imperial (GL II 382 ss.). Tornando, mais tarde, para o lado dos protestantes, caiu gravemente enfermo, em consequência das suas extravagâncias.

92. Nova desgraça para o catolicismo foi a morte do duque Jorge da Saxônia (1539). Com a sucessão de seu irmão Henrique, caiu mais este ducado em poder do protestantismo. O mesmo se deu no arcebispado de Riga, onde o margrave e arcebispo Guilherme de Brandenburgo apostatou. A própria Colônia estava ameaçada de perigo. O arcebispo-conde Germano de Wied, apesar das reclamações de seu clero, publicou um projeto de reforma, proposto por Bucer e Melanchton (1543). Mas o cônego João Gropper, o provincial dos carmelitas Berardo Billick e são Pedro Canísio lhe opuseram tenaz resistência. Povo, senado e clero apelaram para o imperador e o papa. O resultado foi a deposição e excomunhão de Germano de Wied (1546), e Colônia ficou fiel à antiga fé.

Tambem o conde Francisco de Waldeck, bispo de Muenster, Minden e Osnabrueck, projetou transformar os seus bispados em principado secular. Mas, resistiu-lhe eficazmente o cabido e obrigou-o a abdicar. Em outras regiões, porém, os inovadores tiveram melhor êxito.

93. Apesar de tudo, o imperador, sempre propenso a medidas pacíficas, esperava poder ainda restabelecer a união religiosa. O papa Clemente VII morrera em 1534, e **Paulo III** (1534-49) interessava-se mais pela realização dum concílio (Pallav. III 17 ss.). O seu legado Vergério teve benévolo acolhimento entre os príncipes católicos e alguns protestantes. Mas os aliados esmalcáldicos, confiados no apoio da França e da Inglaterra, não quiseram mais saber de concílio. E tendo o papa convocado os conciliares a reunirem-se, em 1537,

na cidade ducal de Mântua, opôs-se-lhe o duque, e os príncipes de Esmalcalda e os teólogos protestantes cairam em verdadeiros excessos de furor. Lutero escreveu os chamados *23 artigos esmalcáldicos,* que deviam ser norma das negociações com os legados católicos e que, apesar da aberta oposição à *Confissão augustana,* mais tarde, foram postos entre os livros simbólicos do luteranismo.

94. De fato, o concílio não se realizou, porque, além das dificuldades mencionadas, a guerra entre Carlos V e Francisco I veio torná-lo impossivel. Por isso, o imperador tentou obter a união religiosa por meio de um colóquio religioso que realmente teve lugar em Vormácia (1540) e foi continuado, no ano seguinte, na dieta de Ratisbona (Pallav. IV 12-15). Mas as conferências terminaram sem resultado positivo. E como o imperador, que projetava uma expedição contra os turcos na África, precisasse do auxílio dos príncipes, renovou, no Interim de Ratisbona, a paz religiosa de Nuremberg, fazendo ainda outras concessões.

Mas foi tudo inutil. Quanto mais condescendente se mostrava o imperador, tanto mais arrogantes se tornavam os protestantes. A reforma se propagava até à força de armas. Vendo assim fracassados todos os esforços por concluir um acordo pacifico, e tendo ratificado a paz de Crépy com a França e uma trégua com os turcos, resolveu Carlos V empregar tambem a força.

95. Lutero não viu mais o desenlace destas negociações. Já desde muito, o perseguia a lembrança da morte (GL III 187 ss.). Descontente com sua "reforma" e consigo mesmo, sentia que, apesar de tudo, não se libertara das dúvidas e dos remorsos de conciência. E, todavia, prosseguiu com ódio crescente na sua luta. Antes de mais nada, abriu uma campanha violenta contra os judeus. Foi ainda contra estes que se dirigiu sua última prédica, feita aos 14 de fevereiro de 1546. Mas não menos fanático era seu ódio contra o papado. O espírito que o animava reflete-se bem no tratado *Contra o papado de Roma fundado pelo demônio,* publicado justamente no ano da abertura do concílio de Trento (1545). Esta obra é o que de mais baixo saiu da sua pena, principalmente pelas caricaturas que acompanham o texto (GL III 317

ss.; GH III 62-64; IV 73 ss.). A elas se ajuntam ainda outras igualmente escandalosas, que têm por assunto o anticristo e a sua origem. Assim continua ele a luta até os últimos momentos da sua vida.

96. Em janeiro de 1546 foi para Eisleben, afim de restabelecer a paz entre os condes de Mansfeld. Cumprida esta missão, esperava voltar, em breve, a Vitenberga. Mas no dia 17 de fevereiro, sentiu agravar-se a sua antiga doença de coração e, na madrugada seguinte, foi chamado à presença do justo juiz dos vivos e dos mortos. Sepultaram-no na igreja do castelo de Vitenberga, aos 22 de fevereiro, festa da cátedra de são Pedro. Nas igrejas católicas se cantava o *Tu es Petrus,* enquanto que junto ao sepulcro do "reformador" se faziam panegíricos ao maior inimigo do primado de são Pedro.

Pallavicini, Hist. Conc. Trid. III-IV. — *Grisar,* Luther. — *Pastor,* Geschichte der Paepste IV 2. — *Janssen,* Geschichte des deutschen Volkes III. — *Buchberger,* Lexikon fuer Theologie und Kirche (Passim). — *Lortzing,* Die Augsburgische Konfession, Paderborn 1930. — *Grisar-Heege,* Luthers Kampfbilder III-IV. — *Paulus,* Luthers Lebensende, Freiburg 1898.

§ 134. A guerra esmalcáldica — O Interim de Augsburgo — O tratado de Passau — A paz religiosa de Augsburgo (1555)

97. Depois de ver frustrados todos os meios pacíficos, o imperador, resolvido a suprimir a inovação à força de armas, preparou a guerra, apoiado pelo duque Guilherme IV da Baviera e outros príncipes católicos e alguns protestantes, principalmente por Maurício, duque da Saxônia, ao qual prometia, além da dignidade eleitoral, uma parte do antigo eleitorado. Abertas as hostilidades pelos aliados esmalcáldicos, Carlos proscreveu o eleitor João Frederico e o landgrave da Hássia, que de novo se aproximara dos inovadores. A guerra esmalcáldica (1546-47) decidiu-se rapidamente em favor das tropas imperiais. O duque Ulrico de Wurtemberg e os protestantes do sul da Alemanha submeteram-se logo. João Frederico foi derrotado e aprisionado em Muehlberg sobre o Elba. Pouco depois, tambem Felipe da Hássia recuou ante a superioridade do adversário rendendo-se in-

condicionalmente ao imperador. A Liga de Esmalcalda se dissolveu.

98. Carlos V era, pois, senhor da situação. O protestantismo estava politicamente derrotado. A reorganização eclesiástica havia de realizar-se no concílio de Trento. No entanto, o imperador não tirou inteiro proveito da sua vitória. Pelo contrário, em vez de proceder em harmonia com o papa, suscitou ele mesmo um conflito doloroso, imiscuindo-se injustamente nas coisas da Igreja, fazendo exigências políticas demasiadamente duras ao papa, concluindo tratados com os protestantes e fazendo-lhes concessões que a Igreja não podia reconhecer.

99. Outro motivo de desgostos foi a transferência do concílio para Bolonha (cfr. § 147). Carlos, muito indignado, projetou, desde então, fazer as pazes com os protestantes à própria conta. Na dieta de Augsburgo (1548) fez redigir uma fórmula de união, o chamado **Interim de Augsburgo** (Pallav. X 17). Este, católico na sua essência, permitia aos protestantes a comunhão debaixo de duas espécies e o matrimônio dos seus pregadores. Tambem no tocante à doutrina da justificação se fizeram concessões, apesar do decreto tridentino já publicado que ensinava a doutrina católica a este respeito. O Interim devia ser obrigatório em toda a Alemanha, até à solução das questões no concílio. Mas nem os católicos, nem os protestantes o aceitaram.

100. Pelo contrário, sobreveio então uma completa mudança das coisas. Alguns príncipes protestantes tornaram a aliar-se em defesa de suas "liberdades" e de sua religião. O próprio Maurício da Saxônia, traindo secretamente o imperador, colocou-se-lhes à frente. Formaram até com Henrique II uma coalisão antihabsburgiana, cedendo à França os três bispados imperiais da Lorena: Metz, Toul e Verdun. Em março de 1552, invadiu Maurício as províncias católicas do sul da Alemanha, ao mesmo tempo que os católicos franceses ocupavam a Lorena, e os turcos, aliados de Henrique II, invadiam a Hungria. O próprio imperador estava em perigo de cair nas mãos de Maurício. Para evitar o último extremo, delegou plenos poderes a seu irmão Fernando, afim de ajustar logo o **tratado de Passau** (1552), que suprimia

o Interim de Augsburgo e concedia liberdade religiosa aos sectários da Confessio Augustana. Uma dieta a convocar-se dentro de seis meses estabeleceria o acordo definitivo.

101. Em vista, porém, da guerra com a França, do perigo turco e das contínuas lutas intestinas, a dieta não se realizou senão em 1555. Carlos V não quis tomar parte nela, para não se ver obrigado a cooperar no que, como imperador e católico, devia condenar, e confiou as negociações a seu irmão Fernando. Depois de ter passado a seu filho Felipe sucessivamente os governos de Milão, Nápoles, Sicília, Países Baixos e Espanha, cedeu a Fernando o governo do império (1556) e retirou-se para o mosteiro dos Jerônimos de San Yuste na Estremadura afim de preparar-se para a morte (m. 1558). Com ele terminou definitivamente o império universal.

102. Fernando I (1556-64) reuniu, em fevereiro de 1555, a dieta de Augsburgo, cujo resultado foi a chamada **paz religiosa de Augsburgo,** assinada aos 25 de setembro do mesmo ano (MQ 285 ss.). As suas disposições principais são as seguintes:

1) Para o futuro haverá paz entre os católicos e os adeptos da Confissão Augustana.

2) Compete aos príncipes e cidades imperiais o que mais tarde se chamará *jus reformandi,* conforme o princípio observado desde 1526: cuius regio, eius religio. Os súbditos são obrigados a seguir a religião do príncipe, a não ser que queiram emigrar.

3) Se um arcebispo, bispo ou qualquer eclesiástico passar ao protestantismo, perde os seus cargos com todos os direitos e dignidades, ficando estes reservados à antiga Igreja. Contra este *reservatum ecclesiasticum,* decretado por Fernando, protestaram os luteranos.

4) Os adeptos da Confissão Augustana podem conservar os bens eclesiásticos secularizados antes do tratado de Passau.

Com esta paz ficou selada a divisão da Alemanha e frustrada a obra de Carlos V, que se havia proposto realizar a união religiosa do império. Nem era verdadeira paz, porquanto violava a própria liberdade de conciência. O resultado foi uma completa inversão do estado das coisas da idade média. Em particular o reservatum ecclesiasticum e as concessões feitas mais tarde por Fernando não satisfa-

ziam nem a uma nem a outra parte, motivaram justos protestos do papa e deram motivo a outros conflitos, lançando o germe para a guerra dos trinta anos.

Raynald., Ann. ad an. 1546 ss. — *Pallavicini*, Hist. Conc. Trid. IX ss. — *Hergenroether-Kirsch* III 489 ss. — *Pastor*, Geschichte der Paepste V-VI.

§ 135. Ulteriores progressos do protestantismo na Alemanha — A guerra dos trinta anos

103. Fernando I, profundamente católico como seu irmão, e compenetrado da sua responsabilidade, continuou empenhando-se em restabelecer a união religiosa. Em Augsburgo prometera um colóquio religioso que, realmente, se efetuou, dois anos depois, em Vormácia. Nele tomou parte, do lado dos protestantes, Felipe Melanchton, e, do lado dos católicos, são Pedro Canísio. Mas, como todos os colóquios religiosos, ficou tambem este sem resultado. Libelos conciliatórios, como a *Via regia* de Jorge Witzel e a *Consultatio de articulis religionis* de Jorge Cassander, não tiveram melhor sorte.

104. O protestantismo, baseando-se no *jus reformandi*, fez ainda ulteriores progressos. Apesar do *reservatum ecclesiasticum*, a Igreja perdeu logo, no norte da Alemanha, outros quatorze bispados. A antiga fé manteve-se somente nas partes ocidentais e sulinas do império. E até nestas a heresia tentou penetrar à força.

Gebhardo Truchsess, arcebispo e eleitor de Colônia (1577), casou-se, em 1579, com a condessa Inez de Mansfeld, declarou-se, pouco depois, abertamente pelo calvinismo e tentou transformar o arcebispado em ducado secular. Mas resistiram-lhe o cabido e o senado. Gebhardo foi deposto pelo papa Gregório XIII, e o duque Ernesto da Baviera entrou em seu lugar, apesar de já possuir os bispados de Frisinga, Hildesheim e Liège. Como Gebhardo, calvinista, não obtivesse o esperado apoio dos príncipes protestantes, a guerra, travada entre os dois rivais, terminou com a derrota de Gebhardo (1584). E esta fez com que o catolicismo mais uma vez se conservasse em Colônia, além de conjurar o perigo para

os bispados limítrofes, Muenster e Paderborn. Sorte semelhante teve o bispado de Strassburgo, onde o cardial Carlos de Lorena se manteve contra o jovem João Jorge de Brandenburgo, candidato do partido protestante no cabido.

105. Peior teria sido a sorte do catolicismo, se não fosse a discórdia doutrinal que já então reinava entre os protestantes, e se nos arraiais do luteranismo não se propagasse como de fato se propagou o calvinismo, apesar da paz religiosa de Augsburgo que o excluira do acordo. No Palatinado eleitoral, já luteranizado, Frederico III introduziu a reforma calvinista, pelo chamado catecismo de Heidelberga (1563). Outros príncipes o imitaram. Era maior o ódio dos luteranos a estes do que aos católicos. Não poucos principados e cidades imperiais tiveram que mudar, mais de uma vez, a sua religião.

106. Os inovadores tentaram com êxito propagar a sua doutrina tambem nos territórios dos príncipes seculares católicos. Nos dominios dos Habsburgos já tinham penetrado no reinado de Fernando I. Seu filho Maximiliano II (1564-76), que como príncipe herdeiro simpatizara com os inovadores, não quis como imperador ser "papista", embora, por motivos dinásticos, conservasse a antiga religião. Rudolfo II (1576-1612) foi decididamente católico, mas muito fraco para se opôr ao movimento reformista. E as desavenças que teve com seu irmão Matias, o qual se apoiava nos protestantes, deram outras grandes vantagens à pseudo-reforma.

107. Toda esta propagação do protestantismo na Alemanha foi promovida pela côrte de Paris, que não perdia ocasião para enfraquecer a Alemanha e tomar a si a hegemonia na Europa, o que realmente conseguiu, na **guerra dos trinta anos.**

Sob a influência de Henrique IV, formou-se, em 1608, a União protestante, a cuja frente se colocou o eleitor palatino, Frederico IV (1583-1610). No ano seguinte, se lhe opôs a Liga católica, dirigida pelo duque Maximiliano da Baviera (1598-1651). Henrique IV da França prometeu aos protestantes poderoso auxílio, e já estava a guerra para estalar, por ocasião dum conflito pela herança de Juelich-Cleve-Berg, quando o punhal de Ravaillac frustrou os planos de Henrique IV (1610). Os herdeiros litigantes mudaram, entremen-

tes, a sua religião e fizeram as pazes, retardando assim, por alguns anos, a guerra geral.

108. A guerra explodiu em 1618, pela rebeldia dos protestantes e dos utraquistas da Boêmia e pela defenestração de Praga. Rudolfo II concedera-lhes, na sua carta imperial de 1609, liberdade religiosa, e outorgara aos senhores e cavaleiros, às cidades e territórios imperiais, o direito de erigir igrejas. Excedendo estas concessões, construíram os protestantes do arcebispado de Praga uma igreja em Klostergrab e os súbditos protestantes do abade de Braunau fizeram outro tanto. O imperador Matias (1612-19), resolvido a revogar as concessões de seu irmão, acolheu as reclamações do arcebispo e do abade e ordenou que a igreja de Braunau fosse fechada e a de Klostergrab demolida. A consequência foi uma sublevação em Praga, chefiada pelo conde Matias de Thurn, e com ela começa a primeira fase da guerra dos trinta anos, o período boêmio-palatino (1618-23), e para toda a Alemanha a época de seus maiores sofrimentos.

109. O imperador Matias, incapaz de fazer frente à revolução, faleceu, e **Fernando II** (1619-37) lhe sucedeu no trono imperial. Nunca imperador algum subiu ao trono em condições mais difíceis, e só os seus sentimentos profundamente católicos lhe deram ânimo e força para aceitar o peso do governo (HK III 739). Os boêmios lhe negaram obediência e ofereceram a coroa real ao eleitor palatino, Frederico V (1610-32). A sublevação estendeu-se logo às regiões limítrofes e estava prestes a destruir a soberania da casa dos Habsburgos e a religião católica, quando Fernando achou poderosos aliados, a Espanha, a Liga católica e a Saxônia eleitoral. A batalha do Monte Branco perto de Praga (1620) restabeleceu o seu domínio. Fernando puniu severamente os sublevados. Frederico refugiou-se na Holanda e perdeu a dignidade eleitoral com boa parte dos seus territórios, cedidos a Maximiliano da Baviera, que enviou a célebre biblioteca palatina de Heidelberga de presente ao papa.

110. Mas a guerra não terminou com a vitória do Monte Branco. O conde Ernesto de Mansfeld e outros amigos de Frederico continuaram a luta por própria conta. Em 1625, tambem Cristiano IV da Dinamarca, apoiado pela Inglaterra

e pela Holanda, pegou em armas, iniciando a segunda fase da guerra, o período dinamarquês (1625-29). Mas Cristiano foi derrotado por Tilly, general da Liga católica, perto de Lutter ao noroeste de Goslar (1626), e Mansfeld foi vencido, no mesmo ano, por Wallenstein, perto de Dessau. Estas derrotas dos protestantes tiveram por resultado a paz de Luebeck (1629). Cristiano IV teve de comprometer-se a nunca mais intervir nos negócios da Alemanha. Nunca o poder dos Habsburgos parecera tão firme, como naquele momento.

Fernando, depois da vitória, sentia-se autorizado e até obrigado a reduzir o protestantismo, em todo o império, aos limites, que lhe tinham sido assinalados no tratado de Passau e na paz de Augsburgo. Por isso, publicou o chamado edito de Luebeck (1629), segundo o qual os protestantes tinham de restituir todos os bens eclesiásticos que tinham usurpado depois de 1552.

111. Mas as disposições da paz e a execução do edito, legítimo, sim, mas imprudente, levaram a uma nova guerra, ao período sueco (1630-35). Gustavo Adolfo, rei da Suécia, apoiado pela França, e arvorando-se em protetor da nova fé, mas não menos movido por razões políticas e comerciais, apareceu, de repente, na Alemanha, no momento, em que o imperador, constrangido pela Liga e pelas maquinações de Richelieu, havia demitido Wallenstein. Tilly, que tinha podido gloriar-se, até então, de nunca ter perdido uma batalha, e em maio de 1631 ainda tomara a cidade de Magdeburgo, baluarte do protestantismo, poucos meses depois, foi derrotado em Breitenfeld. Mas Wallenstein, chamado novamente pelo imperador, pôs uma barreira ao rei vitorioso, que sucumbiu na batalha de Luetzen (1632), mortalmente ferido. Seu chanceler Axel Oxenstierna, regente na menoridade de Cristina, filha de Gustavo Adolfo, e o duque Bernardo de Weimar continuaram, porém, a guerra. Wallenstein, que planejava uma traição, foi assassinado em Eger. Fernando, filho do imperador, foi nomeado chefe das tropas imperiais e conseguiu uma vitória decisiva sobre os suecos perto de Noerdlingen (1634), que teve por consequência a paz de Praga (1635). O edito da restituição foi suprimido.

112. Contudo, a guerra se prolongou pelas maquinações de Richelieu. Começou o período francês (1635-48). Os exércitos de Baner e Turenne, Torstenson e Wrangel converteram em deserto grande parte da Alemanha. "Não era somente a religião que estava em jogo. A política ocupava papel mais importante". Richelieu tinha em vista abater a casa de Habsburgo. Para conseguir os seus intentos, não hesitou este príncipe eclesiástico e cardial da Igreja católica, em colocar-se ao lado dos protestantes. Que estes foram realmente os seus planos, deduz-se claramente do tratado vestfaliano, que encerrou a guerra dos trinta anos.

113. A paz firmou-se em Muenster e Osnabrueck (1648). Para a história eclesiástica só tem importância o chamado *Instrumentum pacis Caesareo–Suecicum Osnabrugis a.* 1648 *erectum* (MQ 378 ss.). As suas disposições são as seguintes:

1) O tratado de Passau e a paz de Augsburgo são confirmados. As duas confissões, católica e augustana, gozam de plena igualdade (art. V. § 1).

2) O dia 1° de janeiro de 1624 é o dia normal para a restituição eclesiástica (art. V. § 2).

3) O *jus reformandi* é concedido a todos os Estados imperiais, eclesiásticos e seculares, de modo que, em qualquer Estado, onde no ano de 1624, uma das duas religiões tinha direito de exercer o seu culto, conservá-lo-á. E' suprimido, portanto, o *reservatum ecclesiasticum* (art. V. §§ 30-32).

4) Nas dietas imperiais, os Estados se dividem em um *corpus catholicorum* e um *corpus evangelicorum*, o que se chama de *jus eundi in partes*: e nos assuntos religiosos não decide mais o número de votos, mas resolvem-se as questões por acordos amigaveis (art. V. § 52).

5) Fora da religião católica e da confissão augustana, é admitida tambem a religião reformada ou calvinista, com igualdade de direitos (art. VII. § 1). Outras religiões, porém, não são toleradas (§ 2).

A conclusão desta paz foi politicamente uma inaudita humilhação da Alemanha e religiosamente fez com que a Igreja católica perdesse definitivamente a maior parte dos bens que o edito da restituição lhe havia devolvido. Com justos motivos protestou, portanto, o papa Inocêncio X, pelo breve *Zelo domus Dei* (MQ 382-83), não contra a paz, senão contra todos os artigos que violavam os sagrados direitos da Igreja. E embora as suas reclamações não tivessem nenhum resultado, declarou, ao menos, perante o mundo, que não consentia em tão grande injustiça.

Schmidlin, Die kirchlichen Zustaende in Deutschland vor dem Dreissigjaehrigen Krieg, 2 vol., Freiburg 1908-10. — *Hurter,* Geschichte Ferdinands II (1619-37), 11 vol., Schaffhausen 1850-64. — *Koch,* Geschichte des deutschen Reiches unter Ferdinand III (1637-57), 2 vol., Wien 1865-66. — *Gfroerer,* Gustav Adolf, Koenig von Schweden, und seine Zeit, 4. ed., Stuttgart 1863.

II CAPíTULO

O PROTESTANTISMO FORA DA ALEMANHA

§ 136. Zuínglio e o zuinglianismo na Suissa

114. O princípio individualístico de Lutero provocou logo um sem número de tendências diversas, sinal caraterístico de todas as heresias. Mais claras e mais lógicas acentuaram-se as novas idéias na Suissa que, em 1499, conseguira separar-se do império alemão.

As pressuposições para a reforma eram, mais ou menos, as mesmas como na Alemanha. Sendo, porém, a Suissa uma república cultural e politicamente dividida, haviam de nascer nela não somente diversas tendências do protestantismo, mas até diversas Igrejas. Zuínglio fez de Zurique, Calvino de Genebra centro de nova Igreja.

115. **Ulrico Zuínglio** (1484-1531) de Wildhaus, depois de seus estudos filológicos e teológicos em Berna, Viena e Basiléia, foi ordenado sacerdote (1505) e nomeado vigário em Glarus (1506). Mais tarde, foi transferido para Maria-Einsiedeln (1516). Homem de grande talento e rara eloquência, mas pouco profundo, começou logo a pregar contra as peregrinações, contra o culto da santíssima Virgem e contra todo o culto exterior. Mas a sua vida escandalosa obrigou-o, em breve, a deixar Maria-Einsiedeln, sendo, entretanto, para sua maior desgraça, nomeado pregador da catedral de Zurique (1519).

no tocante à Eucaristia. A maior parte dos protestantes aceitaram, mais tarde, a *Confessio Helvetica* (1566). Mas a constituição eclesiástica ficou sendo, na Suissa alemã, zuingliana, democrática, estadual.

Buchberger, Lexikon (passim). — *Funk-Bihlmeyer* III 54 ss. — *Knoepfler*, Lehrbuch der Kirchengeschichte, 6. ed. Freiburg (nova impr.) 1924. — *Schmidlin*, Bernardin Sanson, der Ablassprediger in der Schweiz (1518-19), Solothurn 1898. — *Pallavicini*, Hist. Conc. Trid. I-II. — *Strickler*, Aktensammlung zur schweizer. Reformationsgeschichte (1521-32), 5 vol., Zurich 1877-84.

§ 137. Calvino e o calvinismo

123. Muito mais importante do que o zuinglianismo é o calvinismo. Pois, nesta forma, se espalhou a inovação na França, nos Países Baixos, na Inglaterra e na Escócia e, por conseguinte, na América setentrional, e em outras regiões do velho e novo mundo.

124. Fundador desta terceira família protestante foi **João Calvino** (1509-64), natural de Noyon na Picardia. Seu pai, secretário episcopal, destinou-o ao estado eclesiástico. Foi nomeado capelão da catedral de Noyon, quando tinha apenas 12 anos de idade, e aos 18 anos recebeu o benefício de pároco de Martville, sem ser sacerdote. Estudou depois nas universidades de Orléans e Bourges, onde teve contato com o professor luterano Melquior Vollmar. Em 1533, "converteu-se" ele mesmo, de repente, ao luteranismo, pelo que teve de deixar a pátria. Depois de haver publicado, em Basiléia, a sua principal obra teológica *Institutio religionis christianae*, estabeleceu-se em Genebra (1536).

125. A Suissa francesa obedecia então, pela maior parte, ao duque de Savóia, que procurou submeter ao seu senhorio tambem a cidade livre de Genebra. Esta, porém, uniu-se com Berna, para defender a sua independência, e obrigou o duque a largar tambem Lausana e outras cidades. Em toda parte foi introduzido o protestantismo. Desde 1532, o pastor francês Guilherme Farel começou a pregar a inovação na própria Genebra e conseguiu, já em 1535, que o protestantismo fosse declarado religião de Estado. Mas, incapaz de dominar os transtornos que logo agitaram a cidade, pediu

a Calvino, quando alí se achava de viagem, que nela fixasse residência.

126. Calvino começou logo a pregar e organizar a nova Igreja. Redigiu um catecismo e uma profissão de fé e introduziu uma rigorosa disciplina eclesiástica. Por causa da sua tirania foi, porém, expulso (1538), e retirou-se para Strassburgo, onde ficou até 1541. Neste interim procurou o cardial Sadoleto reconduzir os genebreses ao seio da Igreja católica (SQ II 31-33). Mas em vão. O partido calvinista não descansou, ganhando cada vez maior influência. Calvino, convidado, voltou então a Genebra. E, desde então, desenvolveu uma atividade incansavel na propaganda e organização da Igreja reformada.

127 a. Calvino distingue-se bastante de Lutero e de Zuínglio por maior clareza e lógica da doutrina, por maior pureza de costumes e por seu gênio organizador. Nas suas mãos, a doutrina do reformador de Vitenberga se transformou em verdadeiro sistema teológico, cuja nota distintiva é um sombrio rigorismo. O conceito que tinha de Deus é caraterizado pela idéia da majestade severa do Juiz. A doutrina da justificação é a predestinação absoluta, consequência do conceito que tinha do pecado original. Este corrompeu a natureza humana de tal maneira que deixou o homem incapaz de praticar, por si próprio, senão o mal.

b. Todavia, não se nega a liberdade humana. Mas, como harmonizar a liberdade e a predestinação, nem Calvino, nem calvinista algum jamais o soube explicar. Calvino refugiou-se na distinção entre liberdade externa e interna. Deus, autor primordial do bem e do mal, destinou uma parte dos homens às penas eternas, para assim manifestar a sua justiça. Outros foram predestinados para a vida eterna, afim de revelar a sua misericórdia.

c. Membros da Igreja são unicamente os predestinados. A sua comunidade é teoricamente invisivel, praticamente é visivel. A Sagrada Escritura é a única fonte da fé. Nega-se a missa e o sacerdócio particular. Há somente dois sacramentos, batismo e ceia, que não são meios, mas apenas sinais da salvação. O pão e o vinho eucarísticos são simples

sinais do corpo e do sangue de Jesús Cristo, admitindo-se, contudo, uma presença virtual de Cristo glorificado. Mas, só os predestinados recebem na ceia o *alimento* espiritual; os réprobos não recebem senão o *elementum material*, pão e vinho (LThK II 710-11).

128. Sendo um espírito organizador, Calvino estava convencido da necessidade de formas políticas em qualquer sociedade. Por isso, introduziu, logo de início, uma constituição teocrática da nova Igreja, as chamadas *Ordonnances ecclésiastiques*. Esta constituição tem carater presbiterial-democrático e consta de quatro ofícios: pastores, doutores, presbíteros e diáconos. À comunidade presidem duas comissões, a chamada *Venerable Compagnie*, composta de pastores e doutores, e o consistório, composto de pastores e doze presbíteros leigos. Àquela compete o magistério, a este, verdadeiro tribunal da inquisição, o poder judicial. Para se conhecerem os sentimentos religiosos e a conduta moral dos fiéis, ordenam-se visitas pastorais a se fazerem uma vez por ano, de casa em casa. São punidos severamente os delitos contra a moral, e os adversários da nova fé, entregues ao braço secular. Desta arte foram muitos condenados ao desterro, como o ex-carmelita apóstata Jerônimo Bolsec, que se insurgira contra a doutrina calvinista da predestinação. Outros foram condenados à morte da fogueira, como o médico espanhol Miguel Servet (1553), que negava o dogma da santíssima Trindade (SQ II 30). A consequência de tudo isso foi a desharmonia entre a vida exteriormente correta e a moral hipócrita dos reformados.

129. Tendo vencido todos os seus adversários, principalmente a aristocracia alegre de Genebra, Calvino coroou a sua obra com a fundação de uma academia teológica (1559), cuja direção confiou a Teodoro de Beza (m. 1605), escravo de toda a espécie de devassidões, mas companheiro fiel e sucessor do heresiarca. Na academia reuniram-se estudantes de todas as nacionalidades, de modo que ela se tornou, por assim dizer, um seminário de missionários calvinistas para a Europa ocidental. Além disso, Calvino desenvolveu, até à sua morte, uma atividade maravilhosa por seus escritos. Ainda em vida dele, a sua obra propagou-se deste modo, um tanto modificada conforme as circunstâncias locais, na França, na Inglaterra e Escócia, na Polônia, na Hungria e nos Paises Baixos, e mesmo em muitas cidades da Alemanha. Na França e na Inglaterra, como tambem nos Paises Baixos, os reformados, como geralmente se chamam os calvinistas, vieram a ser uma potência política de grande importância (LThK II 712-13).

Calvini opera, ed. Baum etc., 59 vol., Braunschweig 1863-1900. — *Beza*, Vie de Calvin, Genève 1564. — *Schwammborn*, Kirchengeschichte in Quellen und Texten II, Neuss 1911. — *Hergenroether-Kirsch* III 398 ss., com rica literatura. — *Buchberger*, Lexikon (passim). — *Burg*, Kontrovers-Lexikon, Essen 1904. — *Lang*, Calvin, ein Lebensbild, Leipzig 1909. — *Picard*, Théodore de Bèze, Cahors 1906.

§ 138. O protestantismo na França

130. A inovação protestante, em qualquer forma que tenha aparecido, foi uma revolução não só religiosa e eclesiástica, mas tambem civil e politica. Foi um ataque violento contra a Igreja e, portanto, contra todos os seus fiéis. Não podia, pois, deixar de tornar-se guerra religiosa e civil, o que, de fato, se deu primeiro na França, depois de um prelúdio na Alemanha e na Suissa (Lortz).

131. As seitas anteriores, a Sanção Pragmática, o procedimento arbitrário de Francisco I (1515-47), tanto nos negócios religiosos como políticos, a escolha de bispos mais dóceis à vontade do rei do que à do papa, tinham, havia muito, preparado o caminho ao protestantismo na França. Lutero e Melanchton acharam muitos e fervorosos leitores. Zuínglio e Calvino dedicaram suas obras principais a Francisco I. A Sorbona condenou ao fogo os escritos de Lutero, sem, com isso, barrar o movimento. Francisco I, aterrado ante a desgraça da Alemanha, tomou sérias medidas para sustar a inovação. Fugiu, entre outros, Calvino. Mas o rei, com a sua política dobre e de má fé, protegia na Alemanha os protestantes que no seu reino perseguia. E o castigo de Deus não se fez esperar. Muito favoravel foi aos calvinistas a fraqueza de Henrique II (1547-59) que, apesar dos seus esforços, já não era capaz de suprimir o movimento.

132. Sendo os inovadores da França principalmente Eidgenossen da Suissa, chamavam-se huguenotes. O novo evan-

gelho teve eco especialmente no sul e sobretudo entre as famílias nobres. Distinguiram-se entre elas os Borbons e os irmãos Coligny da casa de Chatillon. Protetora muito influente dos protestantes era Margarida de Valois, irmã de Francisco I e esposa de Henrique, rei de Navarra.

Em 1559, a inovação contava com 400.000 adeptos. Reuniu-se então, em París, o primeiro sínodo nacional dos reformados, onde foi redigida a *Confessio Gallicana* e estabelecida uma constituição eclesiástica calvinista, com o que ficou fundada a Igreja huguenote da França.

133. Durante os reinados dos jovens Francisco II (1559-60) e de seu irmão Carlos IX (1560-74), os inovadores foram ganhando influência e procuraram alcançar o reconhecimento oficial do Estado. Como não o conseguissem logo, moveram repetidas conjurações. Pela conjuração de Amboise, na primavera de 1560, esperavam derrotar os chefes do partido católico, o duque Francisco de Guisa e seu irmão Carlos, "cardial de Lorena" e arcebispo de Reims, sobremaneira considerados na côrte.

A conjuração fracassou. Mas as maquinações interesseiras da rainha-mãe Catarina de Medici, regente na menoridade de Carlos IX, não permitiram a vitória do partido católico. Não queria ela a preponderância dos borbons calivinistas, mas tampouco a dos guisas católicos. E, por isso, chamou à sua côrte o rei titular de Navarra, Antônio de Borbon, com o que a reforma foi-se infiltrando, cada vez mais, na sociedade francesa. Catarina manteve tambem as concessões já feitas aos huguenotes e, a pedido de Coligny, fez celebrar um colóquio reliogioso em Poissy (1561), no qual tomaram parte, do lado católico, o geral dos jesuitas, Lainez, e o cardial Carlos de Guisa, e, do lado protestante, Teodoro de Beza. O colóquio não teve naturalmente nenhum resultado. O edito de S. Germain de 1562 concedeu aos protestantes em todo o reino liberdade de conciência e, fora das cidades, tambem liberdade de culto, sob a vigilância das autoridades.

134. Tal tolerância animou mais ainda os calvinistas, estimulados, além disso, pelos pregadores de Genebra. E já principiaram a cometer-se violências contra igrejas e mosteiros,

contra sacerdotes e religiosos (Pastor VII 397 ss.). Os acontecimentos precipitaram-se, culminando no morticínio de Vassy, onde, numa contenda entre o séquito de Francisco de Guisa e os huguenotes, o duque foi ferido, e, por isso, a sua gente trucidou uns sessenta sectários, com o que começou a primeira das oito **guerras huguenotes** que, pelo espaço de 36 anos, ameaçaram destruir a unidade do reino.

135 a. Os huguenotes iam formando um Estado quasi perfeito dentro do Estado, e Coligny, sucessor de Condé na chefia política dos sectários, já quasi era senhor da situação, quando um fato extremamente doloroso e sanguinolento veio cortar-lhe a vida como a de milhares de huguenotes: **a noite de são Bartolomeu.**

b. Catarina de Medici, não querendo renunciar ao seu prestígio no governo, planejou o extermínio de seu rival, o almirante de Coligny. Falhado o primeiro golpe do assassino contratado, não lhe restou, para chegar ao fim visado, senão desferir novo e rápido golpe contra o almirante e seu partido. Para tanto obteve tambem o consentimento de Carlos IX. Na noite de 23 a 24 de agosto de 1572, foi executado o plano sinistro. A carnificina, começada em París, estendeu-se tambem a algumas províncias, elevando-se o número das vítimas a c. 8000 (?).

136. São estes os fatos. Carecem pois de qualquer fundamento as acusações de cumplicidade no crime que se têm feito à Igreja e aos papas. Pio V exigira combate aos hereges em guerra "aberta e livre", portanto, não por meios ilegítimos. Gregório XIII nada sabia dos planos da côrte. Verdade é que em París foi celebrada depois uma missa solene em ação de graças e que o papa fez cantar em Roma um Te Deum, cunhar uma medalha comemorativa e apresentar as suas felicitações ao rei Carlos. Mas a sua intenção não foi celebrar o massacre. E' que as informações oriundas de París não correspondiam à verdade. Todas falavam de uma conjuração dos huguenotes contra a vida do rei e contra o Estado. Por isso, nada mais natural do que as demonstrações de regozijo em París e o contentamento do papa.

137. O morticínio, crime puramente político, que de nenhum modo pode ser justificado, não foi de proveito algum para a religião católica, nem tampouco para a côrte real. Antes pelo contrário. A guerra religiosa continuou com maior fanatismo. Carlos IX deixou a seu irmão Henrique III (1574-89) um reino dividido e um cetro enfraquecido. Henrique,

por seu turno, foi um jovem sem carater nem energia, e teve de conceder aos huguenotes, na paz de Beaulieu (1576), a liberdade de culto em toda a parte, fora de París, e completa igualdade de direitos. O edito de Poitiers (1577) restringiu, de novo, os seus direitos, e a Liga Sagrada, renovada em 1584, sob a direção de Henrique de Guisa, e aliada com Felipe II da Espanha, obrigou a Henrique III a tirar-lhes todos os direitos e a proibir-lhes o culto sob pena de morte. Conseguiu tambem, que Xisto V declarasse Henrique de Borbon, como herético relapso, incapaz de cingir a coroa francesa.

138. Tudo isto deu motivo à última guerra religiosa, guerra dos três Henriques (1585-98), durante a qual o fraco rei se indispôs com a própria Liga Sagrada, fez assassinar a Henrique de Guisa e seu irmão Luiz, causando assim a sua própria desgraça. Odiado pelo povo, refugiou-se no acampamento dos huguenotes, e alí feriu-o mortalmente o punhal dum fanático liguista, o dominicano Jacques Clément (1589).

139. Henrique IV de Borbon (1589-1610) subiu, de fato, ao trono. Mas, temendo a poderosa Liga Sagrada, e querendo ganhar as simpatias do povo e do papa, abjurou o protestantismo (1593), e foi então reconhecido em todo o reino. Por meio do edito de Nantes (1598) restabeleceu a paz religiosa, ficando o catolicismo religião do Estado, mas conservando os huguenotes a liberdade de conciência (art. 6) e a igualdade civil (art. 27).

140. A importância das oito guerras dos huguenotes é bem maior do que parece ao observador superficial. Provam-nos que, apesar de já realizada em grande parte a reforma católica, a cisão religiosa da Europa, ao norte dos Alpes e dos Pireneus, continuou sendo um perigo ameaçador, perigo tanto mais fatal, quanto, nos decênios seguintes, à frente do governo francês veio a estar um homem que, sendo príncipe da Igreja, foi, todavia, antes de tudo um político, que não conhecia escrúpulos: o cardial Richelieu, ministro onipotente de Luiz XIII (1610-43). Projetava ele quebrar a prepotência de Habsburgo e, enquanto tentava abafar definitivamente o poder político do protestantismo francês, não hesitou em fazer causa comum com Gustavo Adolfo e com os príncipes protestantes da Alemanha, na guerra dos trinta anos. E' incompreensivel, como ele, cardial da Igreja católica, tenha podido operar com meios tão perigosos e tão indignos. Foi ele, mais do que qualquer outro, o culpado da divisão da Europa em nacionalismos e da separação entre a cultura católica e protestante (St Z 1935, 392-402).

Hergenroether-Kirsch III 518 ss. — *Funk-Bihlmeyer* III 149 ss. — *Pastor,* Geschichte der Paepste IV-XIII. — *Imbart de la Tour,* Les origines de la Réforme, 3 vol., Paris 1904-14. — *Lavisse,* Histoire de France VI-VII, Paris 1904-05. — *Bauer,* Die Hugenottenkriege, ein Werk der Toleranz (StML, 1876, 143 ss.). — *Holzwarth,* Die Bartholomaeusnacht, Muenster 1871. — *Salim,* Sciencia e religião II 384-86. — *Beloe,* Richelieu, Londres 1930. — *Darras-Fèvre,* Histoire de l'Eglise XXXIII ss, Paris 1884 ss.

§ 139. O protestantismo na Inglaterra nos reinados de Henrique VIII e Eduardo VI

141. O protestantismo inglês é o resultado do igrejismo estatal, que se formara, desde o fim da idade média. Viclif e os seus lolardos (§ 116) e o humanismo radical prepararam-lhe o terreno. Os motivos próximos, que deram origem ao movimento apostático, não se devem, no entanto, procurar no campo doutrinal, nem na necessidade de reforma dos costumes. A verdadeira causa motriz foi o divórcio de **Henrique VIII** (1509-47).

142. Este príncipe, segundo filho de Henrique VII Tudor, fora destinado ao estado eclesiástico. Como, porém, seu irmão Artur falecesse muito cedo, Henrique herdou o trono, tendo então dezoito anos de idade. Obtida a devida dispensa do papa Júlio II, casou-se, no mesmo ano, com Catarina de Aragão, viuva de seu irmão. Catarina, que com Artur não consumara o matrimônio, teve de seu enlace com Henrique três filhos e duas filhas, dos quais sobreviveu somente a princesa Maria.

143. Durante o primeiro período do seu reinado, Henrique se mostrou zeloso defensor da fé católica, chegando a publicar contra Lutero a *Assertio septem sacramentorum* (1521), que lhe valeu o título de "Defensor Fidei", conferido pelo papa Leão X (Pallav. II 1, 7-8). Mas a sua detestavel sensualidade fez com que, de repente, rompesse com a Igreja. Encontrando, infelizmente, um parlamento e um episcopado obedientes, separou com brutalidade todo o povo da unidade católica. O absolutismo tirânico imprimiu à reforma inglesa o seu carater.

144. Depois de dezessete anos de feliz matrimônio, Henrique começou a ter, desde 1527, "escrúpulos" sobre a legitimidade do seu casamento. Tendo-se apaixonado por Ana Boleyn,

dama de honor de Catarina, procurou dissolver o primeiro matrimônio. Pretextava ser inválido pelo impedimento do primeiro grau de afinidade, estabelecido no Antigo Testamento (Lev 18, 16; 20, 21) e confirmado por João Batista (Mc 6, 18), de que nem o papa poderia dispensar. O pretexto não tinha naturalmente nenhum fundamento. Mas as concupiscências do rei encontraram demasiado apoio. Um partido cortesão, a cuja frente estava o duque de Norfolk, tio de Ana Boleyn, quis aproveitar-se da ocasião para derribar o cardial Tomaz Wolsey, primeiro ministro do reino.

145. Wolsey, desde o princípio, não resistiu ao rei com a necessária energia, e tambem o papa mostrou-se pronto a fazer todas as concessões possiveis. Um secretário real, enviado a Roma, obteve até uma bula, pela qual Clemente permitia novo matrimônio para o caso de se provar a invalidade do primeiro. Wolsey e o cardial Campegio foram encarregados de abrir inquérito sobre a questão. Wolsey, espírito servil, não querendo perder o seu cargo, e conhecendo a firme resolução do rei de separar antes o reino da unidade eclesiástica do que renunciar aos seus caprichos, procurou arranjar-lhe o divórcio. Clemente VII, porém, não deu o seu consentimento. Pelo contrário, chamou o processo a seu tribunal e suspendeu a jurisdição dos dois cardiais. Parece que Wolsey se submeteu à ordem do papa, pois a consequência imediata foi a sua queda. Acusaram-no, em seguida, de alta traição, e só uma morte prematura o preservou do cárcere e do cadafalso (1530).

146. Obcecado pela paixão, o rei persistiu nos seus projetos, não fazendo caso das leis divinas e eclesiásticas. Tomaz Cromwell, advogado obscuro até então, indicou-lhe um caminho, pelo qual pudesse conseguir os seus fins sem o papa, e mesmo contra ele, separando-se de Roma, à semelhança dos príncipes alemães. A seu conselho, a questão foi proposta a diversas universidades, e algumas delas deram parecer favoravel. A maioria, porém, declarou-se em contrário. Para efetuar o plano, foi convocada uma assembléia do clero e do parlamento, onde o rei foi realmente reconhecido chefe supremo da Igreja nacional (1531), embora com a cláusula "enquanto o permite a lei de Deus". Tomaz Morus, chanceler do reino, porém, não deu o seu consentimento e renunciou ao cargo. A partir de então, tornou-se Cromwell o mais influente conselheiro de Henrique. E Tomaz Cranmer, capelão da família Boleyn, foi nomeado arcebispo de Cantuária. Numa viagem à Alemanha entrara em relações com o luteranismo e secretamente se casara com uma sobrinha do célebre Osiander. Mas soube enganar o papa e conseguir a confirmação.

147. Assim preparado, efetuou-se, em breve, o completo rompimento. Em janeiro de 1533, Henrique se casou secretamente com Ana Boleyn. Cranmer declarou, em maio do mesmo ano, nulo o matrimônio com Catarina. Em setembro já nasceu Isabel, fruto ilegítimo da união pecaminosa. Henrique tentou ainda negociar com o papa, e como nada conseguisse, os seus legados apelaram para um concílio geral. E quando, finalmente, o papa declarou solenemente a validade do primeiro casamento, Henrique respondeu com o *Bill de Supremacia* (1534). O rei é reconhecido, sem cláusula alguma, único e supremo chefe da Igreja inglesa. O papa não é chamado senão bispo de Roma. Em lugar das orações que por ele se faziam, entrou nos livros litúrgicos esta infamante invocação: "Da tirania do pontífice romano, livrai-nos, Senhor" (Pallav. III 15, 4).

148. Consumou-se, pois, o cisma. Tomaz Cromwell, apesar de leigo, foi nomeado vigário geral da Igreja inglesa. Todos os bispos foram suspensos e reintegrados só com a condição de reconhecerem a supremacia espiritual do rei. Infelizmente submeteu-se a maior parte do clero relaxado e já contaminado dum certo "preanglicanismo". Os poucos que corajosamente resistiram e não reconheceram a nova ordem das coisas, foram punidos com cárcere e morte.

149. Entre as primeiras vítimas deste cesaropapismo caíram o excelente bispo João Fisher de Rochester, criado cardial, quando já no cárcere, e o ex-chanceler Tomaz Morus, executados ambos em 1535. Forest, confessor da rainha Catarina, morreu numa fogueira acesa com as imagens de santos. Seguiu-se logo a supressão de todos os mosteiros e a secularização dos bens eclesiásticos, que se realizou com verdadeiro vandalismo. Ricos monumentos de arte e bibliotecas preciosas foram destruidos. As cinzas de são Tomaz Becket

foram lançadas ao ar, até o sepulcro do grande rei Alfredo foi profanado. O papa publicou, finalmente, a bula de excomunhão de Henrique (1538), redigida já em 1535 (MQ 265-66).

150. Apesar de tudo, Henrique se considerava ainda filho da Igreja católica, mantendo a antiga fé. Por isso, perseguia a reforma luterana com a mesma sangrenta tirania como a adesão ao papa. Nos *seis ortigos* de 1539, mandou, sob pena de morte, crer e admitir: 1) a transsubstanciação, 2) a comunhão debaixo de uma só espécie, 3) o celibato dos eclesiásticos como instituição divina, 4) a obrigação dos votos religiosos, 5) a missa pelos defuntos e 6) a confissão auricular.
151. Os últimos anos do rei adúltero foram obscurecidos por cenas verdadeiramente diabólicas. Tomaz Cromwell, alma baixa e vil, acusado de heresia e traição, foi preso e justiçado (1540). Ana Boleyn, acusada de adultério, incesto e traição, subiu ao cadafalso, pouco depois da morte de Catarina (1536). Cranmer, que ratificara o casamento de Ana "em virtude do seu poder apostólico", decidiu depois, "em nome de Cristo e para glória de Deus", a nulidade deste mesmo matrimônio. No dia seguinte ao da execução de Ana, Henrique casou-se com Joana Seymour, que morreu dois dias depois de ter dado à luz a Eduardo VI (1537). A ela seguiu Ana de Cleves, logo repudiada porque a sua formosura não correspondia aos gostos do rei. Substituiu-a Catarina Howard, em breve acusada de adultério e executada. Catarina Parr, sexta mulher deste monstro, escapou à morte só pela morte de Henrique (1547).

152. O primeiro resultado da mudança religiosa na Inglaterra foi, pois, uma Igreja nacional cismática, não herética. Passou, porém, a ser herética, no reinado de **Eduardo VI** (1547-53). Este tinha apenas dez anos de idade, quando, em virtude do testamento do pai, subiu ao trono. O conde Eduardo Seymour, irmão de Joana, nomeado duque de Somerset, foi posto à frente da regência e fez educar a seu sobrinho no ódio à Igreja católica e empregou todos os meios para suprimir o catolicismo. Mas a sua ambição, a sua vaidade e avidez custaram-lhe a cabeça. Warwick, duque de Northumberland, seu rival, entrou em seu lugar e intensificou a perseguição dos católicos.

153. Cranmer, ajudado por Bernardino Occhino, Martinho Bucer e outros pregadores, vindos do continente, e instigado por Calvino, empreendeu a obra da protestantização. Os seis artigos de Henrique VIII foram abolidos. A antiga liturgia foi substituída por uma nova, redigida por Cranmer em língua inglesa, "sob a inspiração do Espírito Santo". O *Common Prayer Book* (1549) nega à eucaristia o carater de sacrifício e prescreve a comunhão debaixo de duas espécies. O culto das imagens é suprimido, como tambem o celibato. Finalmente, é estabelecida uma profissão de fé pelos *42 artigos* (1552), mistura de doutrinas católicas, zuinglianas e calvinistas, com o princípio formal do protestantismo: A bíblia é a única fonte de fé. Uma nova legislação eclesiástica não obteve mais a sanção do rei, que faleceu, depois de apenas seis anos de reinado.

154. Apesar de todas as inovações, a Igreja inglesa conservou maior fidelidade às tradições católicas, do que os protestantes do continente. Embora separada do papa, conservou a jerarquia eclesiástica, o que fez com que se desse à Igreja oficial o nome de Alta Igreja (High Church). Deste modo, o anglicanismo veio a formar, ao lado do luteranismo, zuinglianismo e calvinismo, a quarta família protestante, por mais que os anglicanos reclamassem para a sua Igreja o predicado de católica e professassem a origem apostólica da sua jerarquia.

Pallavicini, Hist. Conc. Trid. II. — *Hergenroether-Kirsch* III 529 ss. — *Funk-Bihlmeyer* III 69 ss; 158 ss. — *Pastor,* Geschichte der Paepste IV, 2-VI. — *Hunt,* History of English Church IV ss, London 906 ss. — *Spillmann,* Geschichte der Katholikenverfolgung in England, 5 vol. 1900-05. — *Maurois,* História da Inglaterra, trad. port. por Domingues, Rio de Janeiro. — *Hackett,* Henry the Eighth, London 1929; trad. port. por Henriques, Rio de Janeiro. — *Hague,* The Story of the English Prayer Book, London 1926. — *Gasquet-Bishop,* Edward VI and the Book of Common Prayer, 3. ed. London 1928.

§ 140. A Igreja inglesa até fins do século XVII

155. Mas a obra dos reformadores ingleses foi, uma vez ainda, destruida por **Maria, a Católica** (1553-58), filha de Catarina de Aragão. Apesar de ter sido declarada incapaz de cingir a coroa, e apesar das pretensões de Joana Gray, bisneta de Henrique VII, a qual, por maquinações de Northum-

berland, fôra declarada herdeira do trono, no testamento de Eduardo VI, Maria entrou vitoriosa em Londres.

156. Conservara fielmente a sua fé, no meio de todos os vexames por que tivera de passar, e "de melhor grado perderia dez coroas do que poria a sua alma em perigo". Estava pronta a sofrer até o martírio para reconduzir o seu povo ao catolicismo (Maurois 233). Apoiada por seu primo, o cardial Reginaldo Pole, executou, primeiro com prudência, mais tarde não sem dureza, os seus planos. Em janeiro de 1555, renovou até as leis antigas contra os hereges, em virtude das quais foram executados, durante o seu reinado, cerca de 280 protestantes. Entre eles morreu tambem Tomaz Cranmer, criatura baixa e vil até à morte. Pole lhe sucedeu na séde arquiepiscopal de Cantuária. Tais rigores valeram à rainha o cognome de "Sanguinária". Mas os inimigos chamavam-na assim injustamente (SQ II 35), se compararmos os seus atos com os dos reinados que precederam e seguiram. Muitos dos condenados, como Northumberland, seu filho e Joana Gray, se tinham feito réus de delitos políticos e haviam provocado a severidade da rainha com seus insultos contra o catolicismo. Todavia, os rigores, como tambem o casamento com Felipe II da Espanha, fizeram com que Maria perdesse as simpatias do povo. Morreu aos 15 de novembro de 1558. Dezesseis horas depois, lhe seguiu na morte o cardial Reginaldo Pole. A notícia chegou a Roma, quando alí se celebravam as exéquias de Carlos V.

157. Com a subida de **Isabel** (1558-1603) ao trono, o protestantismo triunfou definitivamente na Inglaterra. Durante o reinado de Maria, voltara ela ao catolicismo, e ao receber a coroa prometeu por juramento conservar a religião católica. Mas os católicos a tinham como bastarda, e Maria Stuart lhes era, por conseguinte, herdeira legítima do trono inglês. Tambem o papa Paulo IV negou-lhe a legitimidade da coroa. Compreendendo, por isso, que só no protestantismo podia firmar o seu trono, Isabel tornou a abraçar o protestantismo. Logo, em janeiro de 1559, o parlamento proclamou-a "suprema regente do reino em todas as coisas espirituais e seculares", exigindo de todos o juramento de supremacia. Quem se recusasse (recusante), era considerado réu

de alta traição. Aconselhada sempre por um homem novo, William Cecil, enriquecido com os despojos de mosteiros, restabeleceu, no mesmo ano, pelos atos de uniformidade, a ordem eclesiástica de Eduardo VI.

158. A grande maioria do baixo clero aceitou a mudança. Mas dos dezesseis bispos, quinze negaram o juramento de supremacia e onze deles morreram no cárcere. **Mateus Parker,** sagrado pelo bispo protestante Barlow, foi instituido arcebispo de Cantuária e chefe da jerarquia anglicana (1559). Foi ele quem sagrou os novos bispos. E sendo inválida a sua própria sagração, foi interrompida, na Igreja Anglicana, a sucessão apostólica, como o papa Leão XIII declarou, pela bula *Apostolicae Curae* de 13 de setembro de 1896 (ASS 29, 198 ss; DB 1963-66), pelos seguintes motivos: Não consta, ao certo, da sagração do próprio Barlow; se tal houve, não foi legítima. Além disso, empregou na sagração de Parker a fórmula inválida, usada no reinado de Eduardo VI, e não teve a devida intenção.

159. Em 1563, finalmente, foram revistos os 42 artigos de Eduardo e reduzidos a 39, que desde então formam a base da confissão anglicana, gozando autoridade simbólica. Negam o primado do papa, o sacrifício da missa, a transsubstanciação, o purgatório, a veneração dos santos e das imagens e as indulgências.

A Igreja anglicana, assim constituida, ofendeu, porém, não somente os católicos fiéis, mas tambem os puritanos, adeptos estrênuos de Calvino, porque lhes era ainda demasiadamente papista. Chamavam-se, por isto, não-conformistas. Procuravam opôr à Igreja episcopal uma Igreja presbiteriana, mais democrática.

160 a. Apesar de tudo, o papa Pio IV não perdeu a esperança de reconciliar a rainha com a Igreja (Rayn., ad an. 1560, 42-43; 1561, 51). Mas todas as negociações foram em vão. Desde que Maria Stuart se refugiara na Inglaterra, e alguns nobres católicos planejavam elevá-la ao trono inglês, Isabel visou a supressão completa da Igreja católica. Por isso, o papa Pio V pronunciou contra ela a excomunhão e a

deposição pela bula *Regnans in excelsis* de 25 de fevereiro de 1570 (MQ 348-49).

b. Desde então, os cárceres se encheram de vítimas. Com singular crueldade foi perseguido o clero. As contínuas conspirações, que visavam a liberdade de Maria Stuart, não tiveram outro resultado senão maiores crueldades. Para formar novos sacerdotes católicos era preciso fundar seminários fora do país. Levantaram-se assim o seminário de Douai (1568), transferido depois para Reims, e o de Roma (1579). Os alunos se obrigavam a voltar à Inglaterra. E apesar da sorte cruel que os esperava, muitos heróis da fé sairam destes colégios para levar aos fiéis perseguidos o consolo da religião. O jesuita Campion, chamado pelo próprio Cecil uma jóia da Inglaterra, sofreu o martírio em 1581. Muitos outros lhe seguiram na morte. Quando Felipe II da Espanha tentou vingar a morte de Maria Stuart e conquistar o reino, a sua armada foi destruida. A Espanha perdeu para a Inglaterra o domínio dos mares. A perseguição religiosa continuou com crueldade diabólica até à morte da rainha.

161. Isabel preferira ser soberana da Inglaterra pelo espaço de vinte anos a uma felicidade eterna no outro mundo. Governou quasi meio século, morrendo entre convulsões de desespero. Apesar de um ato do parlamento declarar herdeiros do trono os filhos naturais da "rainha virgem", com intenção de excluir da sucessão qualquer príncipe estrangeiro, principalmente a dinastia de Stuart, sucedeu-lhe Jaime VI da Escócia, filho da infeliz Maria Stuart.

162. Como rei da Inglaterra, **Jaime I** (1603-25), educado no puritanismo, acabou todavia entusiasmando-se pela constituição episcopal. Continuou empregando os mesmos rigores contra os católicos, rigores que se agravaram ainda depois de frustrada a conspiração da pólvora (1605). O jesuita Garnet, que ouvira a confissão dos conjurados e fizera tudo quanto lhe permitia o sigilo sacramental, para evitar o crime, foi injustamente acusado e justiçado.

163. Durante o reinado de **Carlos I** (1625-49), graves agitações assolaram toda a Inglaterra. Não se tratava apenas de uma oposição entre anglicanos e católicos. Mas acen-

tuava-se, tambem, a oposição dos não-conformistas ou puritanos. No seu fanatismo ameaçavam a própria monarquia e proclamavam a soberania do povo, enquanto que o rei via na jerarquia episcopal o apoio do trono. O casamento de Carlos com a princesa católica Henriqueta Maria, filha de Henrique IV da França, a sua tolerância pessoal que mostrava aos católicos, as suas tendências absolutísticas e a sua oposição irreconciliavel aos puritanos lhe causaram a desgraça.

164. O longo parlamento (1640-49) tirou-lhe o poder legislativo (1642). Carlos fugiu de Londres. Os presbiterianos, sendo a maioria no parlamento e no exército, cometeram inauditos excessos contra católicos e episcopalistas. Mas, em breve, se levantaram contra os puritanos elementos ainda mais radicais, os independentes ou congregacionalistas, chefiados por Fairfax e Olivério Cromwell. O rei reuniu um exército. Mas foi derrotado (1646). Entregou-se aos escoceses. Estes o extraditaram ao parlamento. O *Rump-Parliament* condenou-o à morte (1649). A república introduziu a constituição presbiteriana dos puritanos. Olivério Cromwell dissolveu o parlamento, proclamou-se protetor da Inglaterra (1653) e perseguiu com igual crueldade católicos e anglicanos.

165. Depois da morte de Cromwell (1658), seu filho Ricardo não soube manter a ditadura. O partido dos monarquistas cobrou novo alento. O próprio Fairfax pôs-se à sua frente. Com **Carlos II** (1660-85) os Stuarts voltaram ao trono. Clarendon, ministro onipotente, de acordo com o parlamento restabeleceu a Igreja anglicana. O código Clarendon exigia severo conformismo e obrigava a todos os funcionários públicos a renunciarem ao puritanismo e a receberem os sacramentos anglicanos.

166. Os católicos gozavam das simpatias do novo rei. Mas o povo os odiava. Quando em 1666 um incêndio destruiu dois terços de Londres, a multidão acusou os "papistas". E quando, em 1672, o rei deu um edito de tolerância a católicos e *dissenters* protestantes, o parlamento, sempre intolerante, obrigou-o a impôr, pelo *Bill of Test*, a todos os funcionários públicos o juramento de supremacia, a comunhão anglicana e a abjuração da doutrina da transsubstanciação. O conde

de Shaftesbury, principal inspirador do decreto, pretendeu ter descoberto uma conjuração dos católicos. Tudo era pura invenção do apóstata Titus Oates. E, todavia, desencadeou-se uma nova tempestade. Muitos foram lançados ao cárcere, e vinte e cinco, executados. Entre as vítimas se achava o arcebispo Olivério Plunket de Armagh, primaz da Irlanda, beatificado em 1920. E outros 136 mártires ingleses, sacrificados desde 1541 até 1680, foram elevados às honras dos altares em 15 de dezembro de 1929 (FB III 164-65).

167. Carlos, embora simpatizasse com os católicos, não ousara abraçar abertamente o catolicismo. Só depois de uma vida bastante maculada pela sensualidade, converteu-se no leito da morte e recebeu os sacramentos. **Jaime II** (1685-88), seu irmão, passara, em 1672, publicamente ao catolicismo e fôra, por isso, excluido da sucessão, por dois atos do parlamento. Todavia, subiu ao trono sem dificuldade. Se Carlos fôra um homem de compromisso, Jaime estava resolvido a quebrar os grilhões que escravizavam os católicos. Mas a tentativa de restabelecer o catolicismo custou-lhe o trono. O edito de tolerância, em 1687, exacerbou os anglicanos e, mais ainda, os presbiterianos escoceses. O nascimento do príncipe de Gales, Jaime Eduardo, batizado na igreja católica, precipitou a queda.

168. Os membros mais influentes do parlamento ofereceram a coroa a Guilherme de Orange, governador da república holandesa, que casara com Maria, filha protestante de Jaime II. Guilherme III (1688-1702), o Libertador, garantiu à fôrça de armas o seu trono, e concedeu liberdade às diversas seitas protestantes, mas continuou perseguindo os católicos. E este estado de coisas durou até ao século XVIII, quando a emancipação da América e a revolução da França inspiraram ao parlamento maior tolerância. Desde 1778, as leis anticatólicas começaram a ser em parte suprimidas, em parte atenuadas.

Literatura indicada no § 139. — *Hergenr.-Kirsch* III 541 ss; 691 ss. — *Woodward,* Queen Mary, London 1927. — *Weston,* The Reign of Queen Elizabeth, London 1914. — *Brandi,* La condanna delle ordinazioni anglicane, 2. ed. Roma 1897. — *Halifax,* Leo XIII and Anglican Orders, London 1922. — *Bacheca,* I martiri francescani d'Inghilterra, Roma 1930.

§ 141. A Igreja na Irlanda e na Escócia

169. Com a soberania inglesa que, desde o século XII, se estendeu sobre a **Irlanda,** começou para a "Ilha dos santos" a história de uma tirania multi-secular. O chamado parlamento irlandês, formado por colonos ingleses e apoiado pelo indigno arcebispo de Dublin, Brown, reconheceu, em 1536, a supremacia eclesiástica de Henrique VIII e, em 1560, igualmente a Alta Igreja de Isabel. Mas estas resoluções não concordavam com os sentimentos do povo irlandês, que continuou, na sua quasi totalidade, fiel à religião de seus pais, apesar de todas as leis opressoras.

170. Por mais que se esforçassem os ingleses por arrancar-lhe a nacionalidade juntamente com a religião, religião e nacionalidade se uniram cada vez mais fortes no coração dos oprimidos. Diversas vezes, se levantaram eles para reconquistar a liberdade religiosa e política. Mas todas as sublevações foram reprimidas com inaudita crueldade. Em 1642, a assembléia nacional de Kilkenny declarou a guerra aos ingleses e um concílio nacional declarou-a justa e legítima. Por algum tempo pareciam triunfar as armas irlandesas. O duque d'Ormond concluiu um armistício. Mas o fanatismo dos puritanos não descansou. Em 1653, o país foi completamente subjugado pelo tirânico "Protetor" Olivério Cromwell. Com fria violência foram postas em prática as leis anticatólicas, e será difícil apresentar igual exemplo de crueldade na história da humanidade. "A espada, o fogo e a peste reduziram o país a um deserto. Estabeleceu-se então, em nome da bíblia, uma tirania inaudita. Os soldados receberam ordem de tratar os irlandeses como Josué tratara os cananeus. Vinte mil desgraçados foram vendidos como vis escravos na América. Os católicos, perseguidos como feras, foram obrigados a encerrar-se na província de Connaught, donde não podiam sair sob pena de morte. Para o inferno ou para Connaught! — tal era a ordem do Protetor" (Alzog III 118). Perto de três séculos durou esta história dolorosa e heróica da Irlanda. Só desde meados do século XVIII, começaram as leis a ser executadas com menor severidade.

171. Na **Escócia,** reino independente até princípio do século XVII, ainda em 1525, o parlamento proibiu o protestan-

tismo, e o rei **Jaime V** (1513-42) mostrou-se severo adversário da inovação. Os arcebispos de S. Andrews, Jaime Beaton e seu sobrinho Davi Beaton, cardial, esforçaram-se por conservar a unidade religiosa do país. Patrik Hamilton, primeiro pregador das novas doutrinas, foi condenado à fogueira em 1528. Contudo, foi introduzida a reforma, depois da morte de Jaime V e durante a menoridade de sua filha **Maria Stuart.**

172. Esta, nascida oito dias antes da morte de seu pai, foi prometida por esposa a Francisco, futuro rei da França. Quando tinha apenas seis anos de idade, foi levada à Espanha e educada juntamente com seu futuro esposo e com Isabel, irmã de Francisco e futura rainha da Espanha. Tinha um gênio vivo e talentoso. Com dezesseis anos de idade foi coroada rainha da França. Mas depois da morte prematura do esposo (1560), teve de voltar para a Escócia, onde o protestantismo fizera, neste comenos, consideraveis progressos.

173 a. O cardial Beaton fora assassinado. A rainha-regente Maria de Guisa era muito fraca para fazer frente ao movimento. Em 1557, se congregaram os elementos protestantes da nobreza, afim de defender a "Comunidade de Cristo" e para combater a antiga Igreja, "Comunidade dé Satanaz". João Knox, sacerdote católico, apóstata, anglicano, passara, depois do assassínio de Beaton, três anos em Genebra, onde o conquistara inteiramente a doutrina de Calvino. Fanático inimigo da Igreja católica, escrevera contra Maria, a Católica, da Inglaterra e contra o governo católico da regente da Escócia o livro *Primeiro som da trombeta de Deus contra o governo satânico das mulheres.*

b. Em maio de 1559, voltara à Escócia e, desde então, não teve outro pensamento senão destruir a Igreja católica, pregando abertamente a revolução contra Maria de Guisa. No mesmo ano estalou a guerra civil. Venceram os protestantes, apoiados pela Inglaterra. Em lugar da Igreja católica foi estabelecida, pela *Confessio Scotica,* o calvinismo com todos os seus rigores, introduzindo-se a constituição presbiteriana, democrática. Os bens da Igreja católica passaram às mãos da nobreza.

174. Tornando, pois, a seus Estados hereditários (1561), Maria Stuart "achou a violência, o fanatismo e o ódio", e, embora católica convencida, viu-se obrigada a reconhecer quanto de mal já se tinha realizado. O seu matrimônio com o conde de Darnley (1565), homem incapaz e grosseiro, aumentou ainda a gravidade da sua situação. E o erro fatal de se casar com o conde protestante Bothwell, assassino, ao que parece, de Darnley, acabou por selar a sua ruina.

175. Seu próprio irmão primogênito, conde de Murray, filho natural de Jaime V, acusou-a, embora sem fundamento algum, de infidelidade matrimonial e de ter concertado com Bothwell o assassínio de Darnley. Hoje em dia, os próprios protestantes reconhecem a inocência da infeliz rainha. Abandonada por todos, teve de renunciar à coroa em favor de seu filho Jaime VI (1567), que contava então apenas treze meses de idade. Vencida tambem pelas armas dos adversários, aceitou o pérfido convite de sua prima Isabel, rainha da Inglaterra, a cujo lado encontrou, em vez do auxílio que esperara, uma longa prisão de dezenove anos e, finalmente, a morte (1587). Nem sequer as consolações da religião lhe foram concedidas. A vida da jovem viuva não foi certamente a de uma santa. Mas as aflições do longo cativeiro purificaram-na, e ela veio a morrer como heroina da fé.

176. Desde 1603, a Escócia está ligada à Inglaterra. Em ambos os reinos tiveram os católicos que sofrer as mesmas perseguições. Todavia, não se extinguiu completamente o catolicismo, que, desde o século XVIII, voltou a crescer lenta, mas constantemente.

Pastor, Geschichte der Paepste VII ss. — *Bellesheim,* Geschichte der katholischen Kirche in Schottland, 2 vol., Mainz 1883. — *Id.,* Geschichte der katholischen Kirche in Irland II-III, Mainz 1890-91. — *Fleming,* The reformation in Scotland, London 1910. — *Holloway,* The reformation in Ireland, London 1919. — *Testore,* I Beati Martiri inglesi, Isola del Liri 1929.

§ 142. O protestantismo no norte e leste da Europa

177. Os **Paises Baixos** passaram, em 1477, ao domínio de Habsburgo, devido ao casamento de Maria, filha do duque Carlos, o Temerário, da Borgonha, com o imperador Maximi-

liano I. Daí resultaram relações assíduas com a Alemanha preparando ao protestantismo facil entrada. A Holanda tornou-se, em breve, cenário do fanatismo dos anabatistas.

178 a. Carlos V conseguiu ainda suprimir o movimento com medidas severíssimas, abrandadas algum tanto por sua irmã Margarida de Parma. Mas quando Carlos entregou o governo a seu filho Felipe II, os Paises Baixos, chefiados pela nobreza, se insurgiram contra o absolutismo espanhol. E, desta forma, aliaram-se aquí como alhures questões políticas com a religiosa.

b. Os Paises Baixos queixaram-se dos oficiais e das tropas estrangeiros, da exclusão dos indígenas dos cargos superiores, do despotismo do cardial Granvella, arcebispo de Malinas e ministro de Margarida de Parma, protestaram contra a nova organização das dioceses, introduzida a pedido de Felipe pelo papa Paulo IV, e exigiram moderação dos editos religiosos de Carlos V e da Inquisição.

c. Felipe II não foi tirano. Muito pelo contrário, se mostrou inclinado a fazer concessões em questões políticas. Mas com vontade inquebrantavel manteve o que julgava necessário para conservar a fé católica. E a nova organização eclesiástica foi uma verdadeira necessidade. As 17 províncias possuiam, até então, apenas quatro dioceses. A constituição de Paulo IV (BR VI 559 ss) elevou o seu número a três arcebispados e quatorze bispados.

179 a. A agitação acentuou-se, no entanto, cada vez mais. A governadora geral Margarida, querendo abrandar a tempestade, demitiu o odiado ministro Granvella. Mas em vão. O ambicioso Guilherme de Nassau-Orange, o Taciturno, subgovernador, o conde Egmont e o almirante conde de Hoorn puseram-se à frente do movimento. Em dezembro de 1565, foi concluido em Bruxelas o chamado "Compromisso" que visava não somente a supressão da Inquisição e dos editos religiosos, mas tinha por objetivo um verdadeiro transtorno revolucionário.

b. Os seus delegados, comparecendo perante a governadora geral, foram chamados pelos adversários de mendigos

(gueux), nome que passou aos confederados. Verdade é que declararam a Margarida estar resolvidos a manter o catolicismo. No entanto, já estava redigida em 1561 a *Confessio Belgica,* símbolo protestante, e pregadores vindos de Genebra, da França e da Alemanha provocavam com suas pregações verdadeira tempestade iconoclasta em Antuérpia e em outras cidades. Em muitas partes já se começava a abolir o culto católico, e o sínodo de Antuérpia de 1566 acabou por organizar a Igreja calvinista, introduzindo a Confessio Belgica.

180. Mas a governadora conseguiu concluir um acordo com Luiz de Orange, irmão de Guilherme, e com outros fidalgos e suprimir a revolta já iniciada. Guilherme fugiu para a Alemanha. O conde Egmont abandonou o partido dos protestantes. E já parecia poder restabelecer-se a ordem em todo o país, quando Felipe, em vez de ir em pessoa, enviou, para substituir a governadora, o rude general Alba, "duque de ferro", que logo estabeleceu o "conselho de revoltas", encarregando-o de procurar e castigar os culpados. Inúmeras vítimas foram imoladas e entre elas tambem os condes católicos Hoorn e Egmont.

181. A consequência destes excessos foram revoltas em toda parte. Guilherme de Orange, voltando da Alemanha, foi reconhecido chefe dos revoltosos. Já imbuido secretamente do espírito protestante, declarou-se, em 1573, abertamente pelo calvinismo. Desde então se cometeram as mais atrozes crueldades contra os católicos, particularmente contra clérigos e religiosos. "Nunca nem godos, nem turcos perseguiram tão cruelmente a Igreja", escreve um contemporâneo (cfr. Pastor IX 409). Entre os heróis mais ilustres da fé contam-se os mártires de Gorcum, 17 sacerdotes, na maioria franciscanos, e dois irmãos leigos, supliciados a 9 de julho de 1572, depois dos mais requintados tormentos (AASS jul. II 754 s).

182. Todos compreenderam que a política de Alba foi um erro. Os meios de remediá-la falharam. Era tarde. Em 1576, as 17 províncias concluiram uma aliança, afim de expulsar os espanhóis. Tambem Dom João d'Áustria, nomeado governador geral, não soube deter a marcha dos acontecimen-

tos. Morreu em 1578. Seu sucessor, Alexandre Farnese (1578-92), filho de Margarida de Parma, conseguiu separar as dez províncias do sul, católicas, dos demais Estados e conservá-las unidas à Espanha e fiéis à antiga religião. As províncias do norte, porém, formaram, em 1579, a União de Utrecht, proclamaram, em 1581, a república independente da Holanda e proibiram o culto católico. O primeiro e último arcebispo de Utrecht morrera no ano anterior, e o vigário apostólico, nomeado por Gregório XIII (1583), foi expulso do país.

183. Guilherme de Orange, chefe dos "Estados Gerais", foi assassinado, em 1584. Sucedeu-lhe seu filho Maurício como governador hereditário (1585-1625). Continuou ele a guerra contra a Espanha, apoiado pela Inglaterra, e chegou a fazer da Holanda uma poderosa potência marítima e colonial, enquanto que a Espanha, desde a destruição da grande armada, se achava no caminho da decadência. Em 1609, foi concluida uma trégua de doze anos e, depois de uma nova guerra, foi reconhecida a independência da Holanda, na paz vestfálica (1648).

Pela aliança das províncias com a Inglaterra e com a França, o calvinismo chegou a ser a religião do Estado. Aos católicos foi proibido o culto público e foi-lhes vedado o acesso a todos os cargos públicos. E este estado de coisas durou, no essencial, até à revolução francesa.

184. Na **Dinamarca,** o poder político estava nas mãos da nobreza e do episcopado. Elegiam eles o rei, muitas vezes com duras e vergonhosas condições para o eleito. Os prelados, ignorantes e relaxados, estavam, por sua vez, bem longe de compreender e cumprir a sua missão. Cristiano II (1513-23) fez então a tentativa de derrubar a aristocracia e, como o protestantismo lhe parecesse favoravel aos seus planos, tentou introduzir, sem escrúpulos, a nova religião. O clero, a nobreza e o povo protestaram e, recorrendo o rei às violências da tirania, foi deposto e exilado.

185. Seu sucessor Frederico I de Holstein (1523-33) teve que proibir, na capitulação eleitoral, a pregação luterana. Mas secretamente favoreceu a inovação e, em 1527, foi de-

clarada a tolerância pelo governo. Apesar das pregações enérgicas do franciscano Nicolau de Herborn e do carmelita Paulo Helgesen, a heresia se alastrou por todo o país. Cristiano III (1533-39), amigo pessoal de Lutero, declarou o protestantismo religião da Dinamarca. Todos os bispos católicos foram lançados ao cárcere, onde o bispo Roenow de Roeskild morreu martir. Bugenhagen de Vitenberga foi chamado para completar a obra da reforma.

186. Foi este que coroou o rei e o declarou chefe supremo da Igreja nacional. Em lugar dos bispos foram instituidos ...te superintendentes que, mais tarde, retomaram o título de bispos. Os bens eclesiásticos foram secularizados e repartidos entre o rei e a nobreza. Uma dieta de Kopenhagen (1546) aboliu todos os direitos civís dos católicos, aos quais não restava senão escolher entre a abjuração e o exílio. Só desde meados do século XVII, a cúria romana pôde pensar em instituir vigários apostólicos para os poucos católicos e convertidos da Dinamarca, como dos outros paises escandinávios.

187. A **Noruega** estava unida, por união pessoal, com a Dinamarca, e Cristiano III pôde, por conseguinte, introduzir também alí o protestantismo. Tornou-se-lhe servil instrumento o indigno arcebispo de Drontheim. O povo resistiu, mas sem resultado.

188. A **Suécia** estava igualmente sujeita, desde a União de Colmar (1397), à coroa da Dinamarca. Mas desde algum tempo pleiteava a independência. O chefe dos revoltosos, Gustavo Erichsen, da casa de Wasa, bateu os dinamarqueses, foi nomeado administrador do Estado (1521) e rei (1523-60).

Inclinava-se ele para o luteranismo e introduziu-o, por fraude e violência, em todo o país. Magno Knut, eleito arcebispo de Úpsala, e Pedro Jacobson, bispo de Westeraes, foram condenados à morte (1527). Os bens eclesiásticos foram concedidos ao rei e à nova nobreza. Os ritos e ceremônias católicos conservaram-se ainda por muito tempo.

189. No entanto, as lutas que, em breve, agitaram o país pela oposição entre luteranos e calvinistas tiveram por con-

sequência a deposição de Erico XIV (1560-68), filho de Gustavo, que se pronunciara em favor dos últimos. João III (1568-92), irmão mais moço de Erico, indignado pela polêmica protestante, deu-se ao estudo dos Santos Padres, e dessa leitura lhe nasceu o desejo de restaurar o catolicismo. Nomeou para a séde arquiepiscopal de Úpsala Lourenço Peterson Goto que assinou dezessete artigos inteiramente católicos e foi sagrado segundo o rito romano. Em 1578, Gregório XIII enviou o sábio Antônio Possevino, que recebeu a abjuração do rei.

190. Mas no meio das dificuldades e intrigas que lhe prepararam seu irmão, o duque Carlos de Sudermânia, e outros príncipes protestantes, o rei desanimou e, depois da morte de sua esposa católica Catarina (1583), nada mais empreendeu em favor do catolicismo. Seu filho Sigismundo III fora eleito rei da Polônia. Enquanto não regressasse para a Suécia, foi nomeado administrador do reino seu tio, o duque Carlos, que soube aproveitar-se da ocasião para, com o apoio dos protestantes, usurpar o trono com o nome de Carlos IX (1604-11). Triunfou, pois, o luteranismo. Mas a constituição episcopal existe até hoje.

191. Tambem as províncias do Báltico foram precipitadas na heresia. A **Prússia,** Estado da ordem teutônica, converteu-se em ducado secular protestante pela apostasia do grão-mestre Alberto de Brandenburgo (cfr. § 131). A **Livônia** foi protestantizada pela separação da ordem teutônica (1521) e pelas intrigas do grão-mestre Valter de Plettenberg que, para se subtrair à autoridade do arcebispo de Riga e submetê-lo à sua própria autoridade, permitiu a pregação luterana. A obra foi completada, quando Guilherme de Brandenburgo, irmão de Alberto, veio a ser arcebispo de Riga. O último grão-mestre, Godehardo de Kettler, procurando apoio contra os russos, cedeu o país à Polônia (1561).

A **Curlândia** e a **Sengália** foram por Kettler transformadas em ducado secular hereditário (1562). Em todos os seus domínios fez introduzir a Confessio Augustana. A **Estlândia** foi ocupada, em 1561, pela Suécia, como tambem a **Finlândia.** E ambos os paises tiveram de aceitar a religião do vencedor.

192. Na **Polônia,** o rei Sigismundo I (1508-48) proibiu os escritos de Lutero. Mas as imigrações dos husitas e as condições anárquicas do Estado facilitaram a propagação do protestantismo. No reinado de Sigismundo II (1548-72), a inovação se alastrou abertamente pelo país. A princípio se pregava sobretudo o luteranismo, e desde meados do século XVI, tambem o calvinismo. Posteriormente advieram outras seitas, particularmente os irmãos boêmios e os socinianos, que aumentaram naturalmente a confusão.

193. No entanto, quando, depois dos reinados de Henrique de Valois e de Estevão Barthory, Sigismundo III (1587-1632) subiu ao trono da Polônia, já se tinha organizado uma vigorosa reação católica, dirigida pelo núncio apostólico Commendone e pelo ativo bispo-príncipe e cardial Estanislau Hósio (m. 1579) de Ermland, que chamou os jesuitas para fundarem colégios e instruirem particularmente os filhos da nobreza, levantando deste modo o nivel religioso do povo. Muitos voltaram, de fato, à Igreja. Mas as discussões religiosas perduraram e foram uma das causas da ruina da nação.

194. A reforma penetrou tambem na **Hungria,** apesar dos decretos contrários de Luiz II (1516-26) e de seu sucessor Fernando da Áustria. Desde 1543, se introduziu a Confessio Helvetica. No reinado de Rodolfo II começou, porém, uma restauração católica. O cardial Pedro Pazmány, arcebispo de Gran e primaz da Hungria (1616-37), conseguiu ótimos resultados. A maioria do parlamento tornou ao catolicismo. E quando o imperador Leopoldo I (1658-1705), por guerras felizes, libertou toda a Hungria e parte da Transsilvânia do jugo dos turcos, muitos protestantes e grande parte dos gregos ortodoxos voltaram ao seio da Igreja católica.

Pastor, Geschichte der Paepste. — *Hergenroether-Kirsch* III. — *Cossou,* La vie de Philippe II, Paris 1929. — *Schneider,* Filippe II, trad. port. por Alv. Franco, Porto Alegre 1935. — *Nic. Stagefyr seu Herborn,* Confutatio Lutheranismi Danici (1530), ed. Schmitt, Quaracchi, 1902. — *Martin,* Vasa et la réforme en Suède, Paris 1906.

§ 143. Tentativas da pseudo-reforma na Espanha e na Itália

195. Finalmente, fizeram-se tentativas de introduzir o protestantismo tambem na Espanha e na Itália. Mas aquí o povo resistiu com melhor resultado do que ao norte dos Pireneus e dos Alpes, porque tambem as autoridades se opuseram decididamente à heresia, apoiando a Inquisição.

A **Espanha** fundira-se num só reino pelo casamento de Fernando de Aragão com Isabel de Castela (1469). A luta vitoriosa contra os mouros despertara o entusiasmo do povo. Uma reforma interna do clero e dos mosteiros tivera ótimos resultados. Alma desta reforma, eficazmente promovida pelos reis católicos, foi o cardial Francisco Ximenes (m. 1517), arcebispo de Toledo, primaz da Espanha, inquisidor-mor e administrador do reino (1516-17). Como superior da sua ordem, reformou primeiro os franciscanos e depois as outras ordens e o clero secular. Deste modo florescia a vida religiosa na Espanha, antes que pudesse lá penetrar a falsa reforma. A inquisição e a atitude enérgica dos soberanos, particularmente de Felipe II, fizeram em seguida com que as tentativas de pregar falsas doutrinas fossem sufocadas no princípio.

196. Na **Itália,** a renascença tinha criado uma critica frívola e uma politica egoista que causaram um certo indiferentismo religioso em grandes camadas da sociedade. Não é, por isso, de maravilhar que surgissem pseudo-reformadores em quasi todas as cidades da península. Mas verdadeiramente ameaçadora se tornou a heresia, por breve espaço de tempo, só na república de Veneza.

197. Felizmente, já então o concílio do Latrão levantara a sua voz contra os abusos. Ao mesmo tempo, uniram-se varões ilustres, como Caetano de Tiene e João Pedro Carafa, formando o oratório do amor divino, cuja principal tarefa foi a reforma do clero. Não faltaram tambem bispos eminentes e sacerdotes dignos. O número de santos deste tempo é relativamente grande. Por feliz coincidência eram, além disso, o papa e o imperador senhores de grande parte da Itália. E enfim, os italianos tinham grande interesse em conser-

var o papado. Quando, pois, o luteranismo tentou entrar no país, já era tarde. Uma enérgica reforma católica fez com que os pregadores da heresia não chegassem a causar cisão no cristianismo italiano. E a Inquisição os expulsou.

198. Entre os inovadores da Itália tornaram-se tristemente célebres o espanhòl João Valdes (m. 1541) que no reino de Nápoles pregava uma religião sentimentalista e visionária, Pedro Paulo Vergerio, outrora núncio apostólico na Alemanha (1533-35), que morreu como lente em Tubinga (1564), o infeliz vigário geral dos capuchinhos, Bernardino Ochino, que fugiu a Genebra e, tendo-se alí casado, foi lente em Oxford e Strassburgo, e o cônego augustiniano Pedro Martir Vermigli (m. 1562).

199. Neste conexo convem lembrar tambem a sorte triste de Giordano Bruno e o processo de Galilei. O filósofo **Giordano Bruno** de Nola (1548-1600), já moralmente corrompido, entrou sem vocação na ordem dominicana. Em breve, apostatou e vagueou pelo mundo, mudando mais de uma vez como de lugar tambem de religião. Ensinava um completo panteismo naturalista. Desprezava a autoridade da Igreja e votava-lhe um ódio implacavel, pelo que os modernos anticlericais o veneram como herói, colocando-lhe monumentos em Nápoles e em Roma. Levado, finalmente, ao tribunal da Inquisição romana, foi alí condenado à morte da fogueira como herege (LThK [illegible] 595-97).

200. O processo de **Galileu Galilei** é um dos mais famigerados recursos de que os acatólicos não se fartam de lançar mão, para firmarem sua tese da Igreja inimiga da ciência (Salim). O sábio astrônomo e insigne filósofo nasceu em Pisa (1564). Mas por sua vida e por sua atividade pertence mais a Florença, onde foi lente de matemáticas.

201. Desde o século II, dominava nas escolas a teoria geocêntrica de Ptolomeu. O cardial Nicolau de Cusa e o cônego Copérnico (1473-1543) afirmaram, no entanto, que não era a terra, e sim, o sol que constituia o centro imovel em torno do qual girava o universo. Galilei começou, em princípios do século XVII, a fazer sua a doutrina do sistema heliocêntrico. Mas em lugar de estabelecê-lo, à imitação de Copérnico, como simples hipótese, defendeu-o como teoria, parecendo contradizer à Sagrada Escritura, em particular à passagem conhecida do livro de Josué (4, 12-13). Numa carta

a um seu discípulo escreveu, porém, que a Escritura não podia errar, mas podiam-no os seus intérpretes.

202. Desta intromissão do astrônomo no terreno teológico resultou ser ele denunciado ao tribunal da Inquisição romana (1616). Os teólogos encarregados de examinar a questão qualificaram as duas proposições sobre a estabilidade do sol e sobre o movimento da terra de absurdas em filosofia e formalmente heréticas ou, ao menos, errôneas na fé. O cardial Belarmino foi encarregado pelo papa Paulo V de advertir Galilei, o qual prometeu submeter-se. Dias depois, a congregação do Índice condenou, sem mencionar expressamente o nome e as obras de Galilei, os livros de Copérnico e todos os que apresentassem o sistema heliocêntrico de outra maneira que não como mera hipótese. Galilei retirou-se então para Florença sem nenhuma abjuração ou penitência.

203. Por espaço de 16 anos levou uma vida tranquila, aprofundado nos seus estudos prediletos. Mas esquecido de sua promessa, publicou, em 1632, o *Diálogo sobre os dois grandes sistemas,* defendendo novamente o sistema copernicano, violando o compromisso de 1616. Urbano VIII, amigo e admirador de Galilei, encarregou então uma comissão de cardiais de examinar o diálogo. O grande astrônomo, convidado a comparecer novamente perante o tribunal do Sacro Ofício (1633) e condenado a retratar as suas afirmações e a não mais tratar do assunto, submeteu-se como filho obediente da Igreja e ouviu a sua pena: Proibição pública do diálogo, prisão no cárcere do Sacro Ofício e recitação semanal dos sete salmos penitenciais pelo espaço de três anos (MQ 372-74). No mesmo dia da sentença, o papa a mudou, determinando para prisão de Galilei o palácio do embaixador toscano, donde o filósofo voltou, mais tarde, a Florença, onde morreu, em 1642, com a benção do papa e sentimentos de terna piedade.

204. Estes fatos, embora de natureza doutrinal, não provam nada contra a infalibilidade do papa e da Igreja. Os tribunais do Sacro Ofício e do Índice enganaram-se, como se enganou o próprio papa, ao declararem falsa em filosofia a doutrina de Copérnico e ao darem-na como contrária à Sagrada Escritura. Mas os decretos do Índice (1616) e do Sacro Ofício (1633), embora aprovados pelo papa, não são uma declaração *ex cathedra.* Parece até ter havido aqui uma assistência especial da Providência divina, evitando que o papa, convencido de que o sistema copernicano era contrário à bíblia, contudo não desse sentença *ex cathedra.*

Aliás, se os tribunais eclesiásticos erraram, não pode ser isto motivo de se envaidecerem os sábios acatólicos. A maioria dos contemporâneos professavam o mesmo erro. Lutero, Melanchton, Calvino e, em geral, os reformadores todos eram adversários do sistema heliocêntrico e perseguiram o douto Kepler com maior atrocidade do que a Inquisição a Galilei.

Gams, Kirchengeschichte von Spanien III. — *Pastor,* Geschichte der Paepste III. — *Id.,* Allgemeine Dekrete der roemischen Inquisition (1555-97), Freiburg 1912. — *Salim,* Ciência e religião II, São Paulo 1937. — *Funk,* Abhandlungen und Untersuchungen II 444 ss.

III CAPÍTULO

REFORMA CATÓLICA

§ 144. Princípios da reforma católica e o papado ante-tridentino

205. Sob a influência da historiografia protestante estamos acostumados a dividir o século XVI e a primeira metade do século XVII em reforma e contra-reforma. Mas nem um nem outro conceito corresponde à verdade. Pois, a chamada reforma protestante não passa de uma pseudo-reforma, enquanto que a contra-reforma católica não é somente reacionária, mas encerra tambem elementos de uma reforma intrínseca, cujos inícios precedem a própria reforma protestante.

206. Primeira pressuposição desta restauração católica foi a vitalidade imperecivel da Igreja, que se percebe mais claramente pela nova piedade cristã, condição de toda verdadeira reforma religiosa. Esta piedade despertara, de fato, de um modo consolador, quando Lutero ainda nem pensava em separar-se da Igreja. Como na época da reforma gregoriana, assim no princípio da idade moderna se formaram numerosos núcleos da nova piedade.

207. No mesmo ano, em que Lutero afixou as suas teses na igreja de Vitenberga, foi fundado, em Roma, o Oratório do Amor Divino. Era uma simples confraternidade de clérigos e leigos que, em comum, praticavam obras de piedade, de caridade e de apostolado leigo. Por ser simples confra-

ternidade, deixava a mais vasta liberdade de ação aos seus membros e permitia unirem-se os mais diferentes caracteres, como João Pedro Carafa, carater forte e rigoroso, e o meigo e suave são Caetano de Tiene, fundador dos teatinos. O espírito de Carafa reflete-se na Inquisição. O espírito de Caetano é o de são Francisco de Assíz, do qual era fervoroso devoto. Ambos se entregaram com plena confiança à Providência divina, e realizaram em sentido católico e em perfeita união com a Igreja, a idéia central da vida apostólica, tão mal compreendida por Lutero.

208 a. O papado não tomou parte na reforma católica nascente. Uma exceção fez tão somente **Adriano VI** (1522-23), último papa não italiano. Nascido em Utrecht, aluno dos irmãos da vida comum, professor de Erasmo, educador de Carlos V, bispo de Tortosa e vigário do imperador na Espanha quando foi eleito papa, reunia em si todas as boas qualidades dos caracteres germânico e espanhol: profundo sentimento de responsabilidade, piedade humanista e espírito rigorosamente católico-eclesiástico. Foi um carater de real grandeza.

b. Entre todos os papas da primeira metade do século XVI, só ele mostrou o espírito de responsabilidade que convem a tão alto cargo. Só ele teve a coragem de confessar a culpa da cúria romana, mas exigiu tambem dos príncipes que executassem o edito de Vormácia. Só ele não se limitou a prometer, senão que tambem iniciou a reforma da Igreja na sua cabeça e nos seus membros.

c. Tal procedimento reclamava, naquela Roma da renascença, naquela cúria relaxada e no meio daqueles cardiais mundanos, a coragem de um santo. Adriano a possuia. Mas a sua obra fracassou tragicamente. Talvez o seu modo de proceder fosse algo imprudente e um tanto precipitado. Faltava tambem a preparação do ambiente. Faltavam-lhe os elementos de prepará-lo, um clero erudito e dedicado. E, por fim, faltou-lhe o tempo para corrigir os erros cometidos.

209 a. **Clemente VII** (1523-34), primo e vice-chanceler de Leão X, não continuou a obra iniciada por Adriano. Possuia boas qualidades, era íntegro, piedoso, conciencioso no cumprimento dos seus deveres, mas vacilante, demasiado polí-

tico e pouco reformador, e, por isso, desiludiu todas as esperanças que nele se tinham depositado. O seu pontificado foi um dos mais infelizes que a história conhece. Quando morreu, quasi um terço do mundo cristão se havia separado da Igreja romana.

b. Uma das principais causas foi a sua politica. Amigo de Carlos V quando cardial, aliou-se como papa com o rei da França e com a Liga de Cognac (1526). A consequência foi o saque de Roma que, de um lado, significa o fim da renascença romana e, de outro, facilitou a propagação do luteranismo. Foi, portanto, uma felicidade para a Igreja não se ter prolongado o seu pontificado (Pastor). Ranke (I 82) declara que o pontificado de Clemente foi o mais desditoso de toda a história.

210. Era evidente que o papado não podia continuar nesse caminho que levaria ao abismo. De fato, o pontificado de **Paulo III** (1534-49) marca o trânsito para uma nova época. O século desde a eleição de Paulo III até à morte de Urbano VIII (1534-1644) é, na história do papado, um dos períodos mais importantes e mais brilhantes. Seu caraterístico é a reforma e a renovação católica (Pastor).

211. E' verdade que nem ainda Paulo III conseguiu vencer as tradições pouco eclesiásticas da cúria romana. E a sua própria vida não foi a de um santo. Elevado por Alexandre VI à dignidade cardinalícia, não era melhor do que os demais papas da renascença. Seu espírito mundano e seu desmesurado nepotismo não lhe podem ser perdoados. Filhos e netos (Pastor V 16) foram elevados a altas dignidades. E esta política nepotista prejudicou não pouco os interesses da Igreja.

212 a. Mas, por outro lado, é tambem verdade que Paulo III se dedicou com grande fervor à reforma interna da Igreja. Antes de mais nada, começou a renovar o colégio cardinalício com a nomeação de novos cardiais, quasi todos ilustres por sua ciência, piedade e integridade. João Fisher, Contarini, João Pedro Carafa, Sadoleto, Reginaldo Pole, Marcelo Cervini e Morone contam entre eles. Tendo assim renovado o Sacro Colégio, instituiu uma comissão de reforma, composta

de nove membros. O produto de seus trabalhos foi o célebre *Consilium electorum cardinalium de emendanda ecclesia* de 1537, que com franqueza e sinceridade confessava os muitos abusos da cúria romana, das ordens e do clero em geral, e indicava os remédios a aplicar-se para chegar a uma verdadeira reforma: estirpação do mamonismo da cúria, eleição conscienciosa dos bispos e obrigação residencial dos prelados (MQ 267-70).

b. Além disso, promoveu o papa com energia a reforma das ordens antigas e a fundação de novas ordens e congregações, como as dos teatinos, barnabitas, somascos, capuchinhos e, especialmente, dos jesuitas.

c. Mais ainda. O perigo sempre crescente da inovação protestante, tambem na Inglaterra e na França, motivou a instituição, respetivamente a reorganização da Inquisição romana ou do Sacro Ofício pela bula *Licet ab initio* de 21 de julho de 1542 (MQ 270-72).

d. Mas o maior mérito de Paulo III foi o de ter aberto, finalmente, apesar das muitas dificuldades, o concílio de Trento (1545), pelo qual se centralizaram de um modo decisivo todas as energias reformadoras e pelo qual o papado se colocou à frente do movimento. E só assim se tornou possivel uma verdadeira reforma eclesiástica, cujos representantes e executores principais iam ser os jesuitas e outros religiosos, o concílio de Trento e os grandes papas que imediatamente se seguiram.

Rayn., Annales ecclesiastici XX. — *Mirbt*, Quellen zur Geschichte des Papsttums und des roemischen Katholizismus, 5. ed., Tuebingen 1934. — *Lortz*, Geschichte der Kirche. — *Ranke*, Die roemischen Paepste in den letzten vier Jahrhunderten, 3 vol., 11. ed., Leipzig 1907. — *Pastor*, Geschichte der Paepste IV-V. — *Seppelt-Loeffler*, Papstgeschichte 268 ss.

§ 145. A companhia de Jesús

213. À frente das nações européias marchava então a Espanha católica. O seu sentimento eclesiástico, a convicção que tinha da sua missão na guerra contra os infiéis e a cultura nacional tinham atingido uma altura nunca dantes vista.

Não causa, pois, maravilha que da Espanha tambem proviessem elementos insignes da reforma. O grande franciscano Francisco Ximenes de Cisneros, primaz e arcebispo de Toledo, inquisidor e chanceler do reino, realizara-a, em grande parte, na sua pátria.

214. Mais ilustre e de importância mais universal havia de ser santo **Inácio de Loiola** (1491-1556). Filho de fidalgos bascos, empobrecidos, entrou muito cedo na côrte dos reis católicos, onde não sonhava senão com honras e glórias mundanas. Ferido gravemente, quando temerariamente defendia, com poucos camaradas, a cidadela de Pamplona contra os invasores franceses (1521), converteu-se pela leitura da Vida de Cristo, escrita pelo monge cartuxo Ludolfo da Saxônia, e da Vida dos Santos, e começou a procurar a glória da santidade. Mui poucos entre os grandes homens houve, diz Lainez, que dispusessem de um tesouro de idéias próprias tão limitado como Inácio; mas, em compensação, raríssimos foram entre esses os que souberam tomar as suas idéias tão a sério como ele (F.-Miller 43).

215. Na solidão de Manresa, a três léguas distante de Monserrate, com os exercícios de penitência e sob o influxo da mística dos irmãos da vida comum, nasceu o livro dos exercícios espirituais, talvez a obra mais importante de toda a idade moderna. Foi alí que amadureceu o seu programa. A piedade ativa prevaleceu sobre a piedade mística.

216. Para realizar o programa, Inácio teve de adquirir a necessária erudição. Depois de uma penosa peregrinação à Terra Santa, resolveu, pois, aplicar-se aos estudos. Não se envergonhou de se assentar, com a idade de trinta anos, nos bancos da escola entre as crianças afim de aprender o latim. Dedicou-se depois nas universidades de Alcalá, Salamanca e Parìs aos estudos de filosofia e teologia. Foi então que contraiu uma santa amizade com alguns companheiros, com os quais fundou, aos 15 de agosto de 1534, uma fraternidade religiosa. Foram eles Pedro Lefèvre, já sacerdote, Francisco Xavier, fidalgo de Espanha e lente de filosofia, Diego Lainez, Afonso Salmeron, Nicolau Bobadilha e o português Simão Rodrigues. Em Montmartre de Parìs fizeram os votos de pobreza e castidade, assim como o de uma cruzada es-

piritual à Terra Santa. Caso a viagem lhes fosse impedida, iriam oferecer os seus serviços ao papa, afim de cumprir as suas ordens em qualquer parte do mundo.

217. De Veneza enviou Inácio três companheiros a Roma afim de pedir a Paulo III passaportes e a benção. "A minha benção vos dou, lhes disse o papa, mas não creio que a vossa viagem possa ser empreendida tão breve assim". E teve razão. A viagem à Terra Santa se lhes tornou inexequivel por causa da guerra aos turcos.

218. Depois de se terem dedicado, em diversas cidades da Itália, particularmente em Roma, às obras de caridade e à pregação, decidiram-se, finalmente, a formar uma verdadeira congregação religiosa. Paulo III aprovou-a pela bula *Regimini militantis ecclesiae* de 27 de setembro de 1540 (BR VI 303 ss; MQ 272 ss), como ordem de clérigos regulares. Designaram-se-lhes como campo de atividade a pregação, exercícios espirituais, obras de caridade e, especialmente, a educação da juventude e a administração do sacramento da penitência (§ 4) que até hoje são os seus fins principais. A obediência incondicional à Santa Sé, em assuntos de missões, fez-se objeto de um voto particular (§ 6).

219. A ordem é, pela sua organização e educação de seus membros, a reação extrema contra as tendências subjetivistas do tempo. E' a concentração mais rigorosa de todos os poderes nas mãos de um superior geral vitalício. E' ele quem distribue os cargos e nomeia os superiores das províncias e dos colégios. A obediência absoluta, ensinada por são Francisco de Assiz, reveste-se na companhia de Jesús de formas mais rijas. Esta "escravidão" do indivíduo era, naquele tempo do individualismo, uma necessidade e, ao mesmo tempo, um ideal, um ideal, é verdade, que nem todos compreendem (Lortz).

220. A companhia não devia ter, segundo a primeira declaração de Paulo III, senão sessenta membros. Mas, já quatro anos depois, foi suspensa a restrição. O próprio Inácio, superior geral desde 1541, deu-lhes as constituições (1550), aprovadas no primeiro capítulo geral de 1558. Este chamado *institutum*, fruto de longos e infatigaveis trabalhos e reflexões, compõe-se do *examen* para os aspirantes, das constituições que descrevem o modo de viver comum, das regras para a administração dos diversos cargos e das declarações que esclarecem o texto. Os famosos estatutos secretos dos jesuitas, intitulados *Monita privata Societatis Jesu*, de 1614, não passam de uma falsificação do ex-jesuita polonês Jerônimo Zahorowski (Duhr 84 ss).

221. Graças à sua organização e governo excelentes, a companhia propagou-se extraordinariamente. Inácio dirigiu-a pessoalmente até à morte, imprimindo-lhe os traços fundamentais do seu próprio carater: disciplina perfeita da vontade, obediência a mais absoluta e um zelo ardente e incansavel no serviço de Deus: Omnia ad maiorem Dei gloriam. Quando o santo morreu, a sua obra estava bem firmada, e, dividida em doze províncias, estendendo-se desde o Brasil até ao Japão, com mais de cem casas e com mais de mil religiosos. E esta propagação admiravel continuou durante os generalados de Lainez (1556-65) e de Francisco Borja (1565-72).

222. A ordem dos jesuitas não foi fundada direta e especialmente para combater e extirpar o protestantismo, mas, sim, para propagar a Igreja católica e para defendê-la contra qualquer outra doutrina e, por conseguinte, tambem contra o protestantismo. Não causa, pois, maravilha que, desde o princípio, se fundassem colégios tambem nos paises tocados pela inovação luterana, particularmente na Alemanha.

Desde 1543, trabalhou alí o primeiro jesuita alemão, **Pedro Canísio,** canonizado e declarado doutor da Igreja em 1925. E' verdadeiramente admiravel, o que este "segundo apóstolo da Alemanha" fez como pregador e missionário popular, como catequista e reformador das escolas católicas de todas as categorias, como conselheiro no concílio de Trento e professor de teologia em Ingolstadt e Viena, como superior provincial dos jesuitas alemães, como conselheiro imperial e legado apostólico em diversas missões e como escritor de obras teológicas, apologéticas e ascéticas, particularmente de catecismos e livros de oração. As suas cartas são uma fonte importante da história do seu tempo e da restauração católica (FB III 86-87).

223. O campo principal da atividade jesuítica era a cura de almas e o ensino nas escolas secundárias e superiores, e aí estava tambem a força principal da sua expansão e a ra-

zão mais profunda do seu prestígio. Fundamento escolástico-humanístico de seus estudos era a "Ratio et institutio studiorum" que deve a sua forma definitiva ao quinto superior geral, Cláudio Aquaviva (1599). O próprio Inácio fundara em Roma o Colégio Romano (1551) e o Colégio Germânico (1552), modelo dos seminários diocesanos, decretados pelo concílio de Trento.

224. Outra fonte, rica, mas bem perigosa, do seu poder consistiu em fornecer confessores aos príncipes. Inácio conhecia os perigos que poderiam nascer de tão alto posto. Mas prevaleceu, finalmente, a consideração do grande bem que nesta função poderia fazer-se em serviço de Deus. Desta forma, a companhia de Jesús veio a ser o mais forte baluarte da Igreja durante a época da reforma e o mais formidavel adversário do protestantismo germânico e romano.

Monumenta historica Societatis Jesu, Madrid 1894 ss. — *Joly*, Sant'Ignazio di Loyola, Roma 1907. — *Braunsberger*, B. Petri Canisii epistolae et acta, 8 vol. Freiburg 1896-1923. — *Kuckhoff*, Petrus Canisius, Duesseldorf 1925. — *Lochner*, A Companhia de Jesus, Porto Alegre, 1914. — *Brou*, Les Jésuites dans la légende, 2 vol., Paris 1906-07. — *Brucker*, La Compagnie de Jésus (1521-1773), Paris 1919. — *Rosa*, I Gesuiti dalle origini ai nostri giorni, 2. ed., Roma 1930. — *Duhr*, Jesuitenfabeln, 4. ed., Freiburg 1904. — *Lippert*, Zur Psychologie des Jesuitenordens, 2. ed., Kempten 1923. — *Fülöp-Miller*, Os Jesuitas e o segredo do seu poder, trad. port. por A. Franco, Porto Alegre 1935 (com riquíssima literatura).

§ 146. Outras ordens e congregações

225. Já antes da fundação dos jesuitas começara-se uma consoladora reforma da vida monástica, que jazia em triste decadência pelo fim do século XV e no princípio do século XVI. A comissão de reforma, instituida por Paulo III, queixou-se amargamente e julgou ser o melhor remédio dos abusos condenar os mosteiros relaxados à extinção.

226. Felizmente, não foi necessária medida tão radical. Impulsos para uma verdadeira restauração já os dera o novo despertar da piedade católica, e homens santos e nobres já se haviam colocado à frente do movimento. A Itália e a Espanha marcharam à frente. Mais tarde, tambem a França. A Alemanha, exhausta pelo cisma e pelas guerras, ficou infelizmente atrás. Carater comum de todas as novas congregações é maior acentuação da vida ativa. A sua constituição é, por via de regra, a de congregações com votos simples.

227. A primeira entre elas é a ordem dos **teatinos**, que têm a sua origem no oratório do Amor Divino. Esta fraternidade não tinha, a princípio, formas fixas. Para avigorar a nova vida e poder desenvolver maior atividade, transformaram-na os seus chefes em ordem de clérigos regulares (1524). Os dois fundadores, Caetano de Tiene e João Pedro Carafa, desde 1504 bispo de Chieti (Theate), conhecendo os males mais perniciosos do clero contemporâneo, o mundanismo e a riqueza excessiva, basearam a sua ordem na pobreza e visaram pelo exemplo de seus religiosos a reforma espiritual do clero secular. Carafa aceitou, a pedido de Caetano, a honra de primeiro superior geral. Tendo sido elevado à cadeira de são Pedro, deu à ordem o nome de teatinos, chamando-se eles tambem caetanos (Pastor IV 2, 568 ss; V 356 ss).

228 a. Na ordem franciscana, o movimento reformador resultou na separação entre observantes e conventuais (1517). Com isto, porém, não terminou a evolução. Não tinham ainda passado dez anos, quando no seio da observância nasceu outra reforma, a dos **capuchinhos.** Em 1525, Mateus de Bassi obteve do papa Clemente VII a permissão de levar uma vida anacorética e de trajar novo hábito com capuz piramidal. Em breve, Ludovico de Fossombrone e seu irmão Rafael lhe imitaram o exemplo. Pelas letras pontificias *Religionis zelus* de 1528 (BC I 3) lhes foi concedida a aprovação oficial.

b. No entanto, Mateus de Bassi voltou, em 1535, à observância, e Ludovico de Fossombrone teve que ser excluido da ordem. O quarto vigário geral, Bernardino de Occhino, deu um golpe ainda mais rude na reforma. Depois de ter sido zeloso pregador, caiu nas ciladas da sensualidade, casou-se e apostatou ao protestantismo, pelo que foi proibida aos capuchinhos a pregação, pelo espaço de dois anos. Grande zelo e dedicação encobriram, porém, as manchas destas e de outras sérias crises internas e, na segunda parte do século XVI, a nova família franciscana começou a prosperar, formando desde 1619 uma ordem independente.

229. No seio da observância surgiram, mais tarde, ainda outras reformas, das quais as mais importantes são as dos reformados, dos recoletos e dos descalços ou alcantarinos. A origem destes últimos remonta ao fim do século XV. João de Guadalupe obteve, em 1496, do papa Alexandre VI um breve que lhe permitia viver com alguns companheiros num eremitério, afim de observar mais estritamente o Evangelho e a regra de são Francisco (BD I 13). A reforma, depois de muitas peripécias, foi promovida eficazmente por são Pedro de Alcântara (AASS Oct. VIII 623 ss), espalhando-se especialmente por toda a Espanha e Portugal e pelas colônias de ambos os reinos. As glórias mais belas da reforma são os santos Pascoal Bailão, João José da Cruz e os mártires japoneses (Holzapfel 289 ss).

230. Outra ordem clerical é a dos paulinos, fundada por santo Antônio Maria Zacaria e dois outros clérigos fidalgos de Milão. Sendo a sua primeira igreja dedicada a são Barnabé, chamam-se os religiosos geralmente de **barnabitas.** Clemente VII aprovou o instituto em 1532. Por obras e por palavras, no confessionário e no púlpito, na educação da juventude e nas missões populares prepararam os barnabitas o caminho a são Carlos Borromeu.

231. No mesmo ano fundou são Jerônimo Emiliano a ordem dos **somascos,** estabelecendo o primeiro convento em Somasco, pequena cidade entre Bergamo e Milão. Seu fim principal é a educação dos orfãos.

232. Santa Ângela Merici reuniu, em 1535, algumas piedosas donzelas que, vivendo a princípio com as suas famílias, se dedicavam à cura dos enfermos, ao sustento dos pobres e à educação da juventude feminina. A associação, aprovada em 1536 pelo bispo de Bréscia, escolheu santa Úrsula como padroeira, chamando-se, por isso, **ursulinas.** Paulo III concedeu-lhes a aprovação apostólica, e Paulo V elevou a congregação à categoria de ordem (1612), ajuntando aos três votos religiosos um quarto, o da educação de meninas. A fundação espalhou-se felizmente e goza até hoje de grande importância e reputação.

233. A ordem masculina mais importante para a cura dos enfermos foi a dos irmãos da caridade, fundação de são João de Deus. Nascido em Montemor o Novo, em Portugal (1495), levou, na sua juventude uma vida relaxada e sofreu muitas peripécias como pastor e soldado. Um sermão de são João d'Ávila moveu-o a começar uma vida de extraordinária penitência e santidade. Em 1540, fundou em Granada um pequeno hospital, onde tratava os doentes com tão admiravel caridade que não somente ricos benfeitores, mas tambem as autoridades começaram a interessar-se por sua obra. O arcebispo de Granada e o bispo de Tuy, presidente da câmara real de Granada, o moveram a dar à sua fundação um carater religioso. Mas, somente seis anos depois da sua morte (m. 1550), foi composta uma regra e, em 1570, os primeiros religiosos emitiram os santos votos. Pio V aprovou a ordem em 1572.

234. De grande importância para a reforma da vida monástica foi, pelos meados do século XVI, o concílio tridentino, que, na sua sessão final, deu o decreto *De regularibus et monialibus,* proibindo a propriedade particular (c. 2), inculcando a clausura dos mosteiros femininos (c. 5) e a visita canônica (c. 8. 20), proibindo a colação de comendas a não-regulares e fixando para a profissão religiosa a idade de dezesseis anos (c. 15), permitindo, porém, em certos casos, a meninas fazê-la aos doze anos de idade (c. 17).

235. Tais disposições tiveram ótimos efeitos na reforma das antigas ordens. Foi então que se formaram a congregação cisterciense reformada de Feuillans, a reforma de S. Vannes e S. Hidulfo e a dos maurinos, a mais importante desta época. Richelieu, então primeiro ministro da França, prevalecendo-se da sua qualidade de abade comendatário de Cluni e da desunião que reinava entre os monges, pretendeu ser nomeado superior geral de todos os beneditinos franceses. Falhou-lhe porém este plano; e, por isso, empregou toda a sua influência a favor da nova congregação maurina, aprovada pelo papa Gregório XV. Em breve, se estendeu a reforma à maior parte dos mosteiros beneditinos da França. À sua testa se achava um abade geral que residia no mosteiro de S. Germain perto de París. A congregação alcançou, por seus estudos científicos, fama mundial.

236 a. Entre os **carmelitas** da Espanha desenvolveu salutar atividade santa **Teresa de Jesús** (1515-82). Nascida em Ávila e filha de família nobre, distinguiu-se muito cedo por sua piedade. Mas chamada a ser mestra da vida espiritual de outros, permitiu Deus que fosse afligida por muitas fraquezas humanas. Só depois de longos esforços conseguiu vencer a tibieza e firmar-se na virtude. Ela mesma nos descreve a evolução da sua vida espiritual.

b. Autorizada pelo papa Pio IV e apoiada eficazmente pelos santos Pedro de Alcântara e João da Cruz, começou, em 1562, a reformar primeiro os mosteiros das suas monjas. As maiores dificuldades e oposições não a desanimaram. Desde 1568, tambem a maioria dos mosteiros masculinos aceitaram a sua reforma. Depois de longas controvérsias, Gregório XIII aprovou a reforma dos carmelitas descalços (1580), e Clemente VIII pronunciou a completa separação entre os reformados e os conventuais (1593), dando aos primeiros um superior geral próprio.

237. Santa Teresa, a "doutora mística", e são João da Cruz (m. 1591), declarado doutor da Igreja em 1926, pertencem aos mais insignes representantes da ascética e mística católica. Seu exemplo e seus escritos clássicos contribuiram eficazmente para a propagação da vida contemplativa e da mística especulativa.

238. Além dessas reformas de antigas ordens, deu o concílio tridentino impulso tambem a novas fundações. Desde o fim do século XVI, a França marchou à frente e tornou-se verdadeira escola de santidade. Mas tambem na Itália desabrocharam belas flores de vida religiosa.

239 a. **São Felipe Neri** (1515-95) de Florença, distinguido pela perfeita virgindade, e pelos dons da profecia e dos milagres, e dedicado desde a juventude aos estudos e à piedade, fundou, em 1548, em Roma, a confraria da santíssima Trindade, para santificação pessoal de seus membros e alívio dos pobres peregrinos. Para realizar as suas conferências, cada vez mais frequentadas, e para os seus exercícios de piedade, recebeu Felipe um espaçoso oratório, do qual

passou o nome a toda a instituição, transformada em sociedade de sacerdotes seculares.

b. Os oratorianos não têm votos. Seu fim particular é a cura d'almas. Aprovada por Gregório XIII (1575), a sociedade difundiu-se largamente. Ainda que o seu fim principal fosse a instrução do povo, os seus membros entregaram-se, desde o princípio, tambem a profundos estudos científicos, contando entre eles o grande historiógrafo Cesário Barônio e seu continuador Odorico Rainaldo. As representações musicais que se faziam nas reuniões de Felipe deram origem à forma musical do *Oratório*, drama espiritual musicado.

240. Semelhante congregação de sacerdotes seculares é a dos **oblatos de santo Ambrósio,** fundação de são Carlos Borromeu, arcebispo de Milão e cardial (1578). Seus membros tiveram a tarefa de apoiar o arcebispo na restauração da vida cristã pela virtude pessoal, pelo ensino religioso e, particularmente, por sua fiel obediência ao prelado.

241. Além disso, fundou são Camilo de Lellis (m. 1614) a ordem dos Padres da Boa Morte ou camilianos. São Francisco Caracciolo (m. 1608) a dos clérigos menores regulares, e são José de Calasanza (m. 1648) a dos piaristas.

242. Na França, Pedro Berulle de París, mais tarde cardial, imitou o exemplo de Felipe Neri, fundando o oratório de Jesús (1611). No entanto, na primeira metade do século XVII, os principais promotores da vida monástica foram os dois grandes franceses são Francisco de Sales e são Vicente de Paulo.

243 a. São **Francisco de Sales** (1567-1622), nascido no castelo de seus pais na Savoia, teve uma educação esmerada no colégio dos jesuitas em París e na universidade de Pádua, onde teve por professor o ilustre jesuita Possevino. Mas o jovem estudante teve que passar por amargas provas espirituais. Tendo-se distinguido, desde a sua mais tenra idade, por extraordinária virtude, encheu-se insensivelmente o seu espírito de trevas, de secura e de melancolia. A controvérsia sobre a graça e a predestinação agitava então toda a sociedade. Francisco começou a temer que fosse predestinado à

morte eterna, pensamento que o levou quasi ao desespero. Vencida, finalmente, a crise, tornou-se, de pessimista, otimista. E o otimismo ficou, desde então, a sua divisa.

b. Levado pelo desejo de melhor servir a Deus, abraçou o estado eclesiástico. Suas virtudes e seu saber fizeram com que, em 1602, fosse eleito bispo de Annecy-Genebra. A sua eloquência e o seu zelo pastoral reconduziram milhares de calvinistas ao seio da Igreja. Inspirado guia de almas, primoroso escritor ascético, o mais brilhante representante da piedade humanista, sabia ele entusiasmar os sábios do tempo pelas belezas da fé. As suas obras *Introduction à la vie dévote* ou *Filotea* e o *Traité de l'amour de Dieu* ou *Theotimus* tem orientado gerações inteiras no caminho da devoção cristã. São obras que valeram a Francisco o título de doutor da Igreja.

c. Com o apoio do grande bispo, sua filha espiritual, santa Joana Francisca Frémiot, baronesa de Chantal (m. 1641), fundou a ordem da Visitação (1610) ou das salesianas, cujo fim particular é o tratamento de enfermos e a educação da juventude feminina.

244. **São Vicente de Paulo** (1581-1660), influenciado por Pedro Bérulle e Francisco de Sales, levou uma vida de verdadeiro heroismo no serviço do próximo, como missionário e como organizador de obras de caridade. Em 1624, fundou uma congregação de clérigos para a missão popular. Por ser a sua primeira casa o colégio de são Lázaro em Paris, chamam-se os missionários de **padres lazaristas.** Segundo a regra, composta por Vicente em 1632, os membros da congregação deviam ser sacerdotes seculares, mas com os três votos costumados e mais o da perseverança. Seu fim particular é a missão popular e a direção de seminários clericais. Mas, desde o tempo do fundador, e particularmente, desde o pontificado de Inocêncio XI, os lazaristas se ocupam tambem, com grande sucesso, de missões entre os pagãos.

245. Uma associação de piedosas mulheres, fundada igualmente pelo apóstolo da caridade, veio a ser, pela valiosa cooperação da nobre viuva Luiza le Gras de Marillac, a congregação das **Filhas da Caridade** ou vicentinas. Aprovada pelo papa Clemente IX (1668), a congregação difundiu-se por todo o mundo. Tiveram um desenvolvimento maravilhoso e são hoje, com suas 40.000 irmãs e 4.000 casas, a mais numerosa de todas as congregações. Fundação semelhante é a das irmãs de são Carlos Borromeu, que teve origem em Nancy (1652).

246. Podem ser mencionadas, finalmente, as Damas Inglesas, que fazem remontar a sua origem à congregação das jesuitinas de Maria Ward; as irmãs do refúgio de João Eudes, iniciador da moderna devoção ao Sagrado Coração de Jesús e canonizado em 1925; a congregação dos sulpicianos, fundada por João Olier, amigo de são Vicente; a congregação da Escola Cristã, fundada por são João Batista de la Salle, em Reims (1680), e outras mais.

Heimbucher, Die Orden und Kongregationen. — *Pastor,* Geschichte der Paepste IV ss. — *Paschini,* S. Gaetano di Thiene, G. P. Carafa e le origini dei chierici regolati Teatini, Roma 1926. — *Boverius,* Annales Ordinis Minorum Cap., 2 vol., Lugduni 1632-39; contin. por Marc. de Pisa, Lugd. 1676, e por Silv. de Milão, Milão 1737. — *Wadding,* Annales Minorum. — Sant'Angela Merici e a ordem das ursulinas, por uma religiosa da mesma ordem, trad. port., São Paulo 1927. — *Vaussard,* Le Carmel, 12. ed., Paris 1929. — *Van den Bossche,* Les Carmes, Paris 1930. — *P. Silvério de S. Teresa,* Obras de Santa Teresa de Jesús, 9 vol., Burgos 1915-24; trad. port. I-II, Petrópolis 1935-1939. — *P. A. ab Imm. Conc. e Ambr. a S. Theresia,* Obras completas de são João da Cruz, ed. alemã, 5 vol., Muenchen 1927-29. — Oeuvres de S. François de Sales, édition complète par les religieuses de la Visitation d'Annecy, 22 vol., Paris-Lyon 1892-1925. — *Redier,* La vraie vie de S. Vincent de Paul, Paris 1927. — *Coste,* S. Vincent de Paul et les Dames de la Charité, Paris 1918. — *Arrufat,* A ordem beneditina, Rio de Janeiro 1933. — *Bremond,* Histoire littéraire du sentiment religieux en France depuis la fin des guerres de religion, 8 vol., Paris 1916-28. — *Buchberger,* Lexikon fuer Theologie und Kirche (passim). — *Coste,* Monsieur Vincent I-III, Paris 1931 s. — *Castro,* Vida de S. Luiza de Marillac, Petrópolis 1936.

§ 147. O concílio de Trento e os papas contemporâneos

247. Desde o princípio da reforma protestante, reclamava-se vivamente a reunião de um concílio ecumênico. Estava por resolver o problema duma reforma verdadeira. Pois as decisões do 5° concílio do Latrão (1512-17) não surtiram efeito. Pela inovação acresceu ainda o problema da fé e da unidade eclesiástica. O concílio parecia o único meio de resolver estas questões importantíssimas.

248. Mas opuseram-se-lhe não poucas dificuldades. Os papas receavam a renovação das idéias conciliares. A política interesseira de Carlos V e, mais ainda, de Francisco I e dos protestantes, como tambem as preocupações pouco eclesiásticas dos papas foram outros tantos obstáculos. Os colóquios religiosos e a escolha do lugar contribuiram igualmente para que se adiasse sempre de novo a reunião tão vivamente desejada.

249. Todavia, não desapareceu a esperança de que o concílio restabeleceria a unidade eclesiástica e que a reforma da Igreja, que seria principal objeto das deliberações, reconduziria os dissidentes. Paulo III considerou, por isso, a realização do concílio como sua principal tarefa. Convocou-o, de fato, para Mântua (1536) e, logo em seguida, para Vicenza (1537). Mas não teve ainda resultado. E quando, em 1542, quis reuní-lo em Trento, impediu-o a guerra entre a França e o império (1542-44). Finalmente, terminada a guerra pela paz de Crépy, repetiu, em março de 1545, a convocação pela bula *Laetare Jerusalem* de 19 de novembro de 1544.

250. Durante algum tempo parecia dever-se prorrogar mais ainda o prazo das sessões. Pois o imperador, para atrair os protestantes, desejava que logo se tratassem as questões de reforma. O papa, ao invés, desejava se tratassem, antes de mais nada, os problemas dogmáticos. Contudo, no terceiro domingo do Advento, dia 13 de dezembro de 1545, foi celebrada a primeira sessão, embora com número reduzido de conciliares. E desde então continuaram os trabalhos, com duas interrupções, pelo espaço de dezoito anos, "para louvor e glória da santa e indivídua Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, para aumento da fé e da religião cristã, para extirpação das heresias, para paz e união da Igreja, para reformação do clero e do povo cristão e para abatimento e extirpação dos inimigos do nome cristão" (1ª sess.).

251. O primeiro período do concílio compreende as dez primeiras sessões (1545-47), presididas pelos cardiais Del Monte, futuro papa Júlio III, Cervini, mais tarde papa Marcelo II, e Reginaldo Pole. Foram membros do concílio com voto deliberativo os bispos e superiores gerais das ordens e uma parte dos abades. Foram convidados tambem numerosos teólogos com voto consultativo. Entre eles se distinguiram o grande geral dos eremitas de santo Agostinho, Jerônimo Seripando (m. 1563), os dominicanos Cano, Soto e Ambrósio Catarino (m. 1553), os jesuitas Salmeron, Laínez e são Pedro Canísio (m. 1597), e os franciscanos André de Vega (m. 1560), "um dos mais doutos teólogos do concílio" (FSt 1940, 80 n. 4), e Afonso de Castro (m. 1558). Particularmente numerosos foram os escotistas, exercendo grande influência (Diekamp, Kath. Dogmatik 1921, 83).

252. Os conciliares ocuparam-se, desde logo, das questões gerais e preparatórias (1ª-2ª sess.) e, harmonizando as pretensões do papa e do imperador, trataram, ao mesmo tempo, dos problemas dogmáticos e disciplinares. Daí se dividem as decisões, aprovadas e proclamadas nas sessões solenes, em decretos dogmáticos e disciplinares, ou seja, em *decreta de fide* e *decreta de reformatione*.

253. Os pontos dogmáticos a serem tratados eram determinados pelos erros do protestantismo. Estes agrupam-se em volta de dois problemas: 1) qual é a regra da fé? 2) qual é o conceito da Igreja? Aquele constitue o princípio formal da pseudo-reforma, este o seu princípio material.

Segundo o princípio formal de Lutero, a bíblia é única fonte da fé. O concílio definiu, na sua quarta sessão, que a Tradição deve ser aceita "com igual piedade, afeto e reverência" como a Escritura. Fixou, em seguida, o canon dos livros sagrados e declarou que, entre as numerosas traduções latinas, a Vulgata é a única autêntica, isto é, a única perfeitamente de acordo com o texto original no que respeita a fé e a moral. Finalmente estabeleceu como único critério para interpretar o texto sagrado a sentença da Igreja e o unânime consenso dos Padres da Igreja.

254. O princípio material do luteranismo é o conceito espiritualístico e subjetivista da Igreja. Este conceito errôneo baseia-se, em última análise, no erro fundamental de Lutero acerca do pecado original (cfr. § 128), erro do qual emana todo o sistema do protestantismo: os novos conceitos do pecado involuntário, da graça puramente externa, da justiça imputativa, da justiça arbitrária de Deus, a *sola fides*, e a certeza

da salvação. Inuteis são, portanto, e não existem nem sacerdócio sacramental, nem sacrifício, nem sacramentos como verdadeiros meios da graça.

255. Por isso, proclama o concílio, antes de mais nada, na quinta sessão, o decreto dogmático sobre o pecado original. Em cinco anatematismos declara: 1) Adão, quando transgrediu o preceito de Deus no paraiso, perdeu a justiça em que fora constituido, incorreu na ira de Deus e na morte e ficou mudado para peior quanto ao corpo e quanto à alma. 2) O pecado de Adão foi nocivo não somente a ele, mas tambem à sua descendência e transfundiu não somente o castigo, mas tambem a culpa. 3) Este pecado não se transfunde por imitação, mas por propagação. O remédio é o merecimento de Jesús Cristo, que se aplica pelo sacramento do batismo tanto aos adultos como aos meninos. 4) Tambem as crianças recem-nascidas devem ser batizadas para conseguirem a vida eterna. 5) O reato do pecado original é perdoado pela graça de Jesús Cristo, conferida no batismo, que extingue tudo o que tem verdadeira e própria condição de pecado. Fica, porém, nos batizados a concupiscência, chamada pelo apóstolo de pecado, porque procede do pecado e para ele inclina. A estes cinco anatematismos, o concílio acrescenta não ser sua intenção compreender neste decreto a imaculada Virgem Maria (DB 787-92).

256. Tendo assim destruido o fundamento do protestantismo, o concílio promulgou, na sexta sessão, o decreto dogmático sobre a justificação. Este decreto, perfeito modelo de exposição doutrinal, define claramente, em 16 capítulos e 33 cânones, a doutrina da justificação contra a falsa concepção de Pelágio e de Lutero.

257. Na sétima sessão, os conciliares passaram, por ordem lógica, à doutrina dos sacramentos, meios da salvação. Foram tratados os sacramentos em geral e o batismo e a confirmação em particular.

258. Na quinta, sexta e sétima sessão foram dados tambem os primeiros decretos disciplinares, pelos quais o concílio ordena a instituição de cadeiras da sagrada escritura junto às igrejas catedrais e colegiatas, como tambem nos mosteiros

e conventos, determina que todos os prelados e demais curas de almas estejam obrigados a pregar por si mesmos o Evangelho, não estando legitimamente impedidos, e lhes inculca o dever de residir nas suas igrejas. Finalmente, prescreve que os bispos e outros prelados maiores visitem as suas igrejas e proibe a acumulação de benefícios.

259. A oitava sessão foi indicada para o dia 21 de abril de 1547. No entanto, em breve, o concílio foi interrompido pelo espaço de quatro anos. Roma, de mau grado seu, havia decidido abrí-lo em Trento. E já desde muito se pensava em transferí-lo para outra cidade. O papa, desgostoso do procedimento do imperador para com os protestantes de um lado, e para com os conciliares do outro, quis retirar a assembléia da esfera de sua influência. Como, além disso, se declarasse em Trento uma doença contagiosa, utilizaram-se os presidentes da autorização que o papa lhes dera por bula de 22 de fevereiro, convocaram os conciliares para o dia 11 de março e resolveram, por maioria dos votos, transferir o concílio para Bolonha.

260. O imperador, muito indignado com a transferência precipitada, porque desta forma se desvaneceram as suas esperanças de reconduzir, por meio do concílio, os protestantes à unidade religiosa, esforçou-se por manter a assembléia em Trento. De fato, ficaram 14 bispos nesta cidade, abstendo-se, porém, de deliberações sinodais, afim de evitar um cisma. Pela mesma razão tambem os Padres de Bolonha não publicaram decretos nas duas sessões de 21 de abril e de 2 de julho de 1547. As divergências se agravaram mais pelo protesto veemente de Carlos V e pelo Interim de Augsburgo. Por isso, o papa suspendeu a assembléia, em setembro de 1549. Dois meses depois veio a falecer, ancião de 82 anos de idade, venerado e respeitado como papa verdadeiramente grande.

261. O novo papa **Júlio III** (1550-55), tendo jurado no conclave reunir novamente o concílio, convocou-o realmente e, apesar das intrigas de Henrique II, rei da França, fez abrí-lo em Trento, no dia 1º de maio de 1551. Esta segunda parte compreende as seis sessões seguintes. Continuaram as deliberações sobre a doutrina dos sacramentos. Na 13ª sessão foi tratada a doutrina, tão altamente negada pelos inovado-

res, da Sagrada Eucaristia. Oito capítulos explicam a doutrina católica e onze cânones combatem os erros protestantes. Seguiram, na 14ª sessão, os tratados sobre a penitência e sobre a extrema unção. Os decretos disciplinares destas sessões dizem respeito ao governo dos bispos, à vida dos clérigos e à justa colação dos benefícios.

262. Neste comenos compareceram tambem os enviados protestantes, providos de um salvoconduto. Mas apesar de toda a condescendência com que foram tratados, frustraram-se as negociações. Pois fizeram logo condições irrealizaveis, como a suspensão e nova deliberação de todos os decretos anteriores e a renovação dos decretos de Constança e de Basiléia que proclamavam a superioridade do concílio sobre o papa. A traição de Maurício, eleitor da Saxônia, fez enfim com que o papa novamente adiasse o concílio pelo espaço de dois anos. Mas nem Júlio III tornou a ver a sua reunião, nem tampouco os dois sucessores.

263. Marcelo II, talvez o mais insigne membro do Sacro Colégio por talento e piedade, grande esperança de todos os que amavam sinceramente a Igreja, infelizmente não pôde realizá-la nas três semanas do seu pontificado. Palestrina perpetuou a sua memória com a *Missa papae Marcelli.*

264. Foi eleito então o deão do Colégio Cardinalício, João Pedro Carafa, com o nome de **Paulo IV** (1555-59). Natural do sul da Itália e compenetrado do espírito da Inquisição espanhola, fora nomeado, em 1542, chefe da Inquisição romana, e esta se tornara nas suas mãos terrivel como aquela, meio férreo e eficaz para sufocar no berço qualquer tentativa de inovação na Itália. A sua eleição demonstra o fervor com que os cardiais se preocupavam da reforma da Igreja. Pois, apesar de seus 79 anos de idade, Paulo nada perdera do seu carater impetuoso e da sua vontade férrea. Nunca pedira os favores dos cardiais. Com tanto maior razão podia considerar a sua eleição como obra de Deus. E procurou, do melhor modo possivel, realizar os planos divinos.

265. Não tendo muita vontade de continuar o concílio, ditou de própria autoridade numerosos decretos para conservar a fé e para abolir os abusos. Nutria até idéias de um Inocêncio III, e quis realizá-las sem dar contas ao ambiente inteiramente mudado. Foi com este espírito que, em 15 de fevereiro de 1559, publicou a bula *Cum ex apostolatus officio* (Rayn., ad an. 1559, 14), na qual declarou, em virtude da "plenitudo potestatis super gentes et regna", privados de todas as dignidades e direitos a todos os que tivessem renegado a fé, clérigos e leigos, príncipes e súbditos.

266 a. Infelizmente, frustrou os seus melhores planos por uma política desastrosa. A sua aversão pessoal contra a casa de Habsburgo e o receio que tinha da prepotência da mesma, levaram-no a uma aliança secreta com a França, apesar de Henrique II ser protetor dos protestantes alemães e manter até relações com os turcos. Esta aliança teve por resultado uma guerra infeliz contra Felipe II da Espanha. O duque d'Alba, chefe do exército espanhol, entrou vitorioso no Estado pontifício. Restituiu-o, é verdade, a Paulo IV e rendeu-lhe homenagem em nome de seu rei. Mas o papa teve que renunciar à aliança com a França.

b. A mesma aversão contra os habsburgos, como tambem a sua indignação causada pela paz religiosa de Augsburgo moveram o papa a negar a Fernando I o seu reconhecimento. Daí podia originar-se ainda maior perigo para o catolicismo da Alemanha, se Paulo tivesse tido um longo pontificado.

c. Esta política infeliz teve por causa tambem o nepotismo imprudente e indigno do papa. E' verdade que, elevando diversos sobrinhos a altas dignidades, julgava serem eles os seus melhores auxiliares. Enganou-se, porém, tragicamente. E, conhecendo o seu erro, puniu-os com deposição e exílio. Mas não pôde mais remediar o mal por eles causado. Faleceu aos 18 de agosto de 1559.

267 a. **Pio IV** (1559-65) não seguiu a politica de seu antecessor, mas estreitou os laços de amizade com Fernando I e manteve boas relações tambem com Felipe II. Contra os sobrinhos de Paulo IV instaurou um processo que terminou com a execução de Carlos e João Carafa (Pastor VII 106 ss), terminando com isso tambem o tão detestavel nepotismo dos papas. E' verdade, que tambem Pio favoreceu os seus parentes e elevou à dignidade de cardial-secretário de Estado

e arcebispo de Milão a seu sobrinho Carlos Borromeu, que tinha apenas 21 anos de idade. Mas esta elevação foi das mais felizes.

b. O jovem cardial revelou logo um tino administrativo admiravel, prudência e justiça incomparaveis. Em todos os sentidos se mostrou um homem perfeito. Era no silêncio da meditação que organizava seus grandiosos planos de reorganização da Igreja, os quais todos se concentravam na idéia de concluir o concílio de Trento (Lehmann). A sua realização, o terceiro período do concílio (1562-63), foi a maior obra de Pio IV.

268. Aos 18 de janeiro de 1562 teve lugar a 17ª sessão. Depois de novas e graves dificuldades, trataram os conciliares, antes de mais nada, de terminar a questão dos sacramentos. Fixaram, nas sessões 21ª-24ª, a doutrina sobre a comunhão, o sacrifício da missa, a ordem e o matrimônio. Estas deliberações duraram muito tempo e produziram vivas e acaloradas discussões.

269. O decreto dogmático da 21ª sessão estabelece que leigos e clérigos, que não celebrem, não estão obrigados, por direito divino, a comungar debaixo de ambas as espécies (cap. 1); declara que, salva a substância do sacramento, pode a Igreja determinar e mudar o que, na sua dispensação, julgar conveniente à utilidade dos fiéis e à veneração do mesmo sacramento, conforme à variedade dos tempos e dos lugares (cap. 2); ensina que debaixo de qualquer das espécies se recebe o Cristo todo e inteiro (cap. 3) e declara dispensadas da comunhão sacramental as crianças que carecem do uso da razão (cap. 4). Quatro cânones condenam os erros opostos (DB 930-37).

270. Na 22ª sessão foi lida e aceita a doutrina sobre o sacrifício da missa, sua instituição e seu carater. No tocante ao cálice dos leigos, não poucos Padres, particularmente alemães e franceses, inclinaram-se a conceder a comunhão debaixo de duas espécies. Outros, principalmente os espanhóis e italianos, se opuseram. A decisão foi confiada, por decreto especial, ao papa, e este permitiu, a instâncias de Carlos Borromeu, o cálice aos leigos em algumas dioceses da Alema-

nha. Mas a permissão foi, em breve, retirada por inutil. Com firmeza recusou o papa o matrimônio dos sacerdotes, que igualmente fora solicitado.

271. Quanto à ordem sacra, tratou-se novamente do problema já antes agitado dos sistemas papal e episcopal: Recebem os bispos o seu poder imediatamente do papa ou de Cristo? Os espanhóis e franceses, chefiados pelo cardial Carlos de Guisa e recentemente chegados ao concílio, procuravam vivamente que fosse definido o direito divino dos bispos, não distinguindo entre ordem e jurisdição. Os legados pontifícios, os italianos, alemães e portugueses pugnavam pela sentença oposta. E com tanta tenacidade se aferrava cada partido ao seu parecer que, finalmente, ficou indecisa a questão. Na 23ª sessão foi definido simplesmente que a ordem é verdadeiro sacramento (cap. 3), que a jerarquia, composta de bispos, sacerdotes e ministros, é de instituição divina (can. 6) e que o sacramento da ordem imprime carater indelevel (can. 4).

272. Quanto ao matrimônio não só se tratava de definir a indissolubilidade, como requeriam os erros protestantes, mas tambem foi tomada uma medida importante para acabar com os matrimônios clandestinos. Para conseguí-lo, declarou a 24ª sessão, pelo decreto *Tametsi*, as uniões secretas não só ilícitas, como havia feito o 4º concílio do Latrão, mas inválidas, não reconhecendo senão o casamento contraido "em presença do pároco e de duas ou três testemunhas".

A última sessão definiu ainda a doutrina sobre o purgatório, sobre a invocação, veneração e relíquias dos santos e sobre as suas imagens.

273. Ao mesmo tempo, foi publicada uma série de decretos importantes de reforma. Foi extinto o cargo de coletor de esmolas ou pregador de indulgências, reservando-se a promulgação de indulgências aos bispos. Inculcou-se aos bispos e outros prelados o dever de residir nas suas igrejas e de se fazerem sagrar dentro de três meses depois da eleição. Ordenaram-se a fundação de seminários clericais, a celebração de sínodos diocesanos e provinciais e a frequente visita aos bispados. Foi proibido o *cumulus beneficiorum*, não se eximindo nem os cardiais. Na última sessão, dia 3 de dezembro,

foram redigidos dois decretos sobre a reforma das ordens e da Igreja universal.

274. Assim terminou o concílio que constitue o fato mais importante da restauração católica. Rejuvenescido, purificado e unido, pôde o catolicismo opôr-se vigorosamente ao mundo protestante (Ranke). Com júbilo no coração, anunciou Pio IV aos prelados a conclusão da assembléia pela bula *Benedictus Deus* de 12 de dezembro de 1563. E não parou nisto. Zelou tambem pela execução dos seus decretos. Desde logo redigiu a *Professio fidei Tridentina* a ser jurada por todos que assumissem um ofício eclesiástico. Igualmente publicou o *Index librorum prohibitorum* que, no essencial, ficou em vigor até à nova edição de Leão XIII.

275. Os decretos do concílio foram aceitos logo pela maioria dos príncipes e das nações, como o imperador, a Polônia, Savóia, os Estados italianos e Portugal, cujo rei, Dom Sebastião, agradeceu ao papa a confirmação dos decretos e ordenou, fossem executados em todos os seus domínios. Felipe II da Espanha os aceitou com a cláusula "enquanto não contradizem aos direitos da coroa". A França aceitou os decretos dogmáticos, não, porém, os decretos disciplinares. Todavia, tambem estes foram, pouco a pouco, reconhecidos por sínodos provinciais. Os príncipes alemães aceitaram igualmente os decretos doutrinais e cultuais na dieta de Augsburgo de 1566.

276. A importância do concílio tridentino está na definição clara da doutrina católica pelos decretos dogmáticos e na extirpação dos abusos mais grosseiros pelos decretos disciplinares. Mas o mérito principal consiste na vitória sobre o espírito antieclesiástico que, desde o século XIII, se infiltrara no seio da Igreja. O tridentino é a vitória final do papado sobre as idéias conciliares que, em última análise, levaram ao conceito errôneo que Lutero formara da Igreja. Ao particularismo de uma Igreja nacional, democrática, subjetivista, o concílio opõe o universalismo e o objetivismo duma Igreja divinamente instituida e centralizada no papado. Só o problema do primado ficou ainda por resolver. O episcopalismo se opôs ainda ao papismo. O concílio vaticano seria, mais tarde, a coroação do tridentino.

Pio IV que tão felizmente terminou o concílio e tão incansavelmente prosseguiu na execução dos seus decretos, guiado sempre por seu "bom gênio", Carlos Borromeu, faleceu em 1565. Continuaram a sua obra os seus grandes sucessores Pio V, Gregório XIII e Xisto V.

Canones et decreta concilii Tridentini, ed. Romae 1882. — O Sacrossanto e Ecomênico Concílio de Trento em latim e português, 2 vol., Lisboa 1864. — *Mirbt,* Quellen 290-337. — *Pallavicini,* Istoria del Concilio di Trento, 2 vol., Roma 1656-57; trad. lat. por Giattino, 3 vol., Antuerpia 1670. — *Ratti,* Acta Ecclesiae Mediolanen. II-III, Milão 1892-96. — *Junglas,* Das Konzil von Trient (Religioese Quellenschriften, Heft 1), Duesseldorf 1926. — *Celier,* St. Charles Borromée, Paris 1912. — *Vitali,* San Carlo e il concilio di Trento, em Scuola cattolica, ser. 4, tom. 18, 769 ss. — *Pastor,* Geschichte der Paepste V-VII. — *Hefele-Leclercq,* Histoire des Conciles IX: Concil de Trente, par Richard, Paris 1930-31. — *Seeberg,* Lehrbuch der Dogmengeschichte IV 2, Erlangen-Leipzig 1920.

§ 148. Três grandes papas da reforma católica Pio V, Gregório XIII e Xisto V

277. O concílio tridentino lançou os fundamentos sólidos da reforma católica e deu-lhe as normas a seguir. A execução de seus decretos estava naturalmente nas mãos da cúria romana. Por feliz desígnio da Providência divina foram dados à Igreja, depois do concílio, três papas eminentes e desejosos de levar a cabo o que em Trento se começara, Pio V, Gregório XIII e Xisto V, o primeiro santo, o segundo douto, o terceiro genial.

278. **Pio V** (1565-72), dominicano, último papa canonizado, foi eleito por influência de Carlos Borromeu. Tambem como papa continuou sua vida simples e ascética de frade. Os romanos lhe aderiram, em breve, entusiasmados, afirmando que a cidade eterna nunca vira papa tão piedoso. Meigo e condescendente por natureza, mostrou-se todavia enérgico e inquebrantavel, quando se tratava de manter ou restabelecer a disciplina eclesiástica. O seu pontificado designa o princípio visivel e palpavel da reforma católica (Pastor).

279. A sua primeira preocupação foi a execução dos decretos do tridentino. Imitando o exemplo de Carlos Borromeu, começou por reformar a cúria e a cidade de Roma, estenden-

do em seguida a sua atividade à Igreja universal. Afim de uniformizar o ensino religioso, fez aparecer, já em 1566, o Catecismo Romano, destinado antes de tudo aos párocos. Em 1568, seguiu o breviário reformado, acompanhado da bula *Quod a nobis* (BR VII 685), que aboliu todos os outros breviários, exceto os que estivessem em uso há mais de duzentos anos. Como o novo breviário não passava de simples restauração do antigo com eliminações e mudanças aconselhadas pelo tempo, assim tambem o novo Missal Romano, introduzido por bula de 14 de julho de 1570 (BR VII 839).

280. Com singular empenho cuidou o papa de manter **a** pureza da fé. Neste ponto desenvolveu um zelo nada inferior ao de Paulo IV. Daí se explica a nova edição e elevação a lei penal da bula *In Coena Domini,* coleção de sentenças de excomunhão que, tendo origem no século XIII, desde Urbano V (1364), costumava ser publicada todos os anos na Quinta-Feira Santa. As idéias medievais que a bula professava quanto à autoridade pontifícia foram motivos de protestos repetidos por parte dos Estados que alimentavam o regalismo, como Veneza e a Espanha. Mas o papa a manteve. Só em 1770 é que foi suspensa a sua leitura, ficando porém juridicamente em vigor até 1869. Algumas sentenças entraram então na bula *Apostolicae Sedis* e foram admitidas, em parte, no código de direito canônico (LThK I 19).

281. Pelo mesmo espírito se norteia a bula *Regnans in excelso* de 25 de fevereiro de 1570 (BR VII 810 ss), pela qual o papa lançou o anátema contra Isabel da Inglaterra e desligou os súbditos da obediência. E' esta a última sentença de excomunhão pronunciada por papa contra um príncipe reinante.

282. Outra preocupação de Pio V foi a defesa da cristandade contra os turcos que, em 1570, conquistaram a ilha de Chipre, último baluarte dos cristãos no Mediterrâneo oriental. O papa entusiasmou o mundo católico do ocidente a empreender uma nova cruzada. A Espanha se uniu à república de Veneza. O papa ajuntou a sua frota e financiou a expedição. A esquadra da Tríplice Aliança foi posta sob o comando de um almirante de 24 anos, Dom João d'Áustria, filho natural de Carlos V. Aos 7 de outubro de 1571, travou-se a

mais feliz batalha que jamais tem visto a cristandade (Ranke). Pela vitória de Lépanto, Dom João pôs termo, para longos anos, às conquistas do Crescente. Infelizmente, não se tirou inteiro partido da vitória. Os interesses egoistas da Espanha e de Veneza frustraram a obra do pontífice. Pouco depois morreu Pio com fama de santidade, em 1º de maio de 1572.

283. **Gregório XIII** (1572-85) entrou, quanto à reforma, perfeitamente nas pegadas de Pio V. Tendo sido lente de direito muito celebrado na universidade de Bolonha, mostrou tambem como papa grande interesse pelas ciências. E convencido de que a boa formação dum clero douto e piedoso era, mais do que nunca, uma questão de vida para a Igreja, dedicou os seus primeiros cuidados à fundação e ao apoio dos estabelecimentos eclesiásticos de ensino. Assim fundou o colégio húngaro, pouco depois refundido com o germânico, assegurou a existência do colégio germânico por uma rica dotação e promoveu o colégio romano de tal maneira, que foi chamado, com justiça, seu segundo fundador. A parte superior do colégio, ou seja a faculdade filosófico-teológica, lhe deve o nome de "Universidade Gregoriana". Os colégios grego, inglês, armênio e maronita são igualmente fundações de Gregório XIII.

284. Outra glória deste papa é a **reforma do calendário** juliano. Sosígenes, astrônomo de Júlio Cesar, dera ao ano exatamente 365 dias, acrescentando todos os quatro anos um dia complementar, para compensar as seis horas que faltavam cada ano. Mas como este cálculo supunha uma diferença de seis horas completas, quando realmente era só de 5 horas, 48 minutos e 45 segundos, o ano civil era maior do que o ano solar de sorte que, em 1582, a diferença perfazia dez dias. Para remediar o erro, Gregório determinou pela bula *Inter gravissimas* (BR VIII 386 ss) que ao dia 4 de outubro de 1582 seguisse logo o dia 15 e decidiu que, para o futuro, três dos anos seculares não fossem bissextos.

285. O calendário gregoriano foi logo adotado por todos os povos católicos. Mas os Estados protestantes recusaram-se a reconhecer uma reforma que proviesse do papado odiado, embora os dois grandes astrônomos protestantes Brahe e Kepler a defendessem ardentemente. Daí se originaram, no século XVII, os diferentes modos de fixar as datas nos vários paises, modos que se designavam com o nome de "estilo antigo" e "estilo novo". Mas obrigados pela confusão, cau-

sada pelo orgulho protestante, os ingleses adotaram o novo calendário em 1752, os suecos em 1753, os prussianos em 1776. Os russos e gregos tambem o aceitaram nos últimos decênios passados (Pastor IX 205 ss.).

286. No mesmo ano de 1582, foi publicada tambem a nova edição do código canônico do qual o papa, um dos mais profundos conhecedores da jurisprudência civil e eclesiástica de seu tempo, fora colaborador, durante o pontificado de Pio V. Além disso, aperfeiçoou Gregório o instituto das nunciaturas pontifícias, instrumento poderoso da defesa e da reforma católica. De fato, conseguiu reprimir, na Alemanha, um tanto a inovação herética e fazer algumas reconquistas.

Menos feliz foi sua ação política no tocante às questões que então agitavam a Inglaterra e a França. Influenciado demasiadamente pela Espanha, cometeu até o grande erro de aprovar teóricamente a conspiração contra a vida da rainha Isabel (MQ 351 ss).

287. **Xisto V** (1585-90), antes cardial Felix Peretti, continuou do modo mais feliz a obra de seus antecessores. Filho de pais pobres de Montalto na Marca de Ancona, entrou na ordem franciscana quando tinha apenas doze anos de idade (1534). Por seu talento e por sua energia incomparavel tornou-se habil filósofo, teólogo profundo e exímio pregador. Como geral da ordem procurou reformá-la com energia. Pio V o nomeou bispo e cardial. Gregório XIII, por aversão pessoal, o afastou dos negócios. Tanto mais se admirou o mundo, quando o novo papa, desde logo, se revelou um grande gênio no governo. Poucos papas, desde Gregório VII, governaram a Igreja com tanto brilho, sabedoria e firmeza. E o tempo requeria um tal gênio, tal firmeza e sabedoria para conservar a independência e a dignidade da Santa Sé.

288 a. Antes de mais nada, começou o papa por restabelecer a ordem e a segurança no Estado da Igreja. Com extrema severidade procedeu contra os bandidos que então inquietavam toda a Itália e eram numerosíssimos, particularmente no Estado pontifício. No espaço de dois anos conseguiu extinguí-los.

b. Em seguida, dirigiu as suas atenções para a agricultura e para as finanças. Quando subiu ao trono papal, o tesouro público estava exhausto. Quando morreu, depois de cinco anos apenas, o castelo de Sant'Ângelo abrigava um tesouro de quatro milhões de escudos em ouro que, segundo a sua intenção, deviam ser destinados a suavizar a sorte do povo em dias de aflição.

c. E, todavia, Xisto empregava somas enormes para embelezar a cidade eterna, guiado sempre por motivos religiosos. Terminou a cúpula de São Pedro, prodígio de arquitetura, fez transferir com enorme trabalho o grande obelisco para o praça de São Pedro, edificou o hodierno palácio vaticano, a biblioteca vaticana, o palácio do Latrão e a escala santa. Tambem a Aqua Felice, o Borgo Felice e um hospital destinado para duas mil pessoas são obras de Xisto V. Roma obteve por ele o aspecto barroco que conserva em geral até aos nossos dias.

289. Para facilitar o despacho dos negócios, reorganizou o colégio cardinalício e a administração da cúria. Pela constituição *Postquam verus ille* de 3 de dezembro de 1586 (BR VIII 808) que ficou em vigor até hoje, o número dos cardiais devia ser setenta (como setenta tinham sido os presbíteros de Moisés), seis bispos, cincoenta presbíteros e quatorze diáconos. Pela bula *Immensa aeterni Dei* de 1588 (BR VIII 985), a cúria ficou dividida em quinze congregações que, no essencial, permaneceram até à reorganização de Pio X (1908).

290. Além disso, organizou Xisto V uma nova edição dos Septuaginta que, ao mesmo tempo, serviu de preparação à nova edição da *Vulgata*, ordenada já pelo Tridentino. Xisto, que com própria mão corrigiu as provas, mudando o texto em diversos pontos, quis declará-la, pela bula *Aeternus ille* de 1º de março de 1590 (Cornely 465 ss), como única autêntica. Mas o texto, corrigido com tanta precipitação e violência, saiu tão defeituoso que, já antes da publicação, se levantaram queixas e, logo depois da morte do papa, foi retirada a edição. Clemente VIII ordenou, por isso, se fizesse uma revisão e publicou-a, assim melhorada, em 1592, sob o nome de Xisto V. Esta *Vulgata Clementina* ainda hoje está em uso.

291. Admiravel foi a atividade de Xisto V no campo da política interna. Não menos admiravel foi sua habilidade na política externa. O seu ideal foi a hierocracia papal da alta idade média. Mas na praxe mostrou bastante prudência para dar conta às condições do tempo que, às vezes, o obrigavam a tomar atitude bem contrária aos seus desejos.

Particularmente delicada se lhe antolhou a questão huguenote e a sucessão ao trono da França. Por ocasião da guerra religiosa e civil que afligia esta "filha primogênita da Igreja", tanto os partidos franceses, como tambem Felipe II da Espanha dirigiram-se ao papa, afim de obterem seu apoio. O duque e o cardial de Guisa foram assassinados por ordem do rei Henrique III (1588). Este caiu vitima do punhal de Jacques Clement, liguista fanático (1589). Henrique de Navarra, pretendente ao trono, abraçara de novo o calvinismo e foi por isso excomungado. E todavia, Xisto V resistiu com energia às pretensões de Felipe II que procurava valer-se do papa para obter certa supremacia sobre a França e estabelecer a monarquia universal dos espanhóis. Felizmente, o tempo justificou o proceder do papa. Henrique IV prometeu a conversão, a França ficou fiel à fé católica e a Igreja e o papado conservaram a independência.

Mas todos estes gigantescos trabalhos gastaram, em breve, as forças do pontífice. Em 1590, morreu, e com ele um dos chefes mais geniais da Igreja. As perturbações da França deram que fazer ainda a seus sucessores.

Mirbt, Quellen zur Geschichte des Papsttums. — *Pastor,* Geschichte der Paepste VIII-IX. — *Seppelt-Loeffler,* Papstgeschichte. — *Grente,* Saint Pie V, 2. ed., Paris 1914. — *Paschini,* Il Catechismo Romano del Concilio di Trento, Roma 1923. — *Graziani,* Sixte-Quint et la réorganisation moderne de St. Siège, Paris 1906; trad. ital. Roma 1910. — *Le Bachelet,* Bellarmin et la Bible Sixto-Clementine, Paris 1911. — *Cornely,* Historica et critica introductio in U. T. libros sacros I, Parisiis 1885. — *H. Hoepel,* Beiträge zur Geschichte der Sixto-Klementinischen Vulgata (Bibl. Stud. XVIII), Freiburg 1913. — *Kneller,* Neue Studien zur Sixtinischen Vulgatabulle, em ZkTh 1935, 81 ss; 268 ss; cfr. 1922-28, passim.

§ 149. Os papas do século XVII — Época do absolutismo

292. Desde o fim do século XVI, o papado perdeu de novo o esplendor que lhe deram os três grandes pontífices reformadores. A reforma continuou ainda, sim, mas as negociações internacionais, as condições sociais e políticas do Estado pontifício e o embelezamento da cidade eterna preocupavam demasiadamente os chefes da Igreja. Abusos na cúria e nepotismo macularam não pouco certos pontificados, embora não na medida do papado renascentista, e o regalismo mais e mais se acentuou.

293. A Xisto V seguiram, dentro de um só ano, três papas de menor importância, Urbano VII (1590) que morreu antes mesmo da sua coroação, Gregório XIV (1590-91) e Inocêncio IX (1591). Na sua política externa não seguiram a Xisto V, mas prestaram auxílio aos liguistas da França e a Felipe II contra Henrique de Navarra.

294. Foi provavelmente durante o conclave de 6 de outubro até 5 de dezembro de 1590, que foi composta a muito citada **profecia dos papas,** atribuida a são Malaquias, arcebispo de Armagh (m. 1148). A primeira edição impressa apareceu em Veneza (1595) numa coleção de lendas, chamada *Lignum Vitae* e compilada pelo monge beneditino Arnoldo de Wion. São 111 proposições, caraterizando os papas desde Celestino II (1143-44) até ao fim do mundo. A Pio XII seguiriam ainda cinco papas (M Q 353-54). O último seria Pedro Romano. Wion pretende oferecer aos seus leitores o fruto de doutas investigações, feitas para honra do papado e da ordem beneditina, sem indicar as fontes. Mas os historiadores concordam hoje geralmente em chamar a "profecia" uma falsificação tendenciosa. "A Igreja não precisa de tais pretensas profecias. Basta-lhe a promessa de Cristo que contra a sua Igreja, edificada no rochedo que é Pedro, as portas do inferno não prevalecem" (Pastor X 529-30).

295. Maior importância tem o pontificado de **Clemente VIII** (1592-1605), varão de sólida piedade e prudência. A sua primeira preocupação foram as questões que ainda agitavam a França. Como Henrique IV ainda não cumprisse a sua promessa, manteve, a princípio, relações com os liguistas. Mas não pensou em apoiar os planos de Felipe II, para não se degradar a simples capelão do rei da Espanha. E quando Henrique IV, finalmente, abraçou o catolicismo (1593), absolveu-o das censuras e reconheceu-o rei, depois de prudentes hesitações (1595). Desde então seguiu abertamente a política de Xisto V, o que teve os mais salutares

efeitos para a vida religiosa da França e para a independência da Sé apostólica. Expressão palpavel desta independência política foi a paz de 1598, concluida entre a Espanha e a França por mediação do papa. Pela mesma política prudente conseguiu reivindicar, contra as pretensões espanholas, Ferrara que, desde os dias de Matilde de Toscana, fora feudo da Igreja, sendo, pela morte do duque Afonso II de Este (1597), reanexada ao Estado pontifício.

296. Tambem nos negócios internos da Igreja, desenvolveu Clemente uma benéfica atividade. Os doutos jesuitas Toledo e Belarmino e o ilustre oratoriano Cesário Barônio receberam a púrpura cardinalícia. Giordano Bruno teve de pagar as suas aberrações com a morte. A controvérsia molinista sobre a graça e o livre arbítrio animou vivamente os espíritos. Clemente pode justamente ser contado entre os grandes papas da reforma, ao lado de Pio V e de Xisto V (Seppelt-Loeffler 303).

297. No conclave de 14 de março até 1º de abril de 1605, o cardial Barônio obteve o maior número de votos, faltando apenas oito para ter a maioria de dois terços. Mas, pela franqueza com que tratara, nos seus Anais Eclesiásticos, a questão da Monarquia Sícula, atraira a si os ódios da Espanha. Foi eleito o cardial Otaviano de Medici, com o nome de **Leão XI.** O novo papa faleceu depois de 25 dias. No conclave seguinte, a Espanha se opôs novamente a Barônio, como se opôs tambem à eleição de Belarmino. Foi esta a primeira vez que uma potência secular, por meio de um cardial, opôs veto formal à eleição de um candidato. Pelos meados do século XII este *jus exclusionis* aparece como direito reconhecido ao imperador, à França e à Espanha; e conservou-se este abuso, apesar dos decretos contrários, até 1904, quando Pio X o proibiu sob pena de excomunhão.

298. Da urna eleitoral saiu, no dia 16 de maio, o nome do cardial Camilo Borghese, que se chamou **Paulo V** (1605-21). Foi um carater semelhante a Gregório VII, piedoso, íntegro, cheio de zelo pela Igreja, imbuido das idéias dos grandes papas da idade média, com a única diferença de favorecer demasiadamente os seus parentes.

299 a. Mas precisamente as tentativas de restabelecer a autoridade medieval dos papas causaram-lhe conflitos dolorosos com os seus vizinhos na Itália, especialmente com a orgulhosa república de Veneza. Motivo do conflito foi a recusa dos venezianos de extraditar ao tribunal eclesiástico dois clérigos encarcerados e de retirar algumas leis antieclesiásticas. Paulo V pronunciou a excomunhão contra o Doge e o senado e lançou o interdito contra a república (1606).

b. Mas os venezianos estavam bem longe de submeter-se. Desobedeceram até parte do próprio clero, chefiado pelo servita Paulo Sarpi (m. 1623), historiógrafo antipapal do Tridentino. Nomeado conselheiro de Estado, defendeu violentamente o extremo regalismo. As censuras do papa foram declaradas inválidas. A sua publicação e a execução do interdito, punidas com medidas severíssimas. Só os jesuitas, os capuchinhos e os teatinos obedeceram à voz do papa, preferindo abandonar o país. Já ameaçava a república passar ao protestantismo quando, finalmente, foi concluida uma paz (1607), mas com cláusulas tais, que não pode ser considerada vitória do papa. As leis antieclesiásticas foram suprimidas e os dois clérigos entregues ao papa. Mas os jesuitas não puderam retornar aos seus colégios. De então em diante, nunca mais se pronunciou interdito contra toda uma nação.

c. Durante o pontificado de Paulo V, agravaram-se tambem as coisas da Alemanha. A formação da Liga católica e da União protestante levaram, finalmente, à guerra dos trinta anos (cfr. § 135). O papa apoiou eficazmente o imperador e a Liga e teve o prazer de ver derrotados os protestantes na batalha do Monte Branco (1620). No dia 28 de janeiro de 1621, faleceu o grande papa.

300. **Gregório XV** (1621-23), da casa dos Ludovisi, já ancião e doentio, quando subiu à cátedra de são Pedro, deixou os negócios nas mãos de seu sobrinho Ludovico Ludovisi que com zelo prudente e com admiravel habilidade se desempenhou da sua missão. Durante a guerra dos trinta anos, apoiou o imperador e a Liga católica ainda mais decididamente do que o fizera Paulo V, pelo que Maximiliano da Ba-

viera, depois da conquista do eleitorado, lhe deu de presente a biblioteca palatina.

301. Tambem a política interna deste pontificado foi a mais feliz. A disposição mais importante diz respeito à eleição papal. Pelas bulas *Aeterni Patris* de 1621 e *Decet Romanum Pontificem* de 1622 decretou que a eleição não podia ser feita senão depois de fechado o conclave e celebrada a santa missa, à qual os cardiais haviam de assistir recebendo a santa comunhão. A votação se faria por escrutínio secreto e a eleição pela maioria de dois terços de votos. Foi no entanto permitida tambem a eleição por compromisso ou por uma espécie de inspiração (Pastor XIII 1, 90).

302. De singular importância foi tambem a fundação da congregação de Propaganda Fide (1622), cujo campo de ação haviam de ser não somente as regiões pagãs, mas tambem as nações da Europa onde pela pseudo-reforma o catolicismo estivesse suprimido ou formasse minoria. Educado pelos jesuitas, Gregório XV mostrou-lhes gratidão quando papa, canonizando a santo Inácio de Loiola e são Francisco Xavier. Foram igualmente elevados à honra dos altares santa Teresa de Jesús e são Felipe Neri.

303. **Urbano VIII** (1623-44), da família dos Barberini, subiu ao trono pontifício quasi ao mesmo tempo em que o cardial Richelieu assumiu a chefia da política francesa. O escopo principal deste ministro onipotente de Luiz XIII foi derribar o predomínio dos Habsburgos. Os seus êxitos dependem, em parte, da atitude do papa. E' verdade que Urbano protestou contra a aliança que Richelieu concluiu com Gustavo Adolfo, maior inimigo da Igreja no século XVII, e não é verdadeira a afirmação contrária de Ranke e de Gregoróvio (Pastor XIII 2, 1020-31). Mas sua neutralidade que observava como "padre comune" de todos os cristãos, como gostava de chamar-se, prejudicou não pouco a causa católica na Alemanha. Enganado pelo cardial, estava convencido de que não se tratava de uma guerra religiosa. E quando finalmente percebeu a que ponto tinha chegado o perigo, e quis desviar Richelieu da sua política condenavel, já era tarde. As suas exortações não surtiram nenhum efeito.

304 a. Outro problema dificílimo antolhou-se ao papa, quando os portugueses se insurgiram contra o domínio da Espanha, elevando o duque João de Bragança ao trono (1640). Em princípios de 1641, Dom João IV enviou Dom Miguel de Portugal, bispo de Lamego, a Roma, esperando com razão grandes resultados políticos das relações com o papa. O embaixador chegou a Roma em novembro de 1641. Mas em junho de 1642, se queixou de não ter sido ainda recebido pelo pontífice. De fato, Urbano VIII se achava numa condição muito crítica. De um lado, se fazia sentir a pressão da Espanha contra João IV, de outro sentia que era injusto recusar o embaixador português. Este teve que defender-se contra os castelhanos até com mão armada. Finalmente, já não tendo esperança de ser recebido pelo papa, resolveu retirar-se de Roma e regressar a Portugal.

b. A questão se agravou ainda, quando se tratava de prover as dioceses no reino e nos domínios. Em toda a India já não havia senão um prelado que era o arcebispo de Gôa. Igualmente se encontravam sem bispos as dioceses de Angola e oito dioceses de Portugal (Almeida IV 166). O novo rei, querendo prover as dioceses vagas, apresentou ao papa os seus candidatos. Mas Urbano se recusou a confirmá-los não querendo correr o risco de um rompimento com Felipe IV da Espanha. As negociações se prolongaram indefinidamente. Quando Urbano faleceu, os bispados vagos em Portugal já eram dezessete.

305. Urbano VIII aumentou as atribuições da congregação de Propaganda Fide e erigiu-lhe um grande seminário, o Colégio Urbano (1627). No seu pontificado foi concluido o lamentavel processo de Galilei (cfr. § 143) e começou a oposição da cúria romana contra o jansenismo. Infelizmente, maculou o papa o seu longo reinado por um excessivo nepotismo, o que deu motivo a dolorosa luta no pontificado seguinte.

306. **Inocêncio X** (1644-55), da família dos Panfili, encontrando vazio o tesouro da Igreja e movido por muitas acusações, fez instaurar processo contra os parentes de seu predecessor. Mas estes refugiaram-se na França, procurando e alcançando a proteção do cardial Mazarino, então primeiro ministro de Luiz XIV. Este digno sucessor de Richelieu não

hesitou em ameaçar até de guerra o papa. O processo foi suprimido e os sobrinhos de Urbano reintegrados. Infelizmente, o próprio Inocêncio X não se conservou livre de nepotismo. Detestavel foi principalmente a prepotência de sua cunhada, Olímpia Maidalchini-Panfili, que se valia da sua posição para enriquecer-se. E contudo, depois da morte do pontífice, negou-se a contribuir com suas enormes riquezas para uma digna sepultura.

307. Abstraindo destes fatos, o pontificado de Inocêncio não foi sem importância. Protestou energicamente, embora sem resultado, contra a injusta paz de Vestfália, pela bula *Zelo domus Dei* (MQ 382), declarando inválidas as disposições da paz. Mais importante foi a condenação do jansenismo pela bula *Cum occasione* (MQ 383). Defendeu tambem com denodo o direito dos fracos contra a injustiça dos poderosos. O cruel duque de Parma foi punido severamente pela opressão de viuvas e de orfãos e pelo assassínio do bispo de Castro. Contra Mazarino defendeu o cardial Retz, encarcerado pelo ministro violento.

308 a. A questão portuguesa causou grandes desgostos ainda a este papa. Um segundo embaixador de Dom João IV, Nicolau Monteiro, não teve melhor sorte do que o bispo de Lamego. E' verdade que o papa proveu os bispados de Miranda, Viseu e Guarda de pessoas nomeadas pelo rei. Mas fê-lo de motu-próprio, sem mencionar o nome de Dom João. O rei não aceitou tal provimento. E como o embaixador não tivesse mais esperança de chegar a uma solução, voltou para Portugal (Almeida 169 ss).

b. No entanto, o estado das coisas eclesiásticas ia peiorando, mais e mais. Excessos deploraveis se cometiam nos cabidos e no governo das religiões. Por isso, o rei declarou finalmente que, por aquela vez somente, aceitaria com algumas restrições o provimento feito por motu-próprio. Se, no entanto, as suas propostas não fossem aceitas até 1º de dezembro de 1648, ele se absteria de insistir no assunto, considerando porém vaga a Santa Sé. De fato, continuou a pendência ainda durante os pontificados de Alexandre VII (1655-67) e de Clemente IX (1667-69). A paz entre Portugal e a Espanha, concluida em 1668, modificou decisivamente a si-

tuação. Em 1669, foi enviado a Roma o conde do Prado que o papa recebeu com as devidas honras. Em maio de 1670, foram confirmados, finalmente, os bispos nomeados segundo a fórmula antigamente usada com os soberanos portugueses (Almeida IV 172-78).

309. Os papas, quasi todos varões ilustres, que se seguem desde Alexandre VII até a Inocêncio XII (1691-1700), tiveram todavia de lastimar uma diminuição progressiva de sua autoridade política e da autoridade eclesiástica da cúria. As potências católicas subtraíam-se, mais e mais, à influência da Igreja e, não poucas vezes, fizeram sentir aos papas a sua superioridade política, especialmente o "rei cristianíssimo", Luiz XIV. O absolutismo estatal é a nota caraterística do tempo.

Mirbt, Quellen zur Papstgeschichte. — *Funk-Bihlmeyer* III 106 ss. — *Hergenroether-Kirsch* III 632 ss. — *Pastor*, Geschichte der Paepste X-XIV 1. — *Seppelt-Loeffler*, Papstgeschichte 302 ss. — *Facini*, Il Pontificato di Gregòrio XIV, Roma 1911. — *Ranke*, Historische Charakterbilder, ed. Sternfeld, Berlin. — *F. de Almeida*, História de Potugal IV, Coimbra 1926.

IV CAPÍTULO

AS MISSÕES

§ 150. Descobrimento do Brasil — Frei Henrique de Coimbra (1500)

310. Ao mesmo tempo que a Igreja na Europa perdia grande parte do seu antigo ambiente, abriam-se-lhe no além-mar novos e vastos horizontes. As descobertas espanholas e portuguesas, no oriente e no ocidente, despertaram ardente zelo missionário, particularmente entre os franciscanos, dominicanos, capuchinhos e jesuitas. E os reis da Espanha e de Portugal, compreendendo o seu dever religioso, apoiaram-nos com todos os meios que tinham à sua disposição. As mais importantes conquistas espirituais fizeram-se no norte, sul e centro da América.

311. No **Brasil,** começou a raiar a luz do Evangelho com o descobrimento, realizado por Pedro Álvares Cabral. Aos 9

de março de 1500, zarpou do Tejo soberba esquadra de treze navios com destino às Índias Orientais. Afastando-se da costa da África (se de propósito ou não, não nos importa aquí), Cabral lobrigou, aos 22 de abril "um grande monte, alto e redondo, e outras serras mais baixas ao sul dele..., ao qual monte alto o capitão pôs o nome de Monte Pascoal e à terra o de Terra de Vera-Cruz" (Caminha f. 2). Aos 24 de abril, lançou as âncoras na vasta enseada chamada então de Porto Seguro. E' a atual Baía Cabrália no abandonado município de Santa Cruz, distante da hodierna cidade de Porto Seguro umas três léguas, mais ou menos (VP XXXIV 571).

312. **Dom Manuel I,** o Venturoso (1495-1521), confiando tão grande empresa a Pedro Álvares Cabral, não tinha apenas em mira o comércio e a riqueza do Oriente, mas visava tambem fins religiosos, a propagação do reino de Deus. Por isso cuidou que embarcassem com o nobre almirante vários missionários católicos. De fato, vieram na frota alguns sacerdotes seculares, um dos quais vigário nomeado de Calicut, e oito franciscanos chefiados pela figura veneravel de **Frei Henrique de Coimbra** (Wad., ad an. 1500, 10; Rayn., ad an. 1500, 45 ss).

313. Aos 26 de abril, domingo de Pascoela, o comandante determinou que fosse celebrada uma missa no ilhéu da Coroa Vermelha, primeira missa celebrada nas Terras de Santa Cruz. Celebrou-a Frei Henrique que, depois da missa, no dizer de Vaz de Caminha, "pregou uma solene e proveitosa pregação" (Caminha f. 9). Passaram depois à terra firme, celebrando em 1° de maio a segunda missa, assistida pela tripulação e por muitos selvagens da tribu dos tupiniquins. E' Pero Vaz de Caminha que nos descreve o fato na sua incomparavel carta ao rei, primeiro documento da história brasileira, profana e religiosa (HCP II 86 ss). Cabral, depois de ter enviado um navio para Lisboa, afim de levar ao rei a notícia da descoberta, continuou, a 2 de maio, a sua viagem para as Índias Orientais.

314. Dom Manuel ligou relativamente pouco interesse ao fato, muito preocupado como estava com as conquistas da África e das Índias Orientais. Tratou, porém, de equipar duas

expedições para explorar a nova terra, tomando parte numa delas (1503) Américo Vespúcio e Fernando de Noronha. Seguiram ainda algumas outras expedições particulares; mas não tiveram resultado de maior alcance. Uma delas é conhecida pela figura lendária de Diogo Álvares Correia (1510?), o Caramurú, e outra (1512?) pela de João Ramalho (m. c. 1568).

315. Descoberta a terra, estavam naturalmente lançados os problemas do povoamento e da cristianização. A colonização sistemática foi iniciada por Martim Afonso de Souza, enviado com este fim, em 1530, pelo rei Dom João III (1521-57). Dividiu este o país em grandes capitanias, administradas por senhores feudais ou donatários, que tinham autoridade absoluta, subordinada diretamente ao rei. Infelizmente, aquelas gerações de descobridores estavam mais afeitas a façanhas e aventuras do que a pacíficos trabalhos. De outro lado, a população indígena achava-se numa fase crítica do seu desenvolvimento. Daí resultou naturalmente o que chamamos "questão indiana". Foi ela uma das causas por que o feudalismo não teve resultado satisfatório. Em vista do insucesso, o rei substituiu, em 1548, o feudalismo por um governo geral.

316. A pregação do evangelho despertou, a princípio, as mais belas esperanças, encontrando favoraveis condições. A população indígena tinha a sua **religião,** como aliás todos os povos, por mais baixo que fosse o grau da sua cultura. Tupão (Tupán, Tupana) era para o selvagem o ser supremo, absoluto, criador de todas as coisas, "ser misterioso, desconhecido, incompreensivel em si mesmo", ser divino que se manifestava nos fenômenos da natureza, na luz, no relâmpago, no sol — fonte da vida universal (RP II 185-86). E' verdade que não o veneravam com culto formal, nem lhe erigiam, em geral, edifícios cultuais. Mas o templo não é completamente desconhecido (Ivo d'Evreux).

317. Inferiores a Tupão havia uma infinidade de deuses ou gênios, bons e maus. Entre estes têm o primeiro lugar Guaracy, o sol (guara = vivente, cy = mãe), sob cujos auspícios se desenvolvia a vida animal, Jacy, a lua (ja = vegetal), que presidia à flora, e Rudá, deus do amor. A cada um destes gênios estavam subordinados outros menos poderosos. Há,

no entanto, entre os primeiros autores que tratam da religião dos indígenas as mais desencontradas afirmações. Parecemos, porém, não errar em taxando a religião dos brasís de vasto panteismo naturalista com vagos vestígios de monoteismo.

318. Entre os mitos dos selvagens o mais generalizado é o de Sumé, fundado talvez na história, como inclinaram os missionários a acreditar. "Existia em todo o Brasil, melhor diríamos em toda a América do Sul, a tradição de que aparecera entre os selvagens um homem extraordinário, denominado *Sumé*. Ensinara o uso de várias coisas uteis... e se retirara, porque fora perseguido. Mostravam os índios em diversos lugares umas pegadas impressas nas pedras, asseverando que foram deixadas por esse varão. Os missionários, sendo um deles o grande P. Anchieta, afirmam tê-las visto. Os índios do Perú contavam que esse homem viera do Pacífico. Seria ele são Tomé? Certamente não é impossivel, nem faltam razões de congruência para o supôr. Não temos, porém, informações suficientes para o referir positivamente como fato histórico" (Galanti I 121; cfr. Anch., Cartas 101).

319. Criam os índios tambem na imortalidade da alma, partícula da essência divina, e na vida eterna. Baseados nesta crença, sepultavam os seus mortos em vasos de barro e colocavam-lhes junto algum alimento para lhes servir na viagem pelos outros mundos. Muito vagas eram as idéias que tinham da origem das coisas, enquanto que as tradições de um dilúvio universal lembram, embora de longe, a narração da Sagrada Escritura (Nobrega, Cartas 100; Staden c. 21; RP II 200-01).

320. A religião tinha a sua expressão externa na celebração de certos ritos que consistiam em cânticos, dansas sagradas e outros atos religiosos que, no entanto, não eram comuns a todos os brasís. Os que exerciam as funções do culto chamavam-se pagés. Eram eles os sacerdotes, profetas e curandeiros e exerciam, ao lado do morubixaba ou cacique, profunda influência sobre o ânimo do povo. Não raras vezes abusavam da credulidade dos simples selvagens para lhes impôr a sua vontade.

321. A familia indígena era caraterizada, ao menos no litoral, pelo regime patriarcal. E' verdade que nem sempre correspondia à dignidade humana, e Manuel da Ilha (f 285v) diz que como animais viviam juntos. Mas tais desregramentos eram exceções. Autores contemporâneos afirmam ter sido regra a monogamia (Staden c. 18). Todavia, encontra-se tambem a poligamia, o divórcio e até o comunismo das mulheres. Sempre, porém, prevalece a mais antiga das mulheres.

O marido tinha direito absoluto sobre a mulher e os filhos. Mas o seu poder se baseava na dignidade, não na tirania. Os pais tinham um entranhado amor aos filhos, e os tinham numerosos. Infelizmente, as guerras entre as tribus, motivadas por ódios e vinganças, incentivadas muitas vezes pelos pagés, dizimavam o povo.

322. A hospitalidade exercia-se generosamente para com amigos e, de certo modo, com inimigos. Punia-se severamente o homicídio, o adultério, a perfídia, a deserção e o roubo (RP II 170). A liberdade era extremamente apreciada a ponto de se defenderem os índios com valor e heroismo contra os europeus conquistadores que, cruéis e ingratos, tão mal correspondiam à hospitalidade com que haviam sido acolhidos. Esta ofensa extrema que sofreram por parte dos colonos fez, com que até hoje não se misturassem com os brancos.

323. Não faltavam, pois, aos indígenas qualidades boas que teriam sido fundamento fecundo para sua civilização e cristianização. Obstavam, porém, sérias dificuldades: os embustes dos pagés feiticeiros, as antigas crenças e tradições, os vícios da poligamia e da antropofagia, o excesso no beber, as contínuas guerras de vingança, a pouca constância e falta de sujeição. Mas os maiores estorvos vieram da parte dos colonos e de seus governadores que não só não se importavam da conversão dos índios, mas além de dar-lhes um mau exemplo tratavam-nos com detestavel injustiça e crueldade. Faltava principalmente um número suficiente de missionários bons e concienciosos (Anchieta, Cartas 333-34).

Pero Vaz de Caminha, Carta a El-Rei D. Manuel, em HCP II 86-99. — *Hans Staden,* Suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil, ed. com., São Paulo 1900. — *Fernão Cardim,* Tratados da terra e gente do Brasil, ed. Rio de Janeiro 1925. — *Damião de Góis,*

Chronica do felicissimo rey Dom Emmanuel, Lisboa 1619. — *Emmanuel Insulanus,* Divi Antonii Brasiliae Custodiae ennarratio seu relatio. MS. Ulissiponae 1621. — *Vicente do Salvador,* História do Brasil, 3. ed. por C. de Abreu e R. Garcia, São Paulo 1931. — *Jaboatão,* Novo orbe seráfico brasileiro, 2 vol., Rio de Janeiro 1858-59. — *Porto Seguro,* História geral do Brasil I, 2. ed., Rio de Janeiro (s. a.). — *Handelmann,* História do Brasil. — *Galanti,* História do Brasil I, 2. ed., São Paulo 1911. — *Southey,* História do Brasil I, trad. port. por L. J. de Oliveira e Castro, Rio de Janeiro 1862. — *Rocha Pombo,* História do Brasil ilustrada II, Rio de Janeiro (s. a.). — História da colonização portuguesa do Brasil (HCP), 3 vol., Porto 1923. — *F. P. de Castro,* Crônica da Igreja no Brasil. Período preanchietano (1500-53), Rio de Janeiro 1938. — Revista do Instituto Hist.-Geogr., passim.

§ 150 a. Missões isoladas até 1549

324. Só poucos dias ficou entre os brasís Frei Henrique de Coimbra com seus sete irmãos. Mas, por meio século, os franciscanos ficaram sendo quasi os únicos missionários conhecidos que para cá vieram. Passados três anos, dois frades portugueses estabeleceram-se em Porto Seguro, levantando uma pequena igreja em honra de são Francisco, primeira igreja do Brasil. Pelo espaço de dois anos operaram pelo exemplo e pela doutrina entre os colonos e gentios. Mas, incentivado provavelmente pelos pagés, um terrivel levante dos selvagens destruiu a colônia e a missão. Os dois religiosos foram massacrados pelos índios, aos 19 de junho de 1505 (Em. Ins. f. 286r).

325. Dez anos depois vieram dois outros padres, de nacionalidade italiana, provavelmente em companhia do infeliz João Dias de Solis. Reconstruiram a igrejinha e recomeçaram a obra da catequese. "Deixaram de si, escreve o P. Nóbrega (Cartas 108), muito bom exemplo e grande nome pelas suas virtudes... Mas querendo passar para além para os gentios, desejosos de sofrerem pela fé..., um deles se afogou em um rio". O outro regressou à pátria.

326. Sorte semelhante tiveram dois frades portugueses que chegaram provavelmente em companhia de Martim Afonso de Sousa. Conforme o *Diário de navegação* (RIH XXIV 9 ss), escrito pelo irmão do comandante, Pero Lopes de Sousa, Martim Afonso aportou ao Brasil em fevereiro de 1531. Infelizmente, o manuscrito, "truncada relação do itinerário", não

fala de religioso algum. Menciona somente o nome dum clérigo Gonçalo Monteiro, depois lugar-tenente do governador, vigário de Santos e ouvidor eclesiástico.

327. Martim Afonso fundou a sua capitania entre os selvagens guianazes de São Vicente. Simples e pacíficos, os índios não se lhe opuseram, de modo que a capitania em breve começou a prosperar. Contribuiu para tal sucesso tambem o valioso apoio de João Ramalho que vivia então com uma filha de Tibiriçá, cacique dos tamoios de Piratininga. Levantaram-se, aos poucos, as vilas de São Vicente, Santos, Itanhaem e São Paulo. Os dois missionários conseguiram converter grande número de indígenas ao cristianismo. Um deles porém foi morto a flechadas pelos tamoios quando a eles quis levar a fé cristã (Jab. I 1, 26-28; 2, 18). O outro talvez se tenha retirado para as regiões de Olinda, onde ao mesmo tempo se encontra um franciscano do qual aliás não sabemos de onde, nem quando alí chegasse. Levantou uma capela em honra de são Roque, na qual foi fundada a primeira fraternidade da ordem terceira de são Francisco no Brasil (Jab. I 2, 28). No entanto, há muitas incertezas a respeito destes religiosos e da capela.

328. Notícia certa temos, porém, de alguns frades que acompanharam o mesmo Martim Afonso de Sousa quando, em 1534, arribou, mais uma vez, ao Brasil, achando-se no caminho para as Índias Orientais. Foram provavelmente quatro religiosos, destinados para a custódia de são Tomé. Pregaram algum tempo entre os tupinambás da Baía que, embora dos mais ferozes índios do Brasil, se mostraram já algum tanto instruidos no cristianismo por Caramurú, feito chefe da nação. Casou-se Caramurú com Paraguassú, filha dum cacique, batizada com o nome de Catarina. Paraguassú alcançou uma idade muito avançada, distinguindo-se, já viuva, pelas obras da caridade e da piedade (Vicente do Salvador 2, 7; 3, 1).
329 a. Finalmente, para quem conhece a história da conquista do Paraguai e da sua cristianização não pode ser desconhecida a parte saliente que nela tiveram, desde a fundação de Assunção, os filhos de são Francisco. Uma expedição auxiliar, chefiada por Alonso Cabrera, veio da Espanha em 1538, acompanhada por Frei Bernardo de Armenta com quatro ou cinco irmãos de hábito. O próprio Frei Bernardo es-

creveu, em duas cartas, a sua história (Wad., ad an. 1538, 3; Córdoba 25 ss).

A esquadra chegou finalmente até à foz do Rio da Prata, sendo, porém, alí surpreendida por terrivel borrasca que pôs em perigo toda a tripulação. Arrastados até ao porto de São Francisco no atual Estado de Santa Catarina, os missionários lá desembarcaram, começando uma feliz atividade entre os índios carijós. Quando em 1541 os encontrou nestas partes Nunes Cabeça de Vaca, com ele foram a Assunção, Vendo, porém, que não podiam trabalhar com fruto às margens do Paraguai e cumprindo a palavra dada aos índios catarinenses, para lá voltaram. Frei Bernardo faleceu em 1546, depois de uma abençoada pregação. Quando, mais tarde, os primeiros jesuitas chegaram a estas partes, ainda encontraram índios batizados por Frei Bernardo e seus irmãos (Nóbrega, Cartas 107).

Não foi, pois, inutil o trabalho destes poucos missionários franciscanos. Mas faltava a necessária organização para que se pudesse falar de uma verdadeira missão. O que não tinham feito ainda os primeiros frades menores, fizeram-no, pouco depois, os primeiros jesuitas.

Literatura como no § precedente. Além disso: *Maffeus*, Historiarum Indicarum libri XVI, Bergoni 1590. — *Wadding.*, Annales Minorum, passim. — *Raynaldus*, Annales ecclesiastici XIX, Romae 1668. — *Apolinário da Conceição*, Primazia Seráfica na regiam da América, Lisboa 1733. — *Córdoba*, La orden franciscana en las repúblicas del Plata, Buenos Aires 1934. — *Romag*, História dos franciscanos no Brasil desde os princípios até à criação da província de Santo Antônio (1500-1659), Curitiba 1940. — Vozes de Petrópolis (VP) XIX (1925) 1. — Santo Antônio, Baía 1941, 187-91.

§ 151. Os primeiros jesuitas — O bispado da Baía até à morte de Mem de Sá (1549-72)

330. Dom João III compreendeu que a criação do governo geral não bastava para pacificar e fazer prosperar a colônia. Ainda mais urgente era o restabelecimento da moral entre os colonos e a cristianização sistemática dos selvagens. **Tomé de Sousa** (1549-53) foi escolhido para instalar a nova ordem política. Os filhos de santo Inácio, com o **P. Manuel da Nóbrega** à frente, realizariam as esperanças religiosas de

seu rei. Com Nóbrega embarcaram os padres Leonardo Nunes, João de Azpilcueta Navarro e Antônio Pires e dois irmãos leigos. Talvez viessem em companhia de Tomé de Sousa mais alguns sacerdotes seculares, dos quais os cronistas não nos deram outras informações.

331. Chegando à Baía, em março de 1549, foram festivamente recebidos por Caramurú e sua gente. Uma das necessidades mais urgentes da colônia era a fundação da capital que seria um centro de civilização e de vida social e religiosa. Ela foi inaugurada solenemente, a 1° de novembro de 1549, com o nome que já Caramurú dera ao lugar, Cidade do Salvador, ou como Vespúcio chama o porto, Baía de Todos os Santos (Vic. do Salvador 3, 1; RP III 313-25). Desde então, a história da Igreja brasileira, por alguns decênios, outra coisa não é senão a história dos jesuitas.

332. Os missionários entregaram-se logo com grande zelo à sua obra, apoiados eficazmente pela autoridade e pelo fervor do prudente governador. Mas, desde o princípio, tiveram de lutar com muitos e grandes embaraços. Começaram por não saber a língua dos gentios. Mas foi este o menor mal. A crueldade dos colonos e o mau exemplo que davam, a conseqüente animosidade dos índios contra os portugueses e as paixões humanas, tão profundamente arraigadas no coração do selvagem, foram outras tantas dificuldades com as quais os padres tiveram de contar.

333. E, todavia, os filhos de santo Inácio não desanimaram. Fundaram, antes de mais nada, na Baía igreja e escola, estendendo, em seguida, a sua atividade para as aldeias vizinhas que, pouco a pouco, se convertiam. Após seis meses, havia já uns 600 para 700 catecúmenos prontos para o batismo, bem preparados (Nóbrega, Cartas 86-92). Terminando o primeiro ano da pregação, orçaram por mil os convertidos. Azpilcueta Navarro compôs para eles uma gramática, um catecismo e um livro de orações em língua tupí.

Como na Baía, assim tambem em Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e São Vicente os zelosos missionários lançaram os fundamentos da conquista espiritual, chegando, mais tarde, até ao Paraguai. No norte avançaram a Sergipe, passaram

além do Rio de São Francisco, estabeleceram-se em Pernambuco, chegando, finalmente, até ao Rio Grande do Norte (Leite 189 ss).

334. Mas em toda a parte trabalhavam tambem os espíritos do mal. E o mais triste foi a conduta escandalosa de alguns clérigos degenerados que, como afirma o P. Nóbrega, se atreviam mesmo a negar a alma dos selvagens, declarando, por conseguinte, lícita a sua escravização, tese defendida tambem em outras regiões da América.

Os missionários, dominicanos e franciscanos à frente, tinham alcançado, por isso, do papa Paulo III a bula *Pastorale officium* de 29 de maio de 1537 (MQ 270), pela qual o papa declarara os índios da América homens racionais, livres por natureza, senhores de suas ações, capazes da fé e da salvação. Em outra bula, datada de 2 de junho do mesmo ano, dirigiu-se o papa a toda a cristandade, proibindo categoricamente a escravização dos índios (Pastor V 722).

335. E, todavia, os abusos não desapareceram. Como os dominicanos e franciscanos em outras partes da América, assim os jesuitas no Brasil levantaram, desde o princípio, a sua voz em defesa dos selvagens. O P. Nóbrega julgava que, para remediar o mal, antes de tudo era preciso estabelecer na colônia uma autoridade eclesiástica e, com ânsia, esperava, por isso, a vinda do primeiro bispo do Brasil (Cartas 76).

336 a. E' opinião de quasi todos os autores que tratam do assunto ter o infante Dom Henrique, na qualidade de grão-mestre da ordem de Cristo, alcançado do papa Eugênio IV o privilégio do padroado. Em virtude deste privilégio, a jurisdição espiritual das terras descobertas e ainda por descobrir, desde as costas africanas até às Índias Orientais, seria adjudicada ao grão-mestre (cfr. § 157, n. 409). Mas estas afirmações não se podem sustentar. Eugênio IV concedeu, é verdade, largas indulgências aos que auxiliassem o rei de Portugal no seu zelo de dilatar a fé cristã. E Nicolau V favoreceu mais ainda as intenções dos portugueses de subjugar os infiéis, para que pudessem abraçar a fé católica, confirmou as suas conquistas e concedeu jurisdição espiritual a todos os sacerdotes que a elas fossem enviados (Rayn., ad an. 1454, 8).

Não se fala, porém, do padroado nas bulas destes papas. O primeiro a conceder ao grão-mestre da Ordem de Cristo a jurisdição espiritual das terras conquistadas foi Calisto III, pela bula *Inter caetera* (1456). Xisto IV confirmou este privilégio que, em 1481, juntamente com o grão-mestrado, passou à coroa real. E é só na bula *Dum fidei constantiam* de Leão X (1514), que se encontra a menção expressa do padroado real.

b. Pelo tratado de Tordesilhas (1494) o papa Alexandre VI dividiu as conquistas espanholas e portuguesas em dois hemisférios pela linha divisória traçada a 370 léguas para ocidente das ilhas do Cabo Verde. E daí se explica ser o Brasil considerado, no tocante à administração eclesiástica, como sujeito ao prior de Tomar, que tinha de administrar todas as terras *nullius dioecesis* da ordem de Cristo.

Em 1514, porém, o papa Leão X criou, a pedido de Dom Manuel I, a diocese de Funchal na ilha de Madeira, concedendo ao rei o direito de apresentar o bispo. E para a cúria de Funchal passaram os direitos do prior de Tomar sobre todas as colônias de Portugal (Pastor IV 2, 569; VI 214). Em 1533, o bispado de Funchal foi elevado a arcebispado (L. de Sousa II 236). O Brasil não teve, pois, bispo próprio, o que naturalmente resultou em grande prejuizo da disciplina eclesiástica.

337. As repetidas reclamações de Nóbrega tiveram, finalmente, o desejado efeito. Aos 25 de fevereiro de 1551, a missão brasileira foi separada do arcebispado de Funchal, sendo criada, pela bula *Super specula militantis ecclesiae*, a diocese do Salvador, e declarada sufragânea do arcebispado de Lisboa. Funchal foi reduzida, no mesmo ano, a simples diocese. Alguns historiadores deixaram-se enganar pela forma da data da bula *Super specula*, e a colocaram no dia 3 de julho de 1555, ou no ano de 1550 (BPP I 177; Rayn., ad an 1551, 79).

338. O primeiro bispo da Baía e, ao mesmo tempo, comissário geral em todo o Brasil, Dom Pedro Fernandes Sardinha (REB I 211-29; 556-70), tomou posse da sua diocese, no ano de 1552. Com ele chegaram alguns sacerdotes, cônegos

e outras dignidades, para formar a sé e a igreja catedral. Desde logo começou o bispo a organizar a sua diocese, e teve para tudo o apoio mais sincero e eficaz do governador geral.

339. **Infelizmente, não se mostrou capaz da sua difícil missão**, e os clérigos que trouxe em sua companhia não tinham todos o espírito de sacrifício que a sua missão e a sua dignidade reclamavam. Nóbrega, desde 1550 vice-provincial, desiludido nas suas esperanças, deixou a Baía, dirigindo as suas atenções principalmente para o sul, onde a capitania de São Vicente se tornou o campo mais fecundo da missão, graças à atividade pasmosa do P. Leonardo Nunes.

340. Uma visita que Nóbrega fez a estas partes (1553) levou-o até aos campos de Piratininga. Entendeu-se alí com João Ramalho, conquistou a amizade de Tibiriçá e com seu apoio deu princípio a um colégio que, por sua vez, deu o nome à futura cidade de São Paulo (Leite I 269 ss).

341. Afim de remediar as muitas inconveniências que resultavam da longa distância de Portugal e da situação interna do Brasil, vieram no mesmo ano providências de Roma que separavam os colégios brasileiros da província de Portugal, constituindo-os em província independente. O próprio santo Inácio aprovou a medida, passando a patente, a 9 de junho. Nela veio nomeado como primeiro prepósito provincial o P. Nóbrega e como seu colateral o P. Luiz de Grã (Leite II 455-56). Em 1554, contava a novel província vinte e seis religiosos.

342. Embora o número dos missionários fosse pequeno, andava tudo prosperando, quando **Duarte da Costa** (1553-57), segundo governador geral, chegou ao Brasil. Norteado por uma falsa concepção da sua autoridade e desconhecendo os problemas mais importantes a resolver, a saber: a relação entre índios e colonos e a propagação da vida religiosa entre gentios e cristãos, não foi tão feliz no seu governo como seu antecessor.

343. E' verdade que a missão tomou ainda novo impulso pelos dezesseis jesuitas que vieram em companhia de Duarte da Costa. Entre eles se achava o grande taumaturgo do Brasil, **José de Anchieta.** Nascido em Tenerife (1534) de família fidalga, aparentada com a de santo Inácio, tinha 17 anos de idade quando entrou na companhia de Jesús. Depois da sua chegada à Baía, foi destinado a Piratininga, onde se tornou alma do colégio. Foi alí que compôs a gramática da língua brasílica, considerada ainda hoje a melhor e a mais completa (RC I 146). Desde 1577 até 1587 dirigiu os destinos da missão na qualidade de prepósito provincial, tornando-se verdadeiro "apóstolo do Brasil", como o P. Bartolomeu Simões Pereira, administrador do Rio de Janeiro, o chamou por ocasião das solenes exéquias em 1597 (Leite II 480 ss).

344. Mas a evangelização ficou grandemente dificultada pelo detestavel procedimento dos colonos e pelos escândalos do próprio filho do governador. Embora Duarte pessoalmente mantivesse boas relações com os jesuitas, descontentou-os, todavia, sumamente com suas fraquezas.

345. Mais graves foram as desavenças que houve entre ele e Dom Pedro Fernandes Sardinha. **E' difícil dizer de que lado tenha estado a razão. A opinião pública, porém,** era pelo prelado. A própria câmara da Baía pediu ao rei que lhe desse outro governador. No entanto, Dom Duarte reconciliou-se, ao que parece, com o bispo e seu filho pediu perdão. Contudo, Dom Pedro Fernandes Sardinha resolveu seguir para o reino, chamado provavelmente afim de explicar o que ocorria. Embarcou, de fato, mas sofreu naufrágio e, tendo conseguido salvar-se a nado, foi morto e devorado com seus companheiros pelos índios caetés (1556). "Assim começou a jerarquia católica no Brasil, selada com o sangue do seu primeiro bispo" (Alvarenga 23).

346. No ano seguinte, Duarte da Costa deixou o governo geral. A colônia se achava então em plena desordem. "Os índios revoltaram-se em Pernambuco e no Espírito Santo; os aimorés apareceram em Porto Seguro; formou-se a confederação dos tamoios, e os franceses entraram no Rio de Janeiro" (Galanti I 237). Só um homem de grande energia e experiência podia fazer frente a tantas desordens.

347. O novo governador, **Mem de Sá** (1557-72), não desiludiu as esperanças que nele se depositaram. Conseguiu, em

pouco tempo, consolidar o governo geral, pacificar os índios nas diversas capitanias e corrigir os abusos dos colonos, causa da animosidade dos selvagens.

348. Compreendendo que não era possivel pacificar os selvagens sem a doutrina da religião e o exemplo das virtudes, promoveu de todos os modos a catequese dos jesuitas, edificou igrejas e escolas e viu assim, em breve, a missão florescer esperançosamente. Foram fundadas numerosas aldeias de índios, algumas das quais contavam cinco a seis mil neófitos, com escolas de 300 a 400 meninos. O novo bispo, **Dom Pedro Leitão** (1559-73), em visita canônica, pôde, só na ilha de Itaparica, administrar o batismo a 630 néo-convertidos. Infelizmente, doenças contagiosas vieram dizimar os índios aldeados (1563). Numerosos neófitos cairam vítimas do contágio, outros fugiram aos matos, e ainda outros, constrangidos pela fome, venderam-se como escravos. Mas passada a doença, as missões recomeçaram a prosperar.

349. Enquanto assim, no norte do país, tudo prometia um futuro glorioso, surgia no sul um perigo assustador para a missão católica e para toda a colônia. **Villegaignon,** cavaleiro de Malta, movido pelas notícias maravilhosas que vinham do Brasil, planejou fundar aquí uma colônia francesa. Auxiliado pelo almirante calvinista, Gaspar de Coligny, e pelo rei Henrique II, equipou uma pequena frota, saiu com ela do Havre em 1555 e estabeleceu-se primeiro na ilha da Lage, passando em seguida a outra, denominada hoje de Ilha de Villegaignon.

350. Para realizar a empresa, convidara Villegaignon toda sorte de gente, católicos e calvinistas, muitos recrutados nas tabernas e nas prisões de París e de Ruão. Dois pregadores da reforma, Pedro Richier e Guilherme Chartier, lhe foram enviados pelo próprio Calvino (Anchieta, Cartas 157). Outros protestantes seguiram, entre eles João de Lery, que escreveu a história da viagem. E' verdade que Villegaignon teve na sua companhia o P. André Thevet, franciscano mais tarde secularizado, a quem se confessava. Foram enviados tambem alguns religiosos, ao que parece, cistercienses. Mas o próprio Villegaignon mostrou-se vacilante nas suas crenças e acabou por receber a ceia das mãos dum ministro protestante. O P. Thevet não era muito melhor do que o cavaleiro de Malta. E os cistercienses, vivendo apartados dos franceses, maltratados e perseguidos, voltaram à França, ao cabo de um ano (Anchieta, Cartas 208).

Imagine-se o que seria hoje a Igreja do Brasil, se Villegaignon tivesse realizado o seu plano. "Tivesse sido Mem de Sá menos enérgico no cumprimento dos seus deveres ou Nóbrega menos incansavel, esta cidade, que é hoje capital do Brasil, seria francesa agora" (Southey I 424) e calvinista.

351. Mas a empresa de Villegaignon não teve êxito. Fracassou completamente pela falta de harmonia entre os elementos tão desencontrados da expedição, pelo despotismo do comandante e pela guerra que lhe moveu Mem de Sá (Anchieta, Cartas 159 ss).

Vencidos em 1560, os franceses mantiveram-se ainda por alguns anos na terra firme, incitando os índios a uma insurreição geral. E esta "confederação dos tamoios" (1562-63) pôs em risco todo o sul da colônia. Mas a intrepidez de Nóbrega e de Anchieta em Iperoig salvou a causa portuguesa. Anchieta conseguiu aplacar a cólera dos selvagens, conquistando a amizade dos seus mais temidos chefes, Cunhambéba, Aimbiré e outros (Anchieta, Cartas 213; Southey I 404 ss). Em cumprimento de seu voto escreveu, em seguida, o *Poema da Virgem* que compusera na areia de Iperoig e que, em mais de 5000 versos, descreve a história de Maria.

352. Vencidos mais uma vez (1567) por Estácio de Sá, sobrinho do governador, e expulsos, e frustrada assim a fundação da França Antártica, os franceses volveram as suas vistas para o norte com o desígnio de alí fundar a França Equinocial.

353. Na baia do Rio de Janeiro, Estácio de Sá lançou os fundamentos da cidade futura, chamando-a de São Sebastião em honra do jovem rei, Dom Sebastião. E foi nesta ocasião (1567), que o bispo, Dom Pedro Leitão, vindo em companhia de Mem de Sá, fundou a paróquia do Rio de Janeiro, instituindo como primeiro vigário o P. Mateus Nunes.

354. Mem de Sá, de volta à Baía, alquebrado pelos anos e pelos trabalhos, pediu à côrte de Lisboa que lhe desse um sucessor. Em 1570, foi nomeado Luiz Fernandes de Vasconcelos. Mas este, em caminho para o Brasil, caiu nas mãos de piratas huguenotes que o mataram, como mataram tambem seus companheiros, entre os quais se achavam quarenta jesuitas, Inácio de Azevedo e seus companheiros (Vicente do Salvador III 16; Leite II 253-54), beatificados por Pio IX (1870). Mem de Sá teve, por conseguinte, que continuar no governo até à morte em 1572.

Literatura como nos §§ precedentes. Além disso: *Pastor,* Geschichte der Päpste IV-VI. — *Luiz de Sousa,* Anais de D. João III, 2 vol., Lisboa 1938. — *Alvarenga,* O episcopado brasileiro, São Paulo 1915. — *Mueller,* Memória histórica sobre a religião na Baía, Baía 1923. — *Rocha Pombo,* História do Brasil III, Rio de Janeiro (s. a.). — Cartas jesuíticas: I. *Manuel da Nóbrega,* Cartas do Brasil; II. Cartas avulsas; III. *Anchieta,* Cartas, informações, etc., Rio de Janeiro 1931-33. — *Vasconcellos,* Crônica da companhia de Jesús do Estado do Brasil, Lisboa 1865. — *Madureira,* A companhia de Jesús e o Brasil, Rio de Janeiro 1924. — *Leite,* História da companhia de Jesús no Brasil, 2 vol., Lisboa-Rio de Janeiro 1938. — *Mattos,* Joseph de Anchieta, Bello Horizonte (s. a.). — Anais da Bibl. Nac. XXVII (1905) 127 ss. — *P. J. de Anchieta,* De Beata Virgine, ed. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro 1940. — *O. de Oliveira,* Os dízimos eclesiásticos no Brasil, Juiz de Fora 1940. — *Frei Odulfo O. F. M.,* em Cor e REB, passim.

§ 152. A prelazia do Rio de Janeiro — Progressos e obstáculos das missões — A prefeitura de Pernambuco

355. Depois da morte de Mem de Sá, a côrte de Lisboa resolveu dividir o Brasil em dois governos gerais, julgando poder assim atender melhor às necessidades da colônia. Dom Sebastião designou para nova capital o Rio de Janeiro. E' verdade que, bem depressa, se percebeu a inconveniência de tal medida e, por isso, o país foi submetido novamente a um só governador geral (1577). Mas a divisão da colônia despertou a idéia de dividir igualmente a jurisdição eclesiástica.

356. O governo de Dom Pedro Leitão coincidira com o de Mem de Sá. Governou, portanto, a Igreja do Brasil no período mais brilhante que conheceu a colônia no século XVI, e, por sua vez, concorreu eficazmente para a sua grandeza. Faleceu em outubro de 1573 (Leite II 524). Sucedeu-lhe **Dom Antônio Barreiros** (1576-1600), monge de Aviz, que chegou

a Pernambuco em maio de 1576. Em 19 de julho do mesmo ano, o papa Gregório XIII criou a prelazia do Rio de Janeiro, pelo breve *Novi orbis,* e, aos 11 de maio de 1577, Dom Sebastião assinou a carta régia, nomeando como primeiro administrador o P. Bartolomeu Simões Pereira.

357. Pertenciam a esta prelazia as capitanias de Porto Seguro, de Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Vicente, estendendo-se até ao Rio da Prata. O prelado, pastor vigilante e zeloso, visitou todas as capitanias da sua vasta prelazia e começou logo a tratar da reforma dos costumes e da instrução religiosa de seu povo. Mas, sendo estrênuo protetor dos índios, teve de sofrer dolorosas perseguições por parte dos colonos, como todos os seus sucessores, no longo tempo que precedeu a criação da diocese (1676). Desgostoso, retirou-se para a capitania do Espírito Santo (1591), onde assistiu à morte de Anchieta (1597) que lhe dedicara entre outras a bela poesia: "Onde vais tão apressado, periquito tangedor?" Voltou, no entanto, ao Rio de Janeiro, onde faleceu no colégio dos jesuitas, em 1602 ou 1603 (Leite II 527). Pizarro levanta a suspeita de que tenha morrido envenenado.

358. Dom Antônio Barreiros, por seu lado, teve um episcopado feliz de 24 anos. O seu nome "deve ser pronunciado com respeito, tanto pela sua virtude, isenção e caridade, como pelos serviços cívicos que prestou" (Leite II 526). Tornou-se realmente grande benfeitor do Brasil e da sua Igreja. A obra das missões, especialmente, fez progressos admiraveis, pelos muitos missionários que, neste tempo, chegaram da Europa.

359. **Os jesuitas** já então possuiam três grandes colégios, centros da sua atividade. O primeiro foi o da Baía com estudos elementares, humanisticos e teológicos. A ele ficaram subordinadas as casas de Ilhéus e de Porto Seguro. Outro colégio fora fundado no Rio de Janeiro, e dele dependiam as residências de São Vicente, de São Paulo e do Espírito Santo. O terceiro se achava em Pernambuco (Galanti I 329). Só na capitania da Baía possuiam 62 igrejas e capelas, dezesseis das quais eram paroquiais. Segundo Anchieta, o número dos batizados subira a este tempo a mais de cem mil.

360. **Os franciscanos** continuaram tambem no terceiro quartel do século XVI a sua antiga tradição. Em Vila Velha do Espírito Santo viveu, desde 1558, o piedoso e humilde Frei Pedro Palácios. Levando uma vida de penitência e santidade num eremitério, saía de vez em quando para ajudar aos jesuitas na catequese. Levantou tambem uma pequena capela no alto de um morro, da qual se desenvolveu, mais tarde, o santuário da Penha. Faleceu provavelmente em 1570 (HFB 12 ss).

Um outro filho de são Francisco encontramos, poucos anos depois, em Olinda. Mais alguns foram alí trucidados, em 1580, pelos selvagens. O seu sangue inocente havia de produzir aos poucos uma messe fecunda e ingente (Wad., ad an. 1580, 50). Em 1583, finalmente, três ou quatro religiosos desembarcaram em São Vicente. Subiram para São Paulo, onde um deles, Frei Diogo, foi assassinado por um soldado a quem havia censurado as perversidades (HFB 15-16).

361. Mas é só em 1585 que os franciscanos iniciaram uma missão permanente no Brasil. A pedidos do donatário Jorge de Albuquerque Coelho e do rei Felipe I, o ministro geral da ordem, Frei Francisco Gonzaga, decretou a criação da custódia de Santo Antônio do Brasil (1584), sendo nomeado como custódio Frei Melquior de Santa Catarina. Pela bula *Piis fidelium votis* (1586), o papa Xisto V autorizou e confirmou a fundação (Gub. IV 291-92).

Frei Melquior e seus irmãos estabeleceram-se em Olinda. De tal modo vieram, em breve, a ganhar as simpatias do povo, que tambem outras capitanias os convidaram a fundar conventos e missões. Assim surgiram os conventos da Baía (1587), de Iguarassú (1588), de Paraiba (1589) e muitos outros no norte e sul da terra. Em toda a parte aceitaram ou fundaram tambem aldeias de índios, desenvolvendo uma grandiosa atividade. Dentro de 70 anos contavam-se, entre Alagoas e São Vicente, mais de vinte conventos, além de muitas missões espalhadas em todo o país (HFB 22 ss).

362. Os **beneditinos,** chefiados por Dom Antônio Ventura, fundaram o seu primeiro mosteiro na Baía (1581). Em 1589, Dom Antônio enviou alguns monges para o Rio de Janeiro, afim de erigir alí o mosteiro de Monserrate. Nos anos seguintes, mais outros mosteiros foram fundados em Olinda (1596), São Paulo (1600), Paranaíba na capitania de São Vicente (1643), hoje em ruinas, Santos (1650) e Sorocaba (1660) com diversas outras residências.

363. Em 1580, chegaram tambem os primeiros **carmelitas,** sendo seu primeiro superior Frei Domingos Freire. Fundaram o primeiro convento em Pernambuco e, logo em seguida, outros na Baía, em Santos, em São Paulo, no Rio de Janeiro etc.

364 a. No princípio do século XVII, vieram, além disso, alguns **capuchinhos** de nacionalidade francesa. Desde a derrota de 1567, os franceses tinham voltadas as suas vistas para o Maranhão, afim de fundar alí a "França Equinocial" (cfr. § 151). Em 1594, se estabeleceu na ilha do Maranhão o aventureiro Jacques Riffault. Como a sua colônia tivesse um feliz início e o acolhimento que lhe fizeram os índios fosse o mais esperançoso, confiou a empresa aos cuidados de Carlos des Vaux e tornou à França afim de negociar a respeito com o rei Henrique IV. As negociações se delongaram pela morte do rei. Em 1612, Daniel de la Touche, novo chefe da empresa, veio fundar na ilha a cidade de São Luiz.

b. Vieram em sua companhia quatro capuchinhos, sendo superior Frei Cláudio de Abbeville, que nos deixou a narrativa da jornada. Outros 17 missionários seguiram em 1614. A nova missão teve o mais fagueiro início. "Não é possivel descrever-vos o grande contentamento que mostraram estes pobres selvagens com a nossa vinda, escreve Frei Ivo de Evreux (Suite 376). E' um povo conquistado e ganho, povo grande que na verdade nos ama e nos dedica afeição e nos chama profetas de Deus".

c. Mas a missão não foi de longa duração. Já em 1615, os franceses foram derrotados por Jerônimo de Albuquerque e expulsos do Maranhão com o auxílio de Alexandre de Moura. E com os colonos e soldados tambem os capuchinhos deixaram o país (HFB 81 ss).

365. A missão ficou entregue aos franciscanos que a estenderam ainda mais para o norte. Pois, em 1617, foram en-

viados quatro religiosos da província de Santo Antônio de Portugal a Belém do Pará, onde fundaram uma residência. O superior Frei Antônio Mariana teve o título de comissário. Em 1624, lhe seguiu Frei Cristóvão de Lisboa com 16 missionários. Era ele, ao mesmo tempo, comissário do Santo Ofício e visitador eclesiástico. O zeloso superior desenvolveu uma vasta atividade, mas encontrou a mais aferrada resistência dos escravistas (cfr. § 154).

366. Como no Maranhão, assim tambem em outras partes, se opunham aos missionários as mais graves dificuldades. Feliciano de Coelho, governador da Paraíba, por exemplo, expulsou tanto os jesuitas (1593) como os franciscanos (1596). Alguns anos depois, o próprio governador geral Diogo Botelho (1602-07) procurou impedir a fundação de novos conventos no Brasil. Ele e seu sucessor, Diogo Menezes (1607-12), se achavam envolvidos em contínuas contendas com o bispo Dom Constantino Barradas (1600-18) e com os religiosos, por causa da sempre agitada questão indiana (cfr. § 154).

367. Outro grande mal para as aldeias missionadas foi a mudança de administração. Aos 15 de julho de 1614, o papa Paulo V erigiu, a instâncias da côrte de Lisboa, a prefeitura de Pernambuco, sendo nomeado prelado o P. Antônio Teixeira Cabral (1616-22). Todas as missões haviam de ser entregues a esta prefeitura. Mas tal disposição fora precipitada, e a sua execução teve as mais tristes consequências. Pois, os novos pastores espirituais não inspiravam confiança aos neófitos que, em grande parte, abandonaram as doutrinas e tornaram aos matos. Reconhecendo o erro cometido, o rei Dom Felipe II pediu aos franciscanos que tornassem às suas antigas missões. Estes, porém, não mais as aceitaram, porque calúnias e discórdias os impossibilitavam de trabalhar nelas com fruto.

Literatura como nos §§ precedentes. Além disso: *Southey*, História do Brasil III. — *Galanti*, História do Brasil II. — *João de Lisboa*, Jornal de Timon II, São Luiz do Maranhão 1865. — *Berredo*, Annaes historicos do Estado do Maranhão, Lisboa 1749. — *C. de Abbeville*, Histoire de la mission des capucins en l'isle de Maragnon et terres circonvoisines, Paris 1614; trad. port. por C. A. Marques, Maranhão 1874. — *I. de Evreux*, Suite de l'histoire des choses plus memorables advenues en Maragnon les années 1613 et 1614, Paris 1615; nova ed. por Fernand Dénis 1864. — *Arrufat*, A ordem beneditina, Rio de Janeiro 1933. — Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 1927. — Vozes de Petrópolis 1925-27. — *Fr. André Prat*, Notas históricas sobre as missões carmelitanas no extremo norte do Brasil, Recife 1941.

§ 153. A guerra holandesa (1624-54)

368. Provação muito mais tremenda sobreveio às missões com a guerra dos holandeses. O rei Dom Sebastião (1557-78) arrojara-se imprudentemente a uma guerra na África, onde foi mortalmente ferido na batalha de Alcácer-Kibir. O cardial Dom Henrique (1578-80), seu tio e sucessor, faleceu sem ter deixado um testamento, extinguindo-se com ele a dinastia de Borgonha. Seu sobrinho, Felipe II da Espanha, valendo-se dos meios da diplomacia e da guerra, realizou as suas pretensões ao trono português. E' o primeiro deste nome em Portugal (1580-98). Como a Espanha estivesse, a este tempo, envolvida em guerras com a Inglaterra, França e Holanda, a primeira consequência do domínio espanhol no Brasil foram invasões de ingleses, de franceses e, principalmente, de holandeses.

369. Felipe I, querendo extirpar o protestantismo nos Países Baixos, de que tambem era soberano, provocou uma violenta insurreição dos nerlandeses, que acabou por derrubar o domínio espanhol (cfr. § 142). A novel república dos Estados Gerais da Holanda, chefiada por Guilherme de Orange (m. 1584) e seu filho Maurício de Nassau (1585-1625), aos poucos, veio a ser uma poderosa potência marítima. Animados pelos fabulosos sucessos da Companhia das Índias Orientais (1602), os holandeses criaram, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais, que foi autorizada a conquistar novas terras no poente. O ponto escolhido para a primeira invasão foi a Baía por ser a capital e o principal empório do Brasil.

370 a. A guerra, política e comercial nos seus inícios, mais e mais degenerou em guerra religiosa. Uma poderosa armada, entregue ao comando do almirante Jacó Willekens, apareceu, aos 9 de maio de 1624, no porto da capital. O povo fugiu em debandada. Os invasores prenderam o governador Diogo de Mendonça Furtado e seus auxiliares (Southey II 145 ss).

b. Com eles foram presos e levados à Holanda doze jesuitas com seu prepósito provincial, quatro beneditinos e alguns frades menores. Outros religiosos fugiram por mar a Pernambuco. O resto se retirou com o bispo Dom Marcos Teixeira (1622-24) ao Rio Vermelho. Só Frei Vicente do Salvador, preso, mas em breve libertado, ficou na cidade, para, mais tarde, relatar-nos como testemunha ocular os acontecimentos (V 22 ss).

c. A catedral foi destinada ao culto calvinista, o colégio dos jesuitas transformado em quartel e as outras igrejas em armazens. Assim passou um ano de torturas para o povo baiano. Mas, a certa distância da capital, os fugitivos se reuniram em redor do bispo, enquanto não chegasse Matias de Albuquerque, donatário de Pernambuco, nomeado governador geral por via de sucessão. Foram criadas companhias de assalto que atacaram os holandeses em suas fortificações. João van Dorth, chefe dos invasores, foi mortalmente ferido em uma dessas escaramuças. Mas tambem Dom Marcos faleceu de esgotamento (Vic. do S. V 30). Finalmente, em 1º de maio de 1625, a Baía foi recuperada pelos portugueses. Grande júbilo reinava na cidade (V. do S. V 43).

371. Expulsos os holandeses, tornaram em 1630 a invadir, pela segunda vez, a colônia. Aos 15 de fevereiro atacaram Olinda, incendiaram a cidade e fizeram de Recife o centro das suas operações bélicas. Assenhorearam-se, em seguida, de toda a capitania de Pernambuco e fundaram um vasto império colonial.

E' verdade que a Companhia das Índias Ocidentais, depois da tomada de Recife, recomendara aos seus oficiais evitassem tudo quanto pudesse parecer intolerância religiosa. Mas esta ordem não foi observada. Em 1635, o conselho eclesiástico determinou que uma série de pregadores exercesse o culto calvinista e regulasse o ensino nas diversas capitanias. Em virtude de uma lei de 1634, concedida a favor de Paraíba e estendida a Pernambuco, Itamaracá e Rio Grande do Norte, os católicos gozavam ainda de certa liberdade religiosa. Dos seis conventos franciscanos que se achavam nos domínios ocupados os holandeses reservaram dois para si, sendo um transformado em igreja calvinista e outro em armazem. Os demais foram restituidos, e neles viviam ainda uns quarenta religiosos. Sorte bem mais triste tocou a outros missionários. Os carmelitas ficaram com um só convento dos dez que possuiam. Os jesuitas continuaram de todo expulsos (Prop., Lett. 259 f. 178).

372 a. Aconteceu, no entanto, cairem nas mãos do governo holandês umas cartas de jesuitas e franciscanos, dirigidas às autoridades da Baía, nas quais os religiosos prometiam fazer todo o possivel para acabar com a heresia. Bastou isto para cessar a pouca tolerância. Começou então um período de terror, durante o qual toda a sorte de tormentos pesou sobre a Igreja brasileira e, particularmente, sobre os seus ministros.

b. Acalmou-se um tanto a tempestade com a chegada de João Maurício, conde de Nassau-Siegen (1637-44), nomeado governador da "Nova Holanda". Embora calvinista, era todavia muito prudente para não dar logo ouvidos às reclamações dos pregadores, preferindo a política de tolerância, como se deduz de uma carta, dirigida à congregação da Propaganda Fide (Lett. 259 f. 178).

c. Quando, porém, se descobriu um plano de subornar os soldados holandeses a não obedecerem aos seus superiores calvinistas, João Maurício fez internar numerosos clérigos na ilha de Itamaracá, condenando-os a serem deportados. Alguns foram, durante a viagem, lançados ao mar com pedras ao pescoço, outros morreram no desterro, nenhum dos desterrados voltou mais ao Brasil (HFB 50-51). Muitos conventos e mosteiros foram transformados em armazens e quarteis militares, as igrejas, profanadas ou destruidas. As missões, que no ano de 1630 contavam, ao certo, centenas de milhares de neófitos, desapareceram pela maior parte.

373 a. No entanto, a perseguição atingiu com este fato o último excesso de crueldade. Em dezembro de 1640, os portugueses revoltaram-se contra o domínio espanhol, e **Dom João IV** (1640-56), duque de Bragança, subiu ao trono (RIH V 319-27). A revolução foi acolhida com entusiasmo em Portugal e nos domínios, embora o novo rei tivesse de lutar com as mais graves dificuldades no interior e no exterior.

b. Para firmar o seu trono, enviou embaixadores a quasi todas as côrtes da Europa a solicitar apoio. Mas encontrou muitas e amargas decepções pela influência da Espanha e por sua própria imprudência. Até o papa negou-lhe o reconhecimento (cfr. § 149). Só com a Holanda conseguiu concluir um tratado de aliança (1642) que, aliás, era muito natural dada a identidade dos interesses. Ao mesmo tempo foi estipulada uma trégua de dez anos para as colônias, conservando cada uma das potências as possessões que tivesse no momento em que nelas fosse publicada a trégua. Mas de ambas as partes foi adiada a ratificação, pensando os portugueses poder recobrar alguma parte dos domínios, julgando os holandeses poder alargar as suas conquistas. Usaram, porém, de então em diante, de maior tolerância para com a população católica.

374. Ficava, é verdade, proibida toda a comunicação com o bispo da Baía, e o clero das terras ocupadas tinha de prestar juramento de fidelidade ao governo holandês. De resto, porém, Maurício concedeu livre exercício do culto católico, construiu até novas igrejas e, sempre que a mesquinha intolerância dos pregadores calvinistas procurasse impôr restrições aos católicos, o conde não consentia. "Conceda-se aos brasileiros não um limitado culto da igreja, declarou, mas sim a livre e pública prática da sua religião" (HFB 52).

375. Mas apesar da boa vontade de Maurício, as preferências dos conselheiros eram, em toda a parte, pelo culto calvinista, e os pregadores e os oficiais subalternos molestavam, a cada momento, os católicos com os excessos de sua intolerância. Com tal procedimento fizeram, no entanto, com que o conde se retirasse indignado para a pátria e que o próprio conselho superior se queixasse de que a intolerância estava prestes a causar a ruina da colônia. Além disso, já havia dualidade de câmaras eclesiásticas no consistório, uma em Recife e outra em Paraíba, ficando assim os protestantes divididos entre si.

376 a. Os portugueses, por seu lado, se armavam para os expulsar. Aos 13 de junho de 1645, romperam as tréguas. A insurreição espalhou-se com rapidez. André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, com os valorosos Felipe Camarão e Henrique Dias, puseram-se à frente dos "patriotas", apoiados por Antônio Teles da Silva, governador geral desde 1642.

b. No mesmo ano, foram os holandeses vencidos perto de Penedo e expulsos da Paraíba. Desbaratados mais duas vezes nas batalhas dos Guararapes, em 1648 e 1649, abandonados pela pátria que estava envolvida numa guerra com a Inglaterra por causa das Atas de Navegação de Cromwell (1651), assinaram, aos 26 de janeiro de 1654, a capitulação na campina de Taborda. Ficou assim conjurado, para mais de dois séculos, o perigo do protestantismo no Brasil.

Schneider, Filippe II, Porto Alegre 1935. — *Frei Raphael de Jesus,* Castrioto Lusitano ou Historia da guerra entre o Brasil e a Holanda, nova ed., Paris 1844. — *Southey,* História do Brasil II-III, Rio de Janeiro 1862. — *Netscher,* Les hollandais au Brésil, Haya 1853. — *Waetjen,* O domínio colonial holandês no Brasil, trad. port. por Uchôa Cavalcanti, São Paulo-Rio de Janeiro 1938. — *J. Serrano,* História do Brasil, Rio de Janeiro 1931. — *Lessa,* Maurício de Nassau, o Brasileiro, São Paulo 1937. — *Marshal,* Die christlichen Missionen III, Regensburg 1863. — Rev. do Inst. hist. e geogr. bras. vol. 156 (1927) 607-27.

§ 154. Criação do arcebispado da Baía — Questão indiana — O P. Antônio Vieira

377. A guerra entre Portugal e a Espanha, as incertezas pelas quais passava o govêrno de Lisboa e a invasão dos holandeses influenciaram profundamente a administração eclesiástica do Brasil.

Dom Miguel Pereira (1626-30), sucessor de Dom Marcos Teixeira, tomou posse da sua diocese por procuração, e faleceu em Lisboa quando se preparava para vir regê-la em pessoa. Dom Pedro da Silva Sampaio (1634-49) ficou impedido no governo da sua Igreja pela guerra holandesa. Depois da sua morte, a séde episcopal ficou vaga durante vinte e oito anos. Dos três bispos, eleitos neste período, o primeiro, Dom Álvaro Soares de Castro, não chegou a ser confirmado em consequência da revolução de Portugal. O segundo, Dom Frei Constantino Sampaio, faleceu em Lisboa antes de ser confirmado. O terceiro, Dom Estevão dos Santos, faleceu dois meses depois da sua chegada ao Brasil (1672). Foi o último bispo da Baía (Alvarenga 25-26).

378. Terminada, pela paz com a Espanha (1668), a questão portuguesa, que tão longos anos afligiu a Igreja de Portugal e de seus domínios, ficou finalmente organizada tambem a Igreja brasileira, durante o governo de Dom Pedro II, regente desde 1667 em lugar de seu irmão Afonso VI (1656-83). Pela bula *Inter pastoralis officii curas* (1676) de Inocêncio XI, a diocese da Baía foi elevada à categoria de arcebispado, sendo nomeado arcebispo **Dom Gaspar Barata de Mendonça** (1677-82). Ao mesmo tempo foram criados os bispados do Rio de Janeiro, de Olinda e do Maranhão.

379 a. Em 1639, o rei Felipe III solicitara da Santa Sé a elevação da prelazia fluminense à categoria de bispado, apresentando como primeiro bispo o P. Lourenço de Mendonça que desde 1632 até 1637 governara a prelazia, mostrando um zelo verdadeiramente apostólico em reprimir os crimes e abusos e protegendo como bom pastor os índios. Mas a energia de suas atitudes atraiu-lhe as iras dos escravistas, que não hesitaram em atentar contra a sua vida. Sempre perseguido e ameaçado, retirou-se para Portugal, onde foi nomeado prior da ordem de Aviz. Os prelados que ainda lhe seguiram, Antônio de Marins Loureiro (1643), Manuel de Sousa e Almada (1658-70) e Francisco de Silveira Dias (1671-81), tiveram que sofrer os mesmos vexames.

b. A pedido de Dom Pedro, o papa Inocêncio XI elevou, finalmente, a prelazia do Rio de Janeiro à categoria de diocese pela bula *Romani pontificis pastoralis sollicitudo* de 16 de novembro de 1676. Primeiro bispo foi o dominicano Dom Frei Manuel Pereira que, no entanto, renunciou em 1680. Seu sucessor, Dom José de Barros de Alarcão (1680-1700), fez a sua entrada solene em 1682. Desde então parecem ter cessado as violências dos escravistas. Mas querendo o bispo transferir a sua séde do Morro do Castelo, onde se achava, para outra igreja, foi envolvido numa contenda com a câmara, pelo que a côrte de Lisboa o chamou à Europa. Voltando, depois de dez anos, à sua diocese, veio logo a falecer (Galanti III 77 ss; Alvarenga 43 ss; Lehmann 310).

380. Pernambuco, prefeitura apostólica desde 1614 (cfr. § 152), só tivera um prelado, Antônio Teixeira Cabral (1616-22). Pois, em 1623, a administração eclesiástica foi suprimida por breve apostólico e reunida ao bispado da Baía, sendo governada a Igreja de Pernambuco por um vigário geral. E assim continuou até à criação do bispado de Olinda pela bula *Ad sacram beati Petri sedem* de 16 de novembro de 1676. Primeiro bispo foi Dom Estevão Brioso de Figueiredo (1678-83). Estendia-se a diocese desde o Rio de São Francisco até ao Ceará.

381. Em 1614, havia sido criada tambem a prelazia do Maranhão, anexa à prefeitura de Pernambuco. Pela bula *Super universas orbis ecclesias* de 30 de agosto de 1677, o papa Inocêncio XI elevou-a à categoria de bispado, sendo eleito e confirmado bispo Dom Frei Antônio de Santa Maria, o qual, porém, renunciou à mitra. Foi nomeado então Dom Gregório dos Anjos (1679-89). A diocese abrangia as capitanias do Maranhão, do Pará e do Amazonas. Enquanto que o bispado do Maranhão ficava sufragâneo de Lisboa, a Baía, o Rio de Janeiro e Pernambuco, juntamente com São Tomé e Angola, formavam o arcebispado de São Salvador. E assim ficou organizada a jerarquia brasileira até ao século XVIII.

382 a. Não obstante os esforços dos prelados e a atividade heróica de muitos missionários, os colonos foram adotando, mais e mais, usos e costumes desregrados. Os vícios que mais se infiltraram, tornando-se perigosissimos para a civilização brasileira, foram a poligamia e a escravização dos indígenas. Os jesuitas e outros religiosos levantavam constantemente a sua voz contra os excessos, tanto nas capitanias do norte como nas do sul. A **questão indiana,** página já tão triste no século XVI, continuou agitando o Brasil durante todo o século XVII.

b. Em 1537, o papa Paulo III vira-se obrigado a proibir a escravatura, com as bulas *Pastorale officium* e *Universis Christi fidelibus*, e a declarar os índios da América homens como os demais (cfr. § 151). Tambem o governo de Lisboa publicou diversos decretos neste sentido (1550 e 1556), permitindo escravizar somente os prisioneiros de guerra, os filhos vendidos pelos próprios pais e os que se vendessem a si mesmos. Como, porém, nem as bulas do papa, nem as ordens governamentais produzissem o efeito desejado, foi instituida

uma comissão especial para proteger os índios (1565). Mas as ordens desta não lograram melhor resultado.

c. Por isso, Felipe II aboliu por uma lei de 1609 completamente a escravidão, confiando os índios à proteção dos jesuitas e das autoridades civís e impondo penas rigorosas aos que violassem as suas ordens. Mas logo se levantaram clamores em toda a colônia, que moveram a côrte a cometer o grave erro de promulgar a lei das chamadas "administrações" (1611). Pretendia-se, por meio dela, favorecer os índios sem prejudicar os escravistas. Fato é, porém, que os índios, subtraidos quasi inteiramente à influência dos padres e entregues ao governo de capitães, pouco menos eram que verdadeiros escravos.

d. Os missionários não cessaram, por isso, de clamar e conseguiram, de fato, que as "administrações" fossem suprimidas pelo decreto real de 1624, que o franciscano Frei Cristóvão de Lisboa, revestido dos poderes de comissário do Santo Ofício e de visitador eclesiástico, foi incumbido de levar ao Maranhão. Um alvará régio reservou-lhe todos os direitos da administração das aldeias indígenas. Mas tal foi a animosidade dos escravistas que a ordem régia teve, afinal, de ser suspensa (Berredo 532; 546-47). E continuou assim a atitude vacilante do governo durante todo o período colonial, ora protegendo, ora abandonando os índios.

383 a. Foi nestas condições que entrou na missão o grande jesuita **Antônio Vieira.** Nascido em Lisboa (1608), acompanhara seus pais à Baía. Frequentou alí o colégio dos jesuitas e, aos quinze anos de idade, entrou na companhia. Distinguiu-se como lente de teologia e escritor e, mais ainda, como pregador.

b. Em 1641, deixou a colônia. Mas na côrte de Lisboa e nas suas missões diplomáticas às grandes capitais da Europa, cercado de geral admiração, nunca perdeu de vista as suas aspirações de dedicar-se todo à conversão e proteção dos índios. Voltou, enfim, para o Brasil como superior da missão do Pará-Maranhão, revestido por Dom João IV de poderes extraordinários (1652). À sua palavra eloquente, muitos escravistas deram liberdade a seus escravos.

384 a. Infelizmente, muito pouco durou a sua salutar influência. Encontrando resistência cada vez maior, partiu, segunda vez, a Lisboa (1654). João IV, enfermo, mandou chamá-lo, ansioso por ouví-lo sobre os negócios da missão. Vieira lhe expôs tudo com franqueza, concluindo que vinha depôr aos pés do soberano não ouro e preciosidades, mas inocência oprimida, lamentações, sofrimentos, injustiças, sangue e mortes, que pediam compaixão e remédio.

b. O resultado foi a restituição das aldeias aos missionários e a nomeação de Vieira para chefe das "entradas". Ao mesmo fim obedecia a união das capitanias do Pará e do Maranhão num só governo com séde em São Luiz e a entrega do mando a André Vidal de Negreiros, homem de conhecida inteireza e devotado amigo dos jesuitas e dos franciscanos.

c. Consequência destas medidas foi um prodigioso crescimento da missão. Os naturais de Marajó, inacessiveis aos portugueses, foram subjugados pelas armas do Evangelho. De Belém seguiram os missionários pelo rio Tocantins. De Gurupá subiram pelos rios Xingú e Tapajós. Outros subiram pelo Amazonas e penetraram até ao Rio Negro. Nas solidões do Piauí e do Ceará foi igualmente pregado o Evangelho. Tribus inteiras se converteram, e aldeamentos surgiram em toda parte (Handelmann I 273-74).

385. Infelizmente, este estado das coisas foi de pouca duração. Quando Afonso VI (1656-68) subiu ao trono, foi nomeado Pedro de Melo para substituir Negreiros. Esta nomeação não podia ter consequências mais desastrosas. Voltando Vieira à missão, encontrou precisamente o contrário do que esperava. Os escravistas, sumamente excitados contra os missionários, assaltaram até o colégio dos jesuitas em São Luiz, prenderam os padres e expulsaram-nos do Estado de Maranhão, o que logo repetiram em Belém do Pará. O próprio P. Vieira, mais cruelmente tratado do que nenhum dos seus companheiros, foi embarcado numa caravela (1661) com destino a Lisboa, alvo da mais negra ingratidão.

386. Ora, a rainha regente, sabedora do que acontecera em Belém e São Luiz, mostrou-se profundamente indignada

e nomeou logo um novo governador geral, Rui Vaz de Sequeira, que com sua prudente mas enérgica atuação soube abafar as pretensões dos escravistas. Mas, afim de garantir melhor o seu intento, proibiu que Vieira voltasse, excluiu os jesuitas de toda a autoridade civil e repartiu a cura das almas entre todos os religiosos do Maranhão (Handelmann I 277-80). Quando, finalmente, Dom Pedro II assumiu a regência (1668-83), os jesuitas reconquistaram completamente o campo. Uma lei de 1° de abril de 1680, restabelecendo a de 1609, aboliu qualquer escravidão dos índios (Galanti III 93-94). Vieira tambem voltou. Extenuado pelos trabalhos e quasi cego e surdo, concluiu os seus dias abençoados, em 1697, com a idade de noventa anos.

387. No entanto, mal tinham recomeçado os seus trabalhos, os padres encontraram outro formidavel adversário. Manuel Beckmann, colono rico e influente, à frente de sessenta cúmplices, revoltou-se, em 1684, para pôr termo ao monopólio do comércio, concedido a uma companhia portuguesa, e para expulsar os jesuitas (Berredo 1256 ss). Portugal organizou, porém, logo uma expedição militar para submeter os rebeldes e Gomes Freire de Andrade, novo governador de São Luiz, ordenou a prisão dos cabeças da revolução, anulou os seus atos, restabeleceu os jesuitas e organizou um tribunal extraordinário para julgar os culpados.

388. De então em diante, o princípio da liberdade dos índios foi ganhando terreno. Para isso concorreu muito a escravidão dos negros. Os missionários puderam estender, mais e mais, o campo da sua atividade. Uma série de missões se levantaram pelos sertões a dentro até aos limites de Guiana e pelo vale do Amazonas, ao longo do curso principal e especialmente dos seus afluentes do norte, onde chegaram a manter relações com as missões espanholas do Perú e da Colômbia (Handelmann I 293-94).

Alvarenga, O episcopado brasileiro. — *Baratta,* História eclesiástica de Pernambuco, Recife 1922. — *Lehmann,* O Brasil católico. — *Galanti,* História do Brasil III. — *Southey,* História do Brasil IV. — *Rocha Pombo,* História do Brasil V. — *C. M. de Almeida,* Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão, 2 vol., Rio de Janeiro 1860-74. — *Berredo,* Annaes historicos do Estado do Maranhão, Lisboa 1749. — *João Francisco de Lisboa,* Jornal de Timon II-IV. — *Carel,* Vida do Padre Antônio Vieira, trad. de A. Sousa, São Paulo (s. a.).

§ 155. Missões no sul do Brasil e no Paraguai

389. O mesmo aspecto nos apresenta a missão no extremo sul, com a única diferença de que aquí os jesuitas conseguiram fundar um poderoso Estado de indígenas às margens dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Grande parte da bacia destes rios, hoje brasileira, pertencia então à coroa espanhola e ao governo do Paraguai. E' de lá que, depois de Frei Bernardo de Armenta, vieram os primeiros missionários ao interior do sul do Brasil.

390. A idéia de abrir missão entre os guaranis do Paraguai data de 1551. Neste ano, tencionava o P. Leonardo Nunes empreender uma longa viagem até ao Paraguai. No ano seguinte, o P. Nóbrega teve a mesma intenção. O plano ainda não pôde ser executado (Leite I 333 ss). Mas os jesuitas da Baía nunca abandonaram a idéia. E já estava confirmado o plano geral pelo P. Geral da ordem, Cláudio Aquaviva, quando uma circunstância feliz veio facilitá-lo inesperadamente.

391 a. O primeiro bispo de Tucuman, Dom Frei Francisco Vitória O. Pr., pediu aos jesuitas do Brasil e do Perú lhe enviassem padres para a sua diocese (1585). O P. Anchieta, então prepósito da província brasileira (1577-87), lhe concedeu cinco. Só quatro alí chegaram, ao que parece, sendo do número deles Manuel Ortega e Tomaz Filds (Leite I 347).

b. Salvos das mãos de um pirata inglês, alcançaram o porto de Buenos Aires, em janeiro de 1587, onde os esperava o bispo do Paraguai, Dom Frei Alonso Guerra, igualmente dominicano. Este os desejava logo para a sua diocese. De fato, encontramos, em agosto de 1588, os padres Ortega e Filds no Paraguai, onde o conhecimento da língua tupí lhes permitia trabalhar com maior utilidade. Frei Luiz de Bolaños, franciscano e discípulo de são Francisco Solano, já lhes preparara o caminho.

c. Não ficaram, porém, em Assunção. Desceram o Paraguai e subiram o Paraná, adentrando-se pelo sertão que se estende ao leste deste rio. Chegaram até às margens do Paranapanema. Voltaram depois a Assunção, informando os seus irmãos sobre o que viram. Falaram-lhes de 200.000 ín-

dios, "que pareciam cidadãos talhados para o reino dos céus" (RCEB I 3, 192).

392 a. Já antes se tinham feito expedições espanholas a estas paragens. Lá onde o rio Pequirí desagua no Paraná fora fundada a Ciudad Real, e na confluência do Corumbataí no Ivaí se levantara a Vila Rica (1557). As expedições continuaram tambem no fim do século XVI e no princípio do século XVII. Os jesuitas acompanhavam a conquista. Por carta régia de 1608 lhes foi confiada a missão do Guairá, região imensa que se estende entre o Iguassú ao sul e o Paranapanema ao norte, tendo ao oeste o Paraná e o Tibají ao leste.

b. Os dois padres Cataldino e Maceta, recebidos a princípio com o maior contentamento mesmo pelos guairenhos brancos, em breve se viram hostilizados pelos europeus, quando estes souberam que vinham autorizados a fundar aldeamentos independentes. Separando-se, por isso, dos conquistadores, rumaram de Vila Rica por terra até ao Paranapanema. À barra do Pirapó encontraram umas duzentas famílias, cristianizadas por Ortegas e Filds, e com elas organizaram a primeira redução, chamada de Loreto (1610).

c. Dilataram, em seguida, as suas missões, vendo-se, aos poucos, obrigados a fundar uma segunda redução, a de Santo Inácio. Outras se levantaram às margens do Tibají, do Ivaí e do Corumbataí. E como reserva de forças pronta para acudir ao norte e ao leste foi organizada a fundação de Santa Maria nas proximidades das cataratas do Iguassú (1626). No espaço de vinte anos, os missionários conseguiram organizar treze reduções na província de Guairá, onde os índios viviam felizes ao abrigo de seus inimigos. Avançaram a missão depois pelo sul do Mato Grosso até às cabeceiras do rio Pardo, onde fundaram a redução de Itatines, com o que o Estado teocrático de Guairá atingiu a sua maior extensão.

393. Era uma das mais prósperas missões dos jesuitas, e contava em 1628 perto de cem mil índios aldeados, "quando nenhum núcleo de população branca... existia em nenhum outro ponto do território hoje paranaense, e Paranaguá, o primeiro fundado por portugueses, somente quarenta anos mais tarde havia de ser fundada". As reduções chegaram mesmo

a rivalizar com as melhores povoações européias da América do Sul. As igrejas, particularmente as de Santo Inácio e de Loreto, eram maiores do que as de Assunção e melhores os seus ornatos (Lima Figueiredo 125; Southey III 343 ss; RCEB I 3, 187 ss).

394 a. Mal começara, porém, a florescer a missão de Guairá, quando foi destruida barbaramente. Iniciou-se em 1628 aquele período em que as imensas florestas da bacia do Paraná repercutiam de tragédias sem conta: o período dos bandeirantes. Estabeleceu-se a escravidão vermelha como um grande negócio. Os padres reclamavam. A metrópole ora os apoiava, ora cedia aos colonos. E essa duplicidade redundava sempre em favor dos escravistas, como no norte da colônia.

b. Manuel Preto, primeiro chefe bandeirante que invadiu a missão, foi obrigado a tomar outro rumo. Mas, logo em seguida, entrou na planície de Guairá o famoso Antônio Raposo Tavares à frente de quasi mil paulistas e dois mil índios amigos. E' o P. Montoia quem relata os acontecimentos na sua *Conquista Espiritual*.

Raposo exigiu que o P. Mola, superior da missão de Loreto, lhe entregasse um prisioneiro que havia escapado. O padre recusou-se a satisfazer-lhe a exigência. Foi o bastante. Raposo e seu bando cairam sobre as reduções, pondo toda a província a ferro e a fogo, e levaram cativos a quantos puderam, homens, mulheres e crianças. Porto Seguro e Teschauer falam de quinze mil, outros até de trinta mil. O número dos que foram presos desde 1614 até 1639 calcula-se por trezentos mil (Porto Seguro, HG I 488; Southey III 419 ss; Teschauer I 122; RP V 147 ss).

c. Resolvidos a conseguir a liberdade dos prisioneiros, os padres Maceta e Mansilla acompanharam-nos até São Paulo, onde apresentaram queixas ao governador. Mas este declarou que lhe faltava poder para fazer justiça. Seguiram ao Rio de Janeiro e à Baía, onde os esperavam novos desenganos, porquanto o governador geral, preocupado com a invasão dos holandeses, não lhes prestava ouvidos. Desanimados de obter qualquer auxílio da parte dos governadores, apelaram para o papa Urbano VIII e ao rei Felipe IV que confirmaram as

leis anteriores a favor dos índios e ameaçaram com as censuras da Igreja os opressores.

d. Mas os paulistas, seguros da impunidade, continuaram as suas caçadas. Santo Inácio e Loreto foram as últimas reduções a serem destruidas. Toda a planície do Guairá se fez deserta para mais de dois séculos. Os últimos restos dos índios da missão fugiram, com o P. Montoia à frente, a estabelecer-se à margem direita do Paraná. Eram ainda pouco mais de doze mil. Os outros missionários do Guairá seguiram ao Tapé, centro do Rio Grande do Sul, afim de recomeçar alí a sua obra.

395. Pela separação das duas províncias do Prata e do Paraguai, o Rio Grande do Sul ficou pertencendo, juntamente com o Uruguai, à provincia do Prata. O primeiro governador, Dom Diogo de Gongora, entregou aos jesuitas a tarefa de explorar a região.

O P. Roque Gonzalez de Santa Cruz foi nomeado, em 1626, superior da missão do Paraná e Uruguai, e foi ele o primeiro a adentrar-se nas regiões que se estendem à esquerda deste rio. Chegando à foz do Piratiní, fundou, a pouca distância dela, a redução de São Nicolau (1626), primeiro posto avançado da civilização e da cultura cristã no Rio Grande (Teschauer, História I 40). Em breve, levantaram-se outras reduções às margens do Ibicuí, Piratiní e Ijuí. O intrépido missionário chegou até às regiões dos ferozes tapés na bacia do Jacuí. Mas aos 15 de novembro de 1628, sucumbiu a uma sublevação dos gentios, martirizado em Caaró à margem esquerda de Ijuí (Teschauer, Vida 79). Outros missionários do Ijuí e Piratiní seguiram-no no martírio. A perseguição felizmente sufocada teve por consequência grande incremento do cristianismo. Uma nova conjuração, movida por Nheçum, teve o mesmo resultado.

396. Nos anos 1637 e 1638, porém, os bandeirantes entraram tambem no Rio Grande do Sul e, com inaudita crueldade, destruiram as missões e com elas os fundamentos da civilização. E' verdade que o cacique neófito Nienguirí conseguiu derrotar os mamelucos às margens do Piratiní. Mas o perigo ficou, e, por isso, resolveram os missionários transfe-

rir as reduções para o sítio onde os rios Paraná e Uruguai mais se aproximam um do outro. Compreenderam, no entanto, que o único verdadeiro meio de fazer frente aos escravistas eram armas de fogo. Depois de longas negociações, Madri lhas concedeu. E quando os paulistas, em 1641, invadiram, mais uma vez, o território das missões, foram derrotados completamente pelo morubixaba Inácio Abiarú. Desde então não vieram mais inquietá-las.

397. Já não tendo que temer dos mamelucos e não podendo esquecer-se de suas antigas sédes, muitos índios voltaram para lá. Desde 1687, surgiram as chamadas "Sete Missões", que, em breve, tiveram extraordinário florescimento. Nas planícies de Guairá e de Tapé, os jesuitas tinham planejado uma república guaraní segundo o ideal da *Cidade de Deus* de santo Agostinho. O que não conseguiram naquelas partes, realizaram-no nas "Sete Missões", sitas em grande parte em território do Rio Grande. Chefe supremo da redução era o diretor-missionário que tinha a seu lado um alcaide e um corregedor, escolhidos entre os caciques mais prestigiosos. Na primeira parte do século XVIII, esta república teocrática atingiu tão grande esplendor que o próprio Voltaire não pôde deixar de admirá-la.

398. Assim vemos, de um lado, no norte e no sul, os missionários a ganhar para Cristo e para a Igreja inúmeras almas, do outro lado, a maldade satânica dos escravistas a destruir a sua obra. Quando, finalmente, a missão se achava em pleno florescimento e João V (1734) e José I (1755) definitivamente proibiram a escravidão dos índios, Pombal deu o golpe mortal ao cristianismo entre os indígenas e à sua liberdade, expulsando os jesuitas e condenando as outras ordens à extinção.

Porto Seguro, História Geral do Brasil I. — *Southey*, História do Brasil III. — *Teschauer*, História do Rio Grande do Sul, 2 vol., Porto Alegre 1918. — *Id.*, Vida e obras do ven. P. Roque Gonzalez de Santa Cruz, 2. ed. (s. l.) 1913. — *Madureira*, A liberdade dos índios etc., Rio de Janeiro 1927. — *Rocha Pombo*, História do Brasil V. — *Lima Figueiredo*, Oeste Paranaense, São Paulo 1937. — Revista do Centro de Estudos Bandeirantes I (= RCEB).

§ 156. Outras missões na América

399. Antes de Pedro Álvares Cabral ter descoberto o Brasil, Cristovão Colombo, animado pelo P. Antônio de Marchena, douto astrônomo, empreendera suas viagens e descobrira a América central (1492). Acompanhara-o um sacerdote secular, Pedro de Arenas, que na ilha de São Salvador (Guanahani) celebrou a primeira missa das Índias ocidentais. Quando, em 1493, pela segunda vez atravessou o Atlântico com destino à América, acompanharam-no o P. Bernardo Boil, dois jeronimitas e três franciscanos (Lemmens 195-96).

400. Primeiro se pregou o evangelho nas Antilhas das Índias Ocidentais, São Domingos ou Haití, Cuba e outras ilhas. Da carta de um dos franciscanos se deduz que, em 1500, três mil índios estavam batizados (AF II 525). Os mesmos franciscanos pediram aos superiores lhes enviassem auxiliares. De fato, uma expedição de 1502 veio acompanhada de 17 frades menores. Em 1511, foi fundado o primeiro bispado com séde em São Domingos, sendo nomeado primeiro bispo o franciscano Garcia de Padilla.

401. Em breve, passou o cristianismo tambem para a terra firme de **México,** conquistado por Fernando Cortez (1519-21). Depois de algumas fracas tentativas, doze franciscanos, chefiados por Martinho de Valência, começaram a pregação. São os "doze apóstolos do México". Seguiram depois dominicanos e augustinianos. Em 1528, foi nomeado primeiro bispo do México o franciscano João de Zumárraga (m. 1548), que com admiravel fervor trabalhou pelo bem da sua grei. Com energia inquebrantavel resistiu ao tirânico presidente do tribunal da justiça, Nuno de Guzmão. A instâncias suas Carlos V depôs o presidente e proibiu a escravidão.

402. Logo depois das conquistas de Venezuela, Nova Granada ou Colômbia e do império dos Incas, Perú, Equador e Chile, por Francisco Pizarro, iniciou-se tambem nestas partes a missão. Ao mesmo tempo entraram os missionários nas regiões do Rio da Prata.

403. Começou, deste modo, a florescer na América central e meridional uma cristandade de milhões de neófitos. Con-

tavam-se então cinco arcebispados: México (1537), São Domingos (1547), Lima (1548), Santa Fé de Bogotá (1564) e La Plata na Bolívia (1608), com 27 bispados (Rayn., ad an. 1537 ss) e perto de 400 conventos religiosos. Jesuitas, franciscanos, capuchinhos, dominicanos, augustinianos, carmelitas e beneditinos trabalhavam incansavelmente nesta vinha do Senhor. A mais bela flor da sua pregação é santa Rosa de Lima (1586-1617), que ilustrou a Igreja sul-americana no mesmo tempo, em que são Francisco Solano (m. 1610) percorria o continente desde Quito até ao Chaco.

404. Os governos de Madrí e de Lisboa apoiaram eficazmente os missionários, e receberam, em sinal de reconhecimento, da cúria romana o direito do padroado para todas as estações e bispados das conquistas.

405. De outro lado, se opunham aos missionários muitas e sérias dificuldades, não só por parte dos índios, muitos dos quais se achavam num nivel baixo da cultura, mas principalmente por parte dos europeus que em todas as conquistas tratavam os índios não menos brutalmente do que no Brasil.

406 a. Um dos mais zelosos protetores dos indígenas foi, por quasi meio século, o dominicano **Bartolomeu de las Casas.** Nascido em Sevilha (1474), acompanhara a Cristóvão Colombo na sua terceira viagem (1498). Ordenado sacerdote em São Domingos, levantou logo sua voz contra as horrendas injustiças dos europeus. Em 1515, voltou à Espanha afim de defender junto à côrte de Madrí a causa dos índios escravizados (SQ 105-07). Quatorze vezes ainda atravessou, em seguida, o oceano pelo mesmo motivo. Ximenes, então regente da Espanha, apoiou a sua obra. Mas os conselheiros egoistas do jovem rei Carlos V fizeram, com que as esperanças de Las Casas se desvanecessem.

b. A luta continuou, portanto, e, embora os próprios missionários nem sempre defendessem as mesmas opiniões, conseguiram todavia que, em 1537, o papa Paulo III desse as duas bulas já mencionadas (§§ 151 e 154), em defesa da liberdade e dignidade dos índios de todo o novo mundo. Tambem Carlos V legislou em seu favor.

c. Quando Las Casas, em 1543, se apresentou ao imperador para lhe agradecer o favor, foi nomeado bispo de Cuzco. Renunciando a este bispado, aceitou, no ano seguinte, o de Chiapa. Com 44 missionários entrou em sua diocese. Julgando, porém, poder trabalhar mais eficazmente pelos índios junto à côrte, confiou o governo da diocese a seu vigário geral e voltou à Espanha, onde escreveu a sua *Apologética história de las Indias* (ed. Serrano y Sanz, Madrí 1909). Cheio de merecimentos, morreu em 1566.

407. Quando, quasi desde o princípio do século, se trouxeram da África os escravos negros, os missionários os tomaram tambem debaixo da sua proteção. Las Casas não aconselhou, mas permitiu, com certas restrições, a sua escravização.

Mais tarde, porém, a condenou. O jesuita são **Pedro Claver,** nobre catalão, tornou-se entre eles verdadeiro anjo de caridade. Pelo espaço de quarenta anos (1615-54) trabalhou este "apóstolo dos negros" em Cartagena na Nova Granada e batizou milhares de pobres escravos.

408. Na **América setentrional** trabalharam, nos primeiros tempos da colonização, missionários espanhóis que penetraram pelo sul no Novo México, na Flórida e na Califórnia, e franceses que, vindos do Canadá ou Nova França, se adentraram pelo norte. Distinguiram-se desde 1615, os franciscanos e, desde 1625, os jesuitas que entre os hurões e outras tribus do Canadá deram exemplos de verdadeiro heroismo. Entre os cansas foi trucidado, em 1542, o superior dos missionários franciscanos, João Padilla, primeiro martir da América do Norte. Nos anos 1646 a 49, oito jesuitas sofreram o martírio dos iroqueses. Pio XI elevou-os às honras dos altares (1930). Em 1658, foi criado o vicariato apostólico de Quebec, transformado em 1674 em bispado.

Streit, Bibliotheca missionum 1916 ss. — *Id.*, Kathol. Missionsatlas 1906. — *Neuhaeusler*, Atlas der kath. Weltmission, Muenchen 1932. — *Pastor*, Geschichte der Paepste III ss. — *Hergenroether-Kirsch* III 353 ss; 611 ss; 820 ss. — *Henrion*, Histoire générale des missions catholiques depuis le XIIIe siècle jusqu'à nos jours, 2 vol., Paris 1844-47. — *Civezza*, Storia universale delle missioni francescane, 11 vol., Firenze 1857-95. — *Marshall*, Die christlichen Missionen, trad. al. 3 vol., Regensburg 1863. — *Schmidlin*, Katholische Missionsgeschichte,

1924. — *Lemmens*, Geschichte der Franziskanermissionen, Muenster 1929. — *Lufft*, Geschichte Suedamerikas, 2 vol., 1912-13. — *Campe*, Die Entdeckungen von Amerika, ed. Burmann: II. Ferdinand Kortes; III. Franz Pizarro, Stuttgart (s. a.). — *Cuevas*, Historia de la Iglesia en Mexico, 5 vol., Tlalpan 1921-28. — *Maas*, Misiones de Nuevo Mexico, Madrí 1929. — *Schwethelm*, Der Franziskaner Johannes von Zumárraga, erster Bischof von Mexiko, Trier 1914. — *Bolton and Marshal*, The Colonization of North America, London 1922. — *Rein. Schneider*, Las Casas vor Carl V. Szenen aus der Konquistatorenzeit, Leipzig 1938.

§ 157. Missões da África e da Ásia

409. Tambem na **África** se fizeram tentativas da cristianização, desde o princípio do descobrimento. Eugênio IV adjudicou, em 1443, aos portugueses as novas conquistas que fizessem desde a costa ocidental da África até às Índias orientais. Nicolau V confirmou a concessão com a cláusula de em toda parte se pregar o cristianismo (Rayn., ad an. 1443, 10; ad an. 1454, 8). Infelizmente, foi introduzida, desde o princípio do descobrimento, tambem a escravidão. Os bispos e os papas protestaram. O infante Dom Henrique a proibiu (1445). Mas não conseguiram a sua supressão. Todavia, houve muitas conversões. O Congo, já em 1491, contava uma numerosa cristandade. O rei Dom Manuel mandou repetidas vezes missionários. Em 1533, Dom João III pôde enviar ao papa Clemente VII a feliz notícia de que o rei do Congo com grande parte de seu povo recebera o batismo (Rayn., ad an. 1533, 21). Tambem na Angola e em Moçambique e, desde o século XVII, na Guiné e na ilha de Madagascar foi pregado o Evangelho.

Mas, em geral, as missões africanas não tiveram êxito satisfatório. A bruteza dos negros, o clima insuportavel aos europeus e a falta de missionários estorvavam o progresso ou causavam a ruina das estações já fundadas. Até ao século XIX, a África ficou sendo o "continente obscuro" tambem no que diz respeito à religião.

410. Só na Abissínia começaram franciscanos e jesuitas, em princípios do século XVII, uma missão mais esperançosa. O negus Seltan-Sagad (1607-32) abraçou a fé católica (1624) e quis introduzí-la por força em todo o país. Mas

a maior parte do povo e os poderosos monges resistiram à união com Roma. Uma guerra civil e religiosa obrigou o negus a conceder a confissão monofisita. No reinado de seu filho, Fasiladas, o monofisitismo alexandrino foi prescrito a rigor. Os missionários foram expulsos. Os que heroicamente perseveraram com seu rebanho sofreram o martírio (Lemmens 179).

411. Com grande zelo e com admiravel êxito foi pregado o cristianismo no extremo oriente. Nas **Ilhas Filipinas,** descobertas por Magalhães (1521) e ocupadas pelos espanhóis (1565), entraram, desde logo, os augustinianos. Em 1578, desembarcaram os primeiros franciscanos que, desde então, desenvolveram uma abençoada atividade. Outros missionários seguiram, principalmente jesuitas. Até ao ano de 1600 já estavam batizados perto de 700.000 indígenas. Em 1595, foi fundado o arcebispado de Manila com três sufragâneos (FB III 116).

412 a. Nas **Índias Orientais** existiam, desde a antiguidade, os chamados cristãos de são Tomé (cfr. § 46), que eram nestorianos. No século XIII, pregou em Meliapor o grande franciscano João de Montecorvino. Franciscanos e dominicanos trouxeram, em seguida, perto de dez mil neófitos ao seio da Igreja. Mas, desde 1346, ficaram interromopidas as relações com Roma.

b. A missão moderna começa com a conquista de Gôa pelos portugueses. Vasco da Gama levou em sua companhia um sacerdote. Pedro Álvares Cabral chegou às Índias em 1500, acompanhado de Frei Henrique de Coimbra, de seus sete irmãos e oito sacerdotes seculares. Desembarcaram em Calicut e começaram ali a sua missão. Em 1534, foi fundado o bispado de Gôa, que se estendia desde o Cabo da Boa Esperança até ao Japão.

c. Mas a obra, prejudicada sensivelmente pelo exemplo detestavel dos europeus, não teve andamento. Foi então que, a pedidos de João III, o papa Paulo III enviou o grande apóstolo das Índias, são Francisco Xavier, na qualidade de legado apostólico. Em 1542, desembarcou em Gôa, fez amizade com o primeiro bispo Albuquerque da ordem franciscana e desenvolveu em poucos anos uma incrivel atividade. Cristãos e gentios consideravam-no como profeta e taumaturgo. O santo dirigiu-se, em seguida, a Ceilão, Malaca, Molucas e, finalmente, ao Japão. Mas seus irmãos de hábito continuaram a missão. Gôa foi elevada a arcebispado (1558), tendo como sufragâneos Cochin, Malaca e, mais tarde, Meliapor e Cranganor.

d. Os governadores portugueses, baseando-se no direito do padroado, fizeram infelizmente muitas dificuldades à Igreja de Gôa. A Propaganda Fide não pôde, por conseguinte, senão nomear vigários apostólicos ou bispos titulares, e isto teve por consequência contendas dolorosas entre Igreja e governo até ao nosso século.

413 a. Meio século depois da morte de são Francisco Xavier, estabeleceu-se no sul da Índia o célebre jesuita Roberto de Nobili. Afim de obter maior sucesso e ganhar particularmente os brâmanes, começou em 1606 a aplicar o **sistema de acomodação,** vivendo à indiana, como brâmane cristão, omitindo algumas cerimônias no batismo, permitindo costumes malabáricos no tocante ao matrimônio e em outros pontos. Conseguiu, de fato, consoladores resultados. O seu procedimento foi aprovado pelos superiores e pelos ordinários de Gôa e Cranganor. O próprio papa Gregório XV consentiu.

b. Foram, porém, aos poucos, surgindo adversários deste sistema entre os próprios jesuitas. E não tardou a travar-se uma controvérsia agitada entre os acomodistas jesuitas e os missionários franciscanos e capuchinhos. O patriarca titular de Antioquia, Carlos Tomaz Maillard de Tournon, encarregado pela santa Sé de resolver a questão, condenou, em 1704, dezesseis usos malabáricos, e a sé apostólica confirmou a sentença (MQ 393-95), definitivamente pela bula de Bento XIV *Omnium sollicitudinum* de 12 de setembro de 1744 (BB 107). A controvérsia desacreditou grandemente a missão da Índia. Aos poucos sobrevieram ainda outras aflições, a invasão dos protestantes holandeses e ingleses e, finalmente, a supressão da companhia de Jesús.

414. O grande apóstolo das Índias, são Francisco Xavier, dirigiu-se, em 1549, para o **Japão** onde pregou por espaço de dois anos. Seus irmãos continuaram a obra, e, em 1580, havia no país 200 igrejas com 160.000 cristãos, muitos dos quais pertenciam à sociedade culta e à nobreza. Na perseguição de Taicosama morreram são Pedro Batista e seus companheiros, os protomártires japoneses (1597). Mas o sangue dos mártires foi tambem alí semente do cristianismo. Multiplicaram-se os fiéis de tal maneira que em 1614 havia no Japão perto de um milhão de católicos.

Mas não descansou o inimigo. Ciumes dos bonzos, intrigas dos calvinistas holandeses, imprudência dos missionários e falta de padres indígenas tiveram, no reinado de Taifusama, um resultado desastroso. Uma nova perseguição extinguiu quasi completamente a missão. Desde 1666 até 1857, ficou proibido o cristianismo. Milhares de cristãos pagaram com a vida a sua fidelidade.

415. São Francisco Xavier pretendeu levar o cristianismo tambem à **China,** quando foi chamado a colher a eterna recompensa. Seus irmãos de hábito realizaram os seus planos. Centro da missão tornou-se a colônia portuguesa de Macau, onde em 1576 foi erigido um bispado. Belos resultados tiveram, particularmente, os jesuitas Mateus Ricci (m. 1610) de Macerata, "apóstolo da China", Adão Schall (m. 1666) de Colônia e Fernando Verbiest (m. 1688), flamengo. Seus vastos conhecimentos lhes valeram, aos poucos, grande autoridade junto à côrte imperial e alta estima na sociedade culta. Ao lado dos jesuitas trabalharam tambem dominicanos e franciscanos. A missão prometeu um futuro esperançoso. Em Pequim e Nanquim foram criadas mais duas sédes episcopais (1690), e um decreto do imperador Kanghi permitiu a livre pregação (1692). Pelo ano de 1700, a China contava perto de um milhão de católicos.

416 a. Mas os dominicanos e franciscanos não seguiram o método dos jesuitas, e daí resultaram, como na Índia, sérias desinteligências. Ricci e seus irmãos acomodaram-se largamente aos usos e sentimentos indígenas. Toleravam a veneração do sábio Confúcio que por dois milênios já tinha formado os intelectuais chineses, permitiam igualmente a veneração dos manes, tudo naturalmente como costume civil e político, tomavam os nomes Tien (= céu) e Schangti (= senhor supremo, imperador) para significar a Deus, omitiam no batismo e na extrema unção certas ceremônias que causavam náusea aos orientais, mitigavam o jejum e o dever dominical e empregavam, com autorização de Paulo V, na missa a lingua chinesa (FB III 120).

b. Desde princípio do século XVII, se levantou uma reação contra tão ampla acomodação, sendo os primeiros adversários alguns religiosos da mesma companhia. Mais acremente a combateram, em seguida, os franciscanos e dominicanos, que viam nos costumes chineses uma perigosa superstição. Urbano VIII condenou 17 pontos que lhe foram propostos, e Inocêncio X confirmou a resposta, em 1645 (MQ 376-78). Alexandre VII permitiu, de novo, alguns ritos como instituições civis. Mas a controvérsia continuou, embora os diversos missionários trabalhassem, lado a lado, em paz e fraternal harmonia (Lemmens 133-34). Um decreto da Inquisição de 1704 proibiu o culto de Confúcio e dos manes. Clemente XI enviou o legado apostólico Tournon, que proibiu os ritos chineses até sob pena de excomunhão (1707), e Clemente XI confirmou a decisão. Os jesuitas mantiveram, não obstante, ainda o seu sistema. Finalmente, tiveram de submeter-se à sentença definitiva da bula *Ex quo singulari* de Bento XIV de 11 de julho de 1742 (BB I 59), que exigia de todos os missionários, fizessem o juramento contra os ritos chineses, antes de exercer o seu ministério.

Literatura como no § precedente. — Além disso: Monumenta Xaveriana, 2 vol., Madrid 1900-12. — *Brou,* S. François Xavier, conditions et méthodes de son apostolat, Bruges 1925. — *Launay,* Histoire des missions de l'Inde, 5 vol., Paris 1898. — *Cary,* A History of Christianity in Japan, 2 vol., London 1909. — *Ricci,* Opere storiche, ed. Tacchi Venturi, 2 vol. Macerata 1911-13. — *Launay,* Histoire des missions de la Chine, 3 vol., Vannes 1907-08. — *Vaeth,* Die Akkommodation in der Mission der Neuzeit, Kath. Missionen, 54 (1926) 225 ss. — Cor II (1940) 162 ss; 589 ss.

V CAPÍTULO

CIÊNCIAS ECLESIÁSTICAS — CONTROVÉRSIAS TEOLÓGICAS

§ 158. Reflorescimento das ciências — Literatura religiosa

417. Uma das mais belas manifestações da vida católica, no princípio da idade moderna, foi o reflorescimento das ciências teológicas. A própria pseudo-reforma lhes deu novo impulso; pois os ataques dos inovadores obrigaram os teólogos católicos a examinar e fundamentar mais solidamente os pontos principais da sua doutrina. Ainda mais feliz e eficaz foi o trabalho grandioso das diversas comissões do concílio tridentino. O humanismo que, nos decênios anteriores, tinha sido causa da dissolução, fez-se agora instrumento exímio da teologia.

418. Foi principalmente na Espanha e na Itália, em segundo lugar tambem na França e na Bélgica, que a nova vida científica começou a prosperar. Dominicanos, franciscanos e jesuitas foram os seus maiores representantes. Segundo assunto e forma podemos distinguir cinco espécies de trabalhos teológicos: exegéticos, apologético-polêmicos, escolásticos, místicos e histórico-patrísticos (Grabmann 155).

419. Os **estudos exegéticos** já eram cultivados com êxito antes da reforma protestante (cfr. § 122). O espírito crítico do humanismo e o estudo das línguas grega e hebráica tiveram um resultado salutar. As controvérsias sobre o princípio escriturístico dos protestantes lhe deram mais um forte impulso. E os decretos tridentinos sobre cânon, inspiração e texto autêntico deram-lhe as diretrizes e inauguraram o "século áureo da exegese católica".

Foram base dos estudos as melhores edições que se fizeram no século XVI: a complutense do cardial Ximenes (1514-17), o Novo Testamento de Erasmo de Roterdam (1516) e a Vulgata Sixto-Clementina. Distinguiram-se entre os exegetas os jesuitas espanhóis Afonso Salmeron (m. 1586), João Maldonado (m. 1583) e Francisco Toledo (m. 1596), os flamengos Guilherme van Est (m. 1613) e Cornélio van

den Steen (a Lapide, m. 1637), e os italianos Xisto de Sena O. P. e Antônio Possevino S. J. (m. 1611). Os seus trabalhos foram tão profundos e tão vastos que séculos inteiros se alimentaram de seus frutos.

420. No tempo da pseudo-reforma eram naturalmente de principal interesse a **apologética** e a polêmica. Tambem este ramo da teologia teve, desde o princípio, exímios representantes. Os primeiros foram João Eck e todos os teólogos católicos que defenderam a Igreja contra os inovadores da Alemanha e da Inglaterra, na primeira metade do século XVI. Na segunda metade do século, tornaram-se baluartes da Igreja o cardial-bispo Hósio de Ermlândia (m. 1579), são Pedro Canísio (m. 1597), Possevino e, mais do que todos, o cardial **Roberto Belarmino** (1542-1621). Este ilustre príncipe da Igreja nascera de antiga família italiana, entrou na companhia de Jesús, lecionou em Lovaina e Roma e foi, em 1559, criado cardial. Pio XI elevou-o às honras dos altares (1923), inscreveu o seu nome no catálogo dos santos (1930) e proclamou-o doutor da Igreja (1931). Os três volumes das suas *Disputationes de controvérsiis christianae fidei* (ed. Ingolst. 1586-93) foram, por longo tempo, a obra mais eminente deste gênero e ponto central das controvérsias entre católicos e protestantes.

421. A **teologia especulativa** e **sistemática** deve a sua restauração ao cardial Caetano e, principalmente, aos teólogos espanhóis Francisco de Vitória (m. 1546), pai da escola dominicana de Salamanca, e a seus discípulos Melquior Cano (m. 1560), fundador da nova metodologia teológica e da teologia fundamental (Loci theologici), e Domingos de Soto (m. 1560). Baseavam-se nos princípios filosóficos e teológicos dos grandes escolásticos do século XIII. Os próprios papas lhes mostraram o caminho, declarando santo Tomaz de Aquino (1567) e são Boaventura (1587) doutores da Igreja. Grande influência exercia João Duns Scoto. Os jesuitas, embora votassem profunda veneração ao Aquinate, adotaram todavia um certo ecletismo, o que deu motivo a uma viva reação e acaloradas e pouco frutíferas controvérsias. Assim, pois, se agrupam os dogmáticos deste período nas escolas das três ordens principais.

422. A escola tomística teve à frente os discípulos imediatos e mediatos de Francisco de Vitória. Domingos Bañez (m. 1604) e Bartolomeu de Medina (m. 1581) são os mais notaveis. As suas obras se completam, formando um todo. A sua doutrina é considerada como tipo clássico da teologia tomística. Seguiram-nos os carmelitas reformados que, no *Cursus Salmanticensis in Summam Sancti Thomae* (15 vol.), nos deram a obra mais grandiosa e mais perfeita da escola.

423. A escola franciscana do escotismo teve igualmente grande florescimento, iniciado pelo irlandês Lucas Wadding (m. 1637), autor dos *Annales Minorum*. Criou em Roma o colégio de Santo Isidoro como centro da filosofia e teologia escotística e fez aparecer uma coleção completa das obras de Duns Scoto. Numerosos teólogos da Espanha e da Itália seguiram o grande mestre. Parecia mesmo, por algum tempo, que o escotismo ia tomar a dianteira às demais escolas, dizendo o teólogo cisterciense Caramuel: "Scoti schola numerosior est aliis simul sumptis" (cfr. Grabmann 165).

424 a. A escola dos jesuitas é filha da escola de Salamanca. O cardial Francisco Toledo, já conhecido como grande exegeta, fora discípulo de Domingos Soto. Foi ele que transplantou o método daquela escola ao colégio romano. Seguiram no caminho por ele indicado Gregório de Valência, Gabriel Vasquez (m. 1604), Diogo Ruiz de Montoya (m. 1632) e Francisco Suarez, todos espanhóis.

b. O maior de todos eles e talvez o maior teólogo posttridentino foi **Francisco Suarez** (1548-1617). Nascido em Granada de antiga família de cavaleiros visigóticos que, repetidas vezes, se distinguira nas lutas contra os mouros da Espanha, entrou na companhia de Jesús e foi, em 1597, por Felipe II chamado à universidade de Coimbra. Foi alí que, nos últimos vinte anos da sua vida, a sua atividade teológica atingiu o apogeu. Suarez foi um gênio universalista. Diversos papas o chamaram "Doctor eximius". Bossuet o designa como teólogo "dans lequel on entend toute l'école moderne". Por seus tratados metafísicos influenciou até as universidades protestantes da Alemanha e dos Paises Baixos, e sua sociologia é acolhida, até em nossos dias, com crescente simpatia (StZ 90 (1916) 59-76).

c. À mesma escola pertencem ainda os espanhóis Luiz Molina (cfr. § 159), José Martínez de Ripalda (m. 1648) e João de Lugo (m. 1660), o italiano Pedro Sforza Pallavicini (m. 1667), historiador do concílio tridentino, o belga Leonardo Léssio (cfr. § 159) e o alemão Adão Tunner (m. 1632), digno discípulo de Gregório de Valência. O jesuita francês Dionísio Petau (m. 1652) lançou, pelos cinco volumes do seu *De theologicis dogmatibus* (ed. Paris 1644-50), o fundamento da história do dogma.

d. Dez anos depois da morte de Suarez, nasceu o mais célebre teólogo da época de Luiz XIV, Jacques Bénigne **Bossuet** (m. 1704). Discípulo dos jesuitas em Dijon, estudou mais tarde filosofia e teologia em Paris. Conhecedor exímio dos Santos Padres, tornou-se estrênuo defensor da Igreja contra os protestantes. A esta luta serviram os seus escritos *Exposition de la doctrine catholique sur les matières des controverses* (1671) e *Histoire des variations des églises protestantes* (1688). Combateu tambem o quietismo e imortalizou o seu nome particularmente como grande orador sacro. Pio X chamou-o "gênio cristão, glória da França e da humanidade" (AAS 1911, 405-06).

425. A **teologia moral** era tratada, como na idade média, juntamente com a dogmática, sendo os maiores dogmáticos tambem grandes moralistas. Mas, desde fins do século XVI, formou-se uma disciplina à parte, acentuando-se, mais e mais, o tratamento casuístico, não sem excessos e defeitos. Daí nasceram vivas e acaloradas controvérsias entre os diversos sistemas do laxismo, condenado pelos papas Alexandre VII e Inocêncio XI (DB 1101 ss), e do rigorismo, condenado por Alexandre VIII (Ib. 1291 ss). O probabilismo, fundado pelo dominicano espanhol Bartolomeu de Medina (m. 1581) e adotado, em seguida, pelos jesuitas, foi combatido pelos jansenistas rigoristas e pelos dominicanos tucioristas. Mais tarde, Afonso de Ligório (m. 1787) fundou o equiprobabilismo, procurando mediar entre os extremos.

O direito canônico teve o seu florescimento no fim do século XVII e no princípio do século XVIII, sendo os seus representantes mais dignos o franciscano Reiffenstuhl e o jesuita Schmalzgruber.

426. A **teologia histórica,** tão negligenciada na idade média, teve, neste período, um belo florescimento em todos os seus ramos. Despertara, no tempo do humanismo, a crítica histórica, e os inovadores obrigaram os católicos a defenderem a Igreja pela história.

Os primeiros representantes da arqueologia cristã são o eremita augustiniano Onófrio Panvini (m. 1568) e o sacerdote secular Antônio Bosio (m. 1629), que imortalizou o seu nome pela célebre *Roma sotterranea.* O piedoso cardial oratoriano Cesário Barônio (m. 1607), prefeito da biblioteca vaticana, opôs aos centuriões magdeburgenses os doze volumes de seus *Annales ecclesiastici* (ed. Roma 1588-1617). O cardial Bellarmino publicou uma rica história literária, *De scriptoribus ecclesiasticis* (ed. Roma 1613). O cartuxo Lourenço Surius compilou a *Vida dos santos,* e o jesuita João Bollandus (m. 1665) começou, com seus primeiros colaboradores Henschen e Papebroch (m. 1714), a obra gigantesca dos *Acta Sanctorum* (ed. Antuerpia 1643 ss). A história dos concílios foi brilhantemente cultivada pelos jesuitas Felipe Labbé (m. 1667) e João Hardouin, e particularmente por João Domingos Mansi (m. 1729), arcebispo de Luca.

427. Um centro admiravel de estudos históricos foi a congregação beneditina dos maurinos. O abade Lucas d'Achéry deu a seus monges as diretrizes. O maior de entre eles foi João Mabillon (m. 1707) que, nos *Acta Sanctorum O. S. B.* (9 vol.) e *Annales O. S. B.* (6 vol.), escreveu a primeira história crítica da sua ordem. Outros historiadores eminentes da escola foram Thierry Ruinart (m. 1709), Pierre Coustant, Bernard de Montfaucon, Pierre Sabatier. Tillemont (m. 1698), Ughelli (m. 1670) e Fleury (m. 1723) imitaram-lhes o exemplo. Os dominicanos Noel e Orsi e muitos outros pertencem, pela maior parte da sua vida, ao século XVIII.

428. A **eloquência sacra** celebrou os seus triunfos mais belos na França, sendo os mais brilhantes oradores os bispos Bossuet, Fénelon e Massillon, e o jesuita Bourdaloue. Na Alemanha fez ouvir a sua voz original e espirituosa o eremita descalço de santo Agostinho Abraão a Sancta Clara (m. 1709). Tambem o capuchinho Martinho de Cochem (m. 1712) desenvolveu uma atividade abençoada por suas

pregações e livros. Na Itália floresceram o grande jesuita Paulo Segneri (m. 1694) e o capuchinho Marcos de Aviano.

429. Finalmente, tambem a **literatura ascético-mística** produziu flores magníficas, sobretudo na Espanha. As figuras mais eminentes da mística moderna pertencem à ordem dos carmelitas descalços. Santa Teresa de Jesús (m. 1582) é a poetisa clássica da Espanha, e seu amigo espiritual são João da Cruz (m. 1591) é um dos mais brilhantes poetas místicos de todos os tempos (cfr. § 146). Muitos outros carmelitas poderiam ser aquí enumerados.

Entre os escritores místicos da ordem beneditina têm o primeiro lugar Garcia de Cisneros (m. 1510) e o grande Luiz Blósio (m. 1566). A ordem dominicana é representada por Luiz de Granada (m. 1588), Bartolomeu dos Mártires (m. 1590) e Luiz Chardon. Os franciscanos possuem a mística ardente de João dos Anjos (m. 1609) e o precioso livrinho *Oração e meditação* de são Pedro de Alcântara (m. 1562). Os jesuitas, finalmente, chamam seu primeiro escritor ascético-místico o próprio fundador, santo Inácio, cujo livro de exercicios é na literatura moderna o que foi a Imitação de Cristo na idade média. Entre seus filhos espirituais têm maior importância para a história da mística Luiz da Ponte (m. 1620) e João Batista Scaramelli (m. 1752).

Na França floresceram, além de são Francisco de Sales (cfr. § 146), o cardial Pedro de Bérulle (m. 1629), Jean Jacques Olier (m. 1657), são João Eudes (m. 1680) e Luiz Grignion de Montfort (m. 1716). A Alemanha têm os seus Frederico de Spee (m. 1635) e Balde, ambos jesuitas, e o meigo Scheffler, chamado Ângelo Silésio, convertido ao catolicismo e sacerdote, que imortalizou o seu nome por seus maravilhosos cânticos místicos, lembrando neles o grande mestre Ecardo (StZ 111 (1926) 361-81).

Literatura como no § 146. Além disso: *Prunel,* La Renaissance catholique en France au XVIIe siècle, Paris 1921. — *Solano,* Los grandes escolásticos españoles de los siglos XVI y XVII, Madrid 1928. — *Grabmann,* Die Geschichte der katholischen Theologie seit dem Ausgang der Vaeterzeit, Freiburg 1933. — *Funk-Bihlmeyer* III 121 ss; 194 ss. — Bellarmini opera, 7 vol., Coloniae 1617-20; 12 vol., Paris 1870-76. — *Le Bachelet,* Bellarmin avant son Cardinalat, correspondance et documents, Paris 1911. — *Reichmann,* Franz Suarez, em StZ 90 (1916) 459-76. — *Scorraille,* François Suarez, 2 vol., Paris

1911 (Melhor biografia). — *Gazier*, Bossuet et Louis XIV, Paris 1914. — *Martène*, Histoire de la Congrégation de St.-Maur I-IV, Paris 1928-30.

§ 159. Controvérsias teológicas: baianismo e molinismo

430. Os erros dos protestantes no tocante ao estado primitivo do homem, à graça, ao livre arbítrio e à predestinação deu aos teólogos católicos motivo para consagrarem sua especial atenção a estes pontos do dogma. E como os protestantes invocassem em defesa da sua doutrina a autoridade de santo Agostinho, as obras do grande bispo de Hipona tornaram-se novamente objeto de acaloradas discussões tambem na Igreja católica.

O tridentino declarara que as boas obras meritórias são operadas pela graça e pelo livre arbítrio. Mas não resolvera precisamente o problema central sobre a cooperação dos dois fatores da salvação. O estudo desta questão levou a veementes controvérsias, sendo os partidos opostos chefiados, na primeira fase da luta, por Baio e Léssio, na segunda, por Bañez e Molina.

431. **Miguel Baio** (1513-89), dominicano, desde 1552 lente de exegese e desde 1578 chanceler da universidade de Lovaina, tentou reformar o método escolástico então em voga na universidade. Em lugar da dialética escolástica quis acentuar mais a Sagrada Escritura e as obras dos Santos Padres para, de preferência, nelas fundamentar o dogma católico. Principal norma devia ser santo Agostinho. Opinando ter-se a escolástica afastado da doutrina dos Santos Padres tambem no tocante ao objeto, especialmente nas questões antropológicas, julgava necessária igualmente uma reforma doutrinária da teologia. Pretendia assim reconciliar mais facilmente os inovadores com a Igreja. Mas o estudo unilateral dos livros antipelagianos de santo Agostinho levou-o a um hiperaugustinismo, semelhante ao de Lutero e de Calvino.

432 a. A sua doutrina não é um sistema orgânico. Consiste tão somente em algumas proposições expostas em diversos escritos sobre questões antropológicas. Seu erro fundamental consiste em negar o carater sobrenatural da graça

no paraiso, afirmando que os dons sobrenaturais pertencem à essência da natureza humana. Daí se segue a completa corrupção da natureza humana pelo pecado original. O homem, se não tivesse pecado, teria alcançado a bem-aventurança como puro merecimento, enquanto que depois do pecado, por suas próprias forças, não pode senão pecar, nem dispôr-se a receber a graça. Tudo é obra da graça. Esta, por seu lado, é irresistivel. A liberdade moral exclue somente a violência externa, não a necessidade interna.

b. Tal doutrina encontrou não poucos admiradores, mas ainda mais adversários. Principalmente se declararam contra ela os lentes Tapper e Ravesteyn de Lovaina que, voltando em 1552 de Trento, se uniram aos franciscanos da Bélgica, e estes conseguiram que a Sorbona censurasse dezoito proposições, tiradas dos escritos de Baio (1560).

c. Com isto se agravou a controvérsia. Como Baio desenvolvesse as suas opiniões em diversos tratados, os franciscanos apresentaram 79 proposições ao papa Pio V, pedindo a sua condenação. O papa condenou realmente as ditas proposições, algumas como heréticas, outras como errôneas, suspeitas, temerárias e escandalosas, pela bula *Ex omnibus afflictionibus* de 1º de outubro de 1567 (DB 1001 ss), sem nomear o autor e sem publicar a bula.

d. Os amigos de Baio, porém, ora negavam a identidade das proposições condenadas, ora a autenticidade da bula, ora procuravam tirar-lhe a eficácia pela posição arbitrária de uma vírgula (Comma Pianum). Por isso, Gregório XIII renovou a sentença, em 1580, e Baio finalmente se submeteu. Mas a doutrina não desapareceu completamente; ressurgiu mais tarde na forma do jansenismo (LThK I 922).

433. Em oposição a Baio, o jesuita **Léssio** (1554-1623), igualmente lente de teologia em Lovaina, parecia exaltar demasiadamente a liberdade humana e diminuir o valor da graça divina. Deus dá, segundo ele, a todos os homens a graça suficiente, necessária para que se convertam. Mas a vontade humana é a única razão pela qual a graça suficiente se transforma ou não em graça eficaz. Intrinsecamente não há diferença entre elas.

Os amigos de Baio conseguiram fossem censuradas, pelas universidades de Lovaina e de Douai, trinta e quatro proposições de Léssio. Este apresentou, no entanto, uma apologia da sua doutrina em Roma. Xisto V instituiu uma comissão para tratar da questão, mas não pronunciou uma sentença definitiva, proibindo tão somente às duas partes censurarem-se mutuamente.

434. Muito mais acalorada se tornou a controvérsia que sobre o mesmo assunto se moveu na Espanha entre os jesuitas e os dominicanos. Estes, chefiados por **Domingos Bañez** (1528-1604), baseando-se em santo Tomaz de Aquino, estabeleceram a chamada *praemotio* (natura prius) ou *praedeterminatio physica* da vontade humana para, por meio dela, explicar a eficácia infalivel da graça. As teses principais de Bañez são as seguintes:

1) Deus é a causa prima de todo o ser e de todo o agir. E' ele quem determina todas as causas secundárias.

2) Deus determina a vontade humana por sua graça (infusa) de tal maneira que esta é eficaz por si mesma (gratia efficax est ex se efficax et physice voluntatem determinans).

3) Não se nega a liberdade humana. Esta é determinada intrinsecamente pela graça. Mas tal determinação se realiza conforme à natureza da vontade que é livre.

4) A predestinação depende unicamente da vontade absoluta de Deus que, como causa principal, não pode ser determinada por outra causa alguma.

435. O jesuita português Pedro Fonseca (m. 1599) julgou ter achado um meio de harmonizar a eficácia da graça com a liberdade humana na teoria da *scientia media* ou *scientia conditionate futurorum.* E' esta uma ciência que se julga estar no meio entre as duas formas do conhecimento divino admitidas pelos escolásticos, scientia visionis ou seja conhecimento das coisas reais e scientia simplicis intelligentiae ou seja conhecimento das coisas puramente possiveis.

436 a. Esta teoria teve grande aceitação, quando o jesuita espanhol **Luiz Molina** (1535-1600), discípulo de Fonseca e lente em Évora, publicou a sua obra principal: *Liberi arbitrii cum gratiae donis... concordia* (Ulissiponae 1588). Como Léssio, assim tambem Molina afirma que Deus concede a todos a graça suficiente. Mas, para que a graça suficiente passe a ser eficaz, devem cooperar graça e vontade humana.

Não existe uma diferença real entre a graça suficiente e a graça eficaz (efficacia gratiae ab extrinseco sive per accidens). Molina não reconhece, portanto, a causalidade divina na forma bañezista, mas ensina a teoria do *concursus divinus simultaneus*.

b. O problema da predestinação, Molina pretende resolvê-lo por meio da ciência média. Deus não predetermina, mas sabe ab aeterno o que o homem faria, se estivesse em determinadas condições. Aos que prevê cooperariam com a graça concede a graça eficaz, aos outros só lhes infunde uma graça suficiente (aliis parcius, aliis abundantius, omnibus tamen sufficienter ad salutem).

437 a. Esta doutrina foi aceita por muitos e é hoje ainda, no essencial, a doutrina dos jesuitas, na forma do congruismo, formado por Suarez e Belarmino e prescrita à companhia de Jesús pelo geral Aquaviva (1613). Os dominicanos, pelo contrário, julgavam ver nela, como na doutrina de Léssio, uma espécie de semipelagianismo, que exaltava a liberdade humana à custa da graça divina, e um desprezo da autoridade de Agostinho e de Tomaz de Aquino. E logo se agitaram de tal modo os espíritos opostos, que Clemente VIII se viu obrigado a intervir, reservando-se a solução da disputa.

b. Em 1598, instituiu o papa uma comissão, a chamada Congregatio de auxiliis divinae gratiae, cuja primeira decisão foi favoravel a Bañez. Como, porém, não faltassem votos em favor de Molina, o papa não consentiu na condenação deste. Dispôs, pelo contrário, se fizessem conferências entre ambas as partes. Por influência de Belarmino foi-se avigorando, cada vez mais, a opinião favoravel a Molina. Para proceder com segurança, Clemente VIII resolveu fazer examinar o problema em sua presença (1602). Mas o exame não teve resultado. Paulo V pôs termo, finalmente, ao processo (1607), proibindo aos dois partidos de censurar como herética a opinião oposta, com o que deu liberdade de se professarem ambas as teorias (DB 1090).

Pastor, Geschichte der Paepste VIII ss (passim). — *Hergenroether-Kirsch* III 783 ss. — *Buchberger,* Lexikon fuer Theologie und Kirche (passim). — *Bartmann,* Lehrbruch der Dogmatik II, 6. ed., Freiburg 1923. — *Baii* opera, Coloniae Agrippinae 1696. — *Lessii*

opera, Antwerpiae 1626. — *Scheeben,* Geschichte des Bajanismus, em Katholik 1868 I 281 ss. — *Bachelet* em DThC II 38 ss. — *Jansen,* Baius et le Baianisme, Louvain 1930. — *Van Sull,* Leon. Lessius, Louvain 1927. — *Schneemann,* Entstehung und Entwicklung der thomistisch-molinistischen Kontroverse, Freiburg 1880; trad. lat. 1881.

§ 160. Jansenismo e quietismo

438. As controvérsias do baianismo e do molinismo não passam de precursores da luta muito mais acalorada do jansenismo. **Cornélio Jansênio** (1585-1638), sobrinho do grande exegeta do mesmo nome, lente de Lovaina e bispo de Ypres, escreveu, depois de um estudo de vinte anos, uma monografia com o título *Augustinus sive doctrina S. Augustini de humanae naturae sanitate, aegritudine, medicina adversus Pelagianos et Massilienses.* O autor pretendia defender o augustinismo contra as afirmações dos molinistas. Declarou, porém, no prefácio que submetia as suas próprias afirmações à sentença da Santa Sé e no seu testamento repetiu a mesma declaração. Todavia, quando a obra foi publicada, conforme Jansênio desejara, dois anos depois da sua morte, despertou viva agitação não somente nos Paises Baixos, mas tambem na França, onde seus amigos lhe tinham preparado o caminho.

439 a. A primeira parte do *Augustinus* expõe a história do pelagianismo. Na segunda trata-se da graça do primeiro homem e dos anjos, como tambem do estado da natureza caída e pura. A terceira é um tratado *De gratia Salvatoris.* Como Jansênio repetisse opiniões baianistas já condenadas sobre a corrupção da natureza humana e sobre a eficácia irresistivel da graça, levantaram-se logo os jesuitas e seus amigos contra a obra. E o papa Urbano VIII a proibiu, em 1642, pela bula *In. eminenti.*

b. Seus defensores, porém, sobretudo Jean du Verger de Hauranne, abade comendatário de Saint-Cyran, Antônio Arnauld, lente da Sorbona, os chamados solitários e as monjas cistercienses de Port-Royal, chefiadas pela abadessa Angélica Arnauld, irmã de Antônio, viam na censura uma condenação da doutrina de santo Agostinho e julgavam defender em Jansênio o grande bispo de Hipona. E' neste sentido que Antônio Arnauld escreveu o tratado *De la fréquente communion,* pelo qual combateu a comunhão frequente, pregada pelos jesuitas. Agravando-se, cada vez mais, a luta, Cornet, síndico da Sorbona, extraiu cinco teses do *Augustinus* e, por iniciativa de são Vicente de Paulo, 85 (88) bispos pediram sobre elas o parecer da Santa Sé. Inocêncio X, depois de longas deliberações, resolveu a questão pela bula *Cum occasione* de 31 de maio de 1653 (BR XV 720-31), condenando as ditas proposições:

1) Alguns mandamentos de Deus não podem ser observados nem pelos justos, por falta da graça necessária.

2) O homem não pode, no estado da natureza caída, resistir à graça interior.

3) A liberdade humana exclue tão somente a violência física, não a necessidade interna.

4) E' semipelagiano dizer que a vontade humana pode seguir à graça ou resistir-lhe.

5) E' semipelagiano dizer que Cristo morreu por todos os homens.

Estas cinco proposições são a consequência do erro fundamental de Jansênio da delectatio superior sive relative victrix. Pelo pecado de Adão, a vontade humana perdeu a liberdade. Em lugar dela entrou uma dupla concupiscência, uma terrena que inclina ao mal, uma celeste que eleva ao bem. Ambas estão em contínua oposição. A mais forte vence, em certas circunstâncias, infalivelmente a mais fraca, e a vontade não pode senão seguir a delectatio victrix. Vence a primeira, então a graça é ineficaz, vence a segunda, a graça é eficaz. De uma graça mera e verdadeiramente suficiente não querem saber os jansenistas.

440 a. Esperava-se que, após a resolução pontifícia, terminasse a controvérsia. Mas assim não aconteceu. Os jansenistas respeitaram a sentença do papa, admitindo serem falsas as teses censuradas. Mas como elas, exceto só a primeira, não se achassem verbalmente no *Augustinus,* negavam serem elas realmente a doutrina de Jansênio e distinguiam a *quaestio juris* e a *quaestio facti,* isto é, reconheciam a infalibilidade da Igreja em questões dogmáticas, mas negavam-lhe a autoridade de dar uma decisão infalivel quanto ao fato de certo autor ter ensinado esta ou aquela doutrina. Resoluções da Igreja sobre fatos dogmáticos não revelados, assim diziam, merecem, sim, um silêncio respeitoso, mas não é preciso dar-lhes o consentimento interno.

b. A indignação contra tais subterfúgios foi geral. Arnauld e sessenta sectários foram demitidos da Sorbona. E o papa Alexandre VII, repelindo igualmente o sofisma jansenista, renovou a bula de Inocêncio X (1656), acrescentando que as cinco proposições condenadas eram realmente a doutrina de Jansênio. Como, apesar disso, muitos não se submetessem, reuniu-se o clero francês em assembléia geral (1657) e ordenou que todos assinassem um formulário de submissão.

*

c. Mas em vão. Muitos jansenistas se negaram a assinar, pretextando não ser o formulário do agrado de Roma. Por isso, Alexandre VII redigiu uma nova fórmula (1664). Mas nem esta foi aceita por todos incondicionalmente. Os bispos de Alet, Beauvais, Angers e Pamiers a publicaram somente com a cláusula do silêncio respeitoso, embora o rei Luiz XIV ameaçasse os obstinados com a perda de suas prebendas. As monjas de Port-Royal foram punidas com a censura eclesiástica, e o arcebispo de Paris lançou o interdito sobre o seu mosteiro.

441. No pontificado de Clemente IX chegou-se, finalmente, a um acordo, ao menos aparente. E esta "paz clementina" (1669) durou até ao fim do século XVII. Muitos jansenistas tornaram ao seio da Igreja, embora nem todos sinceramente. As atenções dos espíritos concentraram-se na controvérsia das regalias e do galicanismo, na qual precisamente dois bispos jansenistas defenderam estrenuamente a causa do papa contra o absolutismo do Estado (§ 161).

442. Mas renovou-se o conflito quando, em 1701, foi proposto à Sorbona o chamado "caso de conciência". Um jansenista perguntou se um clérigo podia ser absolvido na confissão, embora mantivesse o silêncio respeitoso. Quarenta doutores deram uma resposta afirmativa. Mas a resposta foi condenada pelo papa e por Bossuet e outros bispos da França. E como, não obstante, a disputa continuasse, publicou Clemente XI, a pedido de Luiz XIV, a bula *Vineam Domini* de 16 de julho de 1705, condenando o silêncio respeitoso e exigindo incondicional submissão (DB 1350). Mas nem assim se obteve o resultado desejado. As monjas de Port-Royal, em particular, se negaram a aceitar a bula, pelo que o mosteiro foi suprimido e, pouco depois, destruido (1710).

443 a. Ao mesmo tempo, o oratoriano **Pascásio Quesnel** (m. 1719) atraiu a si as atenções. Como outros jansenistas fugira, expulso do oratório, para os Paises Baixos e publicara várias edições de *Refléxions morales* sobre os Evangelhos. A obra estava impregnada de idéias jansenistas. E todavia obteve, na edição de 1695, a aprovação do bispo Noailles de Chalons. Mas, em 1708, foi condenada pela cúria romana. Apesar disso, Noailles, já então arcebispo e cardial de París, não quis retirar a sua aprovação. Por isso, a obra foi submetida a um novo exame, e 101 proposições foram condenadas pela bula *Unigenitus* de 1713 (DB 1351 ss).

b. Noailles retirou então a sua aprovação, mas não aceitou a bula do papa sem condições. E, quando morreu Luiz XIV (1715), o mal tomou novamente proporções ameaçadoras. Alguns bispos, as universidades de Paris, Nantes e Reims e numerosos clérigos chegaram até a apelar contra a bula para um concílio geral. Toda a França se dividia em "acceptantes" e "appellantes". Estes foram excomungados pela bula *Pastoralis officii* de 1718. Mas só um ano antes da sua morte é que Noailles se submeteu sinceramente (m. 1729).

c. Desde então estava decidida a sorte dos jansenistas franceses. Só na Holanda, aonde muitos jansenistas se tinham refugiado, resistiram ainda e chegaram até a produzir um verdadeiro cisma, a "Igreja de Utrecht", que se mantém até aos nossos dias, embora sem muita importância.

444 a. Enquanto que estas controvérsias teológicas perturbavam a paz da Igreja, um movimento pseudo-místico começou igualmente a inquietar os ânimos, o **quietismo.** O espanhol Miguel Molinos (1628-96) é seu autor. Em 1663, chegara ele a Roma onde, em breve, gozou de grande estima como guia espiritual e confessor de religiosos, clérigos, príncipes e até de cardiais. Tocado, porém, pelo veneno do jansenismo, ensinava que a perfeição consiste na perfeita passividade da alma e na renúncia completa de si mesmo (annihilatio), tão completa que nem sequer permita o desejo da própria bem-aventurança. A alma, chegada a este estado de perfeição, não peca mais, ainda que externamente pareça pecar.

b. Esta doutrina foi vulgarizada pelo *Guia Espiritual* que Molinos publicou em 1675 e que, a princípio, teve grande aceitação, sendo traduzido para mais de vinte linguas. Mas aos poucos se descobriram os seus erros. Uma inquisição demonstrou que não somente a sua doutrina era errônea, mas até a sua vida moral não era isenta de graves aberrações. Inocêncio XI censurou 68 proposições em particular e toda a sua doutrina em geral (DB 1221 ss). Molinos confessou as suas aberrações imorais e retratou sua doutrina. Foi internado então num mosteiro onde faleceu, tendo recebido os sacramentos da Igreja (LThK VII 263).

445 a. Não terminou com isto o movimento quietista. O barnabita La Combe e a devota viuva Joana Maria de la Mothe-Guyon divulgaram idéias semelhantes na França. Acentuavam sobretudo o amor puro e desinteressado com que Deus devia ser amado por si mesmo, sem qualquer respeito de recompensa ou de castigo, e faziam consistir este amor não só num ato singular, mas num hábito.

b. No entanto, os escritos de La Combe foram igualmente censurados pela Igreja. Ele próprio foi internado e morreu na demência. Mme. Guyon, igualmente internada, posta em liberdade depois de oito meses, veio a conhecer em seguida Fénelon que se interessou por suas idéias. Por própria iniciativa do bispo realizaram-se então as conferências de Issy (1694-95), presididas por Bossuet, bispo de Meaux, e aquí se fixaram em 34 artigos os seus erros, confrontados com a doutrina legítima dos místicos. Assinaram-nos tambem Fénelon e Guyon.

446. Afim de sustar a difusão do quietismo, escreveu Bossuet uma *Instruction pastorale sur les états de l'oraison* (1697), criticando vivamente a madame Guyon. Opôs-se-lhe então o nobre Fénelon, desde 1695 arcebispo de Cambrai, defendendo a piedosa viuva que ele venerava como santa. Bossuet lhe respondeu sarcasticamente como a novo Montano duma nova Priscila. Quando depois tambem o papa Inocêncio XII censurou 23 proposições de Fénelon (DB 1327 ss), este logo se submeteu humildemente, terminando com isto a controvérsia. Fénelon se tornou objeto da universal simpatia, e Guyon teve, em 1717, uma morte edificante.

Pastor, Geschichte der Paepste XIII ss (passim). — *Hergenroether-Kirsch* III 776-82; IV 36-37. — *Buchberger*, Lexikon fuer Theologie und Kirche (passim). — *Bournet*, La querelle janséniste, Paris 1924. — *Chaix-Ruy*, Le Jansénisme, Pascal et Port-Royal, Paris 1930. — *Paquier*, Qu'est-ce que le Quiétisme? Paris 1910. — *Huvelin*, Bossuet, Fénelon, le Quiétisme, 2 vol., Paris 1912. — *Delplanque*, La pensée de Fénelon d'après ses oeuvres morales et spirituelles, Paris 1930.

§ 161. A Igreja da França no tempo de Luiz XIV — Supressão dos huguenotes — O galicanismo

447. No longo reinado do "Roi Soleil", **Luiz XIV** (1643-1715), a França possuia a hegemonia política e cultural da Europa. Floresciam as ciências, literatura e artes, que influenciavam essencialmente tambem as de outras nações. A Igreja francesa participava deste esplendor do "grand siècle". Bossuet, Fénelon, Bourdaloue e outros lhe deram um brilho pouco comum. Mas não faltavam, de outro lado, páginas tristes e negras da história deste período. Pois, Luiz XIV não somente levou o absolutismo do Estado ao último extremo, como tambem quis ser supremo senhor da Igreja do seu reino. Em consequência houve sérios conflitos que, em última análise, resultaram em prejuizo do próprio reino. Luiz não merece o nome de "Grande". Ao morrer deixou Igreja e Estado em tristíssimas condições.

448. Antes de mais nada, começou o rei a restabelecer a unidade religiosa do país. Sua divisa era: un roi, une loi, une foi. O clero, particularmente os jesuitas da côrte, e Mme. de Maintenon, desde 1684 esposa de Luiz, apoiavam eficazmente as suas tendências. Depois de diversas tentativas de converter os huguenotes pela pregação e por outros meios de brandura, decretou a supressão completa do edito de Nantes (1685), exigindo que todos os franceses professassem a fé católica (MQ 390-91). Mais de duzentos mil huguenotes deixaram o país. As revoluções provocadas pelos remanescentes foram cruelmente suprimidas. O massacre dos camisardos é um exemplo (1702-09). O papa Inocêncio XI, Fénelon e outros espíritos justiceiros reprovaram procedimento tão brutal. Luiz, no entanto, não conhecia senão a

sua própria vontade. Não obstante, o calvinismo manteve-se na França.

449 a. Mas não pretendia Luiz XIV tão somente restabelecer a unidade eclesiástica, quis tambem dominar a Igreja do reino. Quando, em 1661, assumiu as rédeas do governo, achou o caminho bem preparado por Richelieu e Mazarino. Primeiro pretexto de realizar os seus intentos foi o **direito das regalias,** em virtude do qual os reis da França, já desde o século XII, costumavam, durante a sedisvacância dos bispados, cobrar as rendas e conferir os cargos de colação episcopal, exceto só os paroquiais. Este direito estava em vigor na maior parte do reino. Só ainda não era aplicado no sul do país e nas províncias da Provença e do Delfinado que tinham pertencido ao império alemão.

b. Tal direito foi reconhecido ainda pela concordata de 1516, sempre só para as províncias antigas. O fundamento jurídico das regalias era a dotação dos bispados por meio de bens feudais, e daí se explicava tambem o nome. Mas desde o século XIV, o nome deixou de derivar-se do objeto sobre o qual se exercia o direito, para derivar-se do sujeito, isto é, do rei, que nomeava os bispos, — e eram, desde a concordata de 1516, todos os bispos da França. Era, pois, considerado como direito da coroa.

c. Este novo modo de pensar acarretava a extensão do direito das regalias a todas as províncias do reino. Luiz XIV deu a esta pretensão carater de lei (1673). O clero na sua quasi totalidade estava do lado do rei. Só dois bispos que simpatizavam com o rigorismo jansenista repeliram o decreto real e tiveram, por isso, que sofrer os mais injustos vexames. Inocêncio XI protestou por um breve de 12 de março de 1678. Mas nem recebeu resposta, e seu protesto não fez senão agravar a pendência.

450 a. A sua intervenção foi considerada na côrte como um atentado contra as liberdades da Igreja galicana e como infração de alguns artigos da concordata de 1516. Por isso, foi convocada uma assembléia geral do clero (1681-82). E esta não só reconheceu os direitos das regalias em toda a sua extensão, mas fixou tambem os limites da jurisdição

pontifícia, estabelecendo os pontos principais do **galicanismo,** contidos essencialmente nos quatro artigos da *Declaratio cleri Gallicani de ecclesiastica potestate.* Redigiu-os Bossuet, admirador do absolutismo de Luiz XIV, embora galicano menos exaltado do que os presidentes da assembléia, os arcebispos Harlay de París e Le Tellier de Reims. Os quatro artigos são os seguintes:

1) São Pedro e seus sucessores receberam de Deus somente o poder espiritual. Por isso, os príncipes seculares não estão, em coisas temporais, submetidos a nenhuma autoridade eclesiástica. Não podem ser, por conseguinte, depostos em virtude do poder das chaves, nem direta, nem indiretamente, e os súbditos não podem ser desligados da obediência e do juramento de fidelidade.

2) À Sé apostólica e aos sucessores de são Pedro compete a suprema autoridade nas coisas espirituais, mas de tal modo que fiquem de pé os decretos de Constança que proclamam a superioridade dos concílios gerais (sess. 4ª e 5ª).

3) Por isso, o exercício do poder pontifício é regulado pelos cânones eclesiásticos. Ao lado deles valem tambem as regras e costumes aceitos pelo reino e pela Igreja galicana.

4) Nas decisões dogmáticas, a parte principal compete ao papa. Mas o seu juizo não é irreformavel, senão pelo consentimento da Igreja universal (DB 1322-26).

b. Luiz XIV confirmou logo estes artigos galicanos ou seja as *liberdades da Igreja galicana,* e os declarou doutrina universal. A maioria do clero deu tambem desta vez o seu consentimento, particularmente o confessor real, François de la Chaise, juntamente com Le Tellier e Harlay o maior sustentáculo do galicanismo (Veit 73). Entre os poucos que defendiam a causa do papa se achava Fénelon que amargamente se queixava das usurpações do Estado.

c. O conflito causou logo viva agitação. O papa não respondeu aos quatro artigos. Achou mais eficaz outra medida. Não concedeu a confirmação aos deputados da assembléia que o rei lhe apresentava como bispos. Luiz proibiu, por sua vez, aos candidatos procurar em Roma a bula da confirmação, antes de terem assinado os artigos galicanos. Em consequência disso, vagaram dentro de seis anos, 35 bispados.

451 a. O conflito se agravou mais ainda, quando Inocêncio XI suprimiu o **direito de asilo** de que gozavam até então as

embaixadas de Roma. Tal direito constituia uma séria dificuldade para a polícia e o poder judicial. Como a medida fosse muito bem fundada, as demais potências a aceitaram sem protesto. Só Luiz XIV pretendeu conservar o privilégio. O papa teve mesmo que proceder com censuras eclesiásticas contra o novo embaixador, o arrogante marquês de Lavardin (Pastor XIV 2, 219 ss).

b. A fúria de Luiz cresceu ao último excesso, quando o papa lhe negou a confirmação de Guilherme Egon de Fuerstenberg como arcebispo de Colônia. Fuerstenberg estava em serviços da França, e o rei ameaçou pegar em armas, se não fosse eleito o seu candidato, tendo para isso o consentimento de La Chaise. Inocêncio XI o avisou que tinha incorrido nas censuras da bula *In Coena Domini*. Mas Luiz ordenou ao procurador geral do parlamento de París que apelasse a um concílio geral, mandou prender o núncio apostólico Ranuzzi e ocupou os domínios pontifícios de Avinhão e Venesino (1688). Só à firmeza do papa, à geral indignação da Europa e ao temor do próprio Luiz se deve não ter o conflito terminado num cisma aberto. A França se viu ameaçada por uma poderosa aliança de seus adversários políticos.

452. Morreu então o nobre Inocêncio XI. Sucedeu-lhe Alexandre VIII (1689-91). Luiz XIV aproveitou-se da ocasião para reatar as relações, restituiu à Sé apostólica Avinhão e o Venesino e renunciou ao direito de asilo. Mas não quis ainda suprimir a declaração das liberdades galicanas de 1682, nem a extensão dos direitos das regalias, pelo que o papa as declarou nulas e inválidas pela constituição *Inter multiplices* de 4 de agosto de 1690 (DB 1326).

Só no pontificado de Inocêncio XII (1691-1700), o monarca, movido pelos sucessos dos aliados, retirou a declaração de 1682. Tambem os bispos nomeados, colaboradores da mesma, exprimiram ao papa o seu arrependimento e foram confirmados. Desde então desapareceram, pouco a pouco, os defensores das liberdades galicanas, embora a retratação do rei não fosse registrada pelo parlamento e os artigos permanecessem, de fato, de pé até à revolução francesa. Fora da França encontraram, mais tarde, um eco no febronianismo e no josefinismo, nos chamados "pontos de Ems" e no sínodo de Pistoia.

Funk-Bihlmeyer III 202 ss. — *Pastor*, Geschichte der Paepste XIV 2, 841 ss. — *Veit*, Die Kirche im Zeitalter des Individualismus, 1648 bis zur Gegenwart I, Freiburg 1931. — *Weiss*, Weltgeschichte X, 3. ed., Graz-Leipzig 1893. — *Riess*, Das Zeitalter des Absolutismus und der Aufklaerung, Muenchen-Berlin 1923. — *J. de Maistre*, De l'Église gallicane, Lyon 1821. — *Michaud*, Louis XIV et Innocent XI, 4 vol., Paris 1882-83. — *M. de Angelo*, Luigi XIV e la Santa Sede, Roma 1914. — *Bertrand*, Louis XIV, Paris 1923. — *Martier*, Le Gallicanisme politique et le clergé de France, Paris 1929.

SEGUNDA ÉPOCA

O ESTADO ATEÍSTICO E O ESPÍRITO IRRELIGIOSO

I CAPÍTULO

O FILOSOFISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

VISTA GERAL

453. Como no período anterior, assim tambem no século XVIII, a França continuou a ser protagonista na história eclesiástica, fazendo infelizmente sentir a sua influência de um modo ainda mais deploravel do que no século XVII. A atuação dissolvente do parlamento jansenista-galicano de París não podia ter mais perniciosos efeitos. As suas tendências antieclesiásticas foram duplamente desastrosas neste período, em que se formava uma completa mudança da atmosfera espiritual em dano do catolicismo. As potências protestantes, a Inglaterra e a Prússia, e a Rússia cismática tomaram a hegemonia na política européia. Os seus chefes foram absolutistas esclarecidos e maçãos, imbuidos do ódio ou do desprezo anticlerical. Ao tempo das lutas contra a Igreja segue o das lutas contra o cristianismo e contra a religião: o tempo do filosofismo e da descrença.

454. Divide-se este período, pela revolução francesa, em duas partes. O século XVIII é o tempo da luta contra a revelação e contra a Igreja católica, sua representante. O século XIX é o tempo da descrença radical. Enquanto, porém, no século XVIII, a Igreja só sofria ataques e perdas, obser-

vamos, no século XIX, tambem os princípios da restauração, que se concretizam, de modo particular, na centralização da Igreja no papado, fato este que introduz novo período da história eclesiástica, período em que vivemos.

§ 162. O papado no século XVIII

455. Inocêncio XII morreu durante as solenidades do ano santo de 1700. Deixou aos seus sucessores questões dificílimas por resolver. Antes de tudo, a doença e a morte de Carlos II da Espanha projetou as suas sombras sobre a política européia. No conclave, se defrontaram bruscamente os interesses austríaco-espanhóis e franceses. Felizmente, porém, nem o partido francês, nem o austríaco-espanhol pôde realizar os seus desejos. Venceu o partido eclesiástico que visava unicamente os interesses da Igreja.

456 a. **Clemente XI** (1700-21) era de caráter enérgico, íntegro, condescendente, e não lhe faltava habilidade política. Todavia, como no conflito pela sucessão na Espanha não pôde satisfazer os desejos da côrte francesa, nem os de Habsburgo, assim tambem foi decepcionado em muitas outras questões. A importância política da Sé apostólica estava em declínio. Um novo tempo se estava formando.

b. Na guerra pela sucessão na Espanha (1701-14), o papa inclinava, no princípio, para o lado da França. Mas o príncipe Eugênio derrotou os franceses na Itália superior, e o imperador José I (1705-11) fez invadir até uma parte do Estado pontifício, obrigando o papa a reconhecer seu irmão Carlos III como rei da Espanha. Felipe V (1701-46), já em posse da Espanha, rompeu então as relações com a cúria romana. Na paz de Utrecht (1713) e de Rastatt (1714), o imperador Carlos VI (1711-40) obteve a Bélgica, Milão e Mântua, como tambem os feudos eclesiásticos Nápoles e Sardenha. A Sicília foi entregue ao duque Vitor Amadeu II de Savóia que recebeu o título de rei, em desrespeito das justas reclamações do papa.

c. O novo rei logo reclamou para si os privilégios da Monarquia Sícula, causando um sério conflito com Clemente XI

que suprimiu, em 20 de fevereiro de 1715, a Monarquia Sícula. Mas o rei não reconheceu a bula. Em 1720, solucionou-se a pendência, quando Vitor Amadeu teve de dar a Sicília à Áustria, recebendo em lugar dela a Sardenha.

d. Outro conflito teve o papa com o eleitor de Brandenburgo, Frederico III (1688-1713). Quando este, aos 18 de janeiro de 1701, com o consentimento de Leopoldo I, tomou o título de rei da Prússia, o papa protestou porque este título se baseava nos domínios secularizados da ordem teutônica. Foi Bento XIV que, afinal, reconheceu a realeza dos soberanos da Prússia.

457. Como na política externa, assim tambem no regime espiritual da Igreja, Clemente XI sofreu dolorosas humilhações. A luta jansenista que novamente começou a perturbar os ânimos (cfr. § 160) é o exemplo mais palpavel. A bula *Vineam Domini* não foi aceita universalmente. Tambem a supressão e destruição do mosteiro de Port-Royal não trouxeram a paz. Pascásio Quesnel reacendeu a luta, e o cardial-arcebispo Noailles não se submeteu à bula *Unigenitus* de 1713, nem à sentença da excomunhão.

Clemente, depois dum longo pontificado, teve morte edificante. Teria sido digno de tempos melhores. Muito se preocupara com a defesa da cristandade contra os turcos e com a reforma da disciplina na Igreja e nos mosteiros (Pastor XV 3-388).

458. **Inocêncio XIII** (1721-24), da família dos Conti, teve um pontificado breve e bem mais pacífico do que seu antecessor, embora muito o preocupassem tambem as relações com Carlos VI, com a Espanha e com Portugal, a guerra dos turcos, a questão jansenista e o problema dos ritos orientais (Pastor XV 391 ss).

459. Sucedeu-lhe o piedoso dominicano Francisco Pedro Orsini com o nome de **Bento XIII** (1724-30). Mesmo depois de papa continuou ele fiel à vida monástica e publicou severos decretos visando a reforma e a conservação da disciplina eclesiástica em todas as ordens da jerarquia. E o que ele pensava sobre o poder papal, demonstra a extensão do

ofício de são Gregório a toda a Igreja (1726). O ofício ofendeu os ouvidos de certos soberanos absolutistas porque falava da excomunhão e deposição de Henrique IV, pelo que ficou proibido na França e nos Estados austríacos. Infelizmente, o pontificado de Bento XIII foi maculado pela influência de Nicolau Coscia, inteiramente indigno dos favores que o papa lhe concedia (Pastor XV 461 ss).

460. **Clemente XII** (1730-40), da antiga família florentina dos Corsini, contava 78 anos de idade e ficou, em 1732, completamente cego. Êxitos políticos não se podiam esperar neste período, em que o absolutismo das côrtes chegara ao apogeu, e todo o mundo só pensava em humilhar a Sé apostólica. Dom Carlos, filho de Felipe V, recebeu Parma e Piacenza, apesar do protesto do papa. Em 1734, se arrogou tambem o reino de Nápoles e nomeou para primeiro ministro Tanucci, considerado o inimigo mais encarniçado da Igreja. As relações com a côrte de Madri não eram muito melhores. A maçonaria, vinda da Inglaterra, começou a envenenar o continente. Clemente a condenou em 1738 (BR 24, 366-67). Uma gloriosa memória terá sempre este papa como protetor das artes e das ciências. A fachada da basílica do Latrão e a capela Corsini na mesma basílica devem-lhe a existência (Pastor XV 607 ss).

461 a. Contra todas as espectativas foi eleito unanimemente, depois de um longo conclave, o cardial Próspero Lambertini, que tomou o nome de **Bento XIV** (1740-58). Ele próprio nunca pensara em ser papa. Sua eleição foi, no entanto, das mais felizes (RDM 24 (1914) 490-530). Profundo teólogo e canonista, consultor e secretário de diversas congregações romanas, arcebispo de Ancona e depois de Bolonha, achara, nos seus múltiplos trabalhos, ainda tempo para tratados históricos e canonistas de valor imperecivel. Só a grandiosa obra *De servorum Dei beatificatione et beatorum canonizatione* compreende oito volumes. Até hoje é considerado o mais douto entre todos os papas. Distinguiram-no tambem profunda piedade e simpática amabilidade, sem lhe faltarem qualidades eminentes de soberano.

b. Claramente percebeu os perigos do regalismo, consequência do absolutismo, e do espírito antieclesiástico e anticristão

do filosofismo, e soube tomar prudentemente as resoluções que o tempo reclamava, guiado sempre por sábia moderação e digna energia. O Estado pontifício lhe deve grandes melhoramentos pela economia na própria côrte, pela redução do exército, e pelo apoio que deu à agricultura e ao comércio.

462. As suas medidas, infelizmente, não surtiram o desejado efeito, devido à guerra de sucessão ao trono da Áustria, durante a qual a Itália se tornou campo de batalha. O papa declarou-se a favor de Carlos VII (1742-45) e reconheceu tambem a Francisco I (1745-65), esposo de Maria Teresa, não obstante as maquinações da côrte da París. Os acontecimentos deram-lhe razão. Tambem a França e a Espanha reconheceram a Francisco, na paz de Aquisgrana (1748).

463. Conflitos político-eclesiásticos de maior importância não há neste pontificado, porque o papa soube ter em conta as circunstâncias do tempo, sem prejudicar a autoridade da Sé apostólica. As concordatas com Nápoles e Sardenha compuseram velhas discórdias. Outra concordata, com a Espanha, concedeu ao rei a provisão de quasi todos os benefícios. Semelhante direito foi concedido ao rei de Portugal que obteve, além disso, o título de "rex fidelissimus" (1748). Até os protestantes lhe tributaram respeito e veneração.

Bento XIV faleceu na idade de 83 anos. Quando em Londres foi inaugurado um monumento que lhe erigira a cidade por iniciativa de Pitt, o filho do ministro Walpole exclamou: "Este papa foi amado pelos católicos, estimado pelos protestantes, condescendente, desinteressado, monarca sem favoritos, papa sem nepotes, censor sem rigores, douto sem vaidade" (Veit 234).

464. Foi no pontificado de Bento XIV que se preparou a sorte da companhia de Jesús, questão que preocupou mais do que qualquer outra os dois papas seguintes. **Clemente XIII** (1758-69), por natureza benigno e piedoso, esforçou-se por proteger os jesuitas contra os ataques sempre crescentes de seus adversários. Em vão. Menos conhecedor da política do que Bento XIV e mal aconselhado por seu secretário de Estado, teve um pontificado bastante infeliz.

465 a. A resolução do problema jesuítico não podia mais ser adiado. As côrtes borbônicas insistiam junto a Clemente XIII, exigindo a supressão. O papa resistia, sem contudo nutrir esperanças de salvar a companhia. Faleceu de apoplexia, aos 3 de fevereiro de 1769. O conclave seguinte foi inteiramente dominado pelo mesmo problema. Finalmente recairam todos os votos, exceto o do eleito, no cardial Ganganelli, da ordem dos franciscanos conventuais, que se chamou **Clemente XIV** (1769-74).

b. Não assumira ele compromissos antes da sua eleição, coisa que falsamente se tem afirmado. Mas as suas idéias eram perfeitamente as de Bento XIV. Afim de evitar a catástrofe, procurou manter boas relações com as côrtes da Europa e suspendeu a leitura da bula *In Coena Domini*. Mas em vão. Cedendo às côrtes borbônicas, publicou finalmente, depois de longas e prudentes deliberações, a bula da supressão (cfr. § 165). No ano seguinte faleceu, bem preparado, estando presente só o ministro geral da sua ordem, Marzoni.

466. Nada nos prova tão visivelmente o declínio do poder e da autoridade papal do que a supressão da companhia de Jesús que, depois do concílio de Trento, dera tão fortes impulsos à reforma da Igreja e a todo o desenvolvimento eclesiástico. Os inimigos triunfavam. E quando o sucessor de Clemente, Pio VI (1775-99), depois de longas lutas com os elementos revolucionários dentro e fora da Igreja e depois de amargos sofrimentos, veio a falecer no exílio, a maçonaria julgava chegado o fim do papado. Mas Deus não abandona a sua Igreja.

Pastor, Geschichte der Paepste XV-XVI. — *Seppelt-Loeffler,* Papstgeschichte 332 ss. — *Veit,* Die Kirche im Zeitalter des Individualismus I, Freiburg 1931, 211 ss. — *Reboulet,* Histoire de Clément XI, 2 vol., Avignon 1752. — Benedicti XIV opera, ed .Azevedo, 12 vol., Romae 1747-58; 19 vol., Prato 1839-46. — Bullarium Benedicti XIV, ed. Maynardi, 4 vol., Romae 1754-58. — Outra literatura cfr. § 161.

§ 163. Essência e origem do filosofismo

467. Filosofismo ("Aufklaerung") é um termo muito vago. Seu ideal é o mundo natural e, em particular, o modo racionalista de interpretar o mundo. Está, pois, em oposição ao sobrenatural. Na oposição do racionalismo à revelação está o seu problema. A sua tendência fundamental, mais ou menos acentuada, é a oposição à tradição clerical. Religião natural, direito natural, Estado natural-ateista, razão autônoma, conciência livre, tais são os conceitos que definem a sua essência. Se é que existe um Deus, este não se importa do mundo, nem do seu governo. Todo o desenvolvimento é regulado por leis invariaveis, para as quais não há exceção nem milagres. Naturalismo, agnosticismo, racionalismo e deismo são as notas caraterísticas da nova "Weltanschauung". E' uma filosofia absurda, e não se pode imaginar outra mais unilateral e mais ridícula. E' a extrema exaltação da razão, a religião da razão humana, sistema dos enciclopedistas, que passou tambem para a maçonaria. Em última análise é a revolução francesa.

468 a. São três as fontes desta nova filosofia: protestantismo, humanismo e filosofia individualista, baseada nas descobertas matemáticas e das ciências naturais. O protestantismo destruiu a unidade religiosa, único baluarte da verdade. Da simples co-existência das diversas confissões já nasce a dúvida: Qual será a verdadeira?

Além disso, o protestantismo era, sobretudo na forma do calvinismo, essencialmente revolucionário. As grandes guerras religiosas, por seu turno, fizeram com que muitos adotassem o indiferentismo, aparentemente o menor mal. O subjetivismo levou, finalmente, a tal dissolução que os chefes da Igreja protestante se viram obrigados a suprimir quasi todas as doutrinas distintivas. Daí resultou para o protestantismo a incapacidade de resistir ao espírito iluminista ou "esclarecido", negação de todas as verdades reveladas.

b. O humanismo baseara o seu sistema religioso no princípio de que a essência duma verdadeira religião está no moralismo, concentrado na fé em Deus e no além-mundo e na prática da virtude, e de que todas as religiões em princípio são idênticas. Tal doutrina é realmente o ponto central do filosofismo (Lortz 306-07).

c. A filosofia individualista começa já com o nominalismo. De fato, o seu desenvolvimento é caraterizado pelo mesmo

princípio antiescolástico: dissolução da harmonia entre fé e razão, autonomia da razão, único princípio do conhecimento, isto é, racionalismo.

469. Precursor do filosofismo foi o católico **Renato Descartes** (m. 1650). O seu sistema proclama a soberania do individualismo (Scheler). E' o sistema da dúvida metódica. "Cogito, ergo sum", é esta a única verdade de que se não pode duvidar. A existência pessoal é, portanto, único critério da certeza, ponto de partida de qualquer construção filosófica. A existência de Deus é uma verdade imediata, para a qual, na ordem física, não há argumento. E aqui se esconde um grande perigo para a própria certeza da fé.

De fato, panteistas, materialistas e cépticos, todos invocavam a autoridade de Descartes. Jansenistas e até católicos procuraram interpretar o seu sistema em seu sentido. Ontologismo e tradicionalismo ressentem-se do espírito cartesiano. Descartes foi, por longo tempo, o filósofo por excelência da França.

470. Mas é na Inglaterra, país do mais grosseiro despotismo religioso e o mais fecundo viveiro das seitas, que a nova filosofia, pela primeira vez, se opôs abertamente à revelação. **Bacon de Verulam** (1561-1626) foi chamado, embora sem razão, fundador do empirismo. Objeto principal da filosofia, diz ele, é a natureza empírica. Únicos meios de conhecer a natureza são a experiência e a indução. Fez, no entanto, uma separação entre as ciências naturais e a fé, cuja única fonte é, a seu ver, a revelação.

471. Lord **Herbert de Cherbury** (m. 1648) vai além, aplicando o sistema de Bacon ao campo religioso. Indignado com o despotismo religioso das seitas, negou completamente a religião revelada e lhe opôs, no tratado *De veritate* (1624) e em outros escritos, uma religião naturalista, o deismo. Seu princípio filosófico é a separação nominalista entre fé e razão, dualismo da verdade. Os princípios fundamentais da verdadeira religião, segundo ele, são cinco verdades, comuns a todas as religiões: existência dum ser supremo, necessidade de tributar-lhe o devido culto, virtude e piedade como

meios deste culto, luta contra o pecado, para assim obter a retribuição nesta e na outra vida.

Mas todo o conceito da religião é, neste sistema de Cherbury, despojado de carater sobrenatural e rebaixado ao nível de uma religião puramente racional, ou antes, é a negação da religião (Lortz 307).

472. Entre os numerosos adeptos do deismo inglês figura, nos meados do século XVII, Tomaz Hobbes (m. 1679) que logo caiu nos excessos do monismo naturalístico-mecanista. João Locke (1632-1704), talvez o mais distinto entre eles, foi o primeiro a usar o nome de livre-pensador (Freethinker). Estrênuo racionalista, foi todavia menos inimigo do cristianismo, reconhecendo, na sua obra principal *The reasonableness of Christianity* (1695), uma espécie de sobrenaturalismo racional.

Deistas mais radicais são o conde de Shaftesbury (m. 1713), João Toland (m. 1722), Mateus Tindal (m. 1733), cujo tratado *Christianity as old as the creation* é a obra principal do deismo. Com Daví Hume (m. 1776), o deismo inglês já declinava do seu apogeu. Hume nega tudo o que transcende a experiência, caindo fatalmente, no cepticismo religioso.

473 a. Os livre-pensadores ingleses acharam um centro comum na **maçonaria,** que tem a sua origem nas fraternidades de arquitetos e pedreiros de séculos anteriores, campo mais fecundo do deismo desde o princípio do século XVII. Em 1717, na festa de são João Batista, padroeiro dos antigos "freemasons", reuniram-se as quatro lojas de Londres, formando a primeira grã-loja ou grande oriente.

b. James Anderson, pastor anglicano, deu-lhe as constituições (1723), cujo princípio fundamental é o deismo naturalista. Sociedade secreta, política, filantrópica, humanitária, a maçonaria é, ao mesmo tempo, filosofia naturalista e religião panteista-materialista, cujo Deus, Grande Arquiteto do Universo, outra coisa não vem a ser, senão o Deus-Natureza. A alma é uma parte da divindade; esta é material como aquela e mortal. O homem é o seu próprio Deus, princípio que leva à revolução, ao anarquismo, ao bolchevismo.

c. A maçonaria espalhou-se rapidamente em toda a Inglaterra. E até hoje contam-se membros da família real entre os chefes da loja. Conflitos internos levaram, em 1813, à fundação da United Grand Loge of England que conta hoje uns 400 mil irmãos. Em 1725, foi fundada a grã-loja da Irlanda. Em 1736, seguiu a da Escócia. Desde 1730, se difundiu a maçonaria tambem nos Estados Unidos da América do Norte, que possue hoje 18 mil lojas com 3.509.000 irmãos, elevadíssima porcentagem sobre os 4.500.000 que havia em 1931 no mundo todo.

474. A maçonaria anglo-saxônica tem carater conservativo e declara expressamente a sua tolerância para com os diversos sistemas religiosos. Não assim a maçonaria românica que, muito cedo, adotou o espírito de extremo materialismo e irreligiosidade. Colocando-se à frente dos livre-pensadores, escreveu nas suas bandeiras, ao lado da divisa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade, a luta sistemática contra o clero, contra a Igreja e contra o papado.

Distinguiu-se pelo ódio anticlerical o grande oriente da França que influenciou tambem as lojas da Itália, da Espanha, de Portugal e dos Estados da América Latina. Introduzida no Brasil em 1803, tambem aquí deu provas cabais de seu verdadeiro espírito, em todo o século XIX. E embora tenha hoje atenuado de muito sua campanha anticatólica, é certo que o faz a contragosto de muitos maçãos (Salim 132, n. 1; P. Gomes 68).

475. Na Alemanha, a maçonaria tomou novo rumo com a fundação do iluminismo por Weishaupt (1776), que influenciou, em seguida, quasi todas as associações secretas e filantrópicas modernas. "Os iluministas são os precursores do mais extremado comunismo, pois visavam, desde o início, a destruição completa da autoridade na religião e na família, da monarquia e mesmo de todo o governo... Sonhavam fazer o homem voltar à época patriarcal em que não havia propriedade privada, nem governo, nem Igreja" (cfr. Salim 134, n. 1).

476. Mas, apesar da ruptura exterior, a maçonaria é una no seu espírito, una no seu fim, una na sua filosofia e religião. Em 1921, estabeleceu-se em Genebra até a Federação Maçônica, representação da maçonaria universal. Por isso, os papas não fazem distinção nas suas sentenças. Já Clemente XII proibiu a maçonaria sob pena de excomunhão, pela bula *In eminenti* de 1738. Bento XIV o fez pela bula *Providas* de 1751. E estas sentenças foram reiteradas frequentemente pelos papas seguintes até à encíclica *Humanum genus* de Leão XIII de 20 de abril de 1884 (DB 1859).

· *Veit*, Die Kirche im Zeitalter des Individualismus 244 ss. — *Lortz*, Geschichte der Kirche in ideengeschichtlicher Betrachtung. — *Franca*, Noções de história da filosofia, 8. ed., Rio de Janeiro 1940. — *Buchberger*, Lexikon fuer Theologie und Kirche (passim). — *L. de Poncins*, As forças secretas da revolução. Maçonaria e judaismo. Trad. port. Porto Alegre 1931. — *Valbery-Radot*, Dictature de la Maçonnerie, Paris 1934. — *Salim*, Sciencia e religião II, São Paulo 1937. — *P. Gomes*, O liberalismo, Barcelona 1933.

§ 164. O filosofismo na França e na Alemanha

477. Foi o huguenote **Pedro Bayle** (m. 1706), quem levou o racionalismo da Inglaterra para a França, causando alí imenso mal por seu tão tristemente célebre *Dictionnaire historique et critique* (1738). Prepararam-lhe o caminho as idéias do judeu holandês Baruc de Spinoza (m. 1677), que desenvolvera a filosofia de Descartes em sentido panteístico, fazendo consistir a religião no amor e no sentimento. O jansenismo e a corrupção que reinava na côrte de Versalhes e na alta sociedade lhe ofereciam um campo fecundíssimo. O clero, parcialmente tambem tocado pelo mal, não lhe opôs a necessária resistência.

478. Logo lhe aderiram muitos partidários. Sensualistas, materialistas e enciclopedistas completaram a obra da dissolução religiosa. O barão **Carlos de Montesquieu** (m. 1755) lançou, nas suas *Lettres persanes* (1721), uma sátira mordaz contra os costumes eclesiásticos e sociais do "ancien régime". Pelo *De l'esprit des lois* (1748), sua obra principal, espalhada dentro de 18 meses em 22 edições, tornou-se pai do moderno liberalismo.

479. Graças ao grande renome e talento literário que alguns livre-pensadores possuiam, alastrou-se o seu espírito anti-

clerical cada vez mais em todas as camadas da sociedade. Diderot (m. 1784) e d'Alembert (m. 1783) redigiram um orgão poderoso desse filosofismo ateista, a volumosa *Enciclopédia das ciências e das artes* (ed. París 1751-80). Os enciclopedistas, seus colaboradores, Helvetius, de la Mettrie, Holbach e outros, tiraram as últimas consequências do deismo inglês, negando a existência de Deus, a alma e a liberdade, proclamando ó prazer egoista como fim da vida e perdendo-se num ódio implacavel contra Igreja e cristianismo, ódio este que chegou ao último excesso no dito de Voltaire: "Écrasez l'infame".

480 a. Francisco Maria Arouet, que se chamava a si mesmo de **Voltaire,** nasceu em París (1694). Corrompido já antes de conhecer a Deus e a virtude, foi entregue aos jesuitas do colégio Louis-le-Grand. Mas o que os jesuitas edificaram, destruia-o o padrinho Chateauneuf que nos passeios pela cidade o levava aos lugares da mais hedionda imoralidade e incredulidade. As consequências não podiam ser mais desastrosas. O jovem Voltaire passou a maior parte de seu tempo na devassidão e, mais de uma vez, na cadeia e no exílio. "Le plaisir voilà tout l'homme" foi sua divisa, deismo e sensualismo, seu credo. Até os seus mais ardentes admiradores, como Strauss, o chamam de homem sem carater e sem verdade.

b. No desterro da Inglaterra (1726-29) aprofundou-se no filosofismo inglês que viera a conhecer por um amigo seu, Bolingbroke, personificação de todos os sistemas ateistas e de todas as imoralidades (Kreiten 78). As suas relações com Frederico II, herdeiro do trono e depois rei da Prússia, não podiam ser salutares. Pois, dificil será dizer, qual dos dois desprezasse mais o cristianismo e a pessoa do Homem-Deus, o príncipe prussiano ou ô "filósofo" francês.

c. Finalmente, estabeleceu-se Voltaire em Ferney, perto de Genebra, para ser o "patriarca da impiedade". Em numerosos e escandalosos escritos, cheios de escárneo e sátira mordaz, levou o desprezo e o ódio ateista até às últimas classes da sociedade. "Estou cansado de ouvir, dizia, que doze homens bastaram para introduzir o cristianismo; mostrar-lhes-ei que um só basta para o destruir". Quando este servo

da iniquidade, na idade de 84 anos, uma vez ainda, se apresentou na capital da França, toda a alta sociedade de París o adorava. Sodoma tê-lo-ia apedrejado, diz José de Maistre, París o coroou (Kreiten 540). Dois meses depois, morreu (1778) nas agitações do desespero e no meio das mais horriveis convulsões.

481. O mais figadal inimigo de Voltaire foi **Jean Jacques Rousseau** (m. 1778). Venerado como aquele pelo espírito da revolução, foi todavia menos hostil à religião. Oriundo de família huguenote, professou até, ao menos externamente, desde 1728 até 1754, o catolicismo. Mas propalando, no seu *Émile* (1761) e no *Contrat social* (1762), o princípio da igualdade e da liberdade, como tambem a religião naturalista, contribuiu poderosamente para o transtorno da ordem política, social e religiosa que foi a grande revolução francesa.

482. Nascido na Inglaterra e crescido na França, o filosofismo se foi introduzindo tambem na Alemanha, onde alcançou eficácia e importância universais. E nada mais natural; pois, a teologia protestante cedeu o campo quasi completamente ao espírito moderno. E o pietismo individualista e sentimental fez, com que os conceitos teológicos se confundissem, mais e mais.

483. E' verdade que **Godofredo Guilherme Leibniz** (1646-1716), gênio universalista e espírito conciliador, procurou opôr às tendências deistas, panteistas e materialistas uma filosofia verdadeiramente cristã. Julgou poder harmonizar a escolástica com as novas idéias, a ciência com a fé. Mas, por ter exagerado as suas concessões ao racionalismo, não o conseguiu e pode até ser considerado precursor do filosofismo alemão.

484. Cristiano Thomasius (m. 1728) foi além. Pretendeu formar na Alemanha uma filosofia semelhante à francesa, combatendo a autoridade da fé e quaisquer imposições em matéria de religião. **Cristiano Wolff** (m. 1754) deu forma sistemática à filosofia leibniziana e popularizou-a, alterando-lhe, mais de uma vez, o sentido. Por causa de seu racionalismo e determinismo foi expulso pelo rei Frederico Guilherme I da Prússia. Mas **Frederico II** (1740-86) o rehabili-

tou. O próprio Frederico, indiferente, céptico, incrédulo e membro da maçonaria, rodeava-se de livre-pensadores franceses. Antes mesmo de Voltaire, bradara ele: "Écrasez l'infame". Foi então que o filosofismo alemão chegou ao seu apogeu, sem, no entanto, ser tão hostil à Igreja e ao cristianismo como o francês. Os clássicos, Lessing (m. 1781), Herder (m. 1803), Goethe (m. 1832) e o próprio Schiller (m. 1805), seguiram todos o mesmo caminho.

485 a. Com o célebre **Kant** (1724-1804) de Koenigsberg começa uma nova tendência. Sua mãe, fervorosa pietista, o educara na fé revelada. Pelos estudos universitários, tornou-se racionalista dogmático e perdeu completamente a fé cristã com a leitura de Locke e de Rousseau. Mais tarde, o influenciaram tambem as obras de Hume. O criticismo filosófico (Kritik der reinen Vernunft, 1781), que não mais admite os argumentos tradicionais da existência de Deus, tornou-se, desde então, carater predominante de seu sistema e de quasi toda a filosofia do século XIX. O kantismo veio a ser, por isso, um perigo ameaçador para a religião cristã. Pois, não havendo argumentos convincentes que provem a existência de Deus, esta não passa de uma simples hipótese. Por conseguinte, escancaram-se todas as portas à descrença moderna.

b. Kant não pôde, no entanto, prescindir da idéia de Deus. A religião para ele consiste essencialmente na moral racional-autônoma. Princípio fundamental de todo o agir lhe é o imperativo categórico: Procede em tudo de maneira tal, que a norma de teu agir possa ser lei universal. E é precisamente esta idéia do dever que exige tambem a existência de Deus, a liberdade e a imortalidade da alma, postulados da razão prática (Kritik der praktischen Vernunft, 1788).

c. O sistema de Kant é, portanto, contraditório no seu plano, falso nos seus fundamentos, absurdo e incoerente nas suas conclusões. E' a alucinação de um gênio, contendo em germe o cepticismo absoluto, o idealismo, o niilismo e o panteismo (cfr. Franca 193).

Veit, Die Kirche im Zeitalter des Individualismus I 247 ss. — *Weiss*, Weltgeschichte XI, 3. ed. Graz-Leipzig 1893. — *Franca*, Noções de história da filosofia, 8. ed. Rio 1940. — *Le Gras*, Diderot et l'Encyclopédie, Amiens 1929. — *Kreiten*, Voltaire, ein Charakterbild, 2. ed. Freiburg 1885. — *Pellissier*, Voltaire philosophe, Paris 1908. — *Hubert*, Rousseau et l'Encyclopédie, Paris 1928. — *Schinz*, La pensée de J. J. Rousseau, Paris 1929. — *Schnabel*, Deutsche Geschichte im neunzehnten Jahrhundert I: Die Grundlagen, Freiburg 1929. — *Olgiati*, Il significato storico di Leibniz, Milano 1930. — *Baumgartner*, Goethe, 4. ed. Stockmann, 2 vol., Freiburg 1923-25. — *Jansen*, Der Kritizismus Kants, Freiburg 1925. — *Id.*, Stellung Kants zum Christentum, em StZ 115 (1928) 99 ss.

§ 165. A supressão da companhia de Jesús

486. Um dos mais tristes resultados do filosofismo foi a supressão da companhia de Jesús. Durante dois séculos, os filhos de santo Inácio tinham desenvolvido uma atividade admiravel em todos os sentidos. Com os seus 22.600 membros que contavam em 1749 venciam em importância todas as demais ordens. Mas foi precisamente por causa desta sua atividade e importância que se tornaram alvo de contínuas maquinações e hostilidades, durante os séculos XVII e XVIII.

Os filosofistas todos, especialmente os enciclopedistas e os maçãos viam na sua instituição, rigorosamente centralística e eclesiástica, o seu maior adversário. Aos filosofistas se uniram os colonos europeus no além-mar que votavam ódio implacavel aos jesuitas, protetores da população indígena. E as côrtes de Lisboa e dos Bourbons de Paris, Madrí e Nápoles rebaixaram-se a ser os instrumentos desse ódio apaixonado.

487. E' verdade que as escolas da companhia se haviam multiplicado e monopolizaram quasi todo o ensino no mundo católico, o que provocava naturalmente invejas e rivalidades. E' verdade tambem que muitos príncipes tinham escolhido jesuitas para seus confessores e conselheiros e que as relações políticas e comerciais da ordem acarretaram situação muito perigosa. E' verdade ainda que muitos membros da companhia, ufanos dos grandes e reais méritos de sua ordem, se deixaram levar por um espírito de jactância e altivez, de que tão amargamente se queixa o P. Cordara, historiógrafo da ordem. Mas tudo isto não justifica o ódio realmente infernal que muitos adversários votavam à companhia de Jesús como tal.

488. A luta começou em **Portugal.** O livre-pensador Sebastião José de Carvalho, marquês de Pombal e ministro onipotente do fraco rei José I (1750-77), considerava a aristocracia orgulhosa e os jesuitas como os maiores obstáculos da sua política absolutista e antieclesiástica.

Primeiro ensejo para quebrar a influência da companhia foram os acontecimentos no Estado guaranítico de Paraguai. Pelo tratado de Madrí de 1750, a província do Sacramento passou a ser domínio espanhol, enquanto que a Espanha cedeu a Portugal as Missões, situadas no Rio Grande do Sul. "Foi um erro palmar que teve consequências funestíssimas para o Brasil" não somente no campo político, mas tambem no campo eclesiástico.

489 a. Viviam nestas missões cerca de 30 mil guaranís, aldeados e brilhantemente governados pelos jesuitas. O tratado de Madrí ordenava que todos eles abandonassem as suas sédes, porque os portugueses nelas esperavam encontrar minas de metal. Debalde protestaram os religiosos contra medida tão injusta. Mas foram em vão tambem as exortações com que procuravam induzir os índios a obedecer à ordem das côrtes. Sublevaram-se os índios, indignados contra tão cruel injustiça e declararam-se resolvidos a não deixar as terras onde nasceram e se criaram e que com tantos sacrifícios haviam cultivado. Mas os deshumanos europeus lhes fizeram guerra, derrotaram-nos e os expulsaram brutalmente (1756).

b. E tudo isso para nada. Pois, expulsos os guaranís, Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro, receando a vingança dos índios, negou-se a tomar posse das Missões, como tambem não entregou aos espanhóis a colônia do Sacramento. Embora tardiamente, as duas côrtes compreenderam seu erro e anularam, pela convenção de 1761, o tratado de Madrí. Os infelizes guaranís puderam regressar às suas aldeias queimadas, onde os missionários trabalharam por sanar, quanto possivel, o mal que se fizera (Southey VI 1-74).

490. No entanto, o marquês de Valdelirios, comissário espanhol, acusou os jesuitas de terem sido autores da resistência dos índios. Um inquérito, feito por Dom Pedro de Zebalos, governador de Buenos Aires, provou a inocência dos padres. E todavia, aproveitou-se Pombal da oportunidade para empreender contra eles uma campanha de extermínio. Não podendo realizar o seu plano satânico nas partes uruguaianas, pertencentes ao domínio espanhol, começou a fazê-lo no norte do Brasil.

491. Antes de mais nada, escolheu para capitão-mor do Pará-Maranhão seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com o qual concertou a queda da companhia. O novo governador começou logo a sua luta contra os missionários em geral e, em particular, contra os jesuitas. A ele aliou-se infelizmente, o bispo Dom Miguel de Bulhões. E ambos enviaram à côrte as mais formidaveis acusações. Apesar da sua palpavel falsidade, as acusações foram avidamente recebidas em Lisboa (Southey VI 83).

Pombal mandou então três regimentos de soldados para o Maranhão e ordenou se publicasse uma bula de Bento XIV de 1741 que proibia a todas as pessoas, seculares e eclesiásticas, dar ou receber em escravidão os índios. Pretendia o astuto ministro despertar assim contra os padres o desagrado popular. Ao mesmo tempo, publicou um alvará, privando os missionários e, especialmente, os jesuitas de toda a autoridade temporal. Um protesto que os padres tentaram fazer junto a Dom José, já completamente dominado pelo ministro onipotente, nem sequer foi ouvido. E talvez já então Pombal tivesse conseguido do fraco rei a deportação dos missionários, se não fosse a intervenção da rainha-mãe Maria Ana d'Áustria.

492. Mas a delonga não melhorou a condição dos jesuitas. No intuito de os desprestigiar, Pombal abriu contra eles uma campanha sistemática de calúnias e de mentiras. Expulsou-os do palácio real e enviou ordens ao embaixador junto a cúria romana de entregar ao papa Bento XIV um libelo acusatório, cheio de falsidades e invenções absurdas.

493. A consequência foi a nomeação do cardial Saldanha para reformador e visitador apostólico da companhia em Portugal e domínios, pelo breve *In specula supremae dignitatis*

de 1º de abril de 1758. O papa, que não estava plenamente convencido da veracidade das acusações, dirigiu uma carta particular ao cardial, recomendando-lhe justiça e benignidade e prescrevendo-lhe, que ouvisse os jesuitas em sua defesa e nada decidisse sem participar à Sé apostólica. Mas Saldanha, parente e servil instrumento do ministro, longe de seguir estas instruções, acusou os jesuitas de não observância das suas constituições e de comércio proibido e, sem os ouvir, os condenou. O velho patriarca Dom José Manuel da Câmara foi obrigado por Pombal a suspendê-los do uso das ordens. O fato, contrário aos cânones, desgostou profundamente o patriarca e apressou-lhe talvez a morte. Sucedeu-lhe o cardial Saldanha.

494. Veio precipitar a ruina da companhia o pretenso atentado do marquês de Távora contra a vida de José I. Pombal tirou partido do fato para acusar os jesuitas e a nobreza de cumplicidade na conjuração, deu ordens para o sequestro dos bens da companhia e ordenou, pela lei de 3 de setembro de 1759 (F. de Almeida IV 372-73), que fossem presos e expulsos todos os jesuitas de Portugal e domínios. Em Portugal, a lei foi executada com refinada crueldade. Muitos padres foram embarcados em navios surtos no Tejo e expostos na costa do Estado pontifício.

495 a. Não foi mais feliz a sorte dos missionários do ultramar. No Pará, o bispo Dom Miguel de Bulhões, obediente às ordens de Saldanha, suspendera os padres das suas funções sacerdotais. E como o bispo do Maranhão, Dom Antônio de São José, se tivesse ausentado de São Luiz para que o não fizessem instrumento de medidas que inteiramente desaprovava (Southey VI 122), Dom Miguel teve de administrar tambem esta diocese. Não tardou a chegar a ordem da expulsão. Cento e cincoenta padres, apinhados no porão dum navio, foram transportados para Portugal e depois ao Estado pontifício. Os padres de Ceará, Paraíba e Pernambuco, tratados com respeito e bondade pelo bispo Dom Francisco Xavier Aranha, foram todavia, em número de cincoenta e três, remetidos ao reino, a bordo de um navio que pertencia à própria companhia.

b. Na Baía encontraram os missionários uma alma caridosa e justa na pessoa do arcebispo Dom Diogo Botelho de Matos.

Nomeado visitador e reformador da companhia na sua arquidiocese, enviou a Portugal um manifesto, declarando os jesuitas "irrepreensiveis", "mui uteis e beneméritos". Valeu-lhe esta franqueza ficar, aos oitenta anos de idade, à mercê da caridade pública. E o novo vice-rei, marquês do Lavradio, trouxe ordens de expulsão dos jesuitas. Cento e vinte e dois religiosos foram levados da Baía para Lisboa (Caeiro 124-25).

c. Tambem o bispo de São Paulo, Dom Antônio da Madre de Deus Galvão O. F. M., protestou contra a injustiça do governo, declarando com franqueza franciscana, "que a expulsão dos jesuitas acarretaria, primeiramente, a ruina da religião e depois a queda do mesmo governo" (Southey VI 128-29). Com igual intrepidez resistiu Dom Antônio de São José O. S. A. que, tendo abandonado a diocese, foi chamado a Lisboa e obrigado a retirar-se a um convento da sua ordem. Muito diversamente procedeu o bispo do Rio de Janeiro, Dom Antônio do Desterro O. S. B., que em cartas pastorais acusou os jesuitas de toda a sorte de crimes (Caeiro 198 ss).

d. No porto do Rio de Janeiro foram concentrados os missionários do sul e 145 (Caeiro 282-83) ou talvez até 199 (RIH 89) estivados no porão dum navio. Por sorte um médico lhes conseguiu algum alívio, intimidando o capitão com o provavel surto de uma peste que passaria, sem dúvida, à tripulação (Southey VI 129). Remetidos para o reino, foram mandados depois, sem recursos, para o Estado pontifício, ficando porém não poucos nas prisões de Portugal para Pombal poder neles saciar a sua vingança. Durante dezoito anos viveram eles nas masmorras, donde os sobreviventes só sairam por ocasião da morte de José I e da derrota de Pombal.

496. Tragédia singularmente triste foi a sorte do padre **Gabriel Malagrida,** maior missionário brasileiro no século XVIII. Passara mais de trinta anos de apostolado no Maranhão. Mais de uma vez escapara ao martírio entre os selvagens, e era tido por indígenas e colonos em conta de varão de grande piedade. Em 1754, voltara a Lisboa, a pedido da rainha-mãe. No ano seguinte, por ocasião do terremoto, ofendeu a Pombal por sua franqueza apostólica. Em 1759, tendo então 70 anos de idade, foi preso e lançado ao cárcere, onde não lhe permitiram mudar de roupa branca du-

rante 28 meses. Em 1761, o levaram ao tribunal da Inquisição. Pombal, não achando outro motivo, decidiu fazê-lo condenar como herege. Para isto foi instituido inquisidor geral Paulo de Carvalho de Mendonça, irmão do ministro. O infame tribunal, baseando-se em falsificações e invenções, declarou o veneravel ancião degredado das ordens e o entregou ao tribunal civil que, por seu turno, o condenou a ser garrotado e queimado na praça pública de Lisboa (Pastor XVI 1, 594-95; Almeida IV 388-93).

A expulsão dos jesuitas de Portugal teve ainda um triste epílogo: a ruptura das relações com a Santa Sé. O núncio apostólico Acciaiuoli não aprovou as intrigas contra a companhia e teve, por isso, que sentir os ódios de Pombal. Aos 15 de junho de 1760, foi intimado para se retirar da côrte e sair, dentro de quatro dias, do reino, pelo que as relações com a Santa Sé ficaram rompidas pelo espaço de nove anos.

498. Funestas foram as consequências que a expulsão dos jesuitas acarretou para as missões do ultra-mar, especialmente para a brasileira. Pelo ano de 1750, as duas províncias do norte e do sul contavam 590 religiosos. Por seu desterro as prósperas povoações do sul cairam em ruinas. Os índios tornaram à vida selvagem. As aldeias do Amazonas despovoaram-se e, segundo os dizeres do visconde de São Leopoldo, inaugurou-se um período de terrivel ignorância em nossa terra, do norte ao sul. "Pombal, na frase de Southey, será mais lembrado pelo mal que fez, do que pelo bem que inquestionavelmente desejava ter feito" (VI 76). Ainda trabalhavam outros missionários e religiosos na missão brasileira, mas sem poderem preencher as lacunas. E o regalismo português foi impedindo, mais e mais, a vida monástica, prejudicou e destruiu as missões e reduziu a Igreja à escravidão do Estado e dos ministros.

499. O golpe desferido por Pombal despertou a coragem de todos os inimigos dos jesuitas. Na **França** foram seus adversários não somente os enciclopedistas e maçãos que, ferindo a companhia de Jesús, queriam ferir a Igreja, mas tambem os jansenistas, o parlamento, o ministro Choiseul e, principalmente, a marquesa de Pompadour que se sentia melindrada pelos confessores de Luiz XV, Pérusseau e Desmarets, que exigiam, se afastasse da côrte.

500 a. Ocasião próxima da supressão foi a insolvência do P. Lavalette, procurador geral dos jesuitas na missão de Martinica. Tendo começado a cultivar extensas terras, doadas pelo governo e pela Companhia das Índias, perdeu grande parte de escravos, ceifados pela peste, e vários navios, carregados de produtos da colônia, foram capturados pelos ingleses. Lavalette se viu desta sorte na impossibilidade de pagar as dívidas que devia a uma casa de comércio de Marselha. O tribunal de Marselha condenou a companhia de Jesús a pagar a dívida. A companhia porém se negou a pagá-la por se ter Lavalette metido em negócios sem a devida licença dos superiores.

b. Um recurso que os jesuitas imprudentemente interpuseram no parlamento de París entregou-os completamente à mercê dos seus inimigos. Foi confirmada a sentença de Marselha. Ao mesmo tempo, se espalharam as antigas calúnias contra os padres e, não obstante a proteção do episcopado francês e apesar de se terem declarado 116 jesuitas a favor dos artigos galicanos, o parlamento decretou a supressão da companhia na França (1762).

c. Luiz XV, para salvá-la, fez a proposta de se modificar a sua constituição e quis que fosse nomeado um vigário geral para a província francesa. Mas a proposta foi rejeitada por Clemente XIII e pelo geral da ordem Lourenço Ricci. "Sint ut sunt, aut non sint", assim se lê, segundo o sentido, na resposta que o papa dirigiu ao monarca. E assim, o fraco rei confirmou a sentença do parlamento, em 1º de dezembro de 1764. Os bens da companhia foram confiscados pelo Estado. Aos religiosos foi concedido ficar na França como padres seculares debaixo da jurisdição dos bispos (Pastor XVI 1, 602 ss).

Clemente XIII não cessou de mostrar à companhia a sua simpatia. Pela bula *Apostolicum pascendi munus* de 1765 aprovou-a novamente e exaltou os seus merecimentos. Todavia, as côrtes borbônicas continuaram a persegui-la em toda a parte.

501 a. Na **Espanha** morreu, em 1759, o rei Fernando VI sem filhos. Seu irmão Carlos, desde 1738 rei das duas Sicí-

lias, lhe seguiu no trono com o nome de Carlos III (1759-88), deixando o trono de Nápoles a seu filho Fernando IV. Já desde muito se fizeram sentir tambem na Espanha católica os princípios do filosofismo. Carlos, cristão convicto, abominava as doutrinas dos enciclopedistas. Mas isto não o impediu de ter por conselheiros discípulos doceis de Voltaire e de adotar, na política eclesiástica, a idéia da onipotência do Estado. Verdadeiramente desastrosa foi a influência do ministro napolitano Tanucci, eivado de ódio contra Roma, a Igreja e os jesuitas. Contra estes se formara, além disso, uma certa animosidade entre as antigas ordens, ofendidas pelo romance *Fray Gerúndio*, no qual um jesuita ridicularizava a pregação dos monges. Muito prejudicial lhes foi, finalmente, o conflito causado pelo tratado de Madrí nas missões de Paraguai. A justiça com que os tratava Zeballos deu motivo a que fosse substituido por Bucarelli (1766), homem de confiança de todos quantos conspiravam contra a companhia de Jesús.

b. Quando, depois do "motim dos chapéus", Tanucci assacou aos jesuitas a culpa da revolta e o conde Aranda, incrédulo e amigo de Voltaire, foi nomeado primeiro ministro, ficou selada a sorte da ordem. Aranda soube convencer o rei de que os jesuitas nutriam planos revolucionários e conjuravam contra a própria família real. Carlos, sem processo jurídico, baniu-os todos do reino e das colônias, por decreto de 27 de fevereiro de 1767 (Pastor XVI 1, 697 ss). Fernando IV de Nápoles, guiado por seu ministro Tanucci, logo imitou seu pai no reino das duas Sicílias. E o duque de Parma, sobrinho de Carlos III, seguiu-lhe o exemplo, no ano seguinte.

502. Não contentes ainda com a supressão da companhia de Jesús nos seus Estados, as côrtes de Lisboa, París e Madrí, ou antes os ministros Pombal, Choiseul e Aranda pretenderam a sua completa extinção. Afim de obrigar o papa a fazer-lhes a vontade, invadiram partes do Estado pontifício. Os franceses ocuparam o Venesino e Avinhão. Nápoles invadiu Benevento e Ponte Corvo. Clemente XIII porém ficou firme e inabalavel até à morte.

503. Durante o conclave, a França e a Espanha puseram em jogo todos os meios para influir na eleição de um papa

de quem pudessem esperar a realização dos seus desejos. Da urna eleitoral saiu o nome do cardial Ganganelli, do ordem dos minoritas, que tomou o nome de Clemente XIV. Varão piedoso e douto, tinha guardado até então uma atitude moderada na questão jesuítica. Nos primeiros anos de seu pontificado, esforçou-se por todos os meios por evitar a catástrofe (cfr. § 162). Por um breve de 12 de julho de 1769, concedeu aos missionários da ordem graças que provocaram júbilo entre os filhos de santo Inácio e causaram nervosismo aos seus inimigos. Com dobrados esforços trabalharam então as côrtes, não recuando até de ameaças, pelo que o papa finalmente opinou que, no ponto a que tinham chegado as coisas, devia sacrificar a companhia para manter a paz da Igreja e para evitar um cisma iminente. Depois de longa e angustiosa hesitação, assinou, aos 21 de julho de 1773, o breve da supressão *Dominus ac Redemptor* (MQ 404 ss).

504. A ordem foi suprimida não por meio de uma sentença condenatória, mas por uma medida administrativa. Como motivos da supressão são indicadas as queixas e acusações, levantadas anteriormente contra a ordem. Particularmente é censurada a demasiada intromissão na política. Disse, finalmente, o papa que a ordem, nas circunstâncias do tempo, já não podia realizar os fins para que fora criada e que, pelo contrário, se tornara causa de discórdias nos Estados e nos povos e que a paz da Igreja não podia ser restabelecida, senão pela sua supressão.

Outros motivos, dizia o papa, tinha "fechados no seu peito", motivos que talvez santo Afonso de Ligório, apologista da companhia, adivinhasse, quando teria exclamado: "Pobre do papa! Que podia ele fazer nas circunstâncias tão dificeis em que se achava, quando todas as côrtes exigiam essa supressão?" Clemente não era inimigo dos jesuitas. Achou dever ceder à necessidade indeclinavel das circunstâncias.

A execução do breve não se fez sem dureza. O próprio geral Ricci, seus assistentes e outros padres da companhia foram encarcerados. Ricci faleceu no cárcere (1775), atestando a sua inocência e a da sua ordem. Seus restos mortais se encontram em Il Gesù. Aos seus companheiros de prisão foi restituida, aos poucos, a liberdade.

505. Uma parte da companhia de Jesús, porém, continuou existindo na Rússia polaca e na Prússia silesiana. Catarina II e Frederico II não quiseram prescindir de seus serviços. Instado pelos próprios jesuitas, Frederico II consentiu, finalmente, na promulgação do breve de supressão e na secularização dos padres. Catarina II, porém, manteve decididamente a ordem e proibiu a publicação do breve. O próprio Clemente XIV consentiu, não por um breve, nem por uma carta particular, mas tacitamente (StML 87 (1914) 458-69). Pio VI deu oralmente o seu consentimento, e seu sucessor Pio VII, depois das profundas mudanças do tempo, restabeleceu a companhia, em 1814.

Funk-Bihlmeyer III 233 ss. — *Pastor*, Geschichte der Paepste XVI 1-2. — *Veit*, Die Kirche im Zeitalter des Individualismus I, Freiburg 1931. — *Weiss*, Weltgeschichte XIII, Graz-Leipzig 1894. — *Cordara*, Commentarii de suppressione Societatis Jesu, ed. Albertotti, Padova 1925. — *Hafkemeyer*, A supressão da companhia de Jesús, Petrópolis 1914. — *Murr*, Geschichte der Jesuiten in Portugal unter der Staatsverwaltung des Marquis von Pombal, nova ed. Hafkemeyer, Porto Alegre 1939. — *Romano*, L'espulsione dei Gesuiti dal Portugallo, Città di Castello 1914. — *Madureira*, A liberdade dos índios, a companhia de Jesús, sua pedagogia e seus resultados, Rio de Janeiro 1927. — *Fortunato de Almeida*, História de Portugal IV, Coimbra 1926. — *Southey*, História do Brasil V'. — *J. Caeiro*, Iesuitas do Brasil e da India, Baia 1936. — *Pierling*, La Russie et le Saint-Siège, Paris 1912.

§ 166. Episcopalismo e febronianismo

506. A idéia da supremacia do Estado, personificada já em Frederico II, imperador da Alemanha, e em Felipe IV, rei da França, e realizada pelo "igrejismo" protestante e pelo galicanismo católico, assumiu formas mais radicais no século do filosofismo. Ensinava ele que o Estado é a síntese de todos os direitos. Esta idéia do Estado onipotente explica tambem o fato de o igrejismo nacional, no seu princípio incrédulo, ter encontrado defensores não só entre os indiferentes e anticlericais, como Frederico II da Prússia, senão tambem entre os católicos, como José II, e até entre os eclesiásticos e prelados, como Hontheim e os príncipes eleitores de Colônia, Mogúncia e Treves, fundadores, respetivamente fautores do josefinismo e febronianismo, forma mais radical do episcopalismo.

507 a. O **episcopalismo,** que se alastrava por todo o império, visava uma diminuição essencial dos direitos pontificais a favor dos direitos episcopais. Particularmente os prelados não viam de bons olhos os núncios apostólicos. Não pouco influiram nestas tendências a irreligiosidade e imoralidade, espalhada em toda a parte pela literatura dos enciclopedistas, o descontentamento que datava da concordata de Viena de 1448 e os "gravamina" da nação alemã, que desde os princípios da reforma protestante agitavam os espíritos. Um galicanismo moderado prevalecia desde muito nos sentimentos político-eclesiásticos do episcopado alemão, quando o bispo auxiliar de Treves, Nicolau de Hontheim (1701-90), publicou o seu *Justini Febronii De statu ecclesiae et legitima potestate Romani Pontificis* (Bullioni-Francforte, 1763).

b. Acomodando os princípios galicanos às condições da Alemanha, Hontheim pretendia reduzir a constituição da Igreja ao estado em que, segundo ele, estivera na antiguidade cristã, para assim reconciliar com a Igreja os cristãos dissidentes. Reconhecia o papa como chefe da Igreja e atribuia-lhe o direito de velar pela administração dos sacramentos e de resolver questões dogmáticas e morais. Mas negava-lhe o governo monárquico, declarando reformaveis as suas decisões pela Igreja universal, à qual, como dizia, fora concedida o poder espiritual *radicaliter et principaliter,* e pelo concílio ecumênico, superior ao papa. Os demais direitos da Sé apostólica, como o de confirmar ou depôr bispos, deveriam ser restituidos ao episcopado, respetivamente ao concílio ecumênico. Febrônio excedia, portanto, ao próprio galicanismo, concedendo ao papa só o primado de honra, não o de jurisdição.

508. O livro de Hontheim produziu enorme sensação. Em poucos anos, se fizeram diversas edições, sendo além disso traduzido para o francês, italiano, espanhol e português, depois de o autor já ter feito uma tradução alemã. Mas, por outro lado, foram escritas diversas refutações, como a de Pedro Ballerini, douto adversário do galicanismo, e o *Antifebrônio* de Zaccaria. Os protestantes consideravam o livro como confirmação das suas idéias sobre o papado, sem lhe ligar importância como meio de reconciliação. O papa Clemente XIII pôs o livro no Index (1764) e ordenou aos bispos alemães, saissem em defesa da ortodoxia. De fato, o livro foi

proibido em muitas dioceses, e o próprio arcebispo de Mogúncia censurou-o acerbamente.

509. No entanto, rejeitando o febronianismo, os bispos não renunciaram ao episcopalismo. Os príncipes eleitores de Colônia, Mogúncia e Treves chegaram até a fazer redigir, numa assembléia dos seus procuradores em Coblença, presidida pelo próprio Hontheim, os chamados *avisamentos de Coblença*, em 31 artigos (1769), os quais correspondiam, em muitos pontos, aos princípios febronianos. Animado pela atitude dos prelados, Hontheim, que no princípio negara publicamente ser o autor do livro, negou-se a retratar, quando o papa lho ordenou. Cedendo, finalmente, à pressão do seu arcebispo Clemente Venceslau (1778), nem por isso abandonou logo os seus princípios. Morreu, porém, reconciliado com a Igreja.

510 a. Com a retratação de Hontheim não desapareceram as idéias febronianas. Pelo contrário, chegaram a alcançar ainda maior importância, quando o eleitor Carlos Teodoro da Baviera conseguiu do papa a ereção duma nunciatura em Munique (1785). Os três arcebispos-eleitores, como tambem o bispo-príncipe de Salzburgo sentiram-se ofendidos nos seus direitos metropolitanos e protestaram contra a ereção da nunciatura.

b. Em Bad-Ems celebraram um congresso (1786), cujo resultado foi fixado nos chamados *Vinte e três pontos de Ems* (MQ 414-15), programa de uma Igreja nacional, segundo os princípios febronianos e josefinistas. Proíbe-se o recurso à Santa Sé, suspendem-se a isenção dos religiosos e a dependência dos clérigos regulares de superiores estrangeiros (1), suprimem-se as faculdades quinquenais, isto é, o direito do papa de conceder aos bispos, pelo espaço de cinco anos, os poderes de dispensar nas coisas matrimoniais e outros assuntos, direito que os ditos pontos atribuem aos bispos em virtude da sua própria jurisdição, suprime-se ainda a jurisdição dos núncios apostólicos, e as bulas e decretos pontifícios se submetem ao "placet" dos bispos (4).

c. Mas o imperador, percebendo os verdadeiros planos dos episcopalistas, não lhes deu o consentimento sem reserva. O jovem núncio Pacca de Colônia (1786-94) defendeu valorosamente os direitos da Santa Sé. Os sufragâneos não secundaram as pretensões de seus metropolitas. Os arcebispos de Mogúncia e de Treves, em breve, tornaram a aproximar-se de Roma e pediram as faculdades quinquenais, e o de Colônia manteve com Della Genga, sucessor de Pacca, as relações mais cordiais. O papa rejeitou incondicionalmente os "pontos de Ems" (1789). A revolução francesa, finalmente, e a invasão dos franceses no império fizeram, com que fossem esquecidos os princípios do episcopalismo e do febronianismo.

Pastor, Geschichte der Paepste XVI 1-3. — *Veit*, Die Kirche im Zeitalter des Individualismus I 294 ss. — *Goyau*, L'Allemagne religieuse: Le Catholicisme I, 6. ed., Paris 1923.

§ 167. O josefinismo e o sínodo de Pistoia

511 a. Entre todos os Estados da Alemanha foi a Áustria a que mais radicalmente realizou as idéias modernas no tocante à política eclesiástica. Suas intenções de reformar a administração dos seus Estados levaram a imperatriz Maria Teresa (1740-80) a introduzir tambem uma série de reformas eclesiásticas que lhe pareciam necessárias, umas por interesses políticos, outras para melhorar a cura das almas, reformas estas, que eram, mais ou menos, concessões feitas ao espírito do filosofismo.

b. Assim se pôs termo ao aumento dos mosteiros e bens eclesiásticos. A administração destes foi submetida à inspeção do Estado. Proibiu-se a profissão religiosa antes da idade de 25 anos iniciados. Foi suprimida a imunidade do clero. Introduziu-se o "placet" régio a respeito dos decretos pontifícios. Organizaram-se os estudos teológicos, limitando-se em todos os estudos a influência da Igreja, respetivamente dos jesuitas. E as festas litúrgicas foram reduzidas consideravelmente.

c. Mas a imperatriz, fiel filha da Igreja, nem de longe pensava em afastar-se da ortodoxia. As inovações se faziam sem grande ruido. Para tudo procurava Maria Teresa obter o consentimento de Roma. Para a reforma dos estudos primários foi nomeado o piedoso abade augustiniano Inácio Fel-

biger de Sagan que exigia de todos os professores que dessem às crianças o exemplo de profunda religiosidade e que visassem, antes de tudo, a salvação eterna das almas. E embora a reforma dos estudos superiores fosse confiada a elementos jansenistas e filosofistas, não deixou, por isso, de produzir alguns bons resultados. Acentuava mais o estudo das fontes e das ciências auxiliares da teologia, particularmente a história eclesiástica, a patrologia e a teologia pastoral, que foram elevadas a disciplinas independentes.

512 a. Mudaram-se, porém, as coisas, quando **José II** (1780-90) assumiu o governo. E' verdade, que o jovem imperador quis igualmente ser fiel filho da Igreja. Mas, aconselhado por seu ministro livre-pensador, o príncipe Kaunitz (m. 1794), e pessoalmente eivado do espírito filosofista e da idéia do Estado onipotente, foi nas coisas da Igreja muito mais radical do que sua mãe e procedeu dum modo bastante precipitado e despótico.

b. Renovou logo o "placet" régio para os decretos pontifícios, aplicando-o tambem aos episcopais. Suprimiu os foros especiais dos eclesiásticos. Os bispos receberam ordens de não se importar das faculdades quinquenais. Foram proibidas as relações diretas entre os bispos e a cúria romana, como tambem entre os regulares e seus superiores estrangeiros. Todos os mosteiros de vida contemplativa e uma parte dos outros, especialmente dos mendicantes, foram supridos. Todas as associações eclesiásticas deviam ser fundidas numa só confraternidade de caridade ativa. Medida assaz incisiva foi o edito de tolerância de 1781 (MQ 413), pelo qual se concediam aos luteranos, reformados e cismáticos gregos os direitos civís e o exercício privado da sua religião. Substituiram-se os seminários episcopais e as escolas monásticas pelos chamados seminários gerais, verdadeiros celeiros do espírito josefinista. O imperador chegou até a regulamentar o culto divino nas suas menores particularidades, pelo que Frederico II da Prússia o chamava de sacristão-mor do Sacro Império Romano.

513 a. Embora José II tivesse boa intenção, todo o seu modo de proceder era ofensivo à Igreja. Por isso, ainda que uma parte do episcopado se mostrasse docil à vontade do monarca, as reformas encontraram tropeços e grande resistência. O cardial-arcebispo Migazzi de Viena e o cardial-primaz de Gran, Batthiani, protestaram com energia. Pio VI foi em pessoa a Viena tratar com o imperador (1782). Na sua viagem, como tambem durante a sua permanência na capital, o papa foi alvo de grande veneração. Mas não faltaram tambem manifestações de desagrado. Foi então que Eybel, canonista, febroniano tristemente célebre, num libelo perguntou: "O que é o papa?" O livro foi condenado pelo breve *Super solidítate* de 1786 (DB 1500). O papa, infelizmente, não conseguiu os fins da sua viagem. Tambem a visita do imperador a Roma ficou sem resultado.

b. Quando porém os decretos de reforma foram promulgados na Bélgica, provocaram distúrbios que fizeram efeito. O cardial-arcebispo Frankenberg de Malinas, apoiado por todo o episcopado, protestou energicamente e, em todo o país se declarou logo uma violenta rebelião, que acabou por separar para sempre a Bélgica da coroa de Habsburgo.

514. José II não viu mais o desenlace final dos acontecimentos. Ele mesmo desejara como epitáfio sepulcral estas palavras: "Aquí jaz um príncipe, cujas intenções foram puras, mas que teve a desgraça de ver frustrados todos os seus planos". **Leopoldo II** (1790-92) viu-se obrigado a suprimir, primeiro na Bélgica, as ordenações de seu irmão. Mas já os Estados proclamaram a independência e, em 1792, o país caiu em poder da república francesa. Nos outros domínios imperiais suprimiram-se tambem, em parte, os decretos de José II. No essencial, porém, ficaram de pé até meados do século XIX e influenciaram sensivelmente tambem outros Estados do suleste alemão.

515 a. Leopoldo, antes grão-duque da Toscana (1765-90), quisera introduzir no seu grão-ducado as mesmas inovações. Seguindo no princípio, a política moderada de sua mãe, adotou, mais tarde, os modos tirânicos de seu irmão, cortando até de toda a comunicação com Roma. Finalmente, reuniu todos os seus decretos num *regulamento* de 57 artigos para os eclesiásticos da Toscana, propondo-os ao episcopado, para que os aprovasse. As deliberações deviam ser feitas em sinodos diocesanos. Scipião Ricci, bispo jansenista e galicano de

Pistoia, sobrinho do desditoso geral dos jesuitas, começou a obra pelo **sínodo de Pistoia** (1786). Foram aprovados uma série de decretos sobre a fé e a Igreja, sobre a graça e a predestinação, sobre os sacramentos, censuras, bíblia, ordens religiosas e disciplina. Foram aceitos até os quatro artigos galicanos de 1682, recomendando-se tambem os escritos de Quesnel. Finalmente, foi proposta a convocação dum sínodo nacional a celebrar-se, quanto antes, em Florença.

b. Mas dos três arcebispos e dezoito bispos do grão-ducado só três aderiram aos planos de Leopoldo, pelo que o grão-duque se decidiu a reformar a seu próprio parecer. A sua elevação ao trono imperial, porém teve por consequência uma completa mudança das coisas. Ausentando-se ele da Toscana, Ricci se viu obrigado a retirar-se da sua diocese (1791) e a renunciar. As reformas, em grande parte, foram suprimidas, e Pio VI censurou, na afamada bula *Auctorem fidei*, 85 proposições do sínodo de Pistoia (BRC 9, 395 ss; DB 1501 ss). Ricci só em 1805 se retratou, cinco anos antes da sua morte.

Handbuch aller unter der Regierung Kaiser Josephs II fuer die k. k. Erblaender ergangenen Verordnungen und Gesetze, 18 vol., Wien 1785-90. — Acta et decreta synodi dioecesis Pistoriensis, Bambergae 1788. — *Funk-Bihlmeyer* III 246-50. — *Veit* I 250 ss. — Rica literatura nas pp. 496-97. — *Guglia*, Maria Theresia, ihr Leben und ihre Regierung, 2 vol., Muenchen 1917. — *Rodolico*, Gli amici e i tempi di Scipione Ricci, Firenze 1920.

II CAPÍTULO

A IGREJA CATÓLICA DESDE A REVOLUÇÃO FRANCESA

§ 168. Causas, ocasião e importância da revolução francesa

516. O espírito do filosofismo levou, finalmente, à catástrofe da revolução francesa, cujas tendências e efeitos determinaram os acontecimentos do século XIX. As suas causas remotas e, ao mesmo tempo, principais devem procurar-se no campo moral-religioso. A luta antieclesiástica, empreendida pela pseudo-reforma, revolução religiosa do século XVI, e continuada pelo jansenismo e galicanismo, tinham enfra-

quecido e quasi extinto, em largas camadas da sociedade, o sentimento católico. O racionalismo, o deismo, o enciclopedismo e, em união com eles, a maçonaria, principal inspiradora do movimento, e afinal o ateismo radical, última consequência do protestantismo, tinham descristianizado o povo. E a impiedade e a imoralidade que dominavam até no campo das ciências e da imprensa, tinham corrompido o sangue da sociedade francesa. Admira-se, como era possivel tão tremenda tempestade num povo católico. Mas a França que gerou a revolução, não foi a católica; católica foi a França que se tornou sua vítima.

517. Fora destas causas remotas, havia outras, próximas, no campo social-político que, por si só, teriam sido suficientes para provocar a revolução. Foi sobretudo o absolutismo político que, fundado por Richelieu e Mazarino, chegara, durante o reinado de Luiz XIV, ao último excesso e tinha provocado o ódio das diversas classes sociais. A reação contra tal despotismo teve um exemplo animador na guerra da emancipação da América (1775-83), que entusiasmara o povo por um governo republicano. Além disso, os impostos se tornaram insuportaveis à burguesia ou Terceiro Estado. Não obstante, o erário público estava exausto pelas guerras interminaveis de Luiz XIV, pelo luxo extravagante do rei-sol e de Luiz XV, seu sucessor, e pelo malogro da colheita em 1788, em muitas províncias totalmente destruida pelo graniso.

Os ministros que tentavam sanar as finanças viam-se estorvados pelo egoismo dos privilegiados. Enquanto a injusta opressão do Terceiro Estado bradava ao céu, a nobreza, que já não possuia a sua antiga posição, devido ao absolutismo régio, vivia, de preferência, na côrte, exigindo do povo impostos e trabalhos. A quinta parte de todas as terras estava nas suas mãos, e todavia, não fazia nada pelo povo, nem pelo Estado. O clero, em grande parte envenenado pelo galicanismo, era considerado instrumento do absolutismo régio. Tambem ele possuia domínios imensos e, todavia era, como a nobreza, isento de impostos. Outros muitos abusos e desordens aumentavam o descontentamento. Tudo estava preparado, desde muito, para a subversão da ordem existente. Faltava só a ocasião. E esta veio.

518. Para remediar os apuros a que tinha chegado a fazenda pública, o nobre mas fraco rei **Luiz XVI** (1774-92) decidiu-se a convocar os Estados Gerais que desde 1614 não haviam sido reunidos. A assembléia se compunha dos Estados privilegiados, representados por 270 nobres e 290 clérigos, e o Terceiro Estado que enviou 598 deputados, conseguindo a maçonaria, saissem mais de 300 irmãos da loja eleitos para a assembléia.

519. Chefe do Terceiro Estado se tornou o conde de Mirabeau, excluido da nobreza por sua vida devassa. Era ele um verdadeiro demagogo pelo talento e pelo atrevimento, como tambem por sua palavra animada e violenta. Sieyès, vigário geral de Chartres, deu-lhe um programa, contido no célebre panfleto "Qu'est-ce que le tiers état?" E à pergunta do título respondeu: "Tudo". O Terceiro Estado é capaz de representar, por si só, toda a nação e formar o governo do país. Foi a resposta condigna ao que dissera Luiz XIV: "L'État c'est moi". Escopo do movimento não era a revolução violenta; era um poder real limitado, uma constituição que desse ao povo maior ingerência na administração pública, e distribuição justa dos impostos, em uma palavra, a supressão do absolutismo e do privilégio.

Mas o programa de Sieyès ressentia-se, por demais, do espírito do *Contrato social*, e debaixo dos seus projetos sociais escondia-se o plano satânico da maçonaria. Por isso, o júbilo e as esperanças da nação resultaram, bem de pressa, num grito de anarquia e num transtorno que não somente abalou os fundamentos do Estado francês, mas tambem os da Igreja.

520. A **importância** da revolução francesa para a Igreja consiste, antes de mais nada, no fato de ser ela a conclusão de um longo desenvolvimento anterior. Desde os princípios da idade média, a Igreja havia criado uma cultura cristã e compenetrado toda a vida com o seu espírito. Mas, ao mesmo tempo crescera o seu esplendor externo. Depois da supressão do edito de Nantes (1685), só ela gozava do direito de culto público. Os bispos ocupavam o primeiro lugar depois do rei. A Igreja possuia bens enormes que, empregados muito embora, em boa parte, para utilidade pública, escolas e obras de caridade, serviam de escândalo para muitos.

Ela precisava realmente de ser reformada em muitos pontos. As sédes episcopais estavam, em 1789, todas nas mãos da nobreza. Alguns bispos, é verdade, eram pastores dignos e ideais. Outros, pelo contrário, eram péssimos prelados, e os demais indiferentes. Acrescem ainda as dissensões escandalosas entre os próprios prelados e entre ó alto e o baixo clero, aquele extremamente rico, este miseravelmente pobre. Em grande número de mosteiros dominava o mal das comendas, do qual resultava necessariamente a relaxação da disciplina e o espírito mundano. Não poucos membros do clero secular e regular pertenciam mesmo à maçonaria. Abolindo sucessivamente, nas suas diversas fases, toda a ordem atual, a revolução não seria somente a conclusão do desenvolvimento anterior, senão tambem o fundamento de uma nova organização.

Hergenroether-Kirsch IV 262 ss. — *Veit*, Die Kirche im Zeitalter des Individualismus I 323 ss. — *Weiss-Kralik*, Weltgeschichte 15-28, 5. ed., Wien 1900-23. — *Gams*, Geschichte der Kirche Christi im 19. Jahrhundert, 3 vol., Innsbruck 1854-56. — *Caffrey*, History of the Catholic Church in the nineteenth century, 2 vol., Dublin 1909. — *Perillo Gomes*, O liberalismo, Barcelona 1933.

§ 169. A revolução e suas consequências imediatas

521. Mal se tinha aberto, em Versalhes, aos 4 de maio de 1789, a assembléia dos Estados Gerais, quando rebentou uma luta entre a burguesia e os Estados privilegiados no tocante à questão de como devia fazer-se a votação, se por Estados, o que asseguraria a maioria aos privilegiados, ou se por indivíduos, o que daria a preponderância ao Terceiro Estado. Este, sendo mais numeroso do que os privilegiados e representando 96 centésimos da nação, teve logo a audácia de proclamar-se **Assembléia Nacional** ou **Constituinte** (1789-91). Muitos deputados da nobreza e do clero lhe aderiram. O rei proibiu, aos 23 de junho esta união. Quatro dias depois a ordenou. O poder passou à assembléia nacional.

522. Logo seguiu uma série de decretos subversivos. Na noite memoravel de 4 de agosto de 1789, o regime do feudalismo, fundamento da ordem antiga, foi abolido. E esta medida acarretou tambem a abolição da nobreza, a supressão de todos os privilégios e dos dízimos e anatas eclesiásticos.

Três semanas depois foram proclamados os 17 artigos dos *Direitos do Homem*, cujo texto foi aceito tal qual fora longamente estudado pela maçonaria. Igualdade de todos os homens, poder legislativo do povo e liberdade de imprensa, palavra e culto, são estas as condições que deviam ser fundamento de futuros trabalhos.

No entanto, "os amigos da liberdade" que fanatizavam a populaça achavam necessária a transferência do rei e da assembléia nacional para París. Luiz XVI, já não obedecido pelos deputados e ameaçado pela populaça, lhes fez a vontade. Foi no dia 15 de outubro. Desde então precipitaram-se os acontecimentos.

523 a. "Para acudir em defesa da pátria", o clero sacrificou as jóias da Igreja, e, por proposta do bispo perjuro Talleyrand de Autun, foi decretada a secularização geral dos bens da Igreja. A oposição levantada por grande parte dos clérigos, especialmente pelo abade comendatário Maury, foi vencida por falsas promessas e por ameaças.

b. Ao golpe contra os bens da Igreja seguiu outro contra as ordens e congregações religiosas. Todas aquelas que não se dedicavam ao ensino ou a obras de caridade foram suprimidas por decreto de 13 de fevereiro de 1790. Infelizmente, não poucos religiosos apostataram, tornando-se alguns até inimigos encarniçados da Igreja, como Fouché e Chabot.

524 a. Um terceiro golpe foi ainda mais fatal. Aos 12 de julho de 1790, foi votada a *Constituição Civil do Clero*, obra dos jansenistas e galicanos, especialmente do advogado Camus. Pretendendo restabelecer a organização simples dos primeiros séculos cristãos, reduziram os 134 bispados a 83, agrupando-os em 10 províncias. A demarcação das dioceses correspondia perfeitamente à nova ordem dos departamentos. Os bispos seriam eleitos pelos departamentos, os párocos pelos distritos, fossem os eleitores católicos ou não, conquanto assistissem ao menos a uma missa. A investidura dos bispos ficou atribuida aos metropolitas, a dos párocos aos bispos. Foram extintos todos os cargos eclesiásticos que não tivessem anexa a cura de almas. Bispos, párocos e vigários seriam os únicos clérigos da França.

b. A constituição foi aprovada, não obstante a oposição enérgica dos bispos e padres da assembléia nacional. Quando Boisgelin, arcebispo de Aix, em nome do episcopado, levantou um protesto moderado, mas firme, Camus lhe respondeu: "Nós somos a assembléia nacional e temos, sem dúvida, o direito de mudar até a religião. Não o faremos; conservaremos a religião católica, queremos bispos e párocos; queremos, entretanto, que haja um só bispo em cada departamento; é este o nosso direito". O Estado, continuou o voltariano Treilhard, tem o direito de admitir ou proibir uma religião. O Estado é tudo, a Igreja não é nada (Pastor XVI, 3, 446; 448-49).

c. O rei, com a conciência angustiada, pediu o parecer a dois arcebispos, seus conselheiros. Propuseram-lhe que prometesse a sanção da constituição. Pio VI porém o desaconselhou. Mas antes de chegar o breve do papa às mãos do rei, este já prometera a sanção e confirmou-a aos 24 de agosto de 1790, depois de extinto o veto suspensivo que ainda lhe ficara como fraca lembrança do absolutismo régio.

525. Logo, outro decreto ordenou que todos os eclesiásticos jurassem a constituição civil. O rei, mais uma vez, cedeu. Mas o dia 4 de janeiro de 1791, para isto determinado, veio a ser um dia glorioso para o episcopado francês. Só quatro bispos e um terço do clero, com abé Henri Grégoire e o bispo Talleyrand à frente, prestaram o juramento, formando eles a Igreja dos juramentados (assermentés) ou constitucionais. Os outros 127 bispos e a grande maioria do clero preferiram perder os seus cargos a sacrificar a sua honra e a sua fé. Foram chamados refratários ou não-juramentados (insermentés). E a maior parte do povo se pôs a seu lado. A Igreja riquíssima do Ancien Régime perdera as suas simpatias. A Igreja pobre e perseguida as reconquistou, em grande parte. Pio VI, depois de longas deliberações, condenou a constituição civil e o juramento, e suspendeu os clérigos constitucionais, se não se retratassem dentro de 40 dias. Muitos de fato se retrataram. Mas o papa expiou a sua sentença com a perda dos condados de Avinhão e Venesino (Pastor XVI 3, 477 ss). Depois da frustrada fuga do monarca e da família real, agravaram-se ainda os rigores.

526 a. A Constituinte que, no breve espaço de sua existência, lavrara nada menos de 2.200 decretos, precipitando a

nação numa indizivel miséria, cedeu, em 1° de outubro de 1791, o lugar à **Assembléia Legislativa** (1791-92). Os 745 novos deputados agrupavam-se em dois partidos, os monarquistas e os republicanos. Estes últimos alcançaram, pouco a pouco, a superioridade, dividindo-se, porém, por sua vez, em moderados ou girondistas e extremistas ou jacobinos. Pelo posto que estes ocupavam na assembléia, chamavam-se de "Montanha". Seus chefes principais eram Robespierre, Danton, Marat e Desmoulins.

b. Assim estabelecida, a Assembléia Legislativa começou logo a lavrar decretos os mais deshumanos. Ordenou a todos os eclesiásticos, sob pena de cárcere e deportação, prestassem o juramento cívico. Desde princípios de 1792, uma série de decretos suprimiram, por completo, as ordens e congregações religiosas e desterraram os eclesiásticos "suspeitos", isto é, os não-juramentados, medida, em virtude da qual mais de 40.000 clérigos tiveram que deixar a sua pátria. O veto que o rei pôs corajosamente a tão cruel decreto não teve outro resultado, senão a sua própria desgraça. Em 10 de agosto foram devastadas as Tuilharias de París. O rei foi preso e enviado, com sua esposa, seus filhos e sua irmã, para a prisão do Templo, donde não havia de sair, senão para subir ao cadafalso.

c. Os cárceres encheram-se de "suspeitos". E quando os aliados entraram na Lorena e sitiaram Verdun, última praça forte ante París, Marat exortou o povo "a não marchar contra o inimigo antes de haver degolado os traidores". Foi então organizada a "Companhia dos assassinos" que, ávidos de sangue e constantemente embriagados, corriam de cadeia em cadeia, matando, entre 2 e 7 de setembro, só em París, muitas centenas de vítimas, entre elas mais de 200 sacerdotes. Pio XI concedeu, em 1926, a 191 destes mártires as honras dos altares (AAS 18, 415-25). París deu o exemplo às províncias, onde se praticaram as mesmas carnificinas.

527. O verdadeiro motivo dos massacres de setembro não foi, no entanto, a invasão dos aliados, foi, antes pelo contrário, a vontade de dominar as eleições da **convenção nacional** (1792-95). O fim foi obtido, e esta mais feroz de todas as assembléias nacionais coroou, finalmente, a obra empreendida contra trono e altar. Compunha-se dos dois partidos republicanos, que disputavam entre si o poder. A Gironda quisera sempre a república, mas sem efusão de sangue. A Montanha preferia reinar pelo terror, marchando sempre sob a bandeira de Robespierre, Danton e Marat, ídolo do que havia de mais imundo na populaça parisiense. O feroz triunvirato derribou os girondistas, dos quais muitos morreram no cadafalso. Robespierre se fez proclamar ditador e, depois da morte trágica de Marat (1793), iniciou um governo de extremo terror.

528. A convenção principiou a sua obra por abolir a realeza e proclamou a república, aos 21 de setembro de 1792. O piedoso monarca, condenado à morte por pequena maioria, subiu, no dia seguinte, ao cadafalso. Chegado ao último degrau, voltou-se para o povo e com voz forte exclamou: "Franceses, eu morro inocente de todos os crimes que me são imputados. Perdôo aos autores da minha morte, e peço a Deus que o meu sangue não recaia sobre a França". Ia continuar; mas um cavaleiro, de espada em punho, veio correndo para obrigar a vinte tambores a tocar, e o crime foi executado. Morreu assim um dos mais nobres reis da França, aos 21 de janeiro de 1793, com 38 anos de idade.

529. Para libertar a novel república de todos os seus inimigos, a convenção instituiu uma comissão de nove membros, com Robespierre à testa, e uma lei ordenou o processo a todos que não procurassem uma certidão de civismo. Em virtude desta lei foram encarcerados, no espaço de quinze meses, mais de 200.000 pessoas. A infeliz rainha Maria Antonieta (m. 1793), Isabel, a piedosa irmã do rei, e muitos amigos da monarquia cairam sob a guilhotina. Os habitantes da Vendêa, que empunharam as armas em defesa da sua religião e do seu rei, foram vencidos e ferozmente castigados. Sorte semelhante sofreram todos os departamentos que negaram a obediência aos terroristas, sobretudo Lião, Toulon e, em parte, a Bretanha. Pareciam ter voltado os tempos dos hunos e dos mongóis (Pastor XVI 3, 495).

530. Enquanto se praticavam tais e tantas crueldades, a maçonaria se dispunha a destruir completamente o cristianismo da França. A legislação matrimonial já tinha sido trans-

formada pela assembléia legislativa. O matrimônio civil foi declarado obrigatório e estabelecido o divórcio. Foram abolidos os impedimentos matrimoniais, e os filhos ilegítimos equiparados aos legítimos. Foi concedida pensão regular às prostitutas, e o celibato, suprimido. Para extinguir até a memória do cristianismo, o calendário eclesiástico foi substituido pelo republicano, a semana e o domingo pela década, devendo começar a nova era com a proclamação da república.

531. Um mês depois, foi proclamada a religião do ateismo entre cerimônias ridículas e vergonhosas. O arcebispo constitucional Gobel de París e outros clérigos juramentados renunciaram vergonhosamente os cargos para professar o culto da liberdade e igualdade. Uma cantora licenciosa foi exaltada, como deusa da razão, sobre o altar da pátria, na catedral de Nossa Senhora de París, e é horripilante o que nos dizem os historiadores sobre o culto dessa deusa (Pastor XVI 3, 498 ss). Já em 1791, a igreja de santa Genoveva de París fora declarada panteão da pátria, e como primeiro "santo" aí foi sepultado Voltaire, patriarca da impiedade.

532. Mas, a tirania da impiedade não podia durar muito. O próprio Robespierre via no culto da razão um perigo para a sua ditadura e ordenou que fosse admitido como "fundamento imprecindivel da virtude e da justiça" a fé num ser supremo e na imortalidade da alma. Os hebertistas e dantonistas, que tinham promovido o culto da razão, foram derrotados e, por proposta de Robespierre, guilhotinados os seus chefes (1794). Não há pena que possa descrever o terror que, desde então, reinou até à morte do tirano. Ao lado de muitos políticos, morreram inúmeros mártires pela fé de seus pais, dignos da Igreja das catacumbas. Mas, aos 28 de julho de 1794, caiu tambem a cabeça de Robespierre que tinha apenas 35 anos de idade. Toda a França aplaudiu a sua morte.

533. Elementos mais moderados constituiram então o **Diretório** (1795-99), governo formado por cinco homnes. Este permitiu novamente o culto cristão, cedeu tambem as igrejas e permitiu até aos sacerdotes refratários celebrar a santa missa, contanto que se submetessem às leis da república, entre as quais já não figurava a constituição civil do clero.

Foi-lhes, no entanto, imposto um juramento de fidelidade à república, substituido em breve por outro de ódio à monarquia. E contra os que não prestavam tal juramento continuavam vigorando os antigos rigores. Alguns foram mesmo executados, muitos outros, deportados para a Guiana e outras regiões (1797).

534. Os constitucionais, aproveitando-se do momento, procuraram estabelecer uma Igreja católica nacional. Em 1797, reuniram-se 32 bispos e 68 sacerdotes num concílio nacional, convidando a todos os franceses a aderir à sua Igreja. Mas o Diretório resistiu. Os círculos políticos pensavam tambem em estabelecer uma religião nacional. Mas simpatizavam com um culto teofilantrópico. Seus autores reconheciam a existência de Deus e a imortalidade da alma. De resto eram inimigos declarados do catolicismo. Nas suas fórmulas litúrgicas misturavam-se passagens da Sagrada Escritura com leituras de Confúcio, de Zoroastro, de Aristóteles e de Voltaire. Mas o povo rejeitou tal culto, e um decreto de 1802 proibiu o seu exercício (Veit I 350).

Taine, Les origines de la France contemporaine, 6 vol., Paris 1878-93. — *Sorel,* L'Europe et la Révolution française, 17. ed., 8 vol., Paris 1923. — *Pastor,* Geschichte der Paepste XVI 3. — *P. de la Gorce,* Histoire religieuse de la Révolution française, 5. ed., 5 vol., Paris 1919. — *Weiss,* Weltgeschichte XVIII. — *Veit* I 323 ss. — *Hergenroether-Kirsch* IV 264 ss com numerosa literatura. — *Sepet,* Louis XVI, Paris 1910. — *Zweig,* Maria Antonieta, 4. ed., trad. de Medeiros e Albuquerque, Rio 1935. — *Leclercq,* Les martyrs XI-XIII, Paris 1911-21. — *Moore,* Tagebuch waehrend eines Aufenthaltes in Frankreich von August bis Dezember 1792, trad. al. por Meyer, Berlin 1794. — *Lénotre,* Les massacres de septembre, Paris 1907. — *Audard,* Actes des martyrs et des confesseurs de la foi pendant la Révolution, 2 vol., Tours 1921.

§ 170. Napoleão Bonaparte — A concordata — O império

535. O Diretório, perdendo mais e mais as simpatias do povo, foi finalmente derrotado pelo jovem general Napoleão Bonaparte (1799), que estabeleceu o governo consular, sendo ele primeiro consul. Compreendeu este desde logo que era impossivel governar um povo sem religião e que só o catolicismo podia ser a religião dos franceses. Não era esta, de certo, a sua convicção religiosa, mas assim o ensinavam

os séculos e a sua prudência política que o moveram a concluir uma concordata com o papa.

536. A tal concordata, porém, opuseram-se muitas e sérias dificuldades. Os bourbons, considerando a sua realização como reconhecimento do governo napoleônico, fizeram todo o possível para a impedir. As côrtes de Nápoles e de Viena, que se achavam em guerra com a França, não desejavam a reconciliação desta com a Santa Sé. Na própria França existiam ainda fortes correntes contrárias à restauração do cristianismo e da Igreja. Os bispos constitucionais trabalhavam febrilmente por manter as suas sédes, e os sacerdotes juramentados queriam ser readmitidos na Igreja sem penitência. Infelizmente, bispos e sacerdotes constitucionais tinham um advogado poderoso na pessoa de Talleyrand que depusera a dignidade episcopal para, mais tarde, se casar civilmente. Foi ele, na apreciação de Consalvi, o mais perigoso de todos os inimigos da Igreja. Maiores dificuldades ainda moveu o próprio Napoleão por suas exigências desmesuradas. Quis que o papa reconhecesse a secularização dos bens eclesiásticos, declarasse depostos os bispos refratários, deixasse nas suas sédes os bispos constitucionais sem exigir retratação e declarasse afinal legítimas todas as disposições da revolução.

Apesar de tudo isto, o cardial-secretário Consalvi, enviado expressamente a París, conseguiu ajustar a concordata (MQ 419-20), assinada aos 15 de julho de 1801 e ratificada pelo papa aos 15 de agosto do mesmo ano. A religião católica romana é reconhecida como religião da grande maioria dos cidadãos franceses. Por isso, é assegurado o livre exercício do culto católico (art. 1). A Santa Sé fará, de acordo com o governo, uma nova demarcação das dioceses (art. 2). O papa pedirá aos bispos atuais, quer constitucionais quer não, deixem as suas sédes (art. 3). Ao primeiro consul se atribue a nomeação dos novos bispos, ao papa a instituição canônica (art. 4)...

A concordata feriu de morte o galicanismo. Conforme as suas disposições, o papa pediu aos antigos bispos que renunciassem, e os que, por interesses pessoais ou por nutri-

rem ainda idéias galicanas, se negaram a obedecer (38), foram depostos.

537. Infelizmente, a concordata foi remédio muito precário. Não restabelecia as ordens e congregações religiosas, nem os bens da Igreja. E a sua execução não correspondeu às esperanças de Pio VII. Napoleão não só designou, na nomeação dos novos bispos, dez membros do episcopado constitucional, do qual havia prometido prescindir, mas juntamente com a concordata publicou os 77 chamados *artigos orgânicos* (MQ 420-22), que, eivados de espírito galicano, contradiziam, em muitos pontos, à concordata e visavam a completa subordinação da Igreja. Submetiam ao "placet" do Estado os decretos do papa e dos concílios estrangeiros, exigiam para a celebração de sínodos nacionais e provinciais o consentimento expresso do governo, permitiam o *recursus ab abusu*, declaravam suprimidos todos os institutos eclesiásticos, exceto os cabidos e seminários, e obrigavam os lentes dos seminários a professar os artigos galicanos de 1682. O papa protestou. Mas, as ambições de Bonaparte haviam de produzir, em breve, ainda maiores conflitos.

538. Pio VII, de seu lado, fez tudo para manter a paz. Em 1803, criou cardiais os arcebispos de París, Ruão, Tours e Lião, cumprindo os desejos de Bonaparte. E quando, no ano seguinte, Napoleão se fez proclamar imperador dos franceses, o papa obdeceu ao convite de ir a París ungir e coroar o monarca. Mas, em vão esperava ver atendidos, nesta ocasião, alguns interesses da Igreja. O novo imperador, ungido pelo pontífice, impôs-se a si mesmo a coroa. Concedeu ao papa somente a restauração de algumas congregações, lazaristas, padres do Espírito Santo e irmãs da caridade, o restabelecimento do seminário das missões e a supressão do calendário republicano. De resto, não visava senão os seus próprios interesses políticos. E, para realizá-los mais facilmente, quis obrigar o papa a estabelecer-se em París ou em Avinhão. Pio VII porém lhe respondeu que, em previsão de tal caso, já tudo estava disposto para a sua abdicação, resposta da qual Napoleão se vingou brutalmente.

539. Mal tinha Pio VII regressado a Roma, quando foi solicitado a dissolver o matrimônio de Jerônimo Bonaparte com

a protestante Miss Patterson de Baltimore. Mas tambem a isso o papa respondeu negativamente. Napoleão, ofendido no seu orgulho ocupou, com brutal infração de todo o direito, uma parte dos Estados pontifícios e, fazendo-se passar por "sucessor de Carlos Magno", declarou que tudo que pertencera aos carlovíngios devia ser restituido à sua coroa, sem excetuar os Estados da Igreja. Em maio de 1805, se fez coroar rei da Itália. Depois da vitória sobre os prussianos (1806), decretou o bloqueio continental contra a Inglaterra e intimou o papa, considerasse inimigos seus todos os que o eram da França, principalmente os ingleses, e que os expulsasse como hereges dos Estados pontifícios. O papa porém, mais uma vez, lhe deu resposta negativa.

540. Quando Napoleão deu o trono de Nápoles a seu irmão José, Consalvi protestou em nome do papa, lembrando os direitos de soberania que a Sé apostólica tinha, desde muitos séculos, sobre o reino das duas Sicílias. O imperador ameaçou de levar preso o cardial-secretário e invadir o Estado da Igreja. De fato, partes do Estado pontifício foram entregues ao ministro Talleyrand e ao marechal Bernadotte. Consalvi protestou, mais uma vez, e retirou-se então dos negócios.

541. De dia para dia, se tornaram mais arrogantes as exigências do monarca. Mas o papa não cedeu. Por isso, os franceses penetraram, a 2 de fevereiro de 1808, na cidade eterna, apoderaram-se de todo o Estado pontifício e, pelo decreto de 17 de maio de 1809, dado em Schoenbrunn, Bonaparte incorporou-o "para sempre" ao império francês. Ao papa ficaram somente os palácios pontifícios e uma pensão de dois milhões de francos.

542. Pio VII, vendo que não lhe restava meio de deter o corso, assinou, finalmente, a bula de excomunhão contra os ladrões do patrimônio de são Pedro, sem pronunciar, no entanto, o nome de Napoleão. O déspota ordenou, por isso, a sua prisão e o fez levar a Savona. O cardial-secretário Pacca foi encarcerado na fortaleza de Fenestrella no Piemonte, e os outros cardiais, exceto só os mais velhos e fracos, foram chamados a París, para onde foi levado tambem o arquivo pontifício, pois que París devia ser a futura residência do papa.

543. Napoleão possuia, a este tempo, um poder como nenhum outro príncipe cristão jamais possuira igual. Dependia da sua vontade quasi toda a Europa. Só a Rússia e a Inglaterra ousavam resistir-lhe. No entanto, mais além iam as suas aspirações. Quis ser fundador duma poderosa dinastia e ser tambem senhor da Igreja. O primeiro projeto o levou ao divórcio, o segundo teve por consequência humilhações inauditas para o papa. Mas estas terminaram com a queda do usurpador.

Em 1796, Napoleão se casou civilmente com Josefina Tascher, viuva do visconde Beauharnais. No dia anterior à coroação imperial, o cardial Fesch, tio de Bonaparte, celebrou, com autorização do papa, sem testemunhas, o matrimônio religioso. Por não ter filhos desta união Bonaparte quis separar-se de Josefina e casar-se com Maria Luiza, filha de Francisco I da Áustria. O senado de París dissolveu o matrimônio civil e a cúria metropolitana declarou inválido o matrimônio religioso com Josefina por não se ter observado o decreto *Tametsi* e por Napoleão só externamente ter consentido (!).

Mas o papa, único juiz competente na questão, não deu o seu consentimento. E por isso, treze cardiais dos 29 que já se achavam em París, com Consalvi à frente, negaram-se a assistir aos esponsais do monarca com a arquiduquesa. Napoleão, indignado, despojou-os das suas insígnias cardinalícias (cardiais pretos) e desterrou-os, dois a dois, para diversas cidades da França. Maria Luiza, deu à luz, no ano seguinte, um filho que recebeu o título de rei de Roma.

544 a. Para escravizar a Igreja, Napoleão compreendeu que, antes de mais nada, devia criar um clero obediente. Por isso, começou por prover os bispados com suas criaturas. Mas o papa negou a todos os bispos nomeados pelo imperador excomungado a instituição canônica. Por proposta do cardial Maury, o imperador fez eleger então vigários capitulares. Pio VII declarou nulas as eleições. Por isso, o monarca fez confirmá-las pelos metropolitas ou pelos bispos mais antigos das províncias respetivas. Mas o papa declarou intrusos tais vigários. Indignado e enfurecido, o tirano mandou tirar ao veneravel ancião os livros, pena e tinta e até o anel do

pescador, fez vigiar todos os seus passos, proibiu-lhe toda a comunicação com a Igreja do Império e chegou a ameaçá-lo de deposição.

b. Finalmente, convocou um concílio nacional a celebrar-se em París (1811). Os conciliares, a princípio, declararam-se incompetentes no tocante à instituição dos bispos. Enraivecido pela resistência, o déspota fez encarcerar os três bispos mais corajosos. Moderou, porém, logo a sua cólera e apresentou ao concílio, presidido por seu tio, um decreto que, aceito pelos conciliares, atribuia aos metropolitas a confirmação dos bispos nomeados, se o papa não lhes conferisse a investidura dentro de seis meses. Uma deputação de bispos e cinco cardiais "vermelhos" foi a Savona, afim de obter a aprovação do papa. Pio cedeu, mas exigiu que a instituição se fizesse em seu nome, que os documentos autênticos lhe fossem entregues e que se inculcasse aos bispos obediência à Santa Sé. Com tal declaração Napoleão ficou tão ofendido que dissolveu o concílio, declarou abolida a concordata e proibiu ao papa intrometer-se, de então em diante, na instituição dos bispos.

545. Em junho de 1812, achando-se em caminho de Moscou, Napoleão deu ordem de levar o papa a Fontainebleau. Os bispos e os cardiais "vermelhos" o tinham de visitar frequentemente, afim de o preparar a fazer novas concessões. Bonaparte que, depois da catástrofe sofrida na Rússia, procurou uma reconciliação com o papa, reatou, em janeiro de 1813, as negociações. Pio VII, separado de todos os seus conselheiros, cansado de tantos vexames e iludido com a fingida amizade do imperador, consentiu em assinar onze artigos preliminares, que seriam a base para uma nova concordata.

Conforme estes artigos, o papa estabeleceria a sua residência na França ou na Itália e teria uma pensão anual de dois milhões de francos. Concederia ao imperador o direito de nomear todos os bispos da França e da Itália, reservando-se a si mesmo só a provisão de seis bispados suburbicários e de dez bispados na França ou na Itália. Confirmaria os bispos nomeados dentro de seis meses ou os faria confirmar pelo metropolita ou pelo bispo mais antigo da província, reconheceria os artigos galicanos etc. Napoleão publicou logo estes artigos preliminares como se fossem uma verdadeira *concordata de Fontainebleau.*

546. Mas, os projetos de Napoleão fracassaram. Os cardiais "pretos", reunidos novamente em volta do pontífice, declararam-se contra aquelas negociações, revelando ao papa as ciladas que lhe armara o astuto imperador. O próprio Pio VII sentia-se desassossegado e, aconselhado por Consalvi, escreveu a Bonaparte, retratando todas as concessões, comunicando tambem a todos os bispos do império a sua retratação e convidando o imperador a novas negociações.

No entanto, o poder de Napoleão foi quebrantado naquele mesmo ano. Aos 11 de abril foi obrigado a assinar a sua abdicação no castelo de Fontainebleau. Internado em Elba, conseguiu fugir. Mas, depois dum novo império de cem dias, foi desterrado para a ilha de Santa Helena, onde teve tempo para meditar sobre as palavras de Jesús Cristo: "Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja; e as portas do inferno não prevalecerão contra ela" (Mt 16, 18). O papa voltou a Roma, onde entrou triunfalmente, aos 24 de maio de 1814. Seis anos depois, Napoleão faleceu no exílio, reconciliado com o papa e com a Igreja.

Schmidlin, Papstgeschichte der neuesten Zeit I, 3. ed., Muenchen 1933. — *Seppelt-Loeffler,* Papstgeschichte 357 ss. — *Baunard,* Un siècle de l'Église de France (1800-1900), 4. ed., Paris 1906. — *Seignobos,* História sincera da França, trad. rev. por A. Teixeira, São Paulo 1938. — *Lacour-Gayet,* Napoleon, Paris 1922. — *Ludwig,* Napoleão, 3. ed., trad. por M. de Sá, Porto Alegre 1935. — *Bezzi,* Il primo conflitto tra Napoleone e la Santa Sede, Torino 1927. — *Sevestre,* L'histoire, le texte et la destinée du Concordat de 1801, 3. ed., Paris 1913.

§ 171. O papado e a Itália desde a revolução francesa até 1846

547. A revolução francesa e o governo de Napoleão tiveram tambem para o papado e para a Itália as mais funestas consequências. A república não perdoou a Pio VI o ter condenado a constituição civil do clero, suspenso os sacerdotes constitucionais, animado à resistência os refratários e reprovado a execução de Luiz XVI.

Para vingar-se, o governo republicano enviou ao Estado pontifício elementos subversivos, com ordem de desencadear o terror na própria capital do catolicismo. Entre eles se achava o famoso Cagliostro, preso e encarcerado à vida (m. 1795). Quando o general Bonaparte entrou vitorioso na Itália, Pio VI entabulou negociações com o Diretório para tornar neutros os seus Estados. Mas o Diretório exigiu condições impossiveis. No armistício de Bolonha, o papa teve de pagar a exorbitância de 21 milhões de francos, renunciar ao Venesino e a Avinhão, como tambem às legações de Ferrara e de Bolonha, entregar grande número de monumentos de arte e manuscritos e permitir a passagem do exército francês através dos seus domínios. Na paz de Tolentino (1797) foi obrigado, além disso, a ceder à França a Romanha e mais 15 milhões de francos.

548. A insolência do Diretório chegou ao último excesso, quando José Bonaparte foi nomeado embaixador junto à côrte pontifícia, com o fim especial de preparar a revolução. Tal insolência provocou porém a intervenção da força militar, e a consequência foi a morte do general Duphot (1797), que se pusera à frente de alguns revolucionários.

A morte do general foi um desejado pretexto para o exército francês intervir. O general Berthier recebeu ordens de marchar sobre Roma e proclamar a república (1798). Os cardiais foram expulsos, os seus bens confiscados, os palácios, as igrejas e o castelo de Santo Ângelo devastados. Os revolucionários cantavam hinos à liberdade e faziam procissões cívicas ao capitólio, onde Berthier invocava os manes de Bruto e de Catão. O papa, ancião de 80 anos de idade, foi declarado deposto, insultado, preso e levado a Valença, onde a morte o libertou das suas aflições. Quando lhe perguntaram, se perdoava aos seus inimigos, respondeu, com os olhos fitos no crucifixo: "De todo o meu coração" (Schmidlin I 2; FB III 260-61).

549. Pouco antes, Napoleão escrevera a seu irmão José, falando do papa: "O velho ídolo será brevemente aniquilado; assim o exigem a liberdade e a política". A maçonaria julgava ver, neste momento, realizada a "profecia" do primeiro consul. Mas a providência divina veio visivelmente em socor-

ro da Igreja. Um exército russo, comandado por Suwarow, uniu-se aos austríacos, conquistou toda a Itália superior e arrancou tambem Roma ao jugo da revolução, enquanto que os ingleses e os napolitanos obrigaram, no sul da Itália, as tropas francesas a capitularem. Pio VI decretara, que o conclave se reunisse onde houvesse maior número de cardiais. Estes, aproveitando-se do momento, congregaram-se em Veneza, onde, a 14 de março de 1800 foi eleito unanimemente o cardial beneditino Chiaramonti, que tomou o nome de **Pio VII** (1800-23).

550 a. O novo papa não desejava a tiara, mas aceitou-a por amor de Deus e da santa Igreja, pressentindo quantos sofrimentos lhe custaria. Mas, ajudado por seu habil cardial-secretário Consalvi, os enfrentou corajosamente. Com a vitória de Napoleão sobre os austríacos na batalha de Marengo (1800), os franceses assenhorearam-se novamente da Itália. E começou então uma verdadeira via sacra para a Igreja da península.

b. Cometeram-se, durante a primeira invasão, atos de verdadeiro barbarismo. No Piemonte e na Savóia, domínios do rei da Sardenha, foram vendidos os bens eclesiásticos, abolidos os dízimos e confiscados os tesouros das igrejas. Em 1802, seguiu o decreto da supressão de todas as ordens e congregações religiosas, que não se ocupavam na educação da mocidade e em obras de caridade. No mesmo ano foi aplicada ao Piemonte a concordata francesa, pelo que as dezenove dioceses foram reduzidas a oito, os bispos antigos, depostos, e publicados os *artigos orgânicos*. Os valdenses foram premiados por seu servilismo com os bens da Igreja católica. Coisas semelhantes se repetiram na república cisalpina e no reino de Nápoles.

c. O Estado pontifício, depois da proclamação da república e de sua anexação à França, foi dividido em dois departamentos, Roma e Trasimeno. Quando, porém, Napoleão cingiu a coroa imperial e exigiu o juramento de fidelidade, a maior parte dos bispos, os cônegos de São Pedro e do Latrão, como tambem muitos outros sacerdotes negaram-lho com firmeza. Preferiram ser encarcerados e desterrados a reconhecer a injustiça do tirano. Napoleão porém não recuou. Fecharam-

se os conventos, secularizaram-se os bens da Igreja e suprimiram-se dezessete dioceses e muitas paróquias (1809). O próprio papa foi preso e desterrado. Mas, depois duma prisão de cinco anos, tornou triunfalmente a Roma (cfr. § 170). E' verdade, que foi obrigado a fugir mais uma vez, quando Murat, rei de Nápoles, procurou assenhorear-se de toda a Itália. Mas o usurpador foi derrotado e condenado à morte. E desde então o papa ficou na posse pacífica dos seus domínios.

551. Antes de mais nada, procurou reorganizar o patrimônio de São Pedro. Consalvi conseguiu, no congresso de Viena (1815), fosse restabelecido o Estado pontifício na sua quasi totalidade. Não foi porém feliz na sua reorganização e não teve bastante energia para fazer frente aos revolucionários de um lado e aos zelantes reacionários do outro. Já se esboçam os futuros distúrbios.

552. Por meio de concordatas foi reorganizada tambem a Igreja do Piemonte (1817), do reino lombardo-veneziano e de Nápoles (1818). Restabeleceram-se igualmente as ordens e congregações religiosas. A companhia de Jesús já estava restaurada desde 1814. O papa reabriu, além disso, os colégios germânico, inglês e escocês. A família Bonaparte encontrou asilo em Roma. Mas alguns membros da família pagaram a generosidade do papa com a mais negra ingratidão, aliando-se aos elementos revolucionários contra o seu benfeitor.

553. **Leão XII** (1823-29) continuou a obra de Pio VII. Numa circular dada à publicidade por ocasião da sua entronização, condenou o tolerantismo ou indiferentismo, preveniu os fiéis contra as sociedades bíblicas (MQ 434). Fulminou tambem, pela bula *Quo graviora* de 1825, as seitas secretas, especialmente a maçonaria e a carbonaria. No mesmo ano, celebrou com frutos copiosos o jubileu, que seu antecessor não pudera realizar. **Pio VIII** (1829-30) combateu, como Leão XII, as seitas secretas, cujo perigo se tornava cada vez mais assustador.

554. Talvez em nenhum outro país, a não ser na França, as idéias antireligiosos tenham penetrado tão profundamen-

te como na Itália. Pelo ano de 1800, nasceu, no reino de Nápoles, com o fim de expulsar os franceses, a sociedade secreta dos **carbonários,** contra os quais logo se formou a associação dos sanfedistas. Fugindo dos rigores do governo estrangeiro, os carbonários refugiavam-se nos matos onde trabalhavam os carvoeiros. Deles tomaram o nome e as insígnias. As suas idéias religiosas eram, mais ou menos, as da maçonaria. Tinham por escopo a emancipação e unificação da Itália, a república da fraternidade e a religião da humanidade, isto é, escopos idênticos aos de Voltaire e da revolução francesa. Mas as revoluções de 1820 e 1821, em Nápoles e no Piemonte, tornaram odiosa a seita e moveram os governos a persegui-la.

555. Notavel agitador foi tambem o advogado genovês José Mazzini que, em 1831, tendo apenas 23 anos de idade, dirigiu uma carta a Carlos Alberto (1831-49), rei da Sardenha, convidando-o a colocar-se à frente do movimento unionista. No ano seguinte fundou, em Marselha, a federação da **Jovem Itália.** Derribar todos os governos da península e formar um só governo republicano, eis o ponto principal do seu catecismo. E para consegui-lo, um tribunal secreto tinha de decretar contínuos atentados e revoluções. Os levantes de Nápoles, do Piemonte e dos Estados da Igreja (1831-32, 1843-45) e a revolta universal de toda a península em 1848 são obra de Mazzini e de seus sectários. Mas todas foram sufocadas, especialmente pela férrea mão da Áustria. Os chefes foram condenados à morte ou desterrados. Estes acharam asilo em Bruxelas, Londres e París, de onde dirigiam as moções revolucionárias da Itália. Quando Napoleão III começou a protegê-los, sairam dos seus esconderijos e fundaram um jornal oficial, o *Bollettino ufficiale del Grande Oriente Italiano.*

556 a. Estas seitas tanto mais perigosas se tornaram, quanto fora delas havia muitos elementos, neo-guelfos ou românticos italianos, que, sem nutrirem princípios hostis à igreja, tinham por escopo tambem a união da Itália, mesmo contra os direitos do papa. Seus chefes eram o poeta Alessandro Manzoni, Vincenzo Gioberti, Antônio Rosmini e Cesare Balbo. Cesare Cantù e muitos outros simpatizavam com as mesmas idéias.

b. Vincenzo Gioberti publicou, em Bruxelas, *Del primato morale e civile degli Italiani* (1843) para mostrar que o papa era predestinado a pôr-se à frente do povo italiano e a dar princípio a uma nova idade. Recusando o papa tal proposta, apareceu outro livro de Gioberti, *Del rinovamento civile d'Italia* (1851), em que se oferecia a Vitor Manuel (1849-78), rei de Piemonte, não só a hegemonia, mas a coroa real da Itália. Roma seria a sua capital. O papa seria despojado de todo o poder político e receberia uma conveniente pensão.

c. Com estas idéias, Gioberti ia além de Cesare Balbo que, no seu livro *Speranze d'Italia* (1844) defendia princípios mais práticos e mais realizaveis. A Itália seria uma união de Estados, cuja hegemonia secular teria o rei do Piemonte e cujo coração seria o papado.

Todos estes movimentos não careciam de fundamento. As condições do Estado eclesiástico eram, de fato, deploraveis. Não será muito exagerado o que nos escrevem os contemporâneos Farini e Cantù. Compreende-se, portanto, a posição delicada e extremamente dificil dos papas.

557 a. **Gregório XVI** (1830-46), procurador geral dos camaldulenses e, desde 1825, cardial, enérgico e inflexivel nos princípios eclesiásticos, mas inexperiente das coisas políticas, antes de mais nada, pacificou o Estado pontifício, abafando com auxílio de tropas austríacas diversas revoluções, melhorou a administração da justiça e da fazenda e publicou um novo código civil.

b. Não obstante, as potências européias julgavam-se autorizadas a convocar a Roma uma conferência (1831), que propôs ao papa um *memorandum* para melhorar a administração do Estado. Exigia-se, entre outras coisas, a admissão de leigos a todos os ofícios do Estado, o que deu ainda maior impulso ao movimento revolucionário. Gregório, ou antes os seus secretários de Estado Bernetti e Lambruschini procederam severamente contra os elementos subversivos, de sorte que, até 1843, o papado gozou de paz relativa, conseguindo ainda dominar as revoltas de 1843 e 1845. Entretanto, as sociedades secretas não cessavam de fanatizar a juventude italiana pela unificação da nação, contra a Áustria e contra a soberania papal. E pela negação da constituição que se pedia ao papa, a revolução estava para estalar, quando Gregório faleceu.

c. No tocante à administração espiritual, o seu pontificado foi um dos mais gloriosos. Mais de uma vez, defendeu com ardor a liberdade da Igreja. Resistiu com êxito ao governo prussiano nos distúrbios de Colônia, e a Nicolau I da Rússia que, em 1845, o visitou em Roma numa atitude exaltada, disse tão duras verdades que o monarca, abatido, prometeu melhorar as condições dos católicos perseguidos. Na sua encíclica *Mirari vos* de 1832 (MQ 439), profligou os erros mais perigosos de seu tempo, o indiferentismo e a desenfreada liberdade religiosa, e condenou em particular as doutrinas errôneas de Lamennais, Hermes e Bautain. Deu tambem novo impulso às missões, promoveu as artes e as ciências e elevou à dignidade cardinalícia os dois célebres doutos Ângelo Mai (m. 1854), historiógrafo e paleólogo, e Mezzofanti (m. 1845), celebérrimo poliglota.

Pastor, Geschichte der Paepste XVI 3. — *Schmidlin,* Papstgeschichte der neuesten Zeit I, Muenchen 1933. — *Seppelt-Loeffler,* Papstgeschichte. — *Wiseman,* Les quatre derniers papes, trad. franc. por R. Viot, Tours 1874; trad. al. por C. B. Reiching, Regensburg 1859. — *Hergenroether-Kirsch* IV 297 ss, com rica literatura. — *Funk-Bihlmeyer* III 260 ss. — Acta Gregorii Papae XVI, ed. Bernasconi, 4 vol., Romae 1901-04. — *Rinaldi,* Gioberti e il problema del Risorgimento, Firenze 1930.

§ 172. Pio IX e a secularização definitiva do Estado pontifício

558. **Pio IX** (1846-78), conde Giovanni Mastai-Ferretti, núncio apostólico no Chile sob Leão XII, teve o mais longo pontificado da história eclesiástica. Aparência nobre e carater afavel e meigo, o novo papa pensava que uma política indulgente fosse o melhor meio de vencer o movimento revolucionário. Proclamou logo uma anistia geral, depôs o odioso cardial-secretário Lambruschini e prometeu uma constituição, a qual, no entanto, lhe reservaria pleno poder nas coisas da Igreja. Foi ele então, por ano e meio, o soberano mais popular de seu tempo.

559 a. Mas as suas reformas chegaram tarde. Os inimigos do papado, saídos da prisão e voltados do exílio, não cessavam de atacar Igreja e Estado. A revolução que já em 1846 estivera para estalar, alastrou-se, em 1848, por toda a península. E embora, aos 14 de março de 1848, fosse proclamada a tão aplaudida constituição, o papa perdeu todas as simpatias, quando se negou a fazer-se chefe do movimento unionista e declarar a guerra à Áustria. Os mazinianos o obrigaram a aceitar um ministério revolucionário, chefiado por Mamiani, que pretendeu tirar-lhe todo o poder.

b. E' verdade, que Mamiani foi derribado, e Pellegrino Rossi procurou, com rara energia, subjugar a revolução. Mas quando, aos 15 de novembro de 1848, ia inaugurar as câmaras, caiu sob os golpes de um conjurado. O papa foi isolado no Quirinal, de onde porém, com o apoio dos embaixadores da Baviera e da França, conseguiu fugir para Gaeta no reino de Nápoles. Aos 9 de fevereiro de 1849, uma constituinte, composta de 200 deputados do povo, proclamou a república, confiando o governo ao triunvirato Mazzini, Saffi e Armellini.

c. Entretanto, em poucos meses, tropas austríacas sob o comando de Radetzki e francesas, chefiadas pelo general Oudinot, puseram termo à república. Pio IX, tendo concedido uma anistia quasi completa e instituido uma comissão governativa de três cardiais, só em 1850 voltou a Roma, onde ficou sob a proteção de um destacamento francês. Não quis, de então em diante, saber mais de governo constitucional, nem ele, nem seu cardial-secretário Antonelli (1848-76).

560 a. Entrementes, Vitor Manuel II (1849-78) pusera-se à frente dos unionistas. O seu reino se limitava então à Sardenha, Piemonte e Ligúria, e sem auxílio estrangeiro não poderia esperar ver jamais realizado os seus planos. A Áustria velava sempre zelosamente por seu predomínio na Itália. O ministro conde Camilo Cavour, alma do movimento, procurou então o apoio de Napoleão III. No tratado de Plombières (1858), o imperador deu o seu consentimento à formação dum reino que compreenderia todo o norte da Itália. Vitor Manuel, por seu lado, renunciaria à Savóia e a Nizza em favor da França. A Napoleão não agradava a completa

unificação da Itália. Preferia formar no centro o reino de Toscana e manter no sul o de Nápoles.

b. No entanto, depois de vencida a Áustria e despojada da Lombardia exceto Veneza, a Romanha, a Marca de Ancona e a Úmbria declararam-se espontaneamente pela união com o reino de Sardenha-Piemonte. As tropas pontifícias foram vencidas perto de Castelfidardo, e os piemonteses invadiram aquelas províncias. A câmara decretou a sua anexação. Também o reino de Nápoles foi ocupado por Garibaldi, chefe mação e inimigo fanático da Igreja. Napoleão protestou publicamente, mas secretamente animava os invasores. Vitor Manuel fez-se proclamar rei da Itália (1861).

c. O resto do Estado pontifício resistiu ainda, por alguns anos, aos voluntários de Garibaldi. Pio IX e Antonelli opuseram às exigências do Piemonte um "non possumus" inflexivel. Numa convenção de setembro de 1864, o rei da Itália se obrigou a respeitar o território que ainda ficara ao papa. Florença tornou-se capital.

Mas de que valem tratados humanos aos que não conhecem leis divinas? Depois de Napoleão ter retirado de Roma o destacamento francês e perdido o trono da França, Vitor Manuel, pretextando hipocritamente o seu interesse pela segurança do papa e animado pelo embaixador prussiano Arnim, marchou sobre Roma, e nela entrou aos 20 de setembro de 1870. O papa, numa encíclica de 1° de novembro, lançou o anátema contra os autores e cooperadores da usurpação. Em vão. De toda a parte acorreu então o improvisado "povo romano" e pronunciou-se num simulacro de plebiscito por uma Itália unida. E Vitor Manuel estabeleceu-se no palácio do Quirinal.

561. A nova Itália procurou resolver o conflito com a Santa Sé pela *Lei das Garantias* de 13 de maio de 1871. Esta lei reconhecia a inviolibilidade da soberania do papa, concedia a este uma pensão anual de 3.225.000 liras, deixava-lhe para seu uso os palácios do Vaticano, Latrão e Castel-Gandolfo e garantia-lhe a liberdade no exercício das suas funções espirituais. A Itália se obrigava, além disso, a proteger o papa e a reconhecer a religião católica como religião do

Estado. Pio IX porém recusou a Lei das Garantias. E desde então, o papa tornou-se o "Prisioneiro do Vaticano", e a "Questão Romana" uma chaga sangrenta no organismo do reino italiano (FB III 340).

562. Mas com esta inaudita usurpação não se exgotaram as aflições da Igreja italiana. No reino de Piemonte foi respeitada a Igreja, desde a concordata de 1817 até quasi meados do século. Desde os últimos anos de Carlos Alberto, porém, multiplicaram-se as violências. Os jesuitas foram expulsos. Outras ordens que não tinham por regra a educação da juventude e a cura d'almas foram suprimidas. Foi abolido o direito do foro eclesiástico e outros privilégios do clero. Introduziu-se o matrimônio civil. E quando o arcebispo Fransoni de Turim levantou corajosamente a sua voz contra as injustiças, foi lançado na prisão para depois ser desterrado.

563. Na Itália unida foram secularizados logo os bens da Igreja, para remediar o tesouro exausto do Estado, e, pouco a pouco, foram aplicadas as leis do Piemonte aos demais Estados da Itália. E não contente ainda com a desapropriação material da Igreja, o governo maçônico projetou tirar-lhe tambem todo o alcance moral. O matrimônio civil foi declarado único legítimo perante o Estado. O clero foi excluido das escolas públicas e obrigado ao serviço militar. Na Sicília, Vitor Manuel arrogou-se os antigos direitos da Monarquia Sícula, anulando todos os decretos e todo o poder papal.

564 a. Mais feliz foi Pio IX na administração espiritual da Igreja. E sob este ponto de vista, o seu pontificado é igualmente rico de grandes acontecimentos. As forças centrífugais do filosofismo, da revolução e do liberalismo produziram uma esperançosa reação, a centralização eclesiástica. Roma se tornou realmente centro de toda a vida católica. O papado se elevou ao mais alto grau do seu poder interno. Demonstram-no as muitas concordatas que Pio IX concluiu com os paises europeus e americanos. Restabeleceu a jerarquia na Inglaterra (1850) e na Holanda (1853). Fundou muitos novos arcebispados e bispados, prelazias e prefeituras apostólicas.

b. Mostrou-se igualmente zeloso pela liturgia, pelas ciências e pelas artes. Celebrou mais beatificações e canonizações do que todos os papas nos 150 anos anteriores. Sob os seus auspícios se desenvolveu a neo-escolástica. Foi ele que tornou possivel a publicação de obras importantíssimas, como *Roma Sotterranea* e *Inscriptiones christianae* de G. B. de Rossi.

c. Mas os atos mais célebres do seu pontificado são a definição dogmática da Imaculada Conceição pela bula *Ineffabilis Deus* de 8 de dezembro de 1854, o Sílabo, publicado aos 8 de dezembro de 1864 pela bula *Quanta cura*, e a inauguração do concílio vaticano, aos 8 de dezembro de 1869.

d. Cinco vezes reuniu em redor de si um número consideravel de bispos do orbe católico. Mais de 200 responderam ao seu chamamento aos 8 de dezembro de 1854, mais de 300 pela festa de Pentecostes de 1862, quando canonizou os mártires japoneses. Mais de 500 dirigiram-se a Roma para assistir às festas do centenário dos príncipes dos apóstolos, e 774 reuniram-se no concílio vaticano. O afeto e o entusiasmo de todo o mundo católico chegou ao auge, quando o veneravel ancião celebrou o 25° aniversário do seu pontificado e o 50° do seu episcopado (1877).

Seppelt-Loeffler, Papstgeschichte. — *Schmidlin*, Papstgeschichte der neuesten Zeit. — *Funk-Bihlmeyer* III 284 ss; 337 ss. — Acta Pii IX, 9 vol., Romae 1854-78. — *Huelskamp*, Pius IX, in seinem Leben und Wirken, Muenster 1870. — *Pougeois*, Histoire de Pie IX, son pontificat et son siècle, 6 vol., Paris 1877-86. — *Bury*, History of the Papacy in the 19th Century (1864-78), London 1930. — *Monti*, Pio IX nel risorgimento italiano, Bari 1931. — *Crispolti*, Pio IX, Leone XIII, Pio X, Benedetto XV, Ricordi personali, Milano 1932. — StZ 91, 505 ss; 567 ss; 92, 79 ss; 481 ss. — *Bastgen*, Die roemische Frage, 3 vol., Freiburg 1917-19.

§ 173. O papado e a Itália unida até à guerra mundial

565. Pio IX não chegou a ver os últimos excessos do anticlericalismo italiano. Faleceu aos 7 de fevereiro de 1878. Sucedeu-lhe na cátedra imperecivel de são Pedro Joaquim Pecci, duma antiga família de Carpineto. Depois de brilhantes estudos, recebeu a ordem sacramental, aos 31 de dezembro de 1837, tendo então 27 anos de idade. Um mês e meio

depois, foi nomeado delegado de Benevento e, em 1843, núncio apostólico em Bruxelas. Mas "sem recursos nem autoridade e desprovido da maleabilidade indispensavel para resolver satisfatoriamente as questões inerentes ao seu cargo", foi afastado da diplomacia e, em 1846, nomeado arcebispo de Perúgia. Foi alí que amadureceram os seus talentos. E quando se agravou o estado de saude de Pio IX, os boatos designavam o cardial Pecci como futuro papa (Miller 52 ss). Quando jovem, não lhe desagradava o pensamento de vir a ser chefe supremo da Igreja; mas quando, velho arcebispo, foi eleito papa, sentiu-se tomado de profunda tristeza. Tomou o nome de **Leão XIII** (1878-1903).

566. O novo papa, desde logo, se mostrou verdadeiro mestre dos povos e tornou-se um dos mais brilhantes pontífices da história moderna. Com suas numerosas e esplêndidas encíclicas restaurou a sã filosofia, defendeu a santidade do matrimônio e ensinou aos governantes os verdadeiros princípios da vida política e social. Neste particular, é verdadeira obra prima a encíclica *Rerum Novarum* de 1891, na qual o grande papa social se opõe à teoria tão perniciosa do marxismo. Superando a Pio IX em erudição e larguesa de vistas, Leão XIII complementou o Sílabo, que só era negativo, com a exposição positiva das doutrinas da Igreja.

567. Pastor incansavel da cristandade, baseando-se nas opiniões de santo Tomaz sobre os dois poderes, apartou-se da teoria medieval, e conseguiu assim transformar radicalmente as relações com as potências políticas. Melhorou as condições da Igreja no Brasil, onde a maçonaria causara tão profunda confusão. Com igual interesse tratou de restabelecer a paz na Igreja alemã. Suas negociações com Bismarck foram tão felizes, que este lhe pediu arbitrasse na questão da ilha Yak disputada entre a Alemanha e a Espanha, questão que o papa resolveu à satisfação de ambas as nações (1885). Como Bismarck, assim tambem Gladstone louvou as boas intenções e o espírito verdadeiramente paternal de Leão XIII. E como em Berlim o núncio Galimberti, assim em Londres Ruffo-Scília se viu alvo de grandes simpatias (Miller 91).

568. Guiado sempre pelo espírito de reconciliação, o grande papa procurou tambem paralizar os nefandos intentos do governo maçônico da França, inspirado por Leão Gambetta. Mas em vão. Debalde foram tambem os seus esforços por restabelecer a paz na Itália. Houve um tempo (1886-90), em que esperava poder resolver a Questão Romana. Parecia estar pronto a renunciar às províncias do antigo Estado pontifício, querendo conservar somente Roma e um pequeno território, para ser um príncipe soberano da Itália unida. Mas o liberalismo e o radicalismo e, particularmente, a maçonaria francesa fizeram tudo para estorvar as negociações com o presidente maçônico do ministério, Crispi. Por isso, ficou de pé a proibição da atividade política dos católicos, decretada por Pio IX. As relações entre o Vaticano e o Quirinal agravaram-se cada vez mais. O papa teve que protestar, mais de uma vez, contra a espoliação da Igreja. O anticlericalismo cometeu atos de detestavel perversidade, principalmente pelo código penal de 1889 e pelas solenidades que, no mesmo ano, se celebraram em honra de Giordano Bruno.

569. Grande douto, Leão XIII dedicou particular interesse aos estudos. Pela encíclica *Aeterni Patris* de 1879 recomendou a santo Tomaz como guia nos estudos filosóficos e teológicos. A neo-escolástica teve grande impulso. Muito gratos lhe devem ser os historiadores por ter-lhes aberto os tesouros dos arquivos do Vaticano (1881). Favores especiais lhe devem tambem a arqueologia e as ciências naturais. Finalmente, foi instituida uma comissão bíblica para promover e vigiar a exegese católica.

570. Pai da cristandade, conquistou, de fato, todos os corações. A admiração dos príncipes e dos povos patenteou-se, de modo singular, nos jubileus por ele celebrados e ainda depois da sua morte pela magnificência do seu sepulcro. A autoridade moral da Santa Sé, diz Windthorst, nunca foi tão grande, como no tempo de Leão XIII. E embora não fosse ele iniciador de nova época, pode todavia ser chamado o maior papa desde o pontificado de Bento XIV.

571. No conclave reunido aos 31 de julho de 1903, Rampolla, último cardial-secretário de Leão XIII, foi o candidato da maioria. Já no primeiro escrutínio teve 24 votos, no terceiro 29. Sarto teve 21. Ao abrir-se o quarto escrutínio, o cardial-arcebispo de Cracóvia levantou-se pronunciando, em nome

do imperador da Áustria, a exclusiva de Rampolla. Sabemos hoje, que o governo italiano pedira o veto. Mas todos os cardiais protestaram, e o veto não influenciou diretamente a eleição. No entanto, Sarto, elogiado pelos príncipes de Savóia, adorado em Veneza, atraiu para si, cada vez mais, as simpatias. "A sua inexgotavel bondade prometia um papa de ação mais cordial que cerebral". E, no dia 4 de agosto, foi eleito com 50 votos contra 12. Tomou o nome de **Pio X** (1903-14).

572. José Sarto, filho de alfaiate pobre, mas laborioso de Riese, no norte da Itália, foi ordenado sacerdote em 1858. Humilde e piedoso, foi nomeado, em 1884, bispo de Mântua. A diocese se achava então num estado de lamentavel decadência. Renovou-a ele com seu exemplo de santo e zelo de apóstolo. Em 1893, foi criado cardial e preconizado patriarca de Veneza, onde desenvolveu uma atividade organizadora social e caritativa, que lhe valeu a admiração de todos, menos dos extremos liberais e socialistas.

573 a. Nunca se ocupara da política, e iniciou, por isso, o seu pontificado com um programa que nada tem comum com a política. E este seu programa foi: *Instaurare omnia in Christo*. Procurando realizá-lo, empreendeu uma atividade enérgica de reforma no tocante à vida interna, à constituição e administração da Igreja. Talvez não haja, desde o concílio tridentino, papa reformador mais eminente do que ele. Pelo motu próprio *Inter solicitudines* (1903) reformou o canto-chão, confiando a sua revisão aos beneditinos de Solesmes. Foi introduzida nova ordem do breviário (1911), foram modificadas as rubricas do missal, reduzidas as festas de preceito e recomendada a comunhão frequente e quotidiana (1905). Um benefício altamente cristão foi o decreto da comunhão das crianças de 1910. Tambem a instituição dos congressos eucarísticos é obra de Pio X.

b. Iniciou a administração do seu bispado na cidade eterna com uma visita canônica, estendendo-a, em seguida, a todos os bispados da Itália. Ela se fez sem solenidades, mas não sem rigor e teve por resultado diversas deposições. Melhorou os estudos teológicos e suprimiu uma série de seminários que não dispunham de suficientes professores. Excluiu

dos estabelecimentos de ensino eclesiásticos lentes e estudantes suspeitos de nutrirem simpatias pelas doutrinas do modernismo. Proibiu aos seminaristas a leitura de jornais e periódicos, embora incensuraveis, para que se não desviassem do estudo principal. Para os estudos bíblicos criou o instituto bíblico e confiou aos beneditinos a edição crítica da vulgata (1907).

c. Numerosos e importantíssimas são, além disso, as leis publicadas por Pio X em preparação à nova edição do código de direito canônico, para a qual instituiu comissão especial. O decreto *Ne temere* determinou a forma dos esponsais e do matrimônio (1907). A constituição *Sapienti consilio* deu nova organização à cúria romana (1908). A eleição pontifícia foi regulada pelo decreto *Commissum nobis* que proibe o veto da exclusiva sob pena de excomunhão, enquanto que o decreto *Vacante sede apostolica* resume as disposições anteriores da eleição e as modifica conforme o novo tempo.

d. Com singular empenho velou o papa pela pureza da fé. Por isso editou o *Novo Silabo* de 3 de julho de 1907, seguido da encíclica *Pascendi*. Um decreto da congregação consistorial sobre os relatórios diocesanos e sobre a Visitatio liminum, como tambem o juramento antimodernista tinham o mesmo fim.

574. Menos feliz foi o pontificado de Pio X nas relações políticas, principalmente com a França (§ 182), com Portugal (§ 176) e com a Itália. Na Itália, o governo prosseguiu no caminho trilhado desde 1870. Melhoraram temporariamente as relações. Mas ainda em 20 de setembro de 1910, o síndico Nathan de Roma permitiu-se, com aprovação do governo, insultar o papa num discurso oficial. Os maçãos triunfavam, e os últimos anos antes da guerra mundial eram de luta contra o ensino religioso nas escolas. Um ímpio ateismo ia governar a Itália.

575. Todavia, no meio das lutas, o papado ficou firme no rochedo inabalavel de são Pedro. Pio X não se esqueceu de ser o pai comum da cristandade. E o amor que dedicou a todos encontrou eco espontâneo, mais de uma vez, durante o seu pontificado. O jubileu sacerdotal, celebrado em 1908, foi

acontecimento que comoveu o mundo inteiro, tanto que, por concorde testemunho dos jornais e das revistas, os festejos tão imponentes, celebrados em idênticas ocorrências para Pio IX e Leão XIII, foram superados, nesta ocasião, pela espontaneidade, pelo entusiasmo e pelo concurso de príncipes e peregrinos que, de todas as regiões da terra, foram a Roma (Facch. 50).

Pio X pressentia, desde muito, a guerra mundial. E o sentimento de não poder evitar a morte de milhões apressou a sua própria morte (Facch. 15 ss). No seu testamento declarou: "Nascí pobre, pobre vivi, e pobre quero morrer". Faleceu aos 20 de agosto de 1914.

ASS 11-41, Romae 1878-1908. — AAS 1909 ss. — Acta Leonis XIII, 23 vol., Romae 1881-1905. — Leonis XIII Epistolae encyclicae, 6 part. (lat.-al.), Friburgii 1878-1904. — Acta Pii X, 5 vol., Romae 1905-14. — *Schmidlin,* Papstgeschichte der neuesten Zeit. — *Seppelt-Loeffler,* Papstgeschichte. — *Bernhart,* Der Vatikan als Thron der Welt, Leipzig 1930. — *Fülöp-Miller,* Leão XIII e o nosso tempo, trad. por Marina Guaspari, Porto Alegre 1936. — *Premoli,* Storia ecclesiastica contemporanea (1900-25), Torino 1925. — *Guillermin,* Vie et pontificat de sa Sainteté Léon XIII, 2 vol., Paris (s. a.). — *Forbes,* Papst Pius X., trad. al., Freiburg 1923. — *Facchinetti,* Pio X, Petrópolis 1938.

§ 174. Bento XV, Pio XI e Pio XII

575. Do conclave de 1º a 3 de setembro saiu eleito o cardial Giacomo della Chiesa. No último consistório de Pio X, quatro meses antes da sua eleição, recebera a púrpura cardinalícia. Nascido duma família nobre de Gênova, que já dera à Igreja o papa Inocêncio VII, foi ordenado sacerdote em 1878 e nomeado, em 1883, secretário do núncio apostólico Rampolla em Madrí. Desde então acompanhou Rampolla até à morte de Leão XIII. Em 1907, nomeou-o Pio X arcebispo de Bolonha. Eleito papa, chamou-se **Bento XV** (1914-22), tomando por seu modelo a Bento XIV, que fora igualmente arcebispo de Bolonha.

576. O grande problema político do seu pontificado foi a guerra mundial. Bento se propôs evitar qualquer partidarismo e trabalhar pela paz. Em harmonia com seu secretário de Estado, Pedro Gasparri, executou à risca o seu propósito

até ao fim da guerra. Em 1º de agosto de 1917, dirigiu uma proposta de paz a todos os povos beligerantes. Sua intervenção não teve o desejado efeito pela má vontade de ambas as partes e, particularmente pelos preconceitos do chanceler alemão Michaelis. Cresceu, porém, consideravelmente o prestígio da Santa Sé com a prodigiosa atividade caritativa que desenvolveu. Quando, finalmente, foi decretada a paz de Versalhes, Bento a censurou, indignado, por não ser paz, mas injustiça que trazia em si os germes de novos conflitos.

577. Devido às circunstâncias do tempo ficou mais despercebida a atividade do papa no tocante à administração da Igreja. E todavia, é admiravel o seu pontificado tambem sob este aspecto. O fato principal no campo da política interna foi a promulgação do código de direito canônico (1917). Grande interesse dedicou tambem às Igrejas orientais, para as quais criou uma congregação própria. Igual carinho mostrou às missões, para cuja restauração publicou a memoravel encíclica *Maximum illud* (1919), condenando o espírito nacionalista que tantos estragos causara. E para que em toda a parte se difundisse e confirmasse a vida católica, promoveu os estudos de todos os modos possiveis.

Por tão admiravel atividade elevou consideravelmente a autoridade da Santa Sé, o que já se conclue do fato de ter crescido o número das representações diplomáticas junto ao Vaticano de quatorze que eram em 1914 a trinta e sete em 1933, havendo em 1938 trinta e oito nunciaturas e vinte e duas delegaturas apostólicas.

578. Muito delicada tornou-se, no entanto, a condição da cúria, quando a Itália entrou na guerra. Os embaixadores da Áustria, da Baviera e da Prússia, acreditados junto ao Vaticano, tiveram que deixar os seus postos, revelando-se a completa insuficiência da Lei das Garantias. As atenções dirigiram-se novamente para a Questão Romana. Mas, enquanto o papa esperava uma solução justa e pacífica, a Itália já obtivera de seus aliados a exclusão da Sé apostólica das futuras negociações da paz (1915). Depois da guerra, porém, foram desaparecendo, mais e mais, as hostilidades do governo italiano que percebeu que só no catolicismo possuia baluarte forte contra as correntes da dissolução. Em janeiro de

1919, foi fundado o partido popular italiano, com consentimento da cúria, pelo que o *Non expedit* de Pio IX e Leão XIII, de fato foi abolido. A maçonaria e o anticlericalismo viram-se, em breve, em frente a um adversário forte. Bento XV faleceu prematuramente, aos 22 de janeiro de 1922. Será chamado sempre na história "anjo da paz" (LThK II 144-45).

579 a. Sucedeu-lhe **Pio XI** (1922-39) de saudosa memória. Achille Ratti nasceu em Désio, perto de Monza (1857), de uma família antiga, pertencente, no século XIV, à baixa nobreza. Desde os anos da escola elementar, ostentou um carater sério, pelo que seus companheiros o chamavam de "jovem velho". Depois da sua ordenação sacerdotal (1879), completou seus estudos em Roma, onde se doutorou em filosofia, teologia e direito canônico. Lecionou, em seguida, por cinco anos, no seminário arquiepiscopal de Milão. Entrou, em 1888, no colégio dos doutores da biblioteca ambriosiana e foi, em 1907, nomeado seu prefeito. Em 1914, sucedeu, na mesma qualidade, ao cardial Ehrle na biblioteca vaticana.

b. Desde o fim da guerra vinha prestando serviços relevantes à Igreja como visitador e núncio apostólico da Polônia e visitador dos Estados bálticos que antes da guerra pertenceram à Rússia. A sua missão era dificílima. Pois, tinha que lidar com um Estado novo, sem elementos capazes de governar, cheio de rivalidades dos diferentes grupos étnicos e eivado de diversos partidos políticos e eclesiásticos: polacos e rutenos, gregos unidos e cismáticos.

c. Sobremaneira difícil foi a sua missão de comissário pontifício na Alta Silésia durante o tempo do plebiscito (1920). Tornou-se alí vítima do nacionalismo polaco (Lama 49-50). A Polônia, que lhe devia ser grata, acusou-o de partidarismo. Voltou, por isso, a Roma, sendo então nomeado arcebispo de Milão e cardial (1921), como se estivesse predestinado ao sumo pontificado. Realmente, em 22 de janeiro do ano seguinte faleceu Bento XV, em 2 de fevereiro reuniram-se os cardiais no conclave e, quatro dias depois, saiu da urna eleitoral o nome de Achille Ratti.

580 a. O novo papa compreendeu, que a sua missão não podia ser outra, senão a de continuar a obra pacificadora

de seu predecessor. Compreendeu outrossim, que a paz externa não podia ser realizada sem a realização do reino de Deus. Por isso, na sua primeira encíclica *Ubi arcano Dei* tomou por divisa a "paz de Cristo no reino de Cristo" (AAS 14, 691). Esta paz foi realmente o fim principal do seu pontificado, é o assunto predileto das suas muitas e importantes encíclicas.

b. Entre elas merecem ser mencionadas *Quas primas* (1925), pela qual instituiu a festa de Cristo Rei, *Rite expiatis* (1926), dada por ocasião do centenário de são Francisco de Assiz, declarado padroeiro da Ação Católica, e *Mortalium animas* (1927) sobre a verdadeira unidade religiosa. No 40º aniversário da encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII, publicou a não menos importante *Quadragesimo anno* (1931), opondo, de novo, aos planos materialistas do socialismo a concepção leonina sobre a ordem social, sobre a sua restauração e aperfeiçoamento segundo os ditamos do Evangelho, "norma segura para solução acertada dos problemas sociais", completada, porém, e ampliada em atenção "às novas necessidades e às profundas modificações", introduzidas neste espaço de 40 anos (Miller 149). Com energia reclama, na encíclica *Casti connubii* de 1930, contra os erros e abusos modernos, a educação cristã da mocidade e a santidade do matrimônio cristão. Aos 20 de dezembro de 1935, presenteou o clero com a belíssima encíclica sobre o sacerdócio católico. E, para defender o reino de Cristo contra os espíritos inimigos, dirigiu ao mundo, quasi no fim do seu pontificado, as importantíssimas encíclicas sobre comunismo, nazismo e racismo.

c. O mesmo fim de seu lema visava Pio XI, criando a chamada Ação Católica, cujos objetivos delineou já na primeira encíclica. E' um convite a todos os católicos de todas as condições, idades e sexos a cooperarem na obra de Cristo e na renovação da humanidade no espírito do Evangelho.

d. A força divina do reino de Cristo, provou-a Pio XI pelas muitas beatificações e canonizações e pelos brilhantes jubileus, celebrados em honra de são Francisco de Sales (1922), de Tomaz de Aquino (1925), de Francisco de Assiz (1926), de Agostinho (1930), de Antônio de Lisboa (1931), e pelas

comemorações solenes de grandes acontecimentos, como o concílio de Nicéia (1925) e de Éfeso (1931), pelo jubileu de 1925 e pelo da morte de Jesús Cristo (1933).

581. Além disso, apoiado por seus distintos cardiais-secretários Gasparri e Pacelli, desenvolveu uma grandiosa atividade para organizar a Igreja nos diversos paises, para reconduzir os orientais à união com Roma e para concluir concordatas com muitos Estados. Melhorou as relações com a França e com Portugal. Mas na Rússia, no México, na Espanha e, desde a ascensão do nazismo, tambem na Alemanha, a Igreja teve de sofrer violentos vexames.

582. Sendo ele mesmo grande douto, promoveu com particular carinho os estudos. Já como arcebispo de Milão teve a satisfação de poder abrir a universidade do Sagrado Coração, para cujo primeiro reitor magnífico nomeou o erudito franciscano Agostinho Gemelli. Muitos outros institutos e colégios gozaram da sua benevolência e beneficência. E por constituição de 1931 reformou os estudos superiores da Igreja universal.

583. Mas, o título que melhor lhe condiz é o de "papa das missões". Provam-no a exposição missionária do Vaticano de 1925, a fundação do museu das missões no Latrão (1927), a magnífica encíclica missionária de 1926, a fundação do seminário para o clero indígena e a sagração de numerosos bispos indígenas do Japão, da China e das Índias Orientais.

584 a. O fato de maior importância política deste pontificado é a solução da **Questão Romana.** A condição em que se achava o papado desde Pio IX, embora injusta, acarretava-lhe todavia muitas vantagens. Privado de todo o poder político, não precisava mais de contar com todas aquelas considerações que, durante a idade média e ainda nos tempos modernos, tão frequentemente, influiram, para prejuizo da Igreja, no governo espiritual. Um nimbo místico, abrilhantado ainda pelo cativeiro, o revestia e o tornava mais honrado e venerado pelo mundo católico. A catolicidade e a inviolabilidade do papa jamais se manifestaram com tanto esplendor como nos últimos decênios. No entanto, por ser injusta a espoliação praticada pelos piemonteses, a cúria romana exigia a restauração do Estado pontifício como *condicio sine qua non* da reconciliação.

b. Com o decorrer dos anos, porém, as condições penosas perderam os seus primeiros rigores. Uma intervenção de Pedro II, imperador do Brasil, junto a Pio IX e Vitor Manuel em 1877 ficou sem resultado devido à doença e morte do papa. Leão XIII estava pronto a fazer muitas concessões, para resolver o problema. Mas o liberalismo anticlerical não desejava a solução. Pio X tão pouca importância ligava à política, que teria feito ainda maiores concessões. A guerra mundial, enfim, mostrou palpavelmente as grandes inconveniências do poder político da Igreja em nossos tempos. Mas demonstrou tambem a insuficiência da Lei das Garantias. De outro lado, o campo da atividade religioso-espiritual tinha tomado tão vastas proporções, intensiva e extensivamente, e o governo eclesiástico do orbe estava tão bem centralizado, que o poder político já não teria nenhuma importância para o papado.

c. Surgiu então uma nova Itália, surgiram dois homens: Pio XI e Mussolini, este, adversário da maçonaria e do liberalismo, aos quais unicamente cabia a culpa e a responsabilidade da Questão Romana, Pio XI, grande historiador e conhecedor, por isso, do vai-vem das formas políticas no decorrer dos séculos e dos milênios. Eles resolveram, finalmente, a questão, não sem ter de vencer grandes dificuldades de ambas as partes.

d. Após dois anos e meio de negociações, os **acordos do Latrão** de 11 de fevereiro de 1929 (AAS 21, 209 ss) restabeleceram o Estado pontifício que, politicamente sem importância, tem todavia todos os sinais e todas as garantias de uma perfeita soberania. O papa, por seu lado, reconhece o reino da Itália debaixo da dinastia de Savóia com Roma por capital. Pela concordata italiana (AAS 21, 275 ss) a Itália renuncia ao liberalismo e ao cesaropapismo e reconhece o catolicismo como religião do Estado. Como a concordata abre uma nova época para a Itália, assim o fazem os acordos do Latrão para a Igreja.

e. Infelizmente, não está banido o perigo de conflitos. Já em 1931, o fascismo quis arrogar-se o direito exclusivo da

educação da mocidade. Mais tarde, adotou até as idéias do racismo. Pio XI condenou, em 1931, a apoteose do fascismo, como em 1938 condenou o nazismo e o racismo.

585. Aos 10 de fevereiro de 1939, faleceu o grande papa. Em 1º de março, os 62 cardiais entraram no conclave. No seu discurso, dirigido aos eleitores sobre a escolha do papa, Mons. Antônio Bracci disse: "Cumpre que aquele que elegerdes tenha a invencível força de espírito, que os pontífices-mártires consagraram com o seu sangue; seja doutor de celestial sabedoria, dando fé dos erros latentes, abalando e destruindo-os com seu parecer. Sobressaia por uma fortaleza apostólica, tornando-se capaz à resistência, com toda a alma, enfrentando os ataques ao nome católico; afinal, é de primeira e suma importância que ele brilhe pelo exemplo de uma vida íntegra e santa, que possa atrair sobre si a admiração e veneração de todos" (ap. Kohnen 25-26).

Sob esta impressão foi eleito, já no segundo dia do conclave, o novo papa. Às seis horas da tarde, o primeiro dos cardiais diáconos subiu à Loggia da basílica vaticana para falar aos milhares de romanos, reunidos na praça de São Pedro, e ao mundo: "Anuncio-vos uma grande alegria, temos um papa, Sua Eminência o Rev. Sr. Cardial Eugênio Pacelli, que escolheu o nome de Pio XII". Com júbilo imenso foi acolhido esta palavra.

586. Eugênio Pacelli nasceu em Roma, aos 2 de março de 1876. Fez com grande distinção os seus estudos, doutorando-se em teologia e direito eclesiástico e civil. Ordenado sacerdote (1899), trabalhou primeiro na cura d'almas. Mas entrou, em breve, como colaborador na congregação dos negócios eclesiásticos extraordinários. Em 1917, foi nomeado núncio apostólico em Munique e, em 1920, passou na mesma qualidade a Berlim, ficando neste cargo até que Pio XI o chamasse para cardial-secretário de Estado, em 1929. Quando, finalmente, foi eleito papa, foi tão universal o regozijo do mundo que o redator do *Universe*, tendo assistido à sua coroação, escreveu: "Jamais na história da Igreja houve qualquer coisa de parecido com esta participação universal nas festas da coroação do Papa... Nenhum acontecimento, nem sequer a entrega dos poderes a qualquer presidente dos Es-

tados Unidos nem a coroação de um rei em Londres, despertou, jamais, interesse tão universal como esta coroação" (ap. Kohnen 110).

587. O novo papa, adotando o lema *Opus justitiae pax*, continua com felicidade a obra de seu grande antecessor. Para ele se voltaram as esperanças do mundo, pouco antes da guerra que, pela segunda vez no século XX, ia afligir a Europa. Levantou Pio XII um veemente apelo aos estadistas e aos povos para evitarem o conflito. Não o atenderam, como desatenderam tambem a sua primeira encíclica *Summi Pontificatus annum* de 20 de outubro de 1939. Mas o papado continua sendo o que foi no reinado de Pio XI, a maior potência moral do mundo, e é representado por uma figura vigorosa de verdadeiro chefe, pastor e doutor, vigário de Jesús Cristo, Rei dos séculos e da eternidade.

AAS VI ss, Romae 1914 ss. — *Schmidlin,* Papstgeschichte. — *Seppelt-Loeffler,* Papstgeschichte. — *Funk-Bihlmeyer* III 421 ss. — *Premoli,* Storia ecclesiastica contemporanea (1900-25), Torino 1925. — *Brizzolesi,* Da Pio IX a Pio XI, Roma 1929. — *Semeria,* I miei quattro Papi, II, Milano 1932. — *Goyau,* Papauté et chrétienté sous Benoît XV, Paris 1922. — *Fr. Ritter von Lama,* Papst Pius XI., sein Leben und sein Wirken, Bonn 1930. — *Kohnen,* Pio XII, Petrópolis 1940. — *Curatolo,* La questione romana da Cavour a Mussolini, Roma 1928. — *Olgiati,* La questione romana e la sua soluzione, Milano 1929. — *Mollat,* La question romaine de Pie VI à Pie XI, Paris 1933. — StZ passim.

§ 175. A Igreja na Espanha

588. Depois da morte de Dom Carlos II, o príncipe borbônico Felipe V (1700-46) subiu ao trono da Espanha. Desde então, se espalharam tambem na península ibérica as idéias jansenistas e galicanas, filosofistas e maçônicas. Nos reinados de Fernando VI (1746-59), de Carlos III (1759-88) e de Carlos IV (1788-1808) e, especialmente, no período do ministério imoral de Godoy, aquelas idéias envenenaram, cada vez mais, a vida social, política e religiosa, contaminando até parte do clero. O governo maçônico começou a violar os direitos e os bens da Igreja, desterrou os bispos conciencio-sos, entre eles o cardial Lorenzana de Toledo, e, em fins do

século XVIII, projetou até a formação de uma Igreja nacional-cismática.

589. Agravou-se ainda a opressão da Igreja, quando os franceses invadiram o país. O rei intruso, José Bonaparte (1808-13) introduziu uma constituição bastante liberal (1812). Mas oprimiu a Igreja, exigindo tributos excessivos, suprimindo as ordens religiosas e exilando muitos eclesiásticos. Levantou-se então o povo com verdadeiro heroismo em defesa da pátria e da Igreja e, com auxílio dos ingleses, conseguiu expulsar os invasores.

590. Fernando VII (1808-33) reconquistou o trono de seus país. Logo, a constituição foi anulada e restabelecido, infelizmente, o antigo absolutismo com todas as suas consequências: privilégios e imunidades da nobreza e do clero, a tão odiada inquisição, influxo excessivo de favoritos, falta de justiça e exorbitância de impostos que, todavia, não bastaram para remediar os apuros do tesouro público. Acresce ainda a emancipação das colônias americanas e a consequente paralização do comércio. Tudo isto aumentava a consternação e o desalento.

591. Os liberais serviram-se do geral descontentamento para, mediante uma revolução (1820), restabelecer a constituição de 1812 e para obrigar o rei a nomear um ministério maçônico. Este suprimiu definitivamente a inquisição, expulsou os jesuitas, aboliu os dízimos, apoderou-se dos bens da Igreja, proibiu a comunicação com a Santa Sé e publicou um regulamento para o clero, reprodução fiel da constituição civil do clero francês. Imitando a revolução francesa, prescreveu ao clero o juramento constitucional, enviou a Roma um jansenista, Villanova, na qualidade de embaixador e, não sendo este aceito pela Santa Sé, deu os passaportes ao núncio apostólico Justiniani (1823).

592. Entretanto, Justiniani, à frente da maior parte do clero espanhol, defendeu valorosamente os direitos da Igreja e, organizando-se uma forte resistência tambem entre o povo, pôde, Fernando VII, já no mesmo ano, restabelecer o governo absolutista e revogar os decretos ofensivos à Igreja.

Imprudentemente aboliu, em 1830, a lei sálica que excluia do trono as mulheres, afim de assegurar a coroa a sua filha Isabel, lesando os direitos de Dom Carlos, seu irmão. A consequência foi uma longa guerra civil (1833-40) entre os cristinos e os carlistas. Isabel (1833-68) foi proclamada rainha e Maria Cristina, quarta esposa de Fernando, rainha-regente. Mas os absolutistas, com a maior parte do clero, se decidiram por Dom Carlos. Maria Cristina viu-se, por isso, obrigada a procurar apoio entre os liberais. Estes começaram novamente a perseguir a Igreja.

593. Em julho de 1834, teve lugar em Madrí o bárbaro massacre dos frades, que se repetiu logo em Saragoça, em Barcelona e em outras cidades. No ano seguinte, foram expulsos os jesuitas e supressos quasi todos os conventos. Uma junta de liberais jansenistas elaborou nova constituição civil para o clero. E quando Espartero conseguiu derrotar os carlistas, cometeram-se, durante toda a sua regência (1840-43) as mais atrozes violências contra a Igreja. Gregório XVI opôs forte protesto; mas o governo considerou-o como um atentado inaudito contra a soberania nacional e vingou-se, propondo às côrtes um projeto de separação entre a Espanha e a Santa Sé (1842).

594 a. Reuniram-se então as forças católicas. Os próprios clérigos e prelados que simpatizavam com o governo liberal protestaram. O papa dirigiu-se a toda a cristandade, pedindo que se fizessem preces pela felicidade da desgraçada Espanha. Por mais que o governo proibisse a circular, o clero e o povo se mostraram fiéis à Igreja romana. A resistência, sustentada e avigorada pelas armas literárias de um Balmes (m. 1848) e de um Donoso Cortês (m. 1853), teve como resultado a queda de Espartero.

b. Com o governo de Narvaez, novo ministro de Isabel, começou para a Igreja espanhola um tempo mais bonançoso. Este deu liberdade à Igreja e concluiu uma concordata (1851) e uma convenção suplementar (1859) com a Santa Sé. E' verdade que uma revolução restituiu o poder a Espartero (1854). Mas depois de dois anos, Narvaez voltou ao ministério. Seguiram doze anos de paz.

595. Quando, porém, Narvaez faleceu e seu sucessor Gonçalves Bravo tencionou levar além o absolutismo, a reação liberal virou em ódio contra a rainha e os borbons. Isabel foi expulsa e proclamada a república (1869). Afonso XII (1875-85), filho de Isabel, conseguiu, porém, voltar ao trono. Uma nova constituição, por ele proclamada (1876), reconheceu a religião católica como religião do Estado, mas concedeu tambem liberdade a todos os outros cultos.

596. Desde então, os protestantes procuraram penetrar no país, e os socialistas e anarquistas alcançaram cada vez maior influxo nas massas populares. Durante a longa regência da rainha Maria Cristina da Áustria (1885-1902), melhoraram temporaneamente as relações com a Igreja. Mas os espíritos subversivos não descansaram. Durante o reinado de Afonso XIII (1902-31), os anarquistas, chefiados por Ferrer, causaram os horrendos atentados de 1909 e, embora o chefe fosse condenado à morte, os seus sectários e os liberais não cessaram de lutar contra trono e altar, até aos nossos dias. A ditadura militar de Primo de Rivera (1922-30) teve que ceder à revolução. Afonso XIII foi desterrado, e a república começou a sua obra de extermínio.

Em 1932, foi suprimida, mais uma vez, a companhia de Jesús, foram confiscados os seus bens e desterrados os religiosos. A nova constituição decretou a separação entre Igreja e Estado. Todos os edifícios eclesiásticos, conventos, seminários, etc., foram declarados bens nacionais. Às ordens religiosas foi proibida qualquer atividade. O episcopado protestou. Fê-lo tambem o papa na sua encíclica de Pentecostes de 1933. Mas o protesto não teve resultado.

597. Se perguntarmos pelas causas das desgraças, responde Corillo Albornóz S. J. que uma delas é a propaganda atéia e anti-espanhola da maçonaria internacional e do comunismo de todo o mundo, que pretendiam fundar uma nova república soviética. Grandemente concorreu para isso a tibieza e pouca seriedade em que viviam muitos cristãos.

Um grupo de capitalistas, maus católicos, exerciam uma influência decisiva em quasi todos os partidos políticos. Em 1921, os bispos determinaram organizar em todo o país um movimento social em grande escala. Mas aqueles políticos obrigaram o rei a proibir a propaganda social. Foi proibido o trabalho dos padres Abreu e Ayla, que tinham começado a organizar os operários cristãos. O P. Laburu foi taxado de comunista só porque pregava nas igrejas a doutrina social dos papas. Gil Robles foi boicotado sistemáticamente por certa gente, que se diziam defensores da cultura cristã.

598. Em oposição a esta geração hipócrita cresceu, nos últimos anos, uma juventude fervorosa. Começou uma renovação da vida nas associações. Refloriu a ação católica. Os comunistas notaram que na Espanha já nada podiam esperar por meios democráticos. Só lhes restava agir com outros meios, antes de os católicos tomarem conta de toda a política. Da Rússia afluiram enormes somas em dinheiro, grande abundância de armas e munições. Formaram-se milícias marxistas, e o poder foi entregue ao mação Portela. E este soube torcer decisivamente as eleições de 16 de fevereiro de 1936 de sorte que os esquerdistas, apesar de derrotados, obtiveram a maioria no parlamento. E desde então, a guerra religiosa se tornou realidade. Estourou a revolta armada que terminou felizmente com a vitória do generalíssimo Franco. Praza a Deus que com ela tenha terminado tambem a via sacra da Igreja na Espanha.

Alzog, História universal da Igreja, trad. por J. A. de Freitas, IV, Lisboa 1878. — *Funk-Bihlmeyer* III 299-300; 370; 441-42. — *Gams,* Kirchengeschichte von Spanien III. — *G. de Grandmaisson,* L'Espagne et Napoléon, 3 vol., Paris 1908-31. — AAS (passim).

§ 176. A Igreja em Portugal

599. A Igreja de Portugal oferece, desde os tempos de Pombal, um aspecto não menos triste do que a da Espanha. Com a subida de D. Maria I (1777-1816) ao trono melhorou temporariamente a sua condição. A jovem rainha era inimiga irreconciliavel da política pombalina. O velho ministro, que tanto mal fizera ao povo católico de Portugal e domínios, foi processado e expulso da côrte (1781). Faleceu no olvido, um ano após a sua deposição, na vila de Pombal.

600. Mas sobreveio a revolução francesa com todas as suas consequências. D. Maria enlouqueceu em 1792. João VI, seu

filho, assumiu o governo. Era um príncipe bem intencionado, mas de carater fraco e irresoluto. O seu governo foi, por isso, pouco honroso para o Estado e sumamente doloroso para a Igreja. De um lado, temia ele ofender os espíritos liberais e maçônicos, de outro, sendo aliado dos ingleses, se opôs aos princípios da revolução francesa. Napoleão jurou vingar a afronta.

601. Efetivamente, em 1807, Bonaparte assinou com a Espanha o tratado de Fontainebleau que riscava Portugal do mapa da Europa. O general Junot invadiu o país e declarou que a família de Bragança havia deixado de reinar. O príncipe deixou a pátria e refugiou-se no Brasil (1807). Desde então, a Igreja portuguesa participou da sorte da espanhola até à expulsão dos franceses pelas armas luso-britânicas (1808).

602. Mais penosa ainda se tornou a aflição com a revolta de 1820, motivada pela indigna ocupação inglesa e influenciada pelos espíritos revolucionários que agitavam a Espanha. O movimento acabou por dar ao país uma constituição liberal, à qual Dom João VI, voltando finalmente do Brasil, prestou juramento. Mas o partido reacionário, inspirado por Dom Miguel e pela rainha D. Carlota Joaquina, conseguiu suprimí-la, em breve (1823). Depois da morte de João VI (1826), Dom Pedro IV, já então imperador do Brasil, cedeu o trono de Portugal a sua filha D. Maria da Glória, dando a regência, durante a menoridade da rainha, a sua irmã Isabel Maria. Dom Miguel, porém, apresentou-se como pretendente ao trono e foi proclamado rei pela maior parte do povo e do clero (828). Triunfava o absolutismo.

603. Infelizmente, Dom Miguel não procedeu com a devida prudência. Suas violências contra os liberais, posto que produzissem efeito momentâneo e os reduzissem à submissão e ao silêncio, não impediram contudo que estes trabalhassem às escondidas, preparando a ruina de Dom Miguel. O conde de Vila Flor reuniu os liberais na Ilha Terceira. Alí chegou, aos 3 de março de 1832, tambem Dom Pedro, que logo formou um ministério liberal e anti-clerical e, com um pequeno exército, desembarcou no Porto. Ateou-se a guerra civil, que

acabou por derrotar a Dom Miguel, graças ao auxílio prestado por ingleses e franceses a Dom Pedro.

604. A Igreja teve que sentir a vingança dos liberais e maçãos. Os tempos de Pombal pareciam ter renascido. Os prelados, nomeados por Dom Miguel, foram substituidos por outros, formados na incrédula universidade de Coimbra, tocados do espírito pombalino e filiados até, em grande parte, à maçonaria. Foram maltratados os bispos e sacerdotes infensos ao governo, e este chegou a ordenar que só pudessem administrar os sacramentos os que dele tivessem a licença. Os mosteiros foram suprimidos, e confiscados os seus bens. O núncio apostólico Justiniani foi despedido. O papa protestou em vão e, apesar das suas reclamações, o cardial-patriarca de Lisboa sagrou os bispos nomeados por Dom Pedro.

605. Maria II da Glória (1834-53), que na sua política dependia quasi completamente dos ingleses, sendo pessoalmente filha fiel da Igreja, desejava reconciliar o seu reino com a sé apostólica, com a qual restabeleceu relações em 1841. Mas não conseguiu vencer a influência da maçonaria, e apesar da atuação do habil internúncio Cappacini não foi possivel chegar à conclusão de uma concordata. Nem tampouco os esforços de seus filhos Dom Pedro V (1853-61) e Luiz I (1861-89) tiveram real êxito. Concedeu-se ao papa apenas o direito da instituição canônica dos bispos.

606. Mas um fruto precioso ao menos teve a perseguição: a união mais estreita do episcopado com a Santa Sé. E' verdade que, por um falso respeito ao governo, nenhum bispo português assistiu à canonização dos mártires japoneses, para a qual foram convidados. Pio IX lhes censurou severamente a fraqueza. Mas no concílio vaticano compareceram dois bispos de Portugal e, no jubileu do papa em 1877, o próprio patriarca de Lisboa foi a Roma, chefiando os peregrinos portugueses. Durante o pontificado de Leão XIII, continuaram melhorando as relações, de sorte que o mesmo papa, em 1881, pôde reorganizar a Igreja de Portugal. Dividiu-a em três arcebispados, Lisboa, Braga e Évora, e nove bispados, organização que permaneceu até 1918, quando Bento XV restabeleceu o antigo bispado de Leiria. Pio XI acrescentou ainda as dioceses de Vila-Real (1922) e Aveiro (1938).

607. No entanto, os liberais não cessaram de hostilizar a Igreja. Em 1º de fevereiro de 1908, o rei Dom Carlos I (1889-1908) e o príncipe herdeiro Luiz Felipe cairam vítimas dum atentado. Dois anos depois, o jovem rei Dom Manuel II (m. 1932) foi expulso pela revolução que proclamou a república. Desde então, a perseguição se agravou novamente, assumindo proporções assustadoras. Os jesuitas foram expulsos e as outras ordens religiosas suprimidas. Em 1911, foi decretada a separação entre Igreja e Estado. Pio X protestou pela encíclica *Jam dudum* de 24 de maio (AAS 1911, 217 ss). Mas em 1913, cortaram-se completamente as relações com a Santa Sé.

608. No meio de todas estas perseguições é consoladora a adesão de muitos católicos à Igreja. A perseguição despertou a muitos do sono do indiferentismo. Um zelo louvavel se manifesta, nos últimos anos, na obra da propagação da fé. Terminando em 1918 a luta religiosa, foi restabelecida a relação diplomática com a Sé apostólica. Bento XV animou os católicos a reconhecerem a república e a colaborarem na vida do Estado. Em 1926, realizou-se um concílio plenário em Lisboa. Uma convenção entre o presidente Carmona e o papa Pio XI regulou a demarcação das dioceses orientais e a nomeação e jurisdição dos bispos (AAS 1928, 129 ss; 247 ss). E na concordata de 1940 aparece um novo Portugal, modelo dum Estado cristão, chefiado por Carmona e Salazar.

Alzog, IV 62-64; 120-21. — *Stephens*, History of Portugal, 4. ed., London 1908. — *F. de Almeida*, História da Igreja em Portugal, 4 vol., Coimbra 1910-26. — *M. de Oliveira*, História eclesiástica de Portugal, Lisboa 1940.

§ 177. A Igreja na América espanhola

609. A América latina que, no princípio do século XIX, ainda era domínio da Espanha e de Portugal, passou, durante o primeiro quartel do século, um período de universal revolução. Simão Bolivar, "el Libertador", e outros varões puseram-se à frente do movimento que visava a emancipação. Formaram-se, aos poucos, 17 Estados independentes, vítimas todos de contínuas agitações políticas, que acarretaram tambem para a Igreja as mais tristes consequências. O papa Leão XII pronunciou-se, na bula de 24 de setembro de 1824 (HJG 1926, 233 ss), em favor da coroa espanhola. Mas entabulou, em seguida, negociações com as diversas repúblicas, negociações que as mais das vezes se tornaram dificílimas. Maçãos e liberais investiram, em toda parte, contra a Igreja. E esta não estava em condições de defender-se eficazmente, por falta de bons sacerdotes e pelo número consideravel de maus.

610. No **México**, o vice-rei Apodaca recusou-se a reconhecer a constituição das côrtes de Madrí (1820) e deu o comando ao general Agostinho de Itúrbide. Este proclamou a independência do México (1821) e se fez eleger imperador. Foi, porém, derrotado (1823) e assassinado quando tentava voltar ao poder. A república, então proclamada, manteve-se, com a interrupção de poucos anos, até hoje.

611. O México deu a todos os paises da América central e meridional o exemplo de perseguição religiosa. Em princípios do século, a disciplina eclesiástica e regular se achava num estado de lamentavel marasmo. Gregório XVI, querendo reformá-la, enviou um visitador apostólico. Mas o governo não queria reforma da Igreja, e sim o seu extermínio. Suprimiu, por isso, todos os conventos (1833), secularizou as missões e confiscou os bens eclesiásticos. O presidente e ditador Juarez (1861-64), o mais encarniçado inimigo da Igreja durante o século XIX, proibiu ao clero o traje eclesiástico e expulsou todos os prelados.

612. Mas como Juarez espoliasse não somente a Igreja, senão tambem os estrangeiros, formou-se uma aliança de franceses, ingleses e espanhóis para defesa de seus conacionais. Um exército francês ocupou o país (1863). E, à proposta de Napoleão III, foi eleito imperador do México Maximiliano, arquiduque da Áustria (1864-67).

Com o progresso das armas francesas pareciam começar tempos mais bonançosos para a Igreja. Pio IX lhe deu uma organização, dividindo-a em três arcebispados e quinze bispados. No entanto, ficaram de pé as leis de Juarez, porque o imperador esperava poder assim conciliar os republicanos e juaristas com os monarquistas. Tocado das idéias filosofistas

e josefinistas, introduziu, além disso, o *placet* régio e a liberdade dos cultos. Mas não conseguiu realizar os seus planos. Enquanto se entregava, mais e mais, aos liberais, o poderoso Juarez trabalhava para restabelecer a república. De fato, em 1867, o imperador caiu nas mãos do inimigo, que o mandou fuzilar.

613. Durante o segundo governo de Juarez (m. 1872), a perseguição tornou-se ainda mais violenta, e perdurou mesmo depois da morte do tirano. Em 1875, foi decretada a separação entre Igreja e Estado e banido das escolas o ensino religioso. Foram expulsas as religiosas que se ocupavam de ensino e enfermagem. E de certo não é merito do governo o catolicismo não ter desaparecido por completo do país. O povo guardou fidelidade à Igreja, e, durante a presidência de Porfírio Dias, as ordens religiosas voltaram a seus postos.

614. Mas com a revolução de 1911 recomeçaram as perseguições. Culpados foram, em parte, os próprios católicos que, constituindo 95% da população, não compreenderam a tempo a necessidade de trabalhar energicamente por melhorar as condições políticas, sociais e eclesiásticas. O presidente Carranza (1915-20) desencadeou luta aberta. Pela constituição de 1917, a Igreja devia ser escravizada e, se possivel, exterminada. Todas as ordens religiosas foram proibidas, os bens da Igreja declarados bens do Estado, os sacerdotes estrangeiros expulsos, e os nacionais, vexados de mil maneiras. Todos os bispos tiveram que seguir o caminho do desterro.

615. Obregón continuou a política de Carranza. À vista da resistência passiva dos católicos, diminuiram um tanto os rigores. Mas o presidente Plutarco Elias Calles (1924-28), socialista radical e mação, taxando de desobediência aquela resistência, executou brutalmente as leis antieclesiásticas. Houve até não poucos mártires entre bispos, sacerdotes e leigos. Uma contra-revolução teve por consequência a queda de Calles. Mas o movimento libertador não conseguiu o seu fim, porque os Estados Unidos, concedendo armas a Calles (!), negaram-nas aos insurretos.

Nas eleições de 1928 saiu da urna violada o nome de Obregón, que prometia seguir a política de Calles. Mas foi assas-

sinado aos 17 de julho. Foi declarado presidente provisório Portes Gil. Os católicos esperavam que tivesse chegado o fim das aflições. A perseguição amainou de fato e, em junho de 1929, foi estabelecido um modus vivendi.

616. Mas bem depressa se alterou o cenário. Das eleições irregulares de 1931 saiu Ortiz Rúbio, homem fraco e sem personalidade, através do qual governaria Calles. Pio XI protestou, diversas vezes, contra as violências e animou os católicos a não fraquejarem. Ainda no consistório secreto de 16 de dezembro de 1935 e na encíclica sobre o comunismo, *Divini Redemptoris*, de 19 de março de 1937 (AAS 1935, 458; 1937, 65 ss) queixou-se amargamento do triste estado de coisas do México. Motivo de grande consolação foi-lhe, no entanto, a firmíssima constância, com que clérigos e fiéis professaram a sua fé. Recomendou com insistência a Ação Católica, exortou a todos a manter a unidade, a caridade e a paz. E exprimiu a sua esperança de um futuro mais feliz para a Igreja mexicana (AAS 1937, 189 ss). Mas ainda não raiou o dia da liberdade. Em 30 de dezembro de 1940, o presidente Manuel Ávila Camacho assinou a lei de nacionalização dos bens eclesiásticos (REB I (1941) 348).

617. A **Assembléia Constituinte** dos cinco Estados da América central (1823-24), que compreendia Guatemala, Nicaragua, São Salvador, Honduras e Costarica, estava tambem eivada de idéias antieclesiásticas, causando desde logo grandes dificuldades aos bispos e aos fiéis. Dissolveu-se, porém, em 1839, e desde então foi restabelecida, em algumas partes, a liberdade religiosa. Uma série de concordatas foram concluidas entre a Santa Sé e as novas repúblicas, Mas, infelizmente, não foram sempre executadas. Distúrbios políticos e desastres físicos dificultavam grandemente a vida eclesiástica. Até 1913 havia, para os cinco Estados, apenas um arcebispado em Guatemala. Acresceram então as duas províncias de Nicaragua e de São Salvador.

618. A república da **Nova Granada,** reconhecida por Gregório XVI em 1835, manteve, a princípio, boas relações com a Sé apostólica. Mas, a partir de 1845, começou tambem alí a perseguição religiosa. A constituição de 1851, que deu ao país o nome de Estados Unidos de Colômbia, proclamou a

liberdade dos cultos. Todavia, a perseguição da Igreja agravou-se mais e mais. A revolução de 1859 agitou gravemente todo o país.

Por esta ocasião, o Panamá declarou-se independente, como o Equador, Venezuela, Perú e Bolívia o tinham feito em 1830. Para o resto da então chamada república de Colômbia foi elaborada uma nova constituição que visava a completa escravização da Igreja. Só em fins do século, melhoraram as condições. Foi então concluida uma concordata (1887) e organizada a Igreja em quatro províncias, dez bispados, dois vicariatos apostólicos e duas prefeituras apostólicas.

619 a. O **Equador** declarou o catolicismo religião do Estado, ao mesmo tempo que concedia liberdade a todos os cultos. Propagaram-se, por conseguinte, o protestantismo e as seitas secretas, que dificultaram, mais e mais, a vida católica. Mas o presidente **Garcia Moreno** (1861-65 e 1869-75), verdadeiro benfeitor da sua pátria, fez com que a Igreja se desenvolvesse magnificamente. O grande presidente concluiu uma concordata com a Santa Sé (1862), chamou muitos religiosos para a pregação e para o ensino e tornou feliz e próspero o seu país. Excitou, porém, deste modo, a cólera dos liberais, que o assassinaram (1875) e que envenenaram tambem o arcebispo José Inácio Checa de Quito (1877).

b. Desde então, o país é dilacerado por contínuas perturbações. Inimigo mortal da Igreja foi o presidente Alfaro (1895-1901). A concordata foi suprimida, as ordens religiosas foram expulsas, os bispos desterrados, descristianizadas as escolas, os jornais católicos proibidos e, finalmente, foi proclamada a separação entre Igreja e Estado (1904).

c. Em 1906, restabeleceu-se a liberdade de conciência. Mas as hostilidades não terminaram. Em 1927, foi proibido a todos os sacerdotes estrangeiros e a todos os nacionais existentes fora do país entrar no Equador. Há em toda a república um só arcebispado com seis sufragâneos.

620. O **Perú** teve tambem as suas lutas. Mas, em geral, os governos mostraram maior tolerância. O povo ficou fiel à Igreja. A **Bolívia** teve que sofrer muito de revoluções e guerras. E não menos sofreu a Igreja boliviana. O país tem hoje um arcebispado com seis sufragâneos, dois vicariatos apostólicos, Beni (1917) e Chaco (1919), e uma prefeitura apostólica, Pilcomayo (1925).

621. No **Chile,** depois da guerra da independência, franciscanos e capuchinhos recomeçaram a missão (1838). Superadas as primeiras dificuldades, foi proclamada a liberdade religiosa (1865). Em 1920 foi criada a embaixada junto à Santa Sé. A separação entre Igreja e Estado, decretada em 1925, fez-se de um modo pacífico e sem a costumada secularização. Em geral, a Igreja do Chile gozou de paz e pôde desenvolver-se tranquilamente até à subida do partido popular. A jerarquia consta hoje de um arcebispo, onze bispos e três vigários apostólicos.

622 a. Na **Argentina** estalou a revolução em 1810. Em 1818, finalmente, conseguiu separar-se da Espanha. Mas não achou a paz. Contínuas lutas intestinas dilaceraram a nova república. Ao mesmo tempo, a Igreja sofreu perseguições interminaveis, que se tornaram extremamente violentas durante a ditadura de Manuel Ortiz de Rosas. Este homem audacioso e sanguinário exerceu, durante 23 anos, um poder despótico. Calculam-se em mais de 20.000 as vítimas da sua crueldade. Os seus desmandos e excessos levantaram afinal contra ele uma parte da população argentina. Ao mesmo tempo, o Brasil, que Rosas provocara, lhe declarou a guerra. Completamente derrotado (1852), teve que fugir para a Europa. Morreu obscuramente em Londres (1877).

b. Todavia, não terminaram ainda os vexames da Igreja. Só depois das recentes contendas, causadas pela provisão da séde arquiepiscopal de Buenos Aires (1923-26) é que as relações entre a Santa Sé e a Argentina melhoraram. Mas ainda os liberais e os maçãos continuam sendo os maiores inimigos da vida católica. E' grande tambem a indiferença religiosa. A falta de sacerdotes é assustadora. A imprensa católica deixa muito a desejar, ao passo que inúmeros jornais anti-clericais inundam o país.

c. Mas há tambem um lado luminoso. A constituição republicana é essencialmente católica. Existe uma universidade ca-

tólica na capital. A Ação Católica, organizada pelo núncio Cortesi, diversas obras diocesanas, apoiadas por religiosos e religiosas, que trabalham nas cidades e nas missões dos pampas e do Chaco, começam a dar forte impulso à vida católica. O congresso eucarístico internacional de Buenos Aires, celebrado de 10 a 15 de outubro de 1934, equivaleu a uma viva profissão de fé. Foi um momento de suprema emoção aquele em que se ouvia pelo alto-falante a voz do papa dizer em latim: "Christus Rex Eucharisticus vivat, regnet atque dominet", enquanto o presidente da república, Agostinho Justo, implorava as bençãos do altíssimo sobre o seu povo.

d. Desde alguns anos se falava positivamente no desdobramento das sédes episcopais, que até 1935 só eram um arcebispado e doze bispados. Pio XI criou, aos 20 de abril de 1935, dez novas dioceses e seis novas províncias (A Ordem, 1934, 87-96; AAS 1935, 257 ss).

J. C. la Torre, L'Église romaine dans l'Amérique latine, Paris 1910. — *André,* La fin de l'Empire espagnol d'Amérique, Paris 1922. — *Robertson,* History of the Latin American Nations, New York 1925. — *Bertrand,* Histoire de l'Amérique espagnol, 2 vol., Paris 1929. — *Dietrich,* Simão Bolivar, trad. port. p. J. Augusto, Porto Alegre 1937. — *Deschand,* Garcia Moreno, Petrópolis 1910. — *G. Barroso,* A guerra do Rosas, Rio de Janeiro (s. a.). — *P. Calógeras,* Da regência à queda de Rosas, São Paulo 1933. — AAS (passim). — *Buchberger,* LThK (passim).

§ 178. A Igreja no Brasil desde os últimos anos coloniais até à queda da monarquia

623 a. Dom João VI chegou ao Rio de Janeiro aos 7 de março de 1808. Embora Portugal recuperasse, no mesmo ano, a sua independência pelos sucessos das armas luso-britânicas, o regente decidiu ficar nesta pátria de adopção, que sinceramente amava. Seu governo foi, em geral, de paz e utilidade. No congresso de Viena (1815) conseguiu que o Brasil fosse equiparado, no reino unido, a Portugal e Algarves. E quando, no ano seguinte, pela morte de sua mãe, cingiu a tríplice coroa, mesmo assim não quis voltar a Portugal.

b. Mas as antigas rivalidades entre portugueses e brasileiros, juntamente com as maquinações da maçonaria, causaram a revolução de Pernambuco (1817). Sufocada esta, estalou outra em Portugal, onde se reclamava uma constituição e a volta do governo. O rei cedeu, e partiu para Portugal, com os pressentimentos da próxima emancipação do Brasil. Deixou, por isso, a Dom Pedro como príncipe regente. Mas as côrtes, querendo reduzir o Brasil à condição de simples colônia, reclamaram tambem a volta de Dom Pedro.

624. No entanto, agruparam-se em redor do príncipe fervorosos defensores da causa brasileira, como José Clemente Pereira, presidente do senado, José Bonifácio, escolhido por Dom Pedro para seu ministro, e Frei Francisco de Jesús Sampaio, com quem o regente tinha frequentes conferências no convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Recebendo finalmente notícias das medidas que contra ele tinham tomado as côrtes de Lisboa, o príncipe regente proclamou, às margens do Ipiranga, a independência do Brasil. Era o dia 7 de setembro de 1822. Regressando ao Rio de Janeiro, foi proclamado e coroado imperador.

625. Aos 3 de maio de 1823, abriu-se a assembléia constituinte, afim de dar ao império a constituição. Infelizmente, dominava nela o espírito filosofista e liberal, pelo que a causa da Igreja correu longamente perigo de ser sacrificada, apesar dos muitos clérigos que se achavam entre os deputados. E não causa maravilha. Pois, embora estes clérigos fossem bons oradores, eram menos bons pensadores, e alguns nem mesmo eram bons eclesiásticos. Diogo Feijó propôs até a supressão do celibato do clero, questão que há longo tempo perturbava os ânimos, e pregou com toda a franqueza idéias que lembram o extremo galicanismo e tendiam a um cisma aberto. Outros clérigos deputados nutriam idéias semelhantes. Alguns eram maçãos.

Todavia, a constituição, jurada aos 25 de março de 1824, proclamou o catolicismo religião do Estado (Leis 1824, I 7), devendo-se esta vitória aos enérgicos protestos do veneravel ancião e grande brasileiro José Maria da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairú (m. 1835), verdadeiro pioneiro da causa católica. Foi provavelmente tambem ele quem inspirou ao imperador a idéia de organizar a Igreja do império.

626. Existiam, no século XVII, o arcebispado da Baía e os bispados do Rio de Janeiro, de Olinda e do Maranhão. Cle-

mente XI criou, em 1719, o bispado do Pará, ficando este sufragâneo de Lisboa. Bento XIV ajuntou ainda os bispados de Mariana e de São Paulo, como tambem as prelazias de Goiaz e de Cuiabá, pela bula *Candor lucis aeternae* de 6 de dezembro de 1745. A pedido de Dom Pedro, o papa Leão XII elevou as prelazias de Goiaz e de Cuiabá à categoria de bispados (1826), desligou os bispados do Maranhão e do Pará do arcebispado de Lisboa, para transferí-los ao da Baía (1828), e criou no Rio de Janeiro uma nunciatura apostólica (1826). Esta, porém, em vista das aperturas financeiras em que se achava a Santa Sé e da recusa do governo imperial de concorrer para as despesas necessárias, não foi provida senão cinco anos mais tarde, e, em 1832, foi reduzida à categoria de simples internunciatura.

627. Por desgraça, o governo de Dom Pedro I caraterizou-se por atos do mais imprudente regalismo, resultado infeliz da sua estreiteza de vistas, do espírito da época e do antigo padroado. Recusou o óbulo de São Pedro, subordinou aos seus caprichos as bulas pontifícias, interveio na economia das ordens religiosas e no regime interno da Igreja. Suprimiu a ordem augustiniana da Baía (1824), a dos carmelitas descalços e a dos capuchinhos de Pernambuco (1830). Permitiu aos religiosos residirem fora dos conventos e animou a indisciplina e todos os elementos de perturbação dentro da Igreja.

628. A este regalismo uniu-se um absolutismo não menos imprudente, despertando uma oposição política, que Dom Pedro não soube dominar. Por isto, abdicou nas mãos de seu filho **Dom Pedro II** (1831-89), que tinha apenas cinco anos de idade, Na menoridade do novo imperador governou uma regência trina (1831-35). Foi um período agitadíssimo de lutas partidárias. E as coisas não melhoraram, quando o regime foi entregue a Diogo Feijó (1835-37). Este, por sua vez, cansado das contínuas oposições, passou a regência a Araujo Lima (1837-40). Finalmente, Dom Pedro II, proclamado maiorene, assumiu as rédeas do governo, na idade de quinze anos não completos.

629 a. Os espíritos maçônicos e liberais aproveitaram-se do ensejo para continuar as lutas contra a Igreja e contra as ordens religiosas. As seitas protestantes, por eles favorecidas,

felizmente, não tiveram grande êxito. Mas a vida católica passou um tempo de verdadeira estagnação.

Os bispos tiveram de queixar-se dos avisos e decretos restritivos da liberdade e independência de seu sagrado ministério. A questão da confirmação dos bispos, coerente com a do celibato, perturbou longamente as relações com a Santa Sé. Foram eleitos bispos do Rio de Janeiro Antônio de Moura e de Mariana o próprio Feijó, que o papa não podia aceitar, como de fato não aceitou. Em represália, o governo resolveu, por decisão de 18 de julho de 1836, negar aos brasileiros licença de recorrerem à Santa Sé, enquanto não fossem concedidas as bulas da confirmação, "para que se não torne nulo e ilusório o direito da nomeação que compete ao mesmo governo pelo bem do Estado e pelos cânones da Igreja" (Decisões 1836, 397). A questão terminou com a renúncia que ambos prudentemente fizeram de sua eleição.

Planejava-se, ao mesmo tempo, uma concordata que teria, no dizer de Joaquim Nabuco, abolido o primado do papa no Brasil. O governo mostrava, cada vez mais claramente, a tendência de ingerir-se na economia da Igreja, querendo reduzí-la à condição de instituição humana, mero ramo da administração civil. Felizmente surgiu um homem providencial, que fez baquear o regente Feijó e salvou a comunhão eclesiástica com Roma, Dom Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo-primaz da Baía.

b. Realmente desolador era o estado a que chegou a vida monástica. Algumas comunidades religiosas extinguiram-se completamente. Depauperaram-se outras, devido ao desregramento de muitos de seus membros. E aos 19 de maio de 1855, Nabuco de Araujo, então ministro da justiça, assinou o malfadado decreto que fechava os noviciados em todo o império, até que fosse resolvida a concordata que o governo ia propor à Santa Sé. Como, porém, nunca mais se cogitou de propor tal concordata e tão pouco de revogar a circular, os conventos se foram despovoando, e extinguir-se-iam de todo, se não fosse o decreto de 7 de janeiro de 1890 (Dornas Filho 25). Com profunda mágua escreve Dom Viçoso, bispo de Mariana: "Os carmelitas e franciscanos estão divididos no Brasil em diversas provincias com seu provincial, mas cada

um com poucos religiosos, uns poucos nas capitais e o resto dos conventos com um só, que é o prelado dos escravos. Que faz o prior? Nada, ou ganhando dinheiro para se secularizar" (ap. Dornas F. 29).

c. Nas missões trabalhavam, desde a expulsão dos jesuitas, quasi exclusivamente os franciscanos (REB I 460) e os lazaristas que, após a independência do Brasil, se estabeleceram na serra do Caraça. Mas o seu número foi muito insuficiente. E' verdade que, em seguida, vieram os salesianos, os redentoristas, as irmãs da caridade e outras congregações, mas sem que lograssem ocultar a decadência religiosa.

630 a. A maçonaria penetrou até nas irmandades eclesiásticas. Bom número do próprio clero, tocado do veneno do jansenismo e do regalismo, fazia parte das lojas, como Almeida Martins, Januário da Cunha e outros mais, que, ativos na política, negligenciavam os seus deveres eclesiásticos e, protegidos pela loja, pronunciavam discursos veementes contra Igreja e episcopado.

b. Quando Dom Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, decretou a suspensão do P. Martins (1872), o visconde do Rio Branco, grão-mestre do Grande Oriente do Lavradio e, desde 1871, chefe do ministério, decidiu-se a "esmagar o episcopado sob dobrada condenação, civil e religiosa". Ao mesmo tempo, o grão-mestre Saldanha Marinho reuniu o seu Grande Oriente do Vale dos Beneditinos, pronunciando veemente discurso contra Dom Lacerda. Preparavam-se as cenas vergonhosas, que se estavam produzindo nas diversas côrtes da Europa. Começou a chamada **Questão Religiosa.**

631. Corajosamente se opuseram à corrente maçônica Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira O. F. M. Cap., bispo de Olinda, e Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará. Dom Antônio, bispo desde 1861, compreendeu que, "se o episcopado ficasse firme no seu posto, haveria, sem dúvida, uma luta bastante forte, mas lograr-se-ia salvar ainda a fé..., enquanto, se ele enfraquecesse, se se continuasse no sistema de tudo ceder, de tudo deixar fazer *pro bono pacis*, perdido irresistivelmente estaria tudo, e o catolicismo perece-

ria no Brasil por decomposição lenta" (QR 87). Dom Vital, jovem bispo de 27 anos ainda não completos, já na sua primeira carta pastoral, escrita no dia da sua sagração (17 de março de 1872), demonstra um coração verdadeiramente franciscano, humilde e caridoso, mas resolvido a lutar contra erros e rebeldias, contra indiferença e corrupção, e decidido a vencer, como os apóstolos venceram e transformaram o mundo (Olívola 58-61).

632. Os dois valorosos campeões dos direitos eclesiásticos protestaram contra as ingerências do govêrno, levantaram a sua voz contra os ataques de jornais maçônicos e exortaram e suplicaram os padres e os membros das confrarias a abjurarem a maçonaria. Da parte do clero foram atendidos com raríssimas exceções. Mas mostraram-se recalcitrantes algumas irmandades, que em aberta oposição zombavam dos convites amorosos dos prelados, pelo que estes acabaram lançando o interdito e a suspensão contra os renitentes.

633. Os rebeldes fizeram recurso das censuras à coroa, recurso este de todo ilegal segundo o código brasileiro (Olívola 111). Mas Rio Branco e seu conselho de Estado, regalista e liberalesco, não se preocuparam com tal ilegalidade. O govêrno enviou aos bispos um aviso, assinado pelo nobre mas trágico Dom Pedro II, ordenando-lhes levantassem a suspensão e o interdito. Mas em vão. Animados pela bula *Quam dolores* de Pio IX, os dois intrépidos prelados recusaram-se terminantemente a cumprir a injusta ordem. E os outros bispos estavam a seu lado.

634 a. Vendo, por isso, que não era possivel evitar uma intervenção pontifícia, e desejando mesmo uma dupla condenação dos bispos, o govêrno encarregou, em agosto de 1873, ao barão de Penedo, embaixador então junto à côrte de Londres, de ir expor ao Santo Padre a questão e reclamar contra os bispos. O visconde de Caravelas, ministro do exterior, enviou ao emissário severas instruções, recomendando-lhe não negociar com a Santa Sé, mas impor-lhe os pontos de vista do govêrno maçônico.

b. O barão de Penedo compreendeu que com tais imposições nada conseguiria de Roma. Depois de o cardial-secre-

tário Antonelli, numa entrevista preliminar, ter rejeitado terminantemente as pretensões da maçonaria a respeito do *placet* e do recurso à coroa, o enviado brasileiro, sem mais tocar neste ponto, apresentou ao papa a urgência de restituir a paz religiosa ao Brasil, e ponderou que o conflito se poderia ter evitado, se os bispos tivessem sido mais prudentes e calmos. Silenciou a moderação deveras admiravel dos dois prelados e silenciou tambem as medidas que o governo já contra eles tinha adotado.

635 a. Pio IX e Antonelli acreditaram na sinceridade de Penedo. O cardial redigiu, em 18 de dezembro de 1873, uma carta a ser entregue, por meio do internúncio Sanguigni, a Dom Vital e Macedo Costa, os quais, chegando a carta ao Rio de Janeiro, já se achavam presos no Arsenal da Marinha. Antonelli, louvando o zelo dos bispos, censurava brandamente a pressa com que houveram agido e mandava-os levantar o interdito, para iniciar depois a obra da purificação das confrarias. A censura atingiu, portanto, só e exclusivamente os meios, e sendo estes os mesmos recomendados pela carta, a censura se desvanecia completamente. O cardial fora ludibriado.

b. Graças à perspicácia de Dom Vital, a carta, não destinada aliás ao público, não foi publicada, embora o governo e o próprio internúncio o exigissem, respetivamente aconselhassem. Diante da fortaleza dos dois prelados fracassaram toda a sagacidade de Penedo, toda a manobra da maçonaria e toda a ameaça do governo.

636. Mal se retirara da cidade eterna o enviado imperial, chegaram aos ouvidos do Santo Padre as estranhas notícias da prisão dos bispos. A de Dom Antônio realizou-se aos 28 de abril de 1874. A de Dom Vital se efetuara já em 2 de janeiro. Seguiram-se cenas comoventes, dignas dos primeiros tempos cristãos. Em Recife, na Baía, no Rio de Janeiro o bispo-confessor foi objeto de universal veneração.

637. Chegou então a carta de Antonelli. Correram boatos, espalhados por Penedo, de terem sido os dois bispos condenados pela suprema autoridade eclesiástica. E os boatos paralizaram a atividade dos demais prelados e do clero. Cessaram a união do episcopado e as adesões de antes, e só um veneravel ancião de quasi 90 anos de idade, Dom Viçoso, colocou-se do lado dos confessores.

Mas os dois heróis ficaram fortes como rochedos. Chamados ao tribunal, não se defenderam, por não reconhecerem a competência do tribunal. Mas, levantaram-se em sua defesa três advogados ilustres, dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, dr. Cândido Mendes de Almeida e Antônio Ferreira Viana, senadores do império e temidos pelo governo e pela maçonaria. A defesa foi brilhante. E, todavia, ambos os bispos foram condenados, por sentença do supremo tribunal da justiça (!), a quatro anos de prisão com trabalhos forçados. E isto, "porque souberam desempenhar as obrigações de seu cargo e falar respeitosamente a verdade a quem não queria ouví-la".

638. Mas todas as esferas cultas do Brasil desaprovaram a sentença. Choveram reclamações, e Dom Pedro II comutou a pena em simples prisão. Pio IX protestou, em carta ao imperador, contra as violências do governo e aprovou os atos dos bispos confessores. À objeção de os maçãos do Brasil serem diferentes dos da Europa, respondeu que absolutamente não diferem dos que por lá existem e que têm as mesmas tendências, as mesmas regras, o mesmo objetivo, estando, portanto, condenados. Ao internúncio deu ordem de fazer desaparecer a "carta fatal" de Antonelli, como a chamava Dom Macedo Costa, e animou os bispos a não fraquejarem. Esta carta do papa, publicada em todas as províncias do império, surtiu efeito. O governo, ofendido, enveredou pelo caminho da mais encarniçada perseguição, tornando mais bela a vitória da Igreja.

639 a. Os bispos não revogaram os seus interditos. Seus substitutos tambem não fraquejaram, e foram igualmente condenados. Toda a força do poder civil resultou impotente. O episcopado brasileiro tornou a pronunciar-se unânime em favor dos condenados. A perseguição despertou tambem muitos católicos da letargia em que estavam, e deveras comoventes foram as demonstrações públicas de fidelidade. Muitos abjuravam a maçonaria, e as igrejas enchiam-se de fiéis.

b. Entre os clérigos que se levantaram francamente em defesa da Igreja granjeou renome glorioso o P. Silvério Go-

mes Pimenta, que então fundou o jornal *O Bom Ladrão*, arma temida pelos próprios chefes da maçonaria. Ao mesmo tempo, outros clérigos e leigos entraram em cena, esclarecendo os espíritos com a sua palavra, falada e escrita. Os próprios bispos confessores escreveram belas cartas pastorais. Dom Macedo Costa redigiu, além disso, o seu livro *Direito contra direito*. E o resultado foi a queda de Rio Branco (1875). Dom Pedro convidou o grande Duque de Caxias a reorganizar o ministério. Caxias aceitou, com a condição, porém, de conceder anistia aos bispos, governadores e outros eclesiásticos que se achavam envolvidos no conflito. E o imperador teve que ceder diante da necessidade política. Por decreto de 17 de setembro de 1875 foi encerrada a triste questão, que por espaço de três anos intranquilizara o Brasil.

Magnificos foram os frutos da luta vitoriosa. Revelou a malícia, mas tambem a impotência da loja, distinguiu os genuinos pastores dos mercenários, os verdadeiros dos falsos cristãos e robusteceu, como nunca, a fé dos brasileiros (Olivola 203).

640. Dom Vital logo foi a Roma visitar os sepulcros dos apóstolos. Na cidade eterna repetiram-se as intrigas e maquinações da loja para denegrir a sua ação e para separá-lo do papa. Mas Pio IX, depois duma audiência privada singularmente cordial de 9 de novembro de 1875, em outra de 28 de dezembro, abraçou-o demoradamente, beijou-lhe a fronte e disse: "Eu agora aprovo tudo que tendes feito desde o princípio, no fundo e na forma; vossa conduta foi a de um verdadeiro bispo; tendes cumprido o vosso dever com coragem e prudência até ao fim" (Olivola 212). E a encíclica que lhe entregou em maio de 1876 foi a vitória completa deste "Atanásio Brasileiro".

O papa preveniu, mais uma vez, os católicos brasileiros contra as maquinações da loja. Saldanha Marinho subiu à presidência do ministério. A maçonaria se preparava para, num momento mais favoravel, renovar o seu golpe contra a Igreja. Mas o homem põe e Deus dispõe. Aos 15 de novembro de 1889, sobreveio a revolução militar, que acabou por derrubar a monarquia.

641. Fora a questão religiosa houve outro movimento que vinha agitando a política interna do Brasil, desde os tempos pombalinos, a chamada **questão negra.** Já em 1758, o P. Ribeiro da Rocha combatia o tráfico de negros africanos, em seu livro *Etíope Resgatado*. Desde então, as idéias do abolicionismo não desapareceram mais. Escreveram-nas em suas bandeiras Tiradentes e seus colegas (1789). E no projeto da constituição de 1823 tratava-se igualmente do assunto.

Em 1871, finalmente, Rio Branco proclamou a lei do Ventre Livre, aprovada e sancionada pela princesa regente Isabel, que então administrava o império na ausência de seu pai. A lei, porém, não contentou os abolicionistas, chefiados por Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Por iniciativa de Nabuco se formou, em 1880, a confederação abolicionista que, em 1885, alcançou a liberdade dos sexagenários.

O clero não dedicou, em geral, a este problema, a atenção que dele se esperava. Só no penúltimo decênio do século, tendo-se pronunciado altamente o próprio papa Leão XIII em seu favor, o episcopado brasileiro tambem tratou longamente da questão em cartas pastorais. Finalmente, a princesa regente assinou, aos 13 de maio de 1888, a **lei áurea** da emancipação, o que lhe valeu o título de "Redentora".

Jônatas Serrano, História do Brasil, Rio de Janeiro 1931. — *Handelmann,* História do Brasil II. — *Rocha Pombo,* História do Brasil. — *Alvarenga,* O episcopado brasileiro. — *A. M. dos Reis,* O bispo de Olinda perante a história, Rio de Janeiro 1878. — *Macedo Costa,* A Questão Religiosa perante a Santa Sé, Maranhão 1886. — *Id.,* Direito contra o direito, Rio de Janeiro 1874. — *(Dom Vital),* A maçonaria e os jesuitas, Rio de Janeiro 1875. — *L. de Gonzague,* Monseigneur Vital, Paris 1912. — *F. de Olivola,* Um grande brasileiro, 3. ed., Recife 1937. — *Vilhena de Morais,* O gabinete Caxias e a anistia, Rio de Janeiro 1930. — *Id.,* O patriotismo e o clero no Brasil, em Jornal do Comércio, edição comemorativa do ano santo, Rio de Janeiro 1925, 181 ss. — *Dom A. de Almeida Lustosa,* Dom Macedo Costa, Rio de Janeiro 1939. — *J. Dornas Filho,* O padroado e a Igreja brasileira, São Paulo 1938.

§ 179. Queda da monarquia e reflorescimento da Igreja

642. "Depois da abolição, a república", dizia Cotegipe, opondo-se ao abolicionismo. Enganar-se-ia, no entanto, quem visse na abolição a causa da república. Com linguagem mais acertada escreveu Dom Vital aos seus diocesanos, quando se achava na fortaleza de São João: "A Igreja nasceu, cresceu e vigorou no seio das perseguições e, por isso, nada há de recear. Mas o Estado? O futuro encarregar-se-á de nos responder". E respondeu com o destronamento de Dom Pedro II (Olivola 175-76).

643. Desde os tempos coloniais, vinham-se alimentando os ideais republicanos. As mais conhecidas tentativas da sua implantação são as que se fizeram em Minas Gerais (1720 e 1789) e em Pernambuco (1817). A Confederação do Equador (1824) e a guerra dos Farrapos (1835-45) provam que nem mesmo a proclamação da independência abafou o movimento. Depois da guerra do Paraguai (1870), a questão militar intensificou a propaganda republicana. Benjamim Constant (m. 1891) pôs-se à frente do movimento. Conseguiu que o marechal Deodoro da Fonseca (m. 1892) se pronunciasse a seu favor, o que fez igualmente Rui Barbosa (m. 1923). Aos 14 de novembro de 1889, achando-se o imperador em Petrópolis, Fonseca tomou posse do governo e, no dia seguinte, proclamou a república. Dom Pedro teve que tomar o caminho do exílio.

644. Aos 7 de janeiro de 1890, o governo provisório declarou "extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas" (decr. 119-A, art. 4). E com isto foi abolido igualmente o *placet* régio. Este decreto foi a medida inicial para a completa separação entre Igreja e Estado, pronunciada, de fato, pela constituição de 1891. Ao mesmo tempo, foi decretada completa liberdade de cultos, secularização dos cemitérios, laicização do ensino nas escolas públicas, casamento civil como única base da constituição da família, negação dos direitos políticos aos religiosos, confirmação da lei pombalina que excluia os jesuitas e a vedação de novos conventos ou ordens religiosas.

645. Desta maneira, a república, baseando-se nos princípios positivistas ou comtistas, se mostrou, desde os primeiros dias da sua existência, não menos ofensiva à Igreja, do que o fora o império. Só o modo era diferente. Mas, em vista dos decretos tão hostís aos princípios da religião católica, o internúncio Spolverini reuniu, em São Paulo, todo o episcopado brasileiro, afim de deliberar sobre a atitude a tomarem os prelados em face do perigo. Dom Antônio de Macedo Costa foi a alma da assembléia. O fruto das deliberações foi a célebre *Carta Pastoral Coletiva* de 19 de março de 1890, pela qual os bispos lançaram um solene protesto contra os decretos do governo.

646. Elevado, no ano seguinte, à dignidade de arcebispo e primaz da Baía, Dom Antônio continuou a dirigir a reação católica, presidindo às conferências do episcopado e dirigindo as mensagens, reclamações e protestos ao governo provisório, que não cessava de ferir abertamente os direitos da Igreja, a liberdade das conciências e as imunidades do clero. Preparou tambem a reunião dum concílio nacional, para o qual já conseguira a aprovação de Leão XIII. E o papa aguardava apenas a promulgação da constituição para conceder ao grande prelado a púrpura cardinalícia. Mas o concílio não pôde efetuar-se, devido à crise política que atravessava o país. E Dom Antônio foi prostrado por grave doença, da qual veio a falecer aos 21 de março de 1891.

647. Todavia, os esforços do episcopado surtiram efeito. As condições da Igreja melhoraram notavelmente. Restituiram-se-lhe a liberdade de governo e outros direitos, e foi abolida a lei pombalina contra os jesuitas. Embora se cometessem ainda atentados contra os direitos e contra a dignidade da Igreja e de seus ministros, cessou contudo a perseguição oficial e oficiosa. Franqueou-se até a entrada aos religiosos estrangeiros, que logo começaram a restaurar as antigas ordens, dando impulso vivificador a toda a vida eclesiástica no Brasil. Singularmente abençoada foi a atividade dos franciscanos, que, enviados por Leão XIII, em 1891, começaram a repovoar os antigos conventos e se espalharam rapidamente por todos os Estados da república, contando hoje mais de mil religiosos em duas grandes províncias e dois comissariados.

648. Chegara o tempo de reorganizar a jerarquia eclesiástica. Leão XIII dividiu o Brasil em duas províncias, da Baía e do Rio de Janeiro, esta com nove, aquela com sete sufragâneos. Pio X aumentou o número dos arcebispados para sete, criando muitos bispados e prelazias. E, nos pontificados de Bento XV e Pio XI, toda a organização eclesiástica teve um desenvolvimento incomparavel, ainda não terminado. Em 1940, o Brasil contava 17 províncias eclesiásticas com 75 arcebispados e bispados e 27 prelazias e prefeituras apostólicas.

649. Tão feliz evolução deve-se, em parte, às relações entre a Santa Sé e o governo brasileiro, que paulatinamente me-

lhoraram, chegando em nossos dias a uma cordialidade jamais vista na história brasileira. Em consequência disto, a internunciatura foi elevada a nunciatura (1901). Quatro anos depois, foi criado o cardinalato brasileiro, a cuja dignidade foi elevado S. E. Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, digno discípulo de Dom Frei Vital. Em 1919, a representação diplomática junto à Santa Sé passou a ser embaixada. Uma expressão viva dessa amizade entre a Santa Sé e o Brasil foi, finalmente, a visita do então cardial-secretário Pacelli, em 20 de outubro de 1934, ao Rio de Janeiro e a saudação que lhe fez o dr. Getúlio Vargas, egrégio presidente da república.

650. Entre todo esse magnífico desenvolvimento, se destaca a simpática figura de **Dom Silvério Gomes Pimenta** (1840-1922). De nascimento pobre, assumiu, ainda jovem sacerdote da diocese de Mariana, a liderança da reação católica, no tempo da Questão Religiosa. Soube arguir a Saldanha Marinho com palavras tão convincentes e de tão fina ironia, que o grão-mestre preferiu não responder. Falecendo Dom Viçoso, sob cujos auspícios se ordenara, foi eleito vigário capitular e, em seguida, vigário geral e bispo auxiliar de Dom Benevides. Em 1896, sucedeu a Dom Benevides na séde episcopal de Mariana, elevada em 1° de maio de 1906 a arcebispado.

Sua atividade foi realmente prodigiosa e sumamente feliz para a vida da sua diocese, cujos destinos dirigiu pelo espaço de quasi meio século. A boa educação do clero mineiro é obra sua, e o soerguimento de todo o clero nacional deve-se, em grande parte, à sua iniciativa. Sua humildade e simplicidade, sua energia e sua devoção à Sagrada Eucaristia, centro de sua vida, a admiravel síntese de todas as virtudes fazem-no ombrear com os maiores bispos da Igreja, alvo de admiração do catolicismo nacional e universal.

651 a. Se Dom Silvério deu à Igreja brasileira as diretrizes nos últimos decênios do século passado e no princípio deste, **S. E. Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra** o faz em nossos dias. Nascido em 1882, fez os seus estudos no seminário de são Paulo, no colégio Pio Latino Americano e na universidade gregoriana, onde se doutorou em filosofia e teologia. Ordenado sacerdote (1904), foi nomeado lente de filosofia e teologia, provigário geral, diretor da confederação das associações católicas, das obras da boa imprensa e da doutrina cristã em São Paulo, sendo em 1911 eleito bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Em 1916 foi nomeado arcebispo de Olinda. Mas em 1921 voltou ao Rio de Janeiro como arcebispo coadjutor de Dom Arcoverde, a quem sucedeu, sendo em 1930 criado cardial.

b. Desde os primeiros anos de sacerdócio e de bispo coadjutor, deu provas de belos dotes de verdadeiro chefe espiritual: fé, piedade e zelo, erudição e eloquência, bondade, coragem, perseverança e energia. A ele se deve o congresso eucarístico de 1922 e a confederação católica no Rio de Janeiro, para a qual escreveu o livro *Ação Católica* (1923), a um tempo programa e código. E seu exemplo foi imitado em toda parte. Em 1935, todos os bispos do Brasil publicaram juntos uma circular, na qual, seguindo as normas de Pio XI, ordenam que a Ação Católica se organize em todas as paróquias do país.

E "se o Brasil pôde atravessar estes anos de subversão política profunda, sem descambar de todo para a esquerda..., devemo-lo, sem dúvida alguma, a esse homem de Deus, instrumento visivel da Providência entre nós... Foi o homem que salvou o catolicismo brasileiro dos imprevistos perigos de toda revolução política, dando-lhe, ao contrário, — fora da política — um fervor e um fulgor como nunca teve e, no terreno político, uma atuação como nunca até hoje se vira" (Lima 24).

652. Ao nome de Dom Sebastião Leme se ligam, finalmente, para sempre a fundação da universidade católica do Rio de Janeiro em 1940 e a celebração do **concílio plenário brasileiro** de 1939, para o qual foi nomeado legado *a latere* de Pio XII. O concílio plenário latino americano, convocado por Leão XIII e realizado em 1899 na cidade eterna, tomara importantes resoluções no tocante ao culto divino, à formação do clero, à doutrina cristã, etc. Mas os bispos se viram frequentemente obrigados a insistir na observância de seus decretos e a ajuntar novas leis e preceitos.

Desde 1901, reuniram-se, todos os três anos até 1910 e pela quinta e última vez em 1915, as "fraternais conferências", promovidas pelo cardial Arcoverde, editando cartas pastorais coletivas. E as excelentes cartas coletivas de 1910 e de 1915 das províncias meridionais tiveram a mesma finalidade.

O concílio nacional, que já então se desejava ardentemente (Carta Past. n. 1676), foi adiado ainda, devido ao novo código de direito canônico de 1917, que modificou ou anulou não poucas disposições da Pastoral Coletiva. Com o correr dos anos, porém, urgia sempre mais uma deliberação conjunta de todo o episcopado brasileiro, para resolver os diferentes e múltiplos problemas que S. S. Pio XII indicava na sua carta apostólica de 22 de março de 1939, dirigida a S. E. Dom Sebastião.

Estes problemas eram, em particular, a codificação uniforme das normas e leis eclesiásticas a vigorarem para o futuro em todas as dioceses do Brasil, a obra das vocações sacerdotais, a ação católica, o perigo do protestantismo e do es-

piritismo. O concílio começou no dia 1º de junho com a presença de 98 padres conciliares e foi encerrado aos 20 do mesmo mês. Dando resposta a todos os magnos problemas da Igreja, constitue ele uma página gloriosa da nossa história, e imenso será o bem que resultará para o clero e para o povo cristão do Brasil da fiel execução de suas disposições.

Com toda a franqueza acusaram os excelentíssimos antístites, na carta pastoral coletiva que fizeram seguir ao concílio, as muitas dificuldades que vinham estorvando sensivelmente o progresso religioso; como maior de todas, a falta de padres doutos e santos de que o Brasil tem tão grande necessidade. Existem, na verdade, muitos seminários. E para a educação dum clero bom e culto foi fundado o Colégio Pio Brasileiro de Roma (1929), separado do Colégio Pio Latino Americano. Mas falta o número suficiente de alunos. E com serem tão poucos os sacerdotes, as paróquias são demasiadamente extensas, e muitas desprovidas de vigário (Cor I 450 ss).

653. Além disso, até aos nossos dias, a Igreja pouco influiu nas escolas. A escola leiga, criada pelo decreto de 7 de janeiro de 1890 e confirmada pela constituição de 1891, ainda hoje produz os seus frutos venenosos. Não faltaram homens de Estado e de estudo que, percebendo os males do ensino divorciado da insubstituivel formação religiosa, clamassem contra a escola leiga. Mas só em casos excepcionais foi ouvida a sua voz.

Foi primeiro em Minas Gerais que o ensino primário perdeu o carater agnóstico (1929). O exemplo foi seguido, pouco depois, pelo Estado de São Paulo. A ação do estadista mineiro Francisco Campos, primeiro detentor da pasta da Educação, abriu neste sentido novas perspetivas com o decreto que instituiu o ensino religioso facultativo nas escolas oficiais do país (Gomes 52). Os espíritos positivistas e liberais, unidos com a maçonaria, se opuseram à execução da lei. Entrou, no entanto, na nova constituição de 10 de novembro de 1937 (art. 133). E está produzindo frutos abençoados. Infelizmente, ainda não entrou em vigor por toda a parte, e em não poucos lugares a sua execução deixa muito a desejar.

654. Finalmente, é pouco desenvolvida a literatura e imprensa católicas, embora nestes primeiros decênios de nosso século se sinta um melhoramento acentuado, promanado das prédicas do eloquente P. Júlio Maria de Morais (m. 1916), da pena admiravel do "príncipe das letras católicas", Carlos de Laet, de Jackson de Figueiredo e de outros mais e, sobretudo, da valente "Editora Vozes" de Petrópolis, a qual desde 1906, ou antes já desde 1901, vem batalhando pela causa de Cristo com a poderosa e pacífica arma de suas inúmeras e sempre mais apreciadas publicações (REB I 15). Os católicos não possuiram, até 1930, nenhum diário próprio em lingua brasileira. Hoje existem diversos, insuficientes, porém, para satisfazerem às necessidades de toda a população católica. Afinal, tudo anima os católicos brasileiros a se esforçarem por desempenhar o papel que Deus lhes confiou no mundo.

Literatura no § 178. — Além disso: *D. Silvério G. Pimenta,* Vida de Dom Viçoso, 1876. — *D. J. Silvério de Souza,* Vida de Dom Silvério Gomes Pimenta, São Paulo 1927. — *A. A. Lima,* Ação católica, Rio de Janeiro 1935. — Revista de Cultura, passim. — *P. Gomes,* O liberalismo, Barcelona 1933. — *D. João Becker,* A religião e a pátria em face das ideologias modernas, Porto Algre 1939. — Pastoral Coletiva, Rio de Janeiro 1915. — Acta et decreta concilii plenarii Americae Latinae, Romae 1900. — Appendix, ib. 1901. — Concilium plenarium Brasiliense, Petrópolis (Vozes 1940). — Cor, revista eclesiástica brasileira I (1939), passim. — Revista eclesiástica brasileira (REB) I (1941) 14 ss.

§ 180. Igreja e Estado na Alemanha e na Áustria desde a revolução francesa até 1848

655. Na Alemanha, a Igreja se achava, no princípio do século XIX, em estado de completa estagnação, triste resultado do filosofismo e da secularização. Esta, por sua vez, foi a consequência do domínio francês. Com a supressão do feudalismo, tambem os príncipes alemães da Alsácia e da Lorena perderam os seus domínios. Daí se originou a primeira guerra de coalisão (1792-97), que terminou com a vitória da França. Na paz de Basiléia (1795) com a Prússia e na paz de Campo Formio (1797) com o imperador Francisco II, foram concedidos à França os territórios situados à margem esquerda do Reno, com o que terminaram os domínios seculares dos arcebispos de Colônia, Mogúncia e Treves, co-

mo tambem dos bispos-príncipes de Espira e de Vormácia. Aos príncipes seculares foi prometida indenização quando se fizesse a secularização dos domínios eclesiásticos na margem direita do mesmo rio. Depois da segunda guerra de coalisão (1799-1802), os dois acordos foram confirmados pela paz definitiva de Luneville.

656. Desta forma, na margem esquerda do Reno, a secularização e a escravização da Igreja obedeceu a uma lei, cujo autor foi provavelmente Talleyrand (1802). Na margem direita, a resolução da deputação imperial de Ratisbona (1803) privou os príncipes eclesiásticos de todos os seus domínios, enriquecendo-se vergonhosamente com eles os príncipes seculares. Só o metropolita de Mogúncia, Carlos Teodoro de Dalberg, amigo de Napoleão, soube manter os seus direitos, transferindo-os para Ratisbona, elevada a principado. Para indenizar a Igreja, os príncipes pagariam pensões aos respetivos eclesiásticos e atenderiam às necessidades do culto. Mas esta disposição ficou sendo letra morta.

657. E' verdade que a secularização teve alguns bons efeitos. O episcopado, já não privativo da nobreza, menos rico porém mais piedoso (Pacca), uniu-se mais estreitamente à Sé apostólica. Desligados dos cuidados políticos, achavam-se os bispos em condições de dedicar-se mais assiduamente à administração de suas Igrejas. Mas, nem por isso, a secularização deixou de ser um roubo inaudito de péssimas consequências. A Igreja alemã, antes a mais rica da cristandade, perdeu os bens de três eleitorados, do arcebispado de Salzburgo, de 18 bispados, de 80 abadias imperiais e de 200 mosteiros. Foi a maior injustiça que jamais sofreu.

658. Consequência e continuação da secularização foi o regalismo. O governo dos príncipes protestantes obedecia, tambem nos seus novos domínios católicos, às leis da Igreja protestante, que concediam ao príncipe os foros de sumo pontífice dentro dos seus Estados. Os príncipes católicos, educados no josefinismo e rodeados de conselheiros protestantes ou católicos iluminados, seguiam, mais ou menos, os mesmos princípios. Assim aconteceu que em toda a Alemanha foi introduzido o funesto *jus circa sacra,* que significava a completa escravização da Igreja e visava a protestantização

de todo o país. De fato, aconteceu naquele "belo tempo da paz confessional" fazer o pároco católico as vezes do pastor protestante e vice-versa.

659. Tais escopos do regalismo viam-se perfeitamente correspondidos por uma pretensa organização eclesiástica. Os chamados editos de organização violavam a vida mais íntima da Igreja católica. O mal se agravou ainda pela administração defeituosa das dioceses. A falta de equidade, com que em toda a parte se preferiam os protestantes na distribuição dos cargos, levou finalmente a um excesso insuportavel. A legislação matrimonial obedecia ao espírito protestante. E o ensino católico sofreu danos irreparaveis; pois, das 18 universidades católicas, umas desapareceram de todo, outros foram protestantizadas, tendo igual sorte os ginásios e as escolas primárias.

660. Mas os estragos que, aos poucos, se foram manifestando no campo moral demonstraram que uma verdadeira reorganização eclesiástica era indeclinavel. Sentiu-o tambem o Estado, a quem o papa ofereceu logo a sua colaboração. Opuseram-se, porém, o barão de Wessenberg, vigário geral iluminista de Constança, e seus sectários, que não desejavam a ingerência do papa e reclamavam, como os príncipes, uma Igreja nacional. Negociações inuteis foram a consequência. E quando, em 1806, Francisco II renunciou à coroa da Alemanha, sancionando a dissolução do império, uma concordata com o Reich já não era possivel. Negociações particulares não tiveram resultado pelas maquinações de Napoleão. A prisão do papa, em 1809, interrompeu-as completamente. As condições da Igreja iam de mal a peor. **Em 1814 havia só cinco**, em 1817, apenas três bispados não vacantes. O congresso de Viena (1815) não teve nenhum resultado na questão da Igreja alemã. Iniciaram-se, por isso, negociações entre a Santa Sé e os Estados particulares, sobretudo os mais poderosos, Áustria, Prússia e Baviera.

661. A **Áustria** sofreu relativamente pouco com a secularização e dispensava, portanto, reorganização eclesiástica. Mas o filosofismo e o josefinismo pesavam ainda sobre a Igreja. O príncipe Metternich, ministro onipotente de Francisco I (1792-1806-35) e de Fernando I (1835-48) era defen-

sor estrênuo destas idéias. Em sentido contrário, o grande são Clemente Maria Hofbauer, "apóstolo de Viena", desenvolveu, nos primeiros decênios do século, uma maravilhosa atividade, animando a vida católica. A revolução de 1848 derrubou o ministro, e a constituição de 1849 deu liberdade à Igreja. O jovem imperador Francisco José (1848-1916) aboliu o *placet* régio (1850) e concedeu livre comunicação com Roma. E a concordata de 1855 rompeu, em princípio, com o josefinismo, embora não fosse fielmente executada devido à reação dos liberais e dos protestantes.

662. Na **Prússia** estava em vigor, desde 1794, o *Allgemeines Landrecht*, segundo o qual o rei era fonte de todos os direitos, civis e religiosos. O governo se atreveu até a subordinar os bispos católicos aos consistórios protestantes (1815), o que só pela resistência unânime dos católicos não foi executado. Tudo reclamava uma solução do problema eclesiástico. Negociações difíceis entre Consalvi e Niebuhr levaram, depois de cinco anos, à conclusão dum acordo, publicado pela bula *De salute animarum* de 16 de julho de 1821 (MQ 430-32). Mas o Estado não cumpriu o que nele prometera.

663. No entanto, a Providência divina colheu as forças para despertar a conciência católica, servindo-se dos próprios acordos malogrados. O romantismo, o centenário de Lutero e os distúrbios de Colônia tornaram-se outros tantos instrumentos na mão divina para vingar os direitos da Igreja.

O **romantismo** já fora preparado pelo racionalismo, que destruira os preconceitos e com eles o ódio de muitos protestantes contra o catolicismo. Ao mesmo tempo, se levantou uma viva reação contra a literatura clássica da Alemanha, eivada do paganismo dos gregos e dos romanos. Os românticos Novalis, Brentano, Arnim, José Goerres, os irmãos Schlegel, Eichendorf, Stolberg e outros entregavam-se ao estudo da idade média, e com este estudo crescia o entusiasmo pelas grandes idéias daquela época. Compreendiam que a pseudo-reforma era causa da dissolução em todos os campos da cultura alemã. Alguns de entre eles, como Frederico Schlegel e o conde Frederico Leopoldo de Stolberg, tiraram as últimas consequências, voltando ao seio da Igreja católica.

Pelo mesmo espírito se norteavam os chamados "amigos de Muenster", o vigário geral von Fuerstenberg, o historiador Teodoro Katerkamp, o piedoso reformador do ensino católico Bernardo Overberg e o conde de Stolberg, que se reuniam em redor da princesa de Gallitzin (m. 1806). Estudavam a fundo o espírito católico para, por meio da sua vida e da sua ciência, dissipar os preconceitos anti-católicos. Em outras cidades formaram-se semelhantes círculos, promovendo eficazmente a vida católica.

664. Tambem o **centenário de Lutero** de 1817 com seus costumados ataques ao catolicismo provocou uma reação católica. Max Prechtl editou a obra de Lutero *Wider das Papsttum zu Rom, vom Teufel gestiftet*, forjando dela arma contra o próprio protestantismo. O mais insigne defensor do catolicismo, porém, foi José Goerres, que, na sua obra *Teutschland und die Revolution* (1818), expôs as promessas do governo, confrontando-as com a realidade e exigindo o cumprimento dos acordos. As suas palavras inflamadoras excitaram o ânimo dos católicos, mormente na Renânia e na Vestfália. Revistas católicas, como *Thuebinger Theologische Quartalschrift* (1819) e *Der Katholik* (1821), completaram a obra da reação.

665 a. Os **distúrbios de Colônia** tiveram por causa a injusta legislação matrimonial. Um decreto real de 1803, dado para as províncias orientais, ordenava que os filhos de matrimônio mixto fossem educados na religião do pai. A aplicação deste decreto às províncias ocidentais (1825) provocou uma forte resistência, apoiada pela Santa Sé. O conde Spiegel, arcebispo de Colônia (1823-35), mostrou-se bastante fraco na questão. Mas o seu sucessor, Clemente Augusto de Droste-Vischering (1835-45), tomou por norma as instruções de Gregório XVI.

b. Já envolvido num conflito com o governo por motivo do hermesianismo (cfr. § 187), estava o arcebispo resolvido a lhe fazer frente tambem na questão do matrimônio. Foi, por isso, acusado de alta traição e encarcerado na fortaleza de Minden (1837). O seu exemplo heróico despertou a coragem dos outros bispos, tanto no oriente como no ocidente. E em 1839, o arcebispo Martinho de Dunin de Gnesen-Posen teve

igual sorte, sendo levado à prisão da fortaleza de Kolberg. Só o conde Selnitzky, bispo-príncipe de Breslau, mostrou-se servil ao Estado, e foi por isso obrigado a renunciar. Mais tarde, passou ao protestantismo.

c. A prisão dos dois bispos confessores e de muitos clérigos não teve outro resultado senão intensificar a resistência católica. José Goerres levantou, no *Athanasius* (desde 1838), a sua voz poderosa em defesa de Droste-Vischering. Seu filho Guido Goerres e o professor Philipps fundaram as importantíssimas *Historisch-Politische Blaetter* (1838). Os jornais católicos estigmatizavam a injustiça do governo, e o povo católico estava todo do lado de seus bispos.

d. Frederico Guilherme III (1797-1840) viu-se, por isso, obrigado a mudar de conselho. Seu filho Frederico Guilherme IV (1840-61) restituiu a liberdade aos bispos, concedeu a livre comunicação com Roma, aboliu o *placet* régio, instituiu uma sessão católica no ministério dos cultos (1841) e, pela constituição de 1848, assegurou à Igreja a perfeita autonomia. A consequência de tudo isto foi um reflorescimento inesperado da vida católica externa e interna.

666. Na **Baviera,** o eleitor e rei Maximiliano I (1799-1825) e seu ministro, conde de Montgelas, realizaram brutalmente a secularização e deram à Igreja uma reforma iluminista. Mas as complicações que daí resultaram levaram à demissão do ministro (1817). No mesmo ano foi concluída uma concordata que restabeleceu a Igreja nos seus direitos. Contra ela se moveu, no entanto, uma tempestade furiosa dos protestantes e dos católicos iluministas. Por isso, não pôde sair à luz, senão em 1818, acompanhada de um edito de religião, que suspendia muitos de seus artigos. Tal infração provocou violenta agitação entre os católicos. O rei tranquilizou os ânimos pela declaração de Tegernsee (1821), afirmando que não pensava em abolir a concordata, nem ofender as conciências. Todavia, ficou de pé o edito por longo tempo.

No reinado de Luiz I (1825-48), finalmente, se fez sentir um novo espírito. Discípulo de Sailer, inspirado pelo romantismo e aconselhado pelo ministro Carlos von Abel, concedeu plena liberdade à Igreja, restaurou e fundou igrejas e mosteiros e

chamou à universidade de Munique os mais doutos católicos da Alemanha, como Goerres, Doellinger, Philipps, Moehler e outros.

667. Os Estados do sudoeste da Alemanha uniram-se numa só província eclesiástica do Alto Reno, com a metrópole em Friburgo. Em todos estes Estados, os governos continuaram ainda a nortear-se pelas antigas normas regalistas. E também na Baviera, os liberais e maçãos moveram fortes reações contra o levantamento da vida católica. Mas o episcopado já não era o dos decênios anteriores e soube defender corajosamente os direitos da Igreja.

Aproveitando-se da revolução de 1848 e das suas consequências, 19 bispos reuniram-se em Vuerzburgo, sob a presidência do excelente arcebispo de Colônia, João de Geissel. Esta primeira conferência dos bispos (1848) enviou um memorial aos respetivos governos, reclamando os direitos da Igreja. Em 1851, seguiu-se outra conferência em Friburgo e, em 1853, uma terceira na mesma cidade. Como os governos rejeitassem bruscamente as justas reclamações, os bispos procederam mesmo sem dar conta dos decretos governamentais. Embora isto agravasse o conflito, não deixou de produzir efeito salutar.

Walter, Fontes iuris ecclesiastici antiqui et hodierni, Bonnae 1862. — *Rinieri,* Corrispondenza inedita dei cardinali E. Consalvi e B. Pacca (1814-15), Torino 1903. — *Funk-Bihlmeyer* III 268 ss; 286 ss com rica literatura. — *Schmidlin,* Papstgeschichte. — *Gams,* Geschichte der Kirche Christi im 19. Jahrhundert, 3 vol., Innsbruck 1854-56. — *Caffrey,* History of the catholic Church in the XIXth century (1789-1908), 2 vol., Dublin 1909. — *Brueck-Kissling,* Geschichte der katholischen Kirche in Deutschland im 19. Jahrhundert, 2. ed., 4 vol., Mainz 1902-08. — *Goyau,* L'Allemagne religieuse. Le Catholicisme (1800-70), 4 vol., Paris 1905-09. — Muitos artigos em HJG, Katholik, Hist. pol. Blaetter e StZ.

§ 181. A Igreja na Alemanha e na Áustria desde a revolução de 1848

668. Quebrado o jugo do absolutismo pela revolução de 1848 e dominando em toda a parte o espírito democrático, a condição da Igreja melhorou sensivelmente. Os exercícios espirituais para o clero e as missões populares, pregadas com

grande zelo pelos jesuitas, redentoristas, capuchinhos e franciscanos, renovaram a vida católica.

669. Associações eclesiásticas deram-lhe mais um forte impulso. Em 1848, o cônego Lenning, de Mogúncia, fundou o Piusverein para defesa da liberdade eclesiástica. A associação difundiu-se, em breve, por toda a Alemanha. Já no ano da fundação teve lugar a primeira assembléia geral que, em seguida, se repetia quasi todos os anos, ganhando importância especial durante o Kulturkampf. Desde então, aquelas reuniões transformaram-se em congressos dos católicos da Alemanha que, abstendo-se de assuntos puramente políticos e de toda polêmica confessional, tinham por escopo despertar a conciência católica, revigorar a vida das associações, obter unanimidade de todos os católicos alemães nos problemas eclesiásticos e comunicar ao governo os desejos do povo.

670. À semelhança do Piusverein surgiram outras associações com outros escopos, o Kolpingsverein (1854), Borromaeusverein (1848), Bonifatiusverein (1849) e outras mais. Poderosa arma de defesa foi tambem a imprensa católica, especialmente durante o Kulturkampf e depois dele. Finalmente, os deputados do Landtag prussiano fundaram uma fração católica (1852), chamada, desde 1858, "Fração de Centro", cujo escopo era a defesa dos interesses morais e materiais das classes populares e do direito das associações católicas contra qualquer atentado da lei. Assim, pois, encontrou Bismarck os católicos bem preparados quando, depois das guerras felizes contra a Áustria e a França, reuniu à sua bandeira todos os inimigos do catolicismo e tentou subjugar tambem a Igreja. A luta dividiu toda a Alemanha em dois campos, e como ela fosse tambem luta entre diversas concepções do mundo, foi chamada, desde 1873, de "Kulturkampf". Principal instrumento nas mãos do chanceler foi o nacionalismo liberal, ofendido gravemente pelo Sílabo de Pio IX (§ 188) e pelo dogma da infalibilidade, que equivalia a uma declaração de guerra a todas as tendências materiais e racionais do liberalismo.

671. A luta começou pela supressão da secção católica no ministério dos cultos (1871). Rapidamente seguiram-se então o tristemente famoso "Kanzelparagraph" do código penal

(1871), a monopolização do ensino, a expulsão dos jesuitas (1872) e de religiosos "aparentados" (1873). A luta chegou ao seu apogeu com as quatro famosas leis de maio de 1873, que dizem respeito à formação, colocação e processos dos eclesiásticos. Muitos bispos e clérigos, não aceitando estas disposições, foram condenados a multas, prisão, deposição e desterro.

672. Mas ainda não foi tudo. Pela nova lei militar, os teólogos foram obrigados ao serviço das armas (1874), suspensas as subvenções que o Estado devia à Igreja (Brotkorbgesetz de 1875), e expulsas todas as ordens e congregações, exceto as que se ocupavam no serviço dos enfermos (1875). Pio IX declarou, pela encíclica *Quod nunquam,* nulas e desobrigatórias todas estas leis. A resposta do governo foram medidas ainda mais rigorosas (FB III 358).

673. Diversos Estados alemães imitaram o exemplo da Prússia, entre eles tambem a Baviera com o seu rei livre-pensador Luiz II (1864-86) e com o ministério liberal de Lutz (Kissling III 370 ss). Só o pacífico Carlos II (1864-91) de Vuertenberga, inspirado pelo excelente bispo José de Hefele, de Rottenburgo, manteve a paz religiosa.

674. As consequências do Kulturkampf foram deveras dolorosas. Em 1878, dos doze bispos da Alemanha só quatro se achavam ainda no seu posto. Os seminários episcopais estavam fechados e cerca de mil paróquias, privadas da cura pastoral. Centenas de sacerdotes viviam no desterro.

675. Mas, por muito que se esforçasse, o "chanceler de ferro" não conseguiu realizar os seus planos. Povo e clero conservavam, na sua imensa maioria, irrefragavel fidelidade ao episcopado, e a sua força crescia com os sofrimentos. O "Centro" obteve, nas seguintes eleições, um consideravel aumento no parlamento real e imperial, e, guiado por seus ilustres chefes, Luiz Windthorst, Augusto e Pedro Reichensperger e Malinckrodt, fez valer, cada vez mais, o seu poderoso influxo. Bismarck ia ter o seu dia de Canossa.

Antes de mais nada, viu-se obrigado a romper com os liberais. A luta antireligiosa perturbara profundamente a paz in-

terna do país e promovera assustadoramente o espírito materialista, o socialismo e a anarquia. Um duplo atentado contra a vida de Guilherme I (1878) mostrou-lhe eficazmente que, escravizando a Igreja, destruia o fundamento da ordem social.

676. A mudança de pontífice (1878) facilitou-lhe a retirada. Foi restabelecida logo a administração eclesiástica e a comunicação com Roma. Depois de Leão XIII ter pronunciado a feliz sentença pela qual resolvia a questão da ilha Yak (cfr. § 173), Bismarck suprimiu tambem as *leis de maio*, permitiu a volta dos religiosos, exceto dos jesuitas, e isentou os teólogos do serviço militar para o tempo de paz. O Kulturkampf terminou, pois, com a derrota completa do governo da Prússia e do Reich.

677. O reinado de Guilherme II (1888-1918) foi, em geral, um período de paz religiosa. Mas não desapareceram de todo as tendências anticatólicas, que se faziam sentir particularmente na distribuição dos altos cargos e na progressiva laicização do ensino.

678. Sobreveio então a guerra mundial. Causada, em última análise, pela descristianização progressiva da sociedade e por todo aquele fatal desenvolvimento do século XIX, foi, por seu turno, causa de subversões desastrosas nos campos político, social, cultural e religioso.

Uma ação pouco cristã foi a campanha que o Institut Catholique em París abriu contra a Alemanha, responsabilizando-a exclusivamente pela guerra e dando-a como maior inimiga do catolicismo. Deduziu daí que a guerra de todos contra a Alemanha era medida necessária para salvaguardar os bens da cultura e da moral. Os católicos alemães defenderam-se decididamente.

Não menos detestavel, porém, foi o erro dos alemães protestantes, cometido por ocasião do centenário da reforma (1917), de verem na guerra uma necessidade para salvar os bens da reforma luterana. Depois de uma guerra vitoriosa, estes protestantes provavelmente teriam continuado a luta contra o catolicismo. Impediu-os a providência divina. Sobrevieram os transtornos políticos que derrubaram os tronos que tanto pecaram contra o Rei dos reis e contra o seu representante na terra.

679. O império da Áustria se dissolveu e foi reduzido a um pequeno Estado. O jovem imperador Carlos perdeu o seu trono e morreu no desterro (1922). No império alemão estalou igualmente a revolução, em novembro de 1918. Os Estados proclamaram a república. Guilherme II renunciou ao trono. Parecia triunfar o princípio democrático das potências vencedoras. Mas a paz de Versalhes foi, no dizer de Bento XV, um verdadeiro escárneo à justiça. Por suas imposições, a Igreja alemã perdeu os territórios católicos de Strassburgo, Metz, Posen-Gnesen e Kulm. A Sociedade das Nações, fundada em 1919 por iniciativa de Wilson, foi criação da maçonaria e desiludiu a todos que nela depositaram as suas esperanças.

680. Ao mesmo tempo, uniram-se os inimigos internos sob as bandeiras do socialismo e do comunismo para derrubar tambem o altar. Mas o altar estava firme, e em redor dele a vida católica sólida e forte. Com cooperação enérgica do catolicismo, particularmente do Centro, foi formado o novo Estado. A constituição de Weimar (1919) assegurou completa liberdade religiosa (art. 135).

681. Em consequência houve uma eclosão de toda a vida eclesiástica. A legação prussiana junto à Santa Sé foi elevada a embaixada alemã (1920), e foi criada uma nunciatura em Berlim. O núncio Eugênio Pacelli soube granjear grande simpatia e autoridade. No intento de regular as relações entre Igreja e Estado, foram concluidas as concordatas com a Baviera (1924), com a Prússia (1929) e com a Badênia (1932). As ordens e congregações religiosas multiplicaram-se. O movimento da juventude católica, dos acadêmicos, da liturgia, dos exercícios espirituais, da ação católica, tudo fazia com que se falasse de uma verdadeira primavera religiosa, embora houvesse, de outro lado, muitos sinais de decadência e de dissolução no campo da moralidade.

682. Mas sobreveio o transtorno de 1933, com a fundação do Terceiro Reich. Adolfo Hitler, chefe do nacional-socialismo, arvorou-se em inimigo declarado do comunismo e do judaismo internacional, do parlamentarismo e do liberalismo e declarou-se no Reichstag de 23 de março de 1933 solenemente a favor do cristianismo. Os bispos revogaram, por isso, as sentenças que tinham antes lançado contra o partido, sem retirar a condenação dos seus erros religioso-morais. Como

o totalitarismo fosse o primeiro princípio do nazismo, o Centro, enganado, teve que dissolver-se. Em lugar da imprensa do partido católico ia-se fundar uma imprensa puramente católica. Depois da Páscoa, o desastrado von Papen começou as negociações com a Sé apostólica, sendo em 20 de julho assinada e em 10 de setembro ratificada a concordata com o Reich, a qual, observada, significaria um verdadeiro triunfo para a Igreja.

683. Mas a execução deixou, desde logo, muito a desejar, e está hoje sem efeito. Diversas vezes, o episcopado teve de levantar a sua voz em defesa dos interesses da Igreja, da educação da mocidade e das suas associações. Mas Hitler e seus sectários prosseguem no seu caminho. O plano é claro. A paganização da Alemanha é o programa de Hitler (Mein Kampf); é esta tambem a doutrina de Rosenberg (Mythus des 20. Jahrhunderts). O momento é, portanto, de guerra.

Já no princípio de 1935, começaram as prisões em grande escala de sacerdotes e católicos fervorosos. Motivo direto foi a fidelidade dos bispos para com a Santa Sé. O governo visava uma separação paulatina entre o papa e os bispos. Não o conseguiu. E, por isso, seguiram-se as difamações dos pretensos crimes sexuais e os processos de divisas. Protestaram novamente os bispos, o episcopado em peso. O papa Pio XI levantou altamente a sua voz, por diversas vezes, e, "com ardente preocupação", acompanhou o perigo cada vez mais assustador para a cultura cristã na Europa central (VP 1938, 123). Aos 28 de março de 1937, publicou a encíclica *Mit brennender Sorge* (AAS 29, 145 ss). Em 13 de abril do ano seginte a S. Congregação dos Seminários e Universidades condenou 8 proposições, extraidas da doutrina racista (VP 1938, 552-53), teses que significam o mais grosseiro materialismo panteistico. Mas só Deus sabe quando terminará a aflição da Igreja alemã.

684. Na **Áustria,** reduzida pela paz de S. Germain a uma população de aproximadamente 7 milhões de habitantes, dos quais 90% são católicos, as consequências da guerra mundial foram as mesmas que na Alemanha. O chefe do partido cristo-social, o prelado Inácio Seipel (m. 1932), duas vezes chanceler da república, soube, porém, salvar o Estado do cáos e repelir as correntes anticlericais do austro-marxismo e organizar tambem as relações entre Igreja e Estado. Uma nova concordata (1933) concedeu à Igreja completa liliberdade.

Os dois discípulos de Seipel, Dollfuss e Schuschnigg, continuaram brilhantemente a política religiosa do mestre. Mas ambos cairam vítimas do nazismo. Hitler veio, aos 12 de março de 1938, destruir a sua obra. Na torre da catedral de Viena, símbolo do catolicismo austríaco, foi içada a cruz swástica. E a Igreja da Áustria segue, desde então, a mesma via sacra, como a de todo o Reich germânico.

Literatura como no § 180. — Além disso: *Kissling,* Geschichte des Kulturkampfes im deutschen Reiche, 3 vol., Freiburg 1911-16. — *Goyau,* Bismarck et l'Église. Le Culturkampf, 4 vol., Paris 1911-13. — *Pfeilschifter,* Cultura alemã, catholicismo e a guerra mundial, trad. port. Petrópolis 1916-17. — *Hitler,* Mein Kampf, 2 vol., numerosíssimas edições. — *Gurian,* Der Kampf um die Kirche im dritten Reich, Lucerna. — Vozes de Petrópolis, passim. — AAS passim. — *J. Bauer Reis,* O nazismo sem máscara, 2. ed., Rio 1939.

§ 182. A Igreja na França desde a restauração

685. Napoleão, perdendo o trono usurpado de são Luiz, deixou o Estado e a Igreja da França em condições dolorosas. Luiz XVIII (1814-24), irmão de Luiz XVI, antes de mais nada, tratou de concluir nova concordata com a Santa Sé (1817). Esta, abolindo a de 1801 com os artigos orgânicos, restabeleceu o acordo de 1516. Mas as câmaras se opuseram e obrigaram o rei a abandonar o seu plano. Ficou, pois, em vigor, no esssencial, a concordata napoleônica.

686. Sendo, porém, mais justa a sua execução, melhorou a situação da Igreja, reorganizada agora em 14 arcebispados e 66 bispados. Algumas ordens e congregações foram restabelecidas. Muitos sacerdotes distinguiram-se por um zelo admiravel e por uma vida exemplar. Tambem na literatura as idéias católicas começaram a figurar. Entre os escritores católicos devem ser nomeados em primeiro lugar os românticos, que defenderam com brilho a causa da Igreja. O conde José de Maistre (m. 1821) escreveu *Du pape* e *De l'Église gallicane.* O grande orador visconde Chateaubriand (m. 1848) compôs o célebre *Génie du christianisme* (1802). Tam-

bem o filósofo visconde Bonald (m. 1840) e muitos outros tiveram nome glorioso.

687. Mas a volta dos bourbons ao trono não trouxe a paz à nação. A restauração eclesiástica não satisfez à geração crescida na época da revolução. As idéias galicanas ainda sobreviviam. E a maçonaria continuava a sua obra tenebrosa. Quando Carlos X (1824-30) procurou unir-se ainda mais estreitamente à Igreja do que seu irmão e por uma lei de 1826 e outra de 26 de julho de 1830 aboliu a liberdade de imprensa, estalou a revolução de julho de 1830, que acabou por dar a coroa a Luiz Felipe de Orleans, rei democrata, digno filho de Luiz Felipe "Égalité". Pelo espaço de 18 anos soube este manter o seu trono, apoiado pelo habil Talleyrand, que morreu em 1838, reconciliado com a Igreja (Rev. des deux mondes 1910, 112 ss), e por Guizot. A Igreja passou novamente dias de grande amargura.

688. No entanto, surgiram em sua defesa homens talentosos, como o fogoso Lamennais, Lacordaire, Gerbet e, principalmente, o jovem conde Carlos de Montalembert. São eles os chamados católicos liberais ou democráticos que, de comum acordo, fundaram o jornal *L'Avenir* (1830), com a divisa "Deus e liberdade". Nele apareceram, infelizmente, os artigos tradicionalistas de Lamennais (cfr. § 187). Como os outores tambem pleiteassem a separação entre Igreja e Estado, a liberdade religiosa, enfim todos os postulados do liberalismo "católico" (§ 193), Gregório XVI condenou as suas idéias pela encíclica *Mirari vos* (1832).

Lamennais, renitente, apostatou. Os outros autores submeteram-se, obedientes, à censura. Lacordaire desenvolveu, em seguida, uma grandiosa atividade na catedral de Paris, entusiasmando o povo pelas verdades católicas. Dupanloup, bispo de Orleans (m. 1878), Veuillot (m. 1883) com seu diário *L'Univers*, Frederico Ozanam (m. 1853) com sua associação de São Vicente, e outros homens ilustres deram fortes impulsos à vida católica. O próprio Luiz Felipe, querendo mostrar a sua gratidão ao papa, ia aproximando-se, mais e mais, da Igreja.

689. Mas sobrevieram novos transtornos políticos. O rei democrata fugiu para a Inglaterra (1848), e foi proclamada a segunda república. Magnífica foi a atitude do arcebispo de París, Dionísio Affre, que, durante as lutas sangrentas, se meteu no meio dos partidos para pregar a paz, sacrificando como bom pastor a sua vida. No entanto, já o primeiro presidente, Luiz Bonaparte, sobrinho de Napoleão I, proclamou novamente o império, chamando-se Napoleão III (1852-70).

690. Afim de conquistar as simpatias do clero, dirigiu favores à Igreja. Os primeiros anos do segundo império foram um período de franco progresso espiritual. Mas os favores de Napoleão eram motivados unicamente por considerações políticas. Quando julgou não mais precisar da Igreja, mudou de conselho. Não foi melhor do que seu tio. De todos os modos procurou vexar os bispos, as associações e as ordens religiosas. O exemplo da imoralidade e do luxo na sua côrte era um veneno para a sociedade. A oposição contra o sílabo de Pio IX e contra o concílio vaticano já preparavam um cisma, quando a guerra infeliz contra a Alemanha derrubou o seu trono, para ceder lugar à terceira república. Morreu no desterro, na Inglaterra (1873).

691. Tambem o galicanismo ainda vivia. O indiferentismo, a incredulidade e o fanatismo anticatólico se alastravam pela França, por muito que se esforçassem os bons elementos da sociedade. O monopólio do ensino não deixava de nutrir o espírito anticlerical, e os escritos frívolos de Renan, de Dumas e de outros escritores ateus, materialistas e panteistas envenenaram a sociedade.

692. E' verdade que a reação, chefiada por Montalembert, obteve a liberdade do ensino nas escolas primárias (1833), secundárias (1850) e superiores (1875) e que, depois dos dias sanguinários da Comuna de París, que vitimou o arcebispo Darboy e outros clérigos e leigos, a terceira república se mostrou, nos primeiros anos, bastante amiga da Igreja. Os sofrimentos da guerra e da Comuna produziram efeitos salutares. Quando, porém, o marechal Mac-Mahon (1873-79) deixou a presidência, os esquerdistas triunfaram nas câmaras. A maçonaria dominou, desde então, o governo. E a cisão política dos católicos facilitou a sua obra nefanda. As

repetidas exortações de Leão XIII não tiveram o desejado resultado.

693. Léon Gambetta, já em 1877, dera a divisa: "Le cléricalisme, voilá l'ennemi". Desde 1879, começou novamente uma luta aberta contra a Igreja. As escolas superiores católicas perderam o carater de universidades e o direito de conceder títulos acadêmicos (1879). Hostilizaram-se tambem as outras escolas católicas. As casas e as escolas dos jesuitas foram fechadas (1880). Outros religiosos, reconhecidos pela lei, tiveram que pedir sua aprovação dentro de três meses. Muitos conventos foram suprimidos. Foram laicizadas as escolas, removidos os crucifixos e outros emblemas cristãos e afastados do exército os capelães militares.

694. A tempestade anti-religiosa continuou no princípio do nosso século. Todas as congregações foram suprimidas (1904). Perto de 10.000 escolas livres foram fechadas. De toda a vida social foi banido o benéfico influxo da religião, retirando-se o crucifixo até das salas da justiça. Finalmente, devido ao conflito pela nomeação dos bispos (nominavit, nominavit nobis), foram rompidas as relações com a Santa Sé (1904) e declarada a separação entre Igreja e Estado (1905). Um protesto de Pio X contra a separação e contra as chamadas associações cultuais (Acta Pii X III 24 ss; 181 ss) teve por consequência ainda maiores aflições, sobretudo a confiscação dos bens da Igreja. Políticos e escritores, como Clemanceau, Anatole France, Ernesto Lavisse, proclamaram o programa do laicismo. As leis anticlericais sucediam-se rapidamente. E a esta luta externa acresceu ainda o movimento interno do modernismo, cujo representante principal foi Alfredo Loisy, lente da exegese no Institut catholique de Paris (cfr. n. 773 b).

695. Mas a perseguição teve, como sempre, tambem os seus bons efeitos. Desde a separação, a Igreja começou a soltar-se, mais e mais, dos grilhões do Estado. Os bispos passaram a ser nomeados pelo papa, os párocos pelos bispos. Sobreveio a guerra mundial. A atitude patriótica do clero e dos católicos teve por resultado maior apreciação e prestígio da Igreja. As leis anticlericais manejavam-se com menos rigor. A canonização de Joana d'Arc (1920) e de outros santos franceses foi acolhida com entusiasmo. Em 1921, o governo julgou ter chegado o momento de reatar as relações com a Sé apostólica. Cerretti foi nomeado núncio apostólico em París. As relações foram melhorando constantemente no tempo do núncio Maglione e com as duas visitas do então cardial-secretário Pacelli, em 1935 e 1937.

696. Mas, de outro lado, graves agitações não vieram a faltar, tambem depois da separação. O movimento nacionalista da Action française, chefiada pelo positivista Charles Maurras, que nutria a idéia duma monarquia forte e muitas simpatias conquistou tambem entre os bispos e sacerdotes, teve que ser condenado pelo papa (1926 e 1927). O indiferentismo religioso continua a ser uma grande chaga. Falta o número suficiente de sacerdotes. O comunismo perturbou seriamente a vida social e religiosa até à guerra atual. A maçonaria precipitou o país na desgraça. E como antes da guerra, assim tambem "neste momento tão angustioso para a terra de Joana d'Arc, voltam-se para santa Teresinha os católicos franceses, afim de encontrar na proteção da admiravel santa do Carmelo a salvação da sua pátria".

697. A guerra atual será provavelmente um marco na história religiosa da França. O marechal católico Pétain viu onde estava a chaga e pôs nela o dedo. O povo francês, católico, mas governado há muitos decênios pela maçonaria, passa a reflorir como ninguem antes imaginara. As leis anticristãs do divórcio e do ensino leigo foram abolidos. A maçonaria foi fechada, e seus chefes, que eram chefes do Estado, foram trincafiados por terem atirado a França numa guerra para a qual não estava preparada. A maçonaria não tem pátria (Melo Mourão).

Caffrey. — *Gams.* — *Schmidlin.* — *Nettement,* Histoire de la Restauration, 8 vol., Paris 1860-72. — *Bourgain,* L'Église de France et l'État au XIXe siècle, 2 vol., Paris 1901. — *Maurain,* La politique ecclésiastique du second Empire, Paris 1930. — *Baudrillart* etc., La vie catholique dans la France contemporaine, Paris 1918. — *Piovano,* Lotta dei cattolici francesi per la conquista della libertà d'insegnamento dal 1814 al 1850, Roma 1906. — *Hergenroether-Kirsch* IV 384 ss, com rica literatura. — StZ 1929, 331 ss e passim. — HJG 1930, 433 ss.

§ 183. O catolicismo nos outros paises do continente europeu

698. A revolução francesa e a época napoleônica influenciaram sensivelmente tambem a Igreja da **Suissa.** A incorporação de Genebra à França acarretou a espoliação da Igreja e a expulsão do núncio apostólico (1798). Mas teve tambem uma consequência feliz: a restauração do culto católico na cidade de Calvino, depois duma interrupção de dois séculos e meio. Após a restauração de 1815, iniciaram-se negociações com a Santa Sé, que tiveram por resultado a convenção de 1828, pela qual a Igreja suissa foi organizada em cinco bispados, fazendo o núncio apostólico as vezes de metropolita.

699 a. A paz religiosa foi, infelizmente, em breve interrompida. Desde 1830, a maçonaria, os liberais e protestantes fanáticos, que tinham a maioria nos governos, fizeram sentir à Igreja, mais e mais, o seu ódio e a sua vingança. Em 1838, começou uma verdadeira tempestade contra os mosteiros, particularmente no cantão de Argóvia, onde, até 1841, ficaram suprimidas todas as casas religiosas.

b. Quando o cantão de Lucerna concedeu aos jesuitas uma residência (1844), os liberais organizaram contra ele grupos de guerrilheiros. E como Lucerna se unisse com os cantões católicos no chamado "Sonderbund", para defender os seus direitos, rompeu uma guerra religiosa que terminou com a derrota dos católicos (1847) e com a escravização da Igreja.

c. Em Lausana, o bispo Estevão Marilley protestou contra as leis antieclesiásticas dos cinco cantões pertencentes ao seu bispado (1848), mas foi condenado a um desterro de oito anos. O concílio do Vaticano, finalmente, deu pretexto para uma perseguição geral. Como a Alemanha, assim tambem a Suissa teve o seu "Kulturkampf".

d. Pio IX separou, em 1873, o cantão de Genebra da diocese de Lausana. Mas o bispo Gaspar Mermillod, já desde longos anos bispo auxiliar de Marilley, foi desterrado. As igrejas católicas foram entregues aos antigos católicos. O bispo Lachat, de Basiléia, foi deposto e desterrado, por ter procedido contra os adversários do Vaticano. Igual sorte teve

o seu cabido e os sacerdotes que lhe ficaram fiéis. Tambem lá as igrejas foram entregues aos antigos católicos.

700. Mas como na Alemanha, assim na Suissa, o governo reconheceu seus erros, revogou os editos de desterro contra bispos e sacerdotes (1876) e restituiu as igrejas, pouco a pouco, aos católicos. Genebra foi reunida, de novo, com Lausana (1883), e Mermillod pôde voltar. Séde episcopal é Friburgo. Desde os últimos decênios do século, se avivou sensivelmente a vida católica. Em Friburgo foi fundada uma universidade católica internacional (1889), cuja faculdade teológica foi confiada aos dominicanos. E' verdade que, em 1909, foi proclamada a separação entre Igreja e Estado. Esta se fez, no entanto, dum modo amigavel. O primeiro congresso católico, celebrado em Lucerna (1903), iniciou a centralização das associações, e desde então o catolicismo continua em franco progresso. Durante a guerra mundial, o presidente Motta, católico, fundou, de comum acordo com Bento XV, uma organização caritativa internacional. E o representante do papa soube ganhar tão viva simpatia que em 1920 foi restabelecida a relação diplomática com a Sé apostólica. Maglione foi nomeado núncio.

701. A república das **Províncias Unidas da Holanda,** fundada em 1579, e reconhecida na paz de Vestfália (1648), foi convertida pelos franceses em república bátava (1795), proclamando imediatamente a liberdade dos cultos. Napoleão transformou a república em reino (1806) e anexou-o, em seguida, à França (1810). Mas o congresso de Viena (1815) restituiu ao país a independência e uniu-o à Bélgica. Guilherme I (1815-40), da casa Nassau-Orange, foi escolhido para rei. Em todo o reino unido dos Paises Baixos foi confirmada a liberdade religiosa.

702. Mas o carater e a religião dos dois povos se diferençavam demais para estarem amalgamados. E apesar da equiparação, os católicos eram tratados com flagrante injustiça. Guilherme I era calvinista, e o parlamento composto igualmente de calvinistas intolerantes. Por isto, um acordo, concluido com a Santa Sé (1827), não foi posto em prática. Mas a oposição belga se acentuou, cada vez mais. Uma mudança para melhor (1829) veio tarde. Os belgas esperavam apenas

uma ocasião para separar-se da Holanda e formar um reino à parte. O ensejo não lhes faltou: veio com a revolução de París em julho de 1830.

703. Leopoldo I (1831-65) de Saxônia-Coburgo, novo rei da Bélgica, publicou logo uma constituição que remediou os males da intolerância calvinista. Foi proclamada e observada completa liberdade religiosa e separação entre Igreja e Estado. Logo surgiram escolas católicas em toda parte. Em 1834, foi fundada a universidade católica de Malinas, transferida, no ano seguinte, para Lovaina, onde se desenvolveu brilhantemente e se tornou séde principal da filosofia neo-escolástica e da história da Igreja.

704. A liberdade religiosa teve que ser defendida com grandes esforços contra as hostilidades dos incrédulos, liberais e maçônicos. Particularmente agitada foi, no último quartel do século XIX, a questão das escolas. O ministério liberal de Frère-Orban (1878-84) prescreveu a escola leiga. A resistência católica teve, porém, feliz resultado. Desde 1884 até 1919, o partido católico possuia a maioria no parlamento e no ministério. Mas os anticlericais e a maçonaria continuam a sua obra nefanda.

705. Na Holanda melhorou a condição da Igreja, quando Guilherme II (1840-49) subiu ao trono. Uma revisão da constituição (1848) assegurou aos católicos, de novo, a liberdade religiosa, e desta vez com maior sinceridade. Guilherme III (1849-90) e Guilhermina (1890-?) continuaram a política de paz e justiça.

Desde a reorganização da jerarquia (1853), a vida católica fez maravilhosos progressos, fruto dos sábios destinos da providência divina que na Holanda preparou um campo de fertil atividade aos muitos religiosos expulsos da Alemanha. Singularmente abençoada foi a missão das escolas livres, oficialmente reconhecidas e, mais tarde, até apoiadas pelo Estado, as primárias desde 1889, as superiores desde 1905.

706. A **Dinamarca** rompeu, em 1847, com o sistema da Igreja nacional, suprimindo as leis ofensivas aos católicos. Em 1869, foi fundada uma prefeitura apostólica, elevada em

1892 a vicariato apostólico, terminando assim a sedisvacância que datava de 1536. A vida católica pôde desenvolver-se livremente, especialmente nos últimos dois decênios.

707. A **Noruega,** desde 1905 reino independente, em 1845, concedeu liberdade a todos os cultos e igualdade de direitos a todos os habitantes. No último decênio do século XIX, franquearam-se aos católicos tambem quasi todos os cargos públicos. Pio IX fundou uma prefeitura apostólica, em 1869, e Leão XIII elevou-a a vicariato apostólico, em 1892.

708. Na **Suécia,** só desde 1860, foram modificadas as leis anticatólicas. Mas ainda hoje, os católicos não têm a mesma liberdade, como nos dois outros paises escandinavos.

Em toda a Escandinávia havia, em 1920, cerca de 32 mil católicos. Muito conhecidos se tornaram, em nossos dias, o poeta João Joergensen, convertido em 1892, e a insigne escritora Sigrid Undset, convertida em 1925.

709 a. Extremamente dolorosa é a história da Igreja na **Rússia.** A tríplice divisão da Polônia entre as potências vizinhas (1772, 1793 e 1795) não só acabou com a unidade política e com a independência desta nação, mas acarretou tambem a escravização da Igreja, principalmente na parte anexada pela Rússia.

b. Catarina II (1762-96), mulher incrédula, prometeu solenemente manter a religião católica romana, tanto do rito latino como do rito ruteno unido. Mas com que sinceridade fez a sua promessa, bem o demonstram os seus decretos sanguinários, antes e depois da anexação. Quando veio a falecer, viu com satisfação realizada quasi completamente o seu plano de destruir a Igreja unida. Perto de 8 milhões de rutenos e 145 mosteiros basilianos foram separados de Roma (Theiner, em Meffert 93). Não conseguiu, porém, realizar o segundo plano, o de separar de Roma tambem o rito latino. Antes de ter dado o último golpe, teve que apresentar-se ao tribunal do divino juiz.

710. Nos reinados de Paulo I (1796-1801) e de Alexandre I (1801-25), cessou a perseguição, e organizaram-se, de novo, as Igrejas dos dois ritos. Foram restabelecidos os an-

tigos bispados e fundados novos. Foi elevado a metrópole o de Varsóvia (1818). Uma reação ortodoxa não ficou sem resultado. Em 1800 foi fundado em Petersburgo o colégio católico romano, que havia de ser a autoridade suprema de todos os católicos da Rússia. Mas o colégio não foi reconhecido pelo papa, porque, depois da morte de Paulo I, foi transformado em simples instrumento do governo. A direção estava nas mãos de oficiais civís e, mais tarde, geralmente nas de acatólicos.

Paulo I caiu vítima duma conjuração, chefiada pelo embaixador inglês Whiteworth, por não querer seguir a politica inglesa. Seu filho Alexandre I sabia da conjuração. Esta culpa o perseguiu durante toda a vida, donde se explicam as suas tendências misticistas e pietistas, que o levaram, afinal, até às portas do catolicismo.

711. Seu irmão, o brutal Nicolau I (1825-55), tornou a seguir as pegadas de Catarina II. Obrigou os rutenos a submeter-se, novamente, à Igreja ortodoxa, e os bispos da Lituânia, Brest e Rússia Branca, por triste covardia, declararam, com 1300 eclesiásticos, a sua entrada na Igreja oficial (1839). Os sacerdotes e religiosos que desobedeceram foram tratados brutalmente.

Nicolau planejou tambem a supressão do catolicismo latino. Mas os poloneses deste rito ficaram fiéis à Igreja de seus pais. A sua sublevação de 1829-31 não foi causa, mas deu pretexto a medidas tirânicas, já muito antes preparadas. E' verdade que, na sua visita ao papa Gregório XVI em 1845 (Wiseman 385-86), o imperador prometeu remediar os abusos. Mas a concordata que daí resultou, assinada só depois da morte do papa, não passou de uma letra morta.

712. Alexandre II (1855-81) permitiu, para enganar o papa e as nações ocidentais, que a concordata fosse publicada. Passada, porém, a guerra da Criméia e o congresso de París, deixou cair a máscara. O sistema da Igreja oficial continuou pesando gravemente sobre o catolicismo. Agravou-se ainda a condição dolorosa dos católicos, quando os poloneses se deixaram arrastar a uma segunda sublevação (1861). Esta foi causada pelo despotismo do tsar e organizada por Mazzini

e seus colegas da loja maçônica em Londres. Mas quem teve de sofrer as consequências, foi a Igreja católica. Milhares de católicos, clérigos, nobres e fiéis, seguiram o caminho do desterro para a Sibéria.

713. Alexandre II caiu vítima dum atentado dos niilistas. Alexandre III (1881-94) abafou o movimento revolucionário. Mas as condições do catolicismo não melhoraram. Foi concluido, é verdade, novo acordo com a Santa Sé (1882). Mas quando Tolstoi, procurador-mor do sacrossanto sínodo, comunicou aos bispos a concordata, escreveu-lhes que ela não abolia as leis existentes.

714. Nicolau II (1894-1917), em vez de pensar em remediar os erros de seus pais para firmar o seu trono, estava resolvido a continuar o despotismo político e religioso. Novo meio de combater a Igreja católica romana foi a seita dos mariavitas ("Mariae vitam imitari"), sectários visionários, condenados pelo papa (ThGl 1909-11).

Sobrevieram, em princípios do século XX, a guerra infeliz com o Japão (1903) e as grandes catástrofes da revolução (1904-05). Só então se firmaram, pela primeira vez, os princípios de equidade e liberdade religiosa. Uma constituição e um edito de tolerância (1905) abriram as portas a milhares que voltaram ao seio da Igreja romana. E se ficasse de pé a tolerância, era de esperar-se o completo fracasso da obra de Catarina II. Mas como as promessas de Catarina tinham sido mentiras, mentira foi tambem o decreto de Nicolau II. Até durante a guerra mundial, os ucranianos da Galícia austríaca, ocupada pelos russos, foram brutalmente obrigados a abraçar o cisma. Tão aferrado ódio bem justifica os temores de Pio X, quando disse: "Se a Rússia vencer, vence a ortodoxia".

715. Não querendo escutar a voz de Deus que se lhe manifestara em tantas catástrofes, o tsar teve que sofrer os desastres da guerra mundial e da revolução soviética, que fizeram em pedaços o império e tiraram a Nicolau II ignominiosamente o trono e a vida. Lenin arrogou-se o poder e organizou a ditadura do proletariado. E desde então, pesa o terror sobre a Igreja da Rússia.

Pio XI muito se esforçou por mitigar a perseguição da Rússia soviética e procurou obrigá-la por uma intervenção internacional. Mas os seus esforços foram frustrados pelas maquinações de Poincaré contra a projetada conferência de Haya (1922). Em março de 1923, começou a sangrenta perseguição com a prisão do arcebispo de Leningrado e de muitos outros eclesiásticos. E quais serão os frutos a crescer das ruinas, só o futuro no-lo poderá dizer.

716. A **Polônia** reconquistou a sua independência em 1916. A Igreja católica, latina e unida, organizou logo a sua jerarquia, com o auxílio prudente de Aquile Ratti, então visitador e, em seguida, núncio apostólico. A constituição de 1921 concedeu à Igreja católica a preferência. E a concordata que o papa Pio XI concluiu em fevereiro de 1925 deu aos católicos latinos 6 arcebispados com 15 bispados, aos unidos um arcebispado com dois sufragâneos, e aos armenos um arcebispado.

717. Infelizmente, a Igreja é ainda inquietada pela seita dos mariavitas e pela Igreja nacional, introduzida por agentes vindos dos Estados Unidos da América. Todavia, o povo católico polonês compreendeu a alta missão que lhe confiou a Providência divina, concedendo-lhe a liberdade, e opôs, pelo espaço de vinte anos, um dique aos poderes satânicos que visavam o extermínio do cristianismo. Brilhantemente o provou o congresso de Cristo Rei, celebrado de 25 a 29 de junho de 1937, na cidade de Poznán, onde os cardiais Hlond, Kakowski, de Varsóvia, Innitzer, de Viena, e Verdier, de París, com o legado pontifício, o ministro dos cultos, diversos altos oficiais do exército e multidões de fiéis se uniram, para dar um solene protesto contra o comunismo ateu (Der Euch. Voelkerbund 1937, 17. 113). Mas a guerra atual destruiu a obra dos vinte anos de liberdade.

718. A **Letônia** regulou as suas relações com a Santa Sé por uma concordata (1922). A **Lituânia,** quasi inteiramente católica, fez o mesmo (1927). Mas a Igreja teve de sentir repetidas ingerências do Estado. Ambas as repúblicas, separadas da Rússia, depois da guerra mundial, cairam em 1940 nas mãos dos soviets, sendo-lhes arrancadas em 1941 pelos exércitos da Alemanha.

719. A **Tcheco-Eslováquia** mostrou-se, desde o princípio da sua existência, favoravel à Igreja. Entre os quasi 15 milhões de habitantes havia, em 1930, mais de 11 milhões de católicos. Mas um nacionalismo exagerado e certas correntes religiosas, que têm a sua fonte no husitismo, foram causa de muitas apostasias. Um movimento modernista entre o clero teve por resultado uma Igreja nacional, que reclamava a abolição do celibato, a liturgia em língua nacional, maior liberdade de doutrina e constituição democrática. Mas um decreto do Sacro Ofício de 1920 sentenciou o movimento, e uma reação contra heresia e incredulidade, em breve, se fez sentir.

720. Na **Jugo-Eslávia,** onde entre 14 milhões de habitantes vivem perto de 5,6 milhões de ortodoxos e quasi outros tantos católicos, estes últimos tiveram que sofrer contínuas vexações. Uma concordata, concluida em 1937, encontrou forte oposição por parte dos ortodoxos.

721. Na **Rumânia** vivem entre 18 milhões de habitantes somente 1,4 milhão de católicos romanos e 1,5 milhão de unidos. A grande maioria são ortodoxos que não cessam de estorvar os católicos na liberdade que a lei lhes concede. Em 1927 foi concluida uma concordata, ratificada pelo Estado só em 1929 (FB III 438-41).

Hergenroether-Kirsch IV. — *Schmidlin,* Papstgeschichte I-III. — *Huerbin,* Handbuch der Schweizer Geschichte II, Stans 1908. — *Oechsli,* Geschichte der Schweiz im 19. Jahrhundert I-II, Leipzig 1903-13. — *Daucourt,* Scènes et récits du Culturkampf en Suisse, Bruxelles 1887. — *Allard,* L'État et l'Église en Belgique, Paris 1872. — *Moreau,* Le Catholicisme en Belgique, Liège 1928. — *Loeff* etc., Het katholiek Nederland (1813-1913), 2 vol., Nijmegen 1913. — *Crouzil,* Le Catholicisme dans les pays scandinaves, 2 vol., Paris 1902. — *Boudon,* Le St.-Siège et la Russie, leurs relations diplomatiques au XIXe siècle, 2 vol., Paris 1922-25. — *Meffert,* Das zaristische Russland und die katholische Kirche, M.-Gladbach 1918. — *Spinka,* The Church and the Russian Revolution, New York 1927. — *Cabral,* A miragem soviética, Petrópolis 1933.

§ 184. A Igreja na Grã Bretanha

722. Na **Grã Bretanha,** o catolicismo, escravizado desde os reinados de Henrique VIII e de Isabel, soltou paulatinamente os grilhões da Igreja oficial, desde que a guerra de emancipação dos Estados Unidos da América (1775-83) e a re-

volução francesa e, por conseguinte, o movimento liberal aconselhavam ao governo, abandonasse o sistema de supressão.

Em 1791, foram abolidos os castigos estabelecidos contra a prática da religião católica, e concedeu-se aos católicos o direito de fundar escolas, exercer a profissão de advogados e obter os cargos inferiores do governo. Na Irlanda concederam-se-lhes, além disso, o voto ativo nas eleições (1792) e a entrada nos corpos militares até ao grau de coronel (1793). Na Escócia foi publicada, ao mesmo tempo, a primeira lei de liberdade.

723. O ministro William Pitt planejava outras medidas reparadoras a conceder à **Irlanda.** Mas opuseram-se os anglicanos com o rei Jorge III (1760-1820) à frente. Foi fundada até uma loja maçônica com o fim especial de estirpar completamente a Igreja católica na Irlanda e de aniquilar a nacionalidade irlandesa (1795).

724. Mas organizaram-se os católicos. Em 1801, o parlamento irlandês foi unido ao da Inglaterra, e descortinou-se, desde então, para o catolicismo um futuro mais esperançoso. O poderoso movimento empreendido por Daniel O'Connel (1775-1847), o "Libertador", e continuado por Smith O'Brien (m. 1864), pela fundação da *Catholic Association*, trouxe aos católicos a igualdade de direitos civís em todo o reino. O'Connel foi eleito para o parlamento (1828).

725. Sucessivamente, seguiram-se outras leis reparadoras. Em 1829, foi publicado o bill de emancipação que franqueou aos católicos o acesso a todos os cargos e dignidades públicas, exceto aos de lordchanceler da Inglaterra e da Irlanda e vice-rei da Irlanda. Um bill de 1838 isentou-os dos odiosos dízimos a pagar aos pastores protestantes. Em 1867, abriu-se-lhes tambem o acesso ao cargo de lordchanceler da Irlanda. E, durante o ministério de Gladstone, a Igreja episcopal perdeu o carater de Igreja oficial para a Irlanda (1869), concedendo-se uma parte dos bens eclesiásticos à Igreja católica. Em Dublin foi fundada uma universidade católica, e Newman foi nomeado seu primeiro reitor (1851-58). Mas a universidade não conseguiu manter-se, pelo que foi trans-

formada, em 1908, em universidade estatal, destinada porém, de preferência, aos católicos. Muitos seminários e outras escolas católicas completaram a obra.

726. Durante a guerra mundial, os irlandeses procuraram realizar a sua tão longamente desejada independência (1916). Em parte a conseguiram; pois, em 1921, o país foi proclamado Estado livre dentro do império britânico, exceto o distrito de Ulster, no norte da Irlanda. E sendo a população, na sua quasi totalidade, católica, abriu-se para a Igreja uma nova era de florescimento. Em 1932, foi celebrado em Dublin o congresso eucarístico internacional.

727. Tambem para a Igreja católica da **Inglaterra** começou, em 1829, uma era mais bonançosa. Até àquela data, diminuira o número dos fiéis constantemente, sendo apenas 70.000 no princípio do século XIX. Mas, desde então, começou a multiplicar-se rapidamente. O aumento provém, em grande parte, da imigração de irlandeses. Mas nem por isso deixa de ser tambem fruto da emancipação, que deu vida e ânimo aos fiéis e forte impulso a conversões.

728. Outra fonte de conversões foi o movimento puseista, movimento teológico catolizante no seio da Igreja anglicana, chamado tambem de tratarianismo ou ritualismo. Chefes do movimento foram Pusey, lente da universidade de Oxford, Newman e outros. O movimento teve início em 1833. Em breve, causou um cisma dentro da Igreja anglicana, dividindo-a em uma Igreja ritualista e catolizante e outra progressista e liberal. A cisão reconduziu à Igreja católica centenas de ingleses entre nobres e eruditos, tanto eclesiásticos como leigos.

João Henrique **Newman** (1801-90), o mais insigne entre eles, converteu-se em 1845, ordenou-se sacerdote (1847), fundou com William Faber o Oratório inglês, foi criado cardial (1879), e morreu admirado pelo mundo católico. Foi sem dúvida o pensador mais genial, o escritor mais brilhante da Igreja da Inglaterra e um dos teólogos mais eminentes do século XIX, que soube unir à grandeza de pensador a profundeza de psicólogo e à piedade de místico o arrojo de poeta. E' à sua atividade pessoal e aos seus escritos que a Igreja católica da Inglaterra deve, em grande parte, a sua restauração (FB III 303).

729. Este aumento da vida católica animou Pio IX a restabelecer a jerarquia inglesa (1850), apesar dos fanáticos pro-

testos dos anglicanos e do parlamento. Foi criado o arcebispado de Westminster com doze bispados, sendo primeiro arcebispo Nicolau Wiseman (1802-65), a quem sucederam Eduardo Manning (1865-92), Vaughan (1892-1903), Francis Bourne e Hinsley, todos cardiais. Em 1911, criou Pio X dois outros arcebispados, Birmingham e Liverpool. Em 1916, acrescentou Bento XV um quarto em Cardiff para Wales.

730. Tambem na **Escócia** cresceu muito o número dos católicos, graças especialmente à imigração de irlandeses. Por isso, Leão XIII restabeleceu, em 1878, a jerarquia com a ereção dos dois arcebispados de Glasgow e S. Andrew-Edinburgh, com quatro bispados.

731. Pelo *Roman Catholic Bill* de 1926 foram abolidos os últimos restos da legislação anticatólica. Só da sucessão ao trono e do cargo de lordchanceler ainda ficam excluidos os católicos.

732 a. O movimento de conversão ao catolicismo continua ainda fagueiro. Tratou-se até, nos últimos decênios, da reunião da Igreja anglicana com Roma. Em 1859, foi fundada a *English Church Union,* continuação do movimento puseista de Oxford. Foi presidente da união, pelo espaço de 60 anos, Lord Halifax, que contribuiu eficazmente para uma mudança radical da atmosfera religiosa em favor do catolicismo. Halifax e seu amigo, o P. Portal, lazarista francês, moveram o papa Leão XIII a convidar os bispos anglicanos a participarem ativamente dos trabalhos unionistas. Mas o problema da sucessão apostólica dos bispos anglicanos foi resolvido negativamente pelo papa Leão XIII (1896), e esta declaração teve por consequência uma reação.

b. Só a conferência de Lambeth de 1920, onde se achavam reunidos 250 bispos anglicanos, despertou novamente a idéia unionista, e deu impulso às conferências de Malinas, que se fizeram com o consentimento do papa e do primaz anglicano e pela intervenção do cardial-arcebispo Mercier. Na primeira conferência (1921), os anglicanos precisaram a sua atitude: "Desejamos a unidade eclesiástica e não receamos a idéia de que o papado seja o centro desta união".

c. Mas em 1925 morreram Mercier e Portal, e a quinta conferência já não teve a importância das anteriores. Com a morte de Lord Halifax (1934) interromperam-se as negociações, e, todavia, diz W. Barry: "A restauração católica não pode mais ser contida". Muitos ingleses começam a reconhecer o que o grande Tomaz Morus reconheceu na primeira hora da apostasia inglesa, "que a verdadeira esperança da ciência e da liberdade consiste na unidade com a antiga Igreja de Cristo" (Chesterton).

Funk-Bihlmeyer III 301 ss; 368 s; 441. — *Schmidlin* I-III. — *Buchberger,* LThK passim. — *Maurois,* História da Inglaterra, trad. p. C. Domingues, Rio de Janeiro (s. a.). — *Bellesheim,* Geschichte der katholischen Kirche in Irland III, Mainz 1891. — *Id.,* Geschichte der kath. Kirche in Schottland, Mainz 1883. — *Thureau-Dangin,* Le catholicisme en Engleterre au XIXe siècle, 4. ad., Paris 1909. — *Steward,* A Century of Anglo-Catholicism, London 1929. — *Gardner,* English Catholicism in the present day, London 1920. — *Ward,* Life and Times of Cardinal Wiseman, 2 vol., 2. ed., London 1900. — *Hemmer,* Vie du Cardinal Manning, Paris 1898. — *Snead-Cox,* The life of Cardinal Vaughan, 2 vol., London 1910. — *Newman,* Apologia pro vita sua, London 1864; trad. al. Saarlouis 1913. — *Hutton,* Cardinal Newman, London 1891.

§ 185. A Igreja na América setentrional

733. Na América setentrional, tanto nos Estados Unidos como no Canadá, o catolicismo fez, no decurso do século XIX, progressos ainda mais admiraveis do que na Inglaterra. Nos **Estados Unidos** dominava, desde a fundação da colônia (1607), como na Inglaterra, a Igreja anglicana com a sua intolerância. Todavia, durante o século XVII, o país tornou-se refúgio para todos os cultos perseguidos. Lord Baltimore, tendo voltado ao catolicismo (1624), viu-se obrigado a ir buscar nova pátria e fundou a colônia de Maryland (1634), que o rei Carlos I lhe concedeu. Estabeleceram-se católicos tambem em outras partes. Mas o seu número ficou longamente reduzido, porque os protestantes, em toda parte, lhes faziam sentir a sua superioridade. Só os cuáqueros da Pensilvânia mostraram-se tolerantes, ao menos até à morte de Penn (1718).

734. A guerra da emancipação (1775-83) lhes valeu, finalmente, a perfeita liberdade, proclamada pela constituição de 1787. O primeiro congresso (1789) sancionou esta liber-

dade e pronunciou a completa separação entre Igreja e Estado. Desde aquela data, o protestantismo se dissolveu em inumeraveis seitas. Os católicos eram apenas 30 mil, entre 4 milhões de habitantes, e pertenciam ao vicariato apostólico de Londres.

Em 1784, foi criado o vicariato apostólico de Baltimore, e escolhido para primeiro prelado o zeloso ex-jesuita John Carrol (1735-1815). Cinco anos depois, o vicariato foi elevado a bispado. Seguiram, nos dois decênios seguintes, as dioceses de Boston, Nova York, Bardstown e Filadélfia, sendo Baltimore elevada a metrópole (1808).

735. Como os territórios da União aumentassem com a anexação de novos Estados e continuasse tambem o aumento da imigração alemã, irlandesa, boêmia, italiana e polonesa, cresceu necessariamente ainda o número das dioceses, havendo em 1932 15 províncias com 103 bispados no continente.

Segundo estatística de 1940, há nos Estados Unidos uns 64 e meio milhões de cristãos. Entre eles 21 milhões são católicos. Nas colônias vivem mais uns 11 milhões de católicos. Os demais credos dividem-se, no continente, em cerca de 250 denominações protestantes, das quais as maiores são as dos batistas e metodistas (Der Sendbote des goettl. Herzens 68 (1941) 380; REB I (1941) 230).

736. Em vista da dissolução protestante, o catolicismo é a mais vigorosa comunidade religiosa do país. E a sua influência não deixou de se fazer sentir na vida pública. Tanto assim, que o senado norte-americano arquivou um exemplar da encíclica *Quadragesimo anno* na coleção das suas atas.

Em 1936, Pacelli, cardial-secretário do Estado do Vaticano, foi enviado por Pio XI, "para orientar-se pessoalmente sobre a vida católica nos Estados Unidos e para ter um contato mais intimo com as autoridades eclesiásticas daquele país". "Teve a satisfação de conhecer de perto a vida florescente de inúmeras instalações religiosas, igrejas, seminários, universidades, escolas, conventos, hospitais, asilos de orfãos e velhos". Quando finalmente Pacelli foi elevado à cátedra de são Pedro, reataram-se tambem as relações diplomáticas dos Estados Unidos com a Sé apostólica (Kohnen 83 ss).

737. A organização, mantença e difusão de tão vasta Igreja exige muitos e bem organizados esforços dos prelados e dos fiéis. Pois, havendo, desde o princípio da União, separação entre Igreja e Estado, este não lhes dava senão a liberdade. Compreendendo a necessidade e aproveitando-se da liberdade, os católicos criaram escolas para a educação da juventude e seminários para a formação de seu clero. Em 1889, foi fundada uma universidade católica em Washington, à qual seguiram outras, nos anos seguintes. Hoje existem nos Estados Unidos 16 universidades católicas, centenas de colégios e academias para o ensino superior, mais de 2.000 escolas secundárias e umas 8.000 primárias.

738. Para a administração boa e uniforme contribuiram eficazmente os sínodos que se reuniram frequentemente. John Carrol convocou, quasi no princípio do seu episcopado, um sínodo diocesano (1791), ao qual seguiram sínodos provinciais e plenários, onde se assentaram principalmente determinações disciplinares, de acordo com as circunstâncias e necessidades todo particulares do país. Para honrar o zeloso episcopado, elevou Pio IX o arcebispo Closkey de Nova York à dignidade de cardial (1875). Em 1886, o arcebispo James Gibbons, de Baltimore, obteve a mesma dignidade.

739. Um sem número de ordens e congregações religiosas, jesuitas, beneditinos, dominicanos, franciscanos, redentoristas, lazaristas e muitos outros, contribuiram muito eficazmente para o florescimento da vida católica dos Estados Unidos, de que o congresso eucarístico internacional de Chicago em 1926 deu prova imponente.

740. No entanto, não poucos embaraços vieram dificultar o progresso do catolicismo. A tolerância do Estado foi violada, muitas vezes, por intolerância privada. Desde 1830, se formou uma seita secreta religiosa de protestantes fanáticos, que assassinaram muitos católicos e destruiram as suas igrejas. O movimento Knownothing (1845) e a seita secreta de Ku-Klux-Klan (1866 e 1915) foram perigosísssimos. Tambem a "American protective Association", associação ateista, empreendeu uma luta violenta contra o catolicismo no campo literário e social. Para defesa dos interesses católicos foi fun-

dada a "Ordem dos cavaleiros de Colombo", associação leiga que, em 1932, contava 540.000 membros.

741. Mais perniciosos ainda se tornaram alguns perigos que surgiram do seio da própria Igreja. Desde 1875, os fabriqueiros das igrejas procuravam introduzir uma administração leiga, o que veio produzir muitas discórdias e escândalos. Nos últimos decênios do século XIX, aquí e alí, se têm manifestado idéias dotrinais individualistas que não estavam inteiramente de harmonia com a doutrina católica. Eram abusos e aberrações que se têm designado com o nome de "americanismo". Seus fautores principais foram o convertido Isaac Tomaz Hecker e o arcebispo John Ireland (cfr. § 189).

742. O **Canadá,** colônia francesa desde o re-descobrimento em 1534, passou em 1763 a ser domínio inglês. A Igreja católica teve, desde então, de sofrer as mesmas vexações como na Inglaterra, apesar das promessas feitas pelo governo na paz de París. No entanto, os católicos souberam defender os seus direitos. Já em 1774 foi proclamada a liberdade religiosa e em 1829, completa emancipação. O bispado de Quebec, fundado em 1674, foi elevado a arcebispado (1844), e nos decênios seguintes foram criadas outras províncias, Toronto, Halifax, Montreal, Kington e outras mais. Em virtude deste brilhante desenvolvimento, a Igreja do Canadá, como a dos Estados Unidos, foi separada, em 1908, da organização da Propaganda e subordinada imediatamente à Santa Sé. Em 1933, havia 11 arcebispados, 25 bispados e 5 vicariatos apostólicos para 3,8 milhões de católicos entre 10,4 milhões de habitantes (FB III 373). Três universidades católicas, em Quebec, Montreal e Otawa, constituem o orgulho dos católicos canadenses.

Shea, History of the Catholic Church in the United Stats, 4 vol., New York 1886-92. — *Lugan,* Le catholicisme aux États-Unis, Paris 1930. — *Guilday,* The Life and Times of Archbishop John Carrol, New York 1922. — *Will,* Life of Cardinal Gibbons, 2 vol., 2. ed., New York 1922. — *Funk-Bihlmeyer* III 306 ss; 373 ss. — *Hergenroether-Kirsch* IV 637 ss, com rica literatura. — The Catholic Encyclopedia, 15 vol., New York 1907-14. — StML e StZ com muitos artigos. — *Buchberger,* LThK passim.

§ 186. As ciências eclesiásticas

743. As hostilidades do filosofismo e os distúrbios da revolução e da secularização embaraçaram dolorosamente o cultivo das ciências eclesiásticas. A Igreja perdeu, em toda parte, as suas escolas de todas as categorias. O ensino passou às mãos do Estado antieclesiástico e anticristão. A secularização despojou a Igreja tambem dos meios necessários para cultivar as ciências, na França e na Alemanha de todo, em parte tambem nos outros paises. Os mosteiros, que com tanto brilho se haviam dedicado aos estudos, já não existiam. E dos espíritos "esclarecidos", tão cheios de preconceitos, e do racionalismo que penetrara nas ciências eclesiásticas, não se podiam esperar trabalhos verdadeiramente científicos.

744. Pouco a pouco, porém, se foram desvanecendo os embaraços. As ciências começaram a despontar novamente dos escombros. Primeiro refloresceram na Alemanha, porque alí se tinham conservado algumas faculdades católicas nas universidades. Na segunda metade do século XIX, surgiram tambem na França os chamados institutos católicos (París, Lille, Toulouse, Angers e Lião), que se distinguem com brilho no campo da teologia histórica. As universidades pontifícias de Roma dedicam-se, de preferência, à filosofia e à teologia escolásticas.

745 a. Escopo principal a visar-se devia ser naturalmente firmar as verdades fundamentais. O racionalismo e a incredulidade dominavam em largas camadas da sociedade. A Igreja teve, pois, de fixar as relações entre a razão e a fé, entre a natureza e a graça, entre a filosofia e a teologia.

Procurando solver o problema, alguns se aproveitavam dos resultados da filosofia moderna. E' a escola de Tubinga com sua tendência histórico-crítica (escola Antioquena rediviva). Como, porém, a sua especulação fosse tocada pelas idéias de Kant, Fichte, Schelling e Hegel, estas a levaram a diversas aberrações.

b. Outros viam, por isso, a única solução possivel na volta à escolástica, especialmente à de santo Tomaz de Aquino. E' a escola néo-escolástica. Seus iniciadores foram os jesui-

tas italianos Perrone, Franzelin, Liberatore e Palmieri, o dominicano Zigliara e o sacerdote secular Sanseverino. O jesuita alemão Kleutgen transplantou-a para a Alemanha. Na Bélgica adotou-a a universidade de Lovaina, influenciada por longos decênios pelo lente de filosofia, arcebispo e cardial Mercier (m. 1926). A nova universidade de Milão, organizada por Gemelli, segue em geral o mesmo caminho. Leão XIII assegurou a vitória da néo-escolástica, recomendando-a pela bula *Aeterni Patris* de 4 de agosto de 1879 (Ep. 53).

Muito contribuiram para o conhecimento histórico da escolástica os eruditos trabalhos do jesuita Ehrle, desde 1922 cardial, do dominicano Denifle, de Baeumker e Grabmann. A escolástica franciscana se tornou mais conhecida pelas pesquisas de Fidelis de Fana e pela obra monumental de Inácio Jeiler. Em nossos dias se fizeram notar Longpré e Balic (cfr. VP 1935, 704; 779).

c. Um caminho mediário segue a escola histórica, fundada por Moehler, maior teólogo da escola de Tubinga, e continuada por Doellinger, Allzog e Hefele. No campo arqueológico ela é representada por G. B. de Rossi e outros. Todos eles procuraram provar a verdade e a divindade do catolicismo, acompanhando o desenvolvimento orgânico da Igreja à mão dos documentos históricos.

d. Grande impulso deram às ciências as diversas associações cientificas. Uma primeira tentativa que se fez num congresso de Munique, presidido por Doellinger (1863), malogrou devido às idéias antipapais de muitos membros da assembléia. Melhor sucedidas foram a Goerresgesellschaft (sociedade de Goerres) na Alemanha (1876) e a Leogesellschaft na Áustria (1892). Os congressos científicos internacionais que, desde 1888, se realizaram, periodicamente, tinham por fim reunir os representantes da ciência mundial. Grande importância têm tambem as revistas científicas e as enciclopédias católicas que se fundaram em quasi todos os paises, particularmente na França e na Alemanha.

746. A **apologética,** disciplina à parte desde meados do século XVIII, foi a primeira a reflorescer, devido às circunstâncias do tempo. Na França se distinguiram Chateaubriand (m. 1848), autor da brilhante obra *Le génie du christianisme,* Bonald, J. de Maistre, Lamennais, Montalembert, Dupanloup e o eloquente Lacordaire. Didon escreveu contra Renan *La vie de Jésus-Christ.* Tambem Gratry (m. 1872) e De Broglie (m. 1895) têm fama mundial. O grandioso trabalho dos apologetas franceses se reflete melhor no *Dictionnaire d'Apologetique* de Adhémar d'Alès (Grabmann 264-65).

Na Espanha brilharam o grande e fervoroso Jaime Balmes (m. 1848), cuja obra *El Protestantismo comparado com el Catolicismo* (4 vol.) nunca perderá o seu valor, e Donoso Cortês (m. 1853) que defendeu com o mesmo fervor os princípios cristãos na ordem política e social. Os maiores apologistas ingleses são Wilberforce, Wiseman, Manning, Newman e Faber. Entre os apologetas alemães granjearam renome mundial Hettinger (m. 1890), A. M. Weiss (m. 1925), Schanz, Gutberlet (m. 1928), Schell e muitos outros, para não falar dos vivos.

747. A **dogmática,** depois de quebrados os laços da filosofia contemporânea, foi cultivada, na Alemanha, por Liebermann, Klee, Kleutgen (Philosophie der Vorzeit, 2 vol., Theologie der Vorzeit, 5 vol.), Pohle, Heinrich, Scheeben, talvez o maior teólogo do século XIX, Pesch e o grande Jeiler, a quem devemos ao lado de Fana a obra monumental de são Boaventura (Quaracchi). Na Itália se distinguiram Perrone, Franzelin, o trágico Passaglia e Palmieri (m. 1909). Tambem Billot (m. 1931) deve aquí ser mencionado. Na França conquistaram fama o cardial Gousset, o capuchinho Hilário de Paris e A. Vacant, fundador do *Dictionnaire de théologie catholique.*

748. A **história dogmática** foi otimamente tratada por Schwane e por Tixeront. O profundo e piedoso Moehler escreveu uma simbólica, muito combatida pelos protestantes, precisamente por ser talvez, desde Belarmino, a mais poderosa apologia do catolicismo. Justamente se lê no seu sepulcro: "Defensor fidei. Literarum decus. Ecclesiae solamen" (Grabmann 227).

749. **Moral, pastoral** e **direito eclesiástico** tinham degenerado, em consequência do racionalismo, a ciências pura-

mente naturais. Reformadores destas disciplinas se tornaram Hirscher (moral), Sailer (pastoral) e Philipps (direito). Outros moralistas e juristas importantes são os italianos Scavini, Ballerini, o veneravel cardial Pedro Gasparri e Cappello, aos quais podemos acrescentar o geral dos jesuitas, Wernz (m. 1914). Na Alemanha, na França e na Bélgica têm nome os moralistas Noldin, Lehmkuhl, Aertnys, Mausbach, Gury, Bouix, Bargilliat e Génicot. Entre os juristas se distinguiram Vermeersch, Kreusen e Pruemmer.

750. Os **estudos bíblicos** contam entre os seus cultivadores Cornely, Knabenbauer, Humelauer, Kaulen, Belser, Vigouroux (m. 1915), Fillion (m. 1927) e Bernardo de Rossi. A obra mais importante é o *Cursus scripturae sacrae,* publicado pelos jesuitas em París (1885-1912). Cornely e Knabenbauer deram à obra o seu nome. Hoje se estão publicando os muitos volumes da Bíblia de Bonn. À semelhança do movimento bíblico protestante, nasceu, nos últimos anos, na Alemanha, a "Katholische Bibelbewegung", com séde em Stuttgart. Stonner (Bibellesung) e Tillmann merecem aquí ser mencionados.

751. No entanto, mais do que todas as outras disciplinas, floresceu, nos últimos decênios, a *história eclesiástica,* primeiro na Alemanha, depois tambem na França, na Itália e na Inglaterra (cfr. §§ 3 e 5).

Funk-Bihlmeyer III 320 ss; 392 ss. — *Hurter,* Nomenclator literarius theologiae catholicae, 6 vol., Innsbruck 1903-13. — *Lortz,* Geschichte der Kirche in ideengeschichtlicher Betrachtung, 2 ed., Muenster 1933. — *Grabmann,* Geschichte der katholischen Theologie, Freiburg 1933. — *Eschweiler,* Die zwei Wege der neueren Theologie, Augsburg 1920.

§ 187. Aberrações teológicas

752. Na luta contra a descrença e a dúvida, alguns doutos católicos, não tendo em devida consideração a tradição eclesiástica, confiaram demasiadamente na filosofia moderna, acabando por cair em falsas conclusões. Assim nasceu na França o tradicionalismo, na Alemanha o hermesianismo e o guenterianismo, na Itália e na Bélgica o ontologismo.

Outro perigo foi o liberalismo naturalista, contra o qual a Igreja teve de acentuar o valor do elemento sobrenatural na vida do homem e da sociedade. Ao mesmo tempo, o galicanismo continuou ameaçando a constituição da Igreja e o primado do papa. Todos estes erros e outros mais foram condenados pelos papas e pelas congregações romanas.

753. O **tradicionalismo** nega a possibilidade de conhecer a Deus pela razão humana e reduz todo o conhecimento religioso à revelação e à tradição das verdades reveladas. O critério da certeza humana não consiste na razão individual, mas na "raison générale", no senso comum do gênero humano. Esta teoria, inventada pelo visconde de Bonald (m. 1840), foi logo calorosamente abraçada por Lamennais. Este novo Tertuliano atreveu-se até a desobedecer à sentença do episcopado e da Santa Sé (cfr. § 182) e, desde então (1832), não deixou de cair de abismo em abismo até morrer impenitente (1854). Bautain, lente de filosofia em Strassburgo, outro defensor do tradicionalismo, retratou-se, quando contra ele se levantaram Moehler e o bispo de Strassburgo, apoiados por Gregório XVI (1834; DB 1622-27), e morreu como vigário geral de París (1867).

754. O **ontologismo,** em oposição ao tradicionalismo, ensina que Deus é conhecido imediata e intuitivamente. O conhecimento de Deus é o primeiro de todos os conhecimentos. E Deus é a luz em que conhecemos todas as outras coisas (DB 1659; cfr. Antonianum 1928, 63). Entre os sectários desta teoria noética distinguiram-se, na Itália, o barnabita Gerdil (m. 1802), desde 1773 cardial e, depois da morte de Pio VI, até candidato à cátedra de São Pedro, o filósofo liberalizante Vincenzo Gioberti (m. 1852), cujas obras foram condenadas no ano da sua morte, e Antônio Rosmini (m. 1855). Na Bélgica adotaram a mesma teoria Laforêt e Ubaghs, lentes da universidade de Lovaina. Na França a defendeu, em forma moderada, o oratoriano Gratry (m. 1871). Ubaghs procurou harmonazá-la com um tradicionalismo moderado.

A congrégação do Santo Ofício condenou como temerárias sete proposições ontologistas (1861), entre as quais se encontram as seguintes: Ao inteleto humano é essencial um

conhecimento imediato de Deus, ao menos habitual. O ser que conhecemos em todas as criaturas, e sem o qual não conhecemos nada, é o ser divino. Os universais, considerados objetivamente, não são distintos realmente de Deus. As criaturas existem em Deus como partes no todo infinito (DB 1659 ss). Daí se vê, claramente, que o ontologismo leva, nas suas consequências, ao panteismo. E como tal o combateram Bouix, Kleutgen e Liberatore.

755 a. O **hermesianismo** tem por autor a Jorge Hermes (m. 1831), natural de Muenster. Elevado ao sacerdócio e nomeado sucessivamente lente das universidades de Muenster e de Bonn, exerceu este magistério até à sua morte. Influenciado pela filosofia de Kant e de Fichte, exaltava, em oposição ao tradicionalismo, demasiadamente a razão. Para harmonizar a fé católica com o que ele chamava "os interesses do pensamento humano", procurou estabelecer uma demonstração rigorosamente filosófica do catolicismo.

Conforme a experiência que tinha feito em sua própria vida, tomou a resolução de duvidar de tudo tão longamente, quanto possivel e procurou um princípio, em que pudesse estabelecer sólida e sucessivamente a verdade simples, religiosa, cristã, e chegar finalmente à certeza absoluta da verdade católica, só pelas luzes da razão, — per intellectum ad fidem.

b. Esta teoria encontrou alguma oposição já em vida do autor. Denunciadas, mais tarde, as obras de Hermes, foram condenadas por Gregório XVI (1835; DB 1618 ss). E Clemente Augusto de Droste-Vischering ordenou a todos os lentes e seminaristas, como tambem aos curas de almas, assinassem 18 proposições condenatórias de outros tantos erros hermesianos. Mas os discípulos de Hermes, Braun e Achterfeld, de Bonn, e Elvenich, de Breslau, desobedeceram, gozando dos favores do Estado. Biunde e Rosenbaum, de Treves, e Baltzer, de Breslau, se submeteram. Os outros hermesianos foram depostos, depois da mudança de governo na Prússia (1844). Berlage, Kleutgen e Perrone combateram-nos cientificamente.

756. O **guenterianismo,** filosofia de Antônio Guenther, exalta, como Hermes, demasiadamente a eficácia da razão humana. Guenther, sacerdote secular de Viena, amigo de são Clemente Maria Hoffbauer e benemérito da restauração católica na Áustria, teve a boa intenção de combater o panteismo. Mas julgando poder provar, só pela luz da razão, não somente as verdades filosóficas, senão tambem todos os mistérios teológicos, chegou a ensinar alguns erros acerca de Deus uno e trino, da incarnação e da unidade da pessoa de Jesús Cristo e da liberdade de Deus em criar o mundo.

Muitos clérigos da Áustria, como tambem Baltzer, de Breslau, adotaram a sua doutrina. Pio IX proibiu, porém, os seus escritos e condenou os seus erros em particular pelo breve *Eximiam tuam* ao cardial de Geissel, em 1857 (DB 1655 ss). Guenther (m. 1863) submeteu-se sinceramente. Os mais distintos adversários do guenterianismo foram os neo-escolásticos Clemens de Bonn e o célebre Kleutgen.

757. Ao mesmo tempo, a seita dos **católicos tudescos** agitou a Alemanha. Autor da seita foi João Ronge de Laurahuette, na Silésia, sacerdote incrédulo e suspenso. Quando, em 1844, foi exposta à veneração dos fiéis a Santa Túnica de Treves, publicou ele um libelo violento contra a veneração das relíquias, dirigido ao bispo Arnoldi de Treves, "novo Tetzel do século XIX". Numerosos católicos, que se tinham indisposto com a Igreja, declararam-se a favor de Ronge, e os protestantes celebravam-no como novo Lutero. O vigário suspenso Czerski, de Schneidemuehl, que nutria as mesmas idéias, fundou uma comunidade cristo-católica, e logo se formaram outras em Breslau, Berlim e em outras cidades.

Em 1854, foi celebrado em Leipzig o primeiro concílio geral, que deu à seita uma constituição. Esta aboliu o celibato, negou o primado do papa, rejeitou a confissão auricular, o culto das imagens e das relíquias, as indulgências e o jejum, introduziu uma liturgia alemã sem canon, e declarou ser única fonte de fé a Sagrada Escritura, exposta à livre interpretação. Dos sacramentos só dois ficaram de pé, o batismo e a comunhão debaixo de duas espécies.

Ronge empreendeu, em seguida, as suas "viagens de missão" por toda a Alemanha, crescendo o número dos seus se-

quazes a perto de 80.000 em 259 comunidades. Mas, em 1848, o movimento se declarou a favor da revolução, espalhando idéias comunistas. Além disso, os sectários professavam, com o próprio autor, um completo racionalismo, chegando a negar a divindade de Jesús Cristo. Por isso, os governos iludidos se viram obrigados a pôr-lhes uma barreira. Combatida tambem pelos apologistas católicos, a seita, pouco a pouco, se dissolveu, transformando-se os últimos restos, em 1921, em associação anti-religiosa (Volksbund fuer Geistesfreiheit). Ronge morreu em 1887 como livre-pensador (Algermissen 277-78).

Ao nome de Ronge liga-se o de Otto von Corvin, autor do "Pfaffenspiegel" e do "Die Geissler", que pertencem aos mais baixos produtos da literatura materialista-liberal-anticristã do século passado. O primeiro destes panfletos foi editado em 1846 com o título "Historische Denkmale des christlichen Fanatismus" e dirigiu-se, como o libelo de Ronge, ao bispo de Treves. Quando Corvin fez a sua segunda edição (1868) com o novo título "Pfaffenspiegel", dedicou-o atrevidamente ao papa Pio IX. O autor morreu em 1886, chorado pelos judeus livre-pensadores, os marxistas e maçãos da Alemanha.

Funk-Bihlmeyer III 323 ss. — *Hergenroether-Kirsch* IV 455 ss; 663 ss. — *Horton,* The philosophy of Bautain, New York 1928. — *Eschweiler,* Die zwei Wege der neueren Theologie, Augsburg 1920. — *Algermissen,* Konfessionskunde, Hannover 1939. — *Christian,* Johannes Ronges Werdegang, Berlin 1924.

§ 188. O sílabo de Pio IX e o concílio vaticano

758. Pio IX tinha, como seus antecessores, condenado, em várias ocasiões, os diversos erros de seu tempo. Finalmente, aos 8 de dezembro de 1864, publicou a encíclica *Quanta Cura,* acompanhada de um **sílabo** (DB 1688 ss) ou sumário de 10 parágrafos e 80 proposições, em que se acham condenados os erros ou as "liberdades modernas". "A heresia dos nossos tempos, assim explica a encíclica, o naturalismo, nega a essência sobrenatural do cristianismo. Como racionalismo, reclama liberdade ilimitada da razão; como liberalismo, pretende eximir a sociedade da autoridade da religião revelada; como sensualismo tenta isentar os sentidos da lei divina".

759. O sílabo condena, antes de tudo, o panteismo, o naturalismo e o racionalismo absoluto (§ 1). Condena, em seguida, o racionalismo moderado (§ 2), o indiferentismo (§ 3), o socialismo, o comunismo e as seitas secretas e bíblicas (§ 4), os erros sobre os direitos divinos da Igreja (§ 5), as falsas teorias sobre o Estado e suas relações com a Igreja (§ 6), os erros a respeito da moral natural e cristã (§ 7), ao matrimônio (§ 8), ao poder temporal do papa (§ 9) e o liberalismo hodierno (§ 10).

760. Não vieram a faltar ataques violentos contra o sílabo, por parte dos incrédulos e especialmente por parte dos maçãos. Para eles, o sílabo foi uma "audácia inaudita", uma "anti-proclamação oposta à declaração dos direitos do homem". Com ele, diziam, o papa "lançava a luva a toda a cultura moderna, à liberdade dos povos e dos espíritos" e consumava irreparavelmente o "divórcio" entre a Igreja e o novo tempo (Miller, Leão XIII, 25). Mas, os espíritos sãos consideravam o sílabo como um dos atos mais importantes do papado e como monitório supremo aos príncipes, aos governos e aos povos, não só do século XIX, mas ainda do nosso século.

761. Pouco depois da publicação do sílabo, Pio IX nomeou uma comissão de cardiais (1865) para a preparação do **concílio vaticano,** o 20º concílio ecumênico, e quando, no consistório solene de 1867, se viu rodeado do sacro colégio e de grande número de bispos, manifestou-lhes a sua intenção. Mas apenas se espalhou o rumor dum próximo concílio ecumênico, formou-se entre os acatólicos uma oposição ainda maior do que antes contra o sílabo. Tambem muitos católicos levantaram protestos. E entre estes figura tristemente o douto, mas orgulhoso e trágico Doellinger. O papa, porém, pondo a sua confiança na Providência divina, não recuou. Instituiu logo cinco comissões especiais para os diversos assuntos a serem tratados. E, em 29 de junho de 1868, publicou a bula *Aeterni Patris,* pela qual convidou todos os bispos do orbe católico, os abades nullius e os superiores gerais das ordens religiosas, fixando a abertura do concílio para o dia 8 de dezembro de 1869. Com esta data é chegado o momento mais solene do século XIX. Nunca concílio ecumênico algum foi mais completo. Estiveram presentes 774 prelados de todas as partes do mundo.

762. As comissões preparatórias foram substituidas, durante o concílio, por quatro deputações para as coisas da fé, da

disciplina, das ordens e das Igrejas orientais e missões. Grande número de esquemas (51) tinham sido elaborados, para serem deliberados nas assembléias gerais de todos os conciliares (88). Os resultados seriam definidos e publicados em sessões solenes (4). Mas dos 51 esquemas só dois foram tratados, sendo o primeiro De fide catholica, isto é, de Deus Criador (cap. 1), da revelação (cpa. 2), da fé (cap. 3) e da relação entre fé e razão (cap. 4). Já na terceira sessão solene, foi aceita e publicada a constituição dogmática *Dei Filius* (Mansi 51, 429; MQ 456) que, depois da formulação das doutrinas fundamentais, condenava os erros opostos do ateismo, do racionalismo, do materialismo, etc.

763 a. O segundo esquema tratava de Ecclesia Christi. Não dizia, a princípio, nada a respeito da infalibilidade do papa. Mas, à proposta de 480 conciliares, tambem este assunto entrou na fórmula definitiva. Muitos outros, porém, contradiziam, especialmente alemães (Hefele, Ketteler, etc.), austriacos, franceses (Darboy, Dupanloup, Ginoulhiac, etc.), ingleses e norte-americanos; alguns poucos, porque se opunham ao dogma como tal, a maioria, porque julgavam inoportuna a sua definição. Esta oposição causou controvérsias acaloradas durante as deliberações, dentro e fora do concílio. Dupanloup via na definição da infalibilidade um grave obstáculo à reconquista dos espíritos separados da Igreja. O cardial Mathieu era do mesmo parecer. Newman, a quem a idade avançada não permitira participar do congresso, escreveu de Londres uma carta, dando a proclamação da infalibilidade como inoportuna sob todos os aspectos. O veneravel Ketteler, de Mogúncia, lançou-se chorando aos pés do papa e rogou-lhe precindisse da nefasta declaração do dogma: "Bom Pai, salvai-nos e salvai a Igreja do Senhor" (Miller 27-28; Schmidlin II 275, n. 21).

b. Venceram, no entanto, os infalibilistas e, depois de dois meses de viva discussão e de profundo exame, foi aceita e proclamada, aos 18 de julho de 1870, a constituição dogmática *Pastor aeternus* (Mansi 52, 1330; MQ 461). Todos os conciliares presentes votaram em favor da constituição, exceto dois que, depois da decisão, tambem se submeteram. Um bispo americano exclamou: "Agora creio, Santo Padre" (Butler-Lang 366). E como ele, todos os demais que até a esse momento se tinham oposto pronunciaram a sua explícita adesão.

c. A definição consta de quatro pontos:

1) São Pedro foi constituido por Jesús Cristo chefe visivel de toda a Igreja militante, recebendo direta e imediatamente de Jesús Cristo, não só a primazia de honra, mas a primazia de verdadeira jurisdição.

2) Por instituição divina, são Pedro tem sucessores perpétuos na primazia, e o pontífice de Roma é o sucessor de são Pedro.

3) O pontífice romano tem pleno e supremo poder de jurisdição sobre a Igreja universal, não só nas coisas que dizem respeito à fé e aos costumes, mas ainda quanto à disciplina e ao governo da Igreja universal. Seu poder é ordinário e imediato sobre todos os pastores e sobre todos os fiéis.

4) Finalmente, o pontífice romano, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando como pastor e doutor de todos os cristãos, define uma doutrina relativa à fé e aos costumes, para ser crida (tenenda) por toda a Igreja, goza, pela assistência divina, de infalibilidade e, por conseguinte, tais definições são irreformaveis por si mesmas, e não em virtude do consenso da Igreja (DB 1822-39).

764. No dia seguinte à quarta sessão solene, reunida em São Pedro para a votação final da constituição *Pastor aeternus*, a França declarou a guerra à Alemanha. Eis o dedo de Deus! E' como se Deus só esperasse até aquele momento do concílio para deixar condensarem-se no mundo político os acontecimentos que tornaram impossivel a sua continuação. De outro lado, precisamente na França e na Alemanha, os elementos liberais e maçônicos preparavam-se para atacar fortemente a verdade definida e o concílio que a proclamou. Mas a guerra distraiu os espiritos e pôs um dique à onda irreligiosa. Por causa da guerra e pelo excessivo calor estival muitos bispos voltaram para as suas dioceses. E apenas os piemonteses souberam das derrotas dos franceses, lançaram-se sobre Roma, afim de roubar ao papa os últi-

mos restos de seus Estados. Por isso, aos 20 de outubro de 1870, Pio IX diferiu o concílio para outros tempos melhores.

765. A importância do concílio é evidente. Historicamente, a definição do sumo pontificado e da sua infalibilidade é a conclusão de um desenvolvimento que, iniciado no primeiro século pelo primado de são Pedro e por seu episcopado em Roma, se desdobrou pelo decurso de 19 séculos com lógica férrea. O programa de Leão I, de Gregório I, de Nicolau I e de Gregório VII, afinal, foi coroado, realizada a centralização de todo o poder eclesiástico nas mãos do papa. E esta centralização era tanto mais necessária, quanto mais intrincado se tornara o caos do relativismo moderno.

Pela mesma centralização, o papado tambem triunfou de todos os movimentos antipapais dos últimos séculos. Triunfou das idéias conciliares e das suas consequências, do regalismo, do episcopalismo e, sobretudo, das diversas formas do galicanismo que, já antes do protestantismo e durante a pseudo-reforma, fizera um papel tão pernicioso e causara interminaveis distúrbios, ainda nos séculos que imediatamente precederam o concílio vaticano. O concílio opôs ao subjetivismo o objetivismo, baniu das doutrinas dogmáticas a dúvida e a indecisão e exaltou a unidade da Igreja essencialmente una. Só por meio desta poderosa centralização a Igreja se tornou capaz de desempenhar a missão que a Providência lhe decretou nos últimos decênios, e só assim pôde realizar-se este admiravel desenvolvimento que, em 1870, ninguem ainda podia prever (Lortz).

Mansi, Sacrorum conciliorum nova et amplissima collectio, cont. a J. B. Martin et L. Petit, 49-53, Paris 1923-27. — *Mirbt*, Quellen zur Geschichte des Papsttums und des roemischen Katholizismus. — *Rohrbacher*, Histoire universelle de l'Église catholique XVIII, Montréjeau 1903. — *Schmidlin*, Papstgeschichte II 319 ss. — *Hergenroether-Kirsch* IV 506 ss. — *Butler-Lang*, Das Vatikanische Konzil, Muenchen 1933, com completa indicação das fontes e da literatura.

§ 189. A oposição contra o Vaticano — O modernismo

766. Alguns bispos não julgaram oportuna a definição do concílio. Outros pronunciaram-se contra a doutrina como tal. Mas não se realizaram as esperanças de muitos inimi-

gos da Igreja e do papado. Não houve nenhuma apostasia e nenhum cisma no episcopado. Todos os "antiinfalibilistas" e "inoportunistas", embora tivessem quasi todos deixado a cidade eterna antes da votação, aceitaram e publicaram depois os decretos e definições do concílio.

767. Mas fora do episcopado perdurou a oposição. Na Prússia, a definição da infalibilidade serviu de pretexto ao Kulturkampf bismarquiano. Em Nápoles foi celebrado um "anticoncílio" dos livre-pensadores, presidido pelo deputado do parlamento Riciardi. Os livre-pensadores de París comprometeram-se a suprimir rápida e radicalmente o catolicismo. De todas as nações só as duas sul-americanas, Brasil e Chile, mostraram-se francamente favoraveis.

768 a. Mais dolorosa foi a oposição no seio mesmo da Igreja que, na Alemanha, levou ao cisma dos **antigos católicos.** Autor principal da oposição foi Doellinger, lente da universidade e prepósito do cabido de Munique. Como não reconhecesse os decretos do concílio, foi excomungado pelo arcebispo. Obstinado, iniciou então campanha violenta contra o Vaticano. Não conseguiu, porém, o resultado que esperava. Nenhum bispo se lhe associou, e dos milhares de eclesiásticos que pensava atrair, só 28 adotaram as suas idéias.

b. A princípio, os sectários não queriam separar-se da Igreja. Mas o primeiro congresso, celebrado em Munique (1871), resolveu, apesar dos protestos do próprio Doellinger, formar uma Igreja à parte, chamando-se desde então de antigos católicos. Durante o Kulturkampf, mostraram-se naturalmente fiéis servidores do Estado, gozando, por isso, dos seus favores. Assim conseguiram fundar paróquias em diversas cidades. E, em 1873, elegeram para primeiro bispo o professor Reinkens, de Breslau. Sagrado pelo bispo jansenista de Déventer, foi reconhecido pela Prússia, Badênia e Hássia como bispo católico, com residência em Bonn.

c. Os governos da Prússia e da Badênia autorizaram os sectários a celebrar o culto nas igrejas católicas, e como o papa, para evitar escândalos, proibisse o uso simultâneo dos

edifícios cultuais, os antigos católicos, em breve, tornaram-se possuidores de numerosas igrejas.

d. Não parou nisto o movimento. O cisma caiu, aos poucos, nos erros da heresia, adotando formas semelhantes às dos católicos tudescos. Foi suprimida a confissão auricular obrigatória, foram abolidos o jejum, o celibato e quasi todos os impedimentos matrimoniais. Negaram o dogma da Imaculada Conceição. Uma liturgia alemã substituiu a latina. E, finalmente, foi introduzida uma constituição sinodal. As Igrejas nacionais teriam o seu ponto de união nas conferências de seus bispos. Desde a união dos antigos católicos com os jansenistas de Utrecht (1889), estas conferências são dirigidas pelo arcebispo desta cidade. Doellinger retirou-se do movimento. Mas morreu irreconciliado com a Igreja (1890).

769. A oposição contra o Vaticano teve semelhante efeito na Suissa onde, no primeiro sinodo nacional (1875), foi proclamada a "Igreja cristo-católica". Em Nápoles surgiu uma pequena seita de ítalo-católicos que, porém, bem depressa desapareceu. Igual sorte teve a "Église catholique gallicane" de Paris que, ao morrer seu fundador, o ex-carmelitano Jacinto Loyson (1912), tinha apenas 300 adeptos.

770. Todo o movimento abortou. Em 1907, contavam-se ainda 136 mil antigos católicos. Hoje não há sequer 100 mil, espalhados na Alemanha, onde existem, segundo estatística (!) de seu próprio bispo, 25 a 30 mil (1937), na Suissa, na Áustria, na Holanda, na França e nos Estados Unidos da América. Tambem no Brasil procuraram estabelecer-se recentemente, aproveitando-se do movimento nacionalizador. Foi o sr. Salomão Ferraz, chamado "primeiro bispo da Igreja católica brasileira", que atraiu a si as atenções, querendo fundar uma Igreja nacional, livre de Roma. Mas a índole brasileira não simpatiza com tal movimento.

771 a. Mais perigosas se tornaram, no fim do século XIX e no princípio do século XX, certas tendências que visavam conciliar a Igreja com as idéias modernas, acentuando demasiadamente o elemento individualista na vida religiosa do homem.

Nos Estados Unidos da América, o movimento se chamou de **americanismo.** Este conceito designa uma série de idéias sobre Igreja e Estado, contidas essencialmente num libelo de Isaac Tomaz Hecker (m. 1888). Ele tinha a convicção de serem os americanos uma raça privilegiada, destinada a elevar a humanidade a um nivel mais alto de cultura e civilização, e procurou acomodar a esta sua convicção suas opiniões sobre a Igreja.

A Igreja, dizia, deve reconhecer as qualidades dum povo tão privilegiado. Deve, por isso, reduzir as suas exigências no campo da fé e da disciplina a um mínimo, para abrir o raio mais vasto possivel de ação às virtudes naturais, à liberdade individual e à atuação direta do Espírito Santo. A estes princípios devem corresponder a educação do clero e os institutos monásticos. Hecker por princípio defende tambem a separação entre Igreja e Estado. Dá a preferência à forma republicana de governo e quer que os católicos aceitem as "doutrinas republicanas". Ao povo se deve conceder maior ingerência no governo da Igreja.

b. Leão XIII condenou o americanismo pelo breve *Testem benevolentiae* de 22 de janeiro de 1899 (DB 528-31), dirigido ao cardial Gibbons, arcebispo de Baltimore. Chamou as novas opiniões de minismo e as taxou de ofensa à Igreja e ao Espírito divino que a governa. Semelhantes idéias, assim diz o papa, foram espalhadas pelos jansenistas. Mas o americanismo é ainda mais perigoso do que o jansenismo. Temerária é a sua doutrina sobre a atuação do Espírito Santo. Falsas são as opiniões sobre a vida monástica. Afinal, o breve de Leão XIII é um eco muito claro da condenação do liberalismo católico pelo Vaticano (Burg 74-75).

772. Apesar da condenação de Leão XIII, as idéias espalharam-se na França e em outras partes, revestindo-se de diversas formas. No sul da Alemanha, os seus adeptos tomaram uma atitude mais acentuada contra a autoridade do papado e da Igreja, chamando a sua doutrina de "Reformkatholizismus". Germano Schell (m. 1906) foi seu mais estrênuo propugnador. Pregando que os chefes da Igreja não se devem manter passivos em face da vida moderna, mas adotar meios capazes de assegurar à Igreja o lugar que lhe

compete na sociedade, criticou excessivamente instituições existentes e não tardou a cair em excessos, vendo, por isso, postos no Index alguns de seus escritos.

773 a. Ainda além foram outros teólogos, cujos erros se designaram pelo nome coletivo de **modernismo.** Influenciados pelo racionalismo incrédulo dos protestantes, pelo agnosticismo cantiano, pelo imanentismo de Schleiermacher e pelo historismo evolucionista, pretendem reduzir a um mínimo o elemento sobrenatural na exegese, na dogmática e, especialmente, na apologética, chegando quasi a negar a divindade de Jesús Cristo. Não negam diretamente o magistério da Igreja, tiram-lhe, porém, o carater divino. E daí resulta que os dogmas não são irreformaveis.

b. Os principais representantes do modernismo foram os italianos Murri, Minocchi e Fracassini, os franceses Houtin e, particularmente, Loisy, lente do instituto católico de París, o ex-jesuita inglês Tyrell (m. 1909) e os alemães Schnitzer e Koch.

774. O decreto *Lamentabili* do Sacro Ofício de 3 de julho de 1907 (ASS 40, 470) condenou, em novo sílabo, 65 proposições, tiradas em sua maioria dos escritos de Loisy. Complemento do decreto é a encíclica de Pio X *Pascendi* de 8 de setembro de 1907 (ASS 40, 593), que explica os erros do modernismo. Pio X continuou a combater este "compêndio de erros", ainda em 1910, por um motu próprio, obrigando a todos os maioristas ordinandos, todos os clérigos que se dedicam à cura de almas e ao ensino e os superiores das ordens e congregações religiosas a prestar um juramento anti-modernístico (AAS 2, 655-80).

775. Consequências do modernismo foram ainda as idéias condenadas de Wittig (1925), Buonaiuti (1921 e 1924) e Turmel. Este último publicara com 14 diversos pseudônimos escritos modernistas, negando obstinadamente a sua autoria. Em 1930, foi declarado excomungado vitando e degradado (AAS 17, 379; 16, 159-60; 22, 517 ss).

Schmidlin, Papstgeschichte II 283 ss; IIII 138 ss. — *Hergenroether-Kirsch* IV 670 ss; 685 ss. — LThK passim. — *Algermissen*, Konfessionskunde 281 ss. — *Gisler*, Der Modernismus Einsiedeln 1913. — *Heiner*, Der neue Syllabus, Mainz 1907. — Cor II 655 ss. — *Burg*, Kontrovers-Lexikon, Essen 1904.

§ 190. Constituição e disciplina, culto e piedade

776. A revolução francesa e a secularização tiveram efeitos muito sensíveis tambem no tocante à **constituição** da Igreja. De um lado, a Igreja perdeu quasi todos os seus bens e privilégios. E sobre os bens que ainda lhe ficaram foi introduzido o imposto. Os dízimos foram ou completamente abolidos ou substituidos pelo chamado imposto eclesiástico. Sem aprovar esta nova ordem de coisas, a Igreja acomodou-se contudo às circunstâncias, conquanto não periclitassem os direitos divinos.

777. A par dos maus efeitos da secularização há outros bons. Com os mosteiros foi abolido o grande mal das comendas que, em desrespeito às disposições do Tridentino, todavia se mantiveram, especialmente na França. Desapareceu tambem o mal do cumulus beneficiorum, porque os cabidos perderam os seus bens. Os principados eclesiásticos foram suprimidos e os chefes da Igreja puderam assim dedicar-se mais livremente aos cuidados do seu munus pastoral. Os altos ofícios deixaram de ser reservados à nobreza e, deste modo, fecharam-se as portas do santuário a muitos que não tinham vocação.

778. Resultado muito feliz foi, finalmente, o reflorescimento dos sínodos que, no tempo do filosofismo, quasi não mais se conheciam. Com maior frequência se celebraram na América do Norte e na França. Na Alemanha, os bispos chegaram, desde 1848, a celebrar conferências anuais junto ao sepulcro de são Bonifácio, em Fulda.

779. Finalmente, o concílio vaticano coroou a constituição da Igreja com a doutrina do sumo pontificado e da infalibilidade (cfr. § 188). A centralização do governo eclesiástico em Roma, a acentuação da tarefa espiritual da Igreja e a grandiosa atividade organizadora e reformatória dos últimos papas deram à Sé apostólica uma autoridade e um esplendor nunca dantes visto.

780. Quanto à **disciplina,** uma série de reformas e mudanças foram introduzidas especialmente pelo papa Pio X. O novo CJC, por ele preparado, publicado em 1917, vigora des-

de Pentecostes de 1918, e traz, em muitos pontos, maior rigor para o clero, mantendo para os leigos tendência de moderação e indulgência. O decreto *Ne temere* (1907), inserido no CJC, regula a legislação matrimonial. Os impedimentos do quarto grau de consanguinidade e do terceiro e quarto de afinidade foram abolidos. De outro lado, foi estendido o *Tametsi* a todos os matrimônios católicos e mixtos. As prescrições de jejum muito se mitigaram, especialmente nos paises de religião mixta. O jejum do Advento foi suprimido completamente. Tambem o código penal foi atenuado, em muitos pontos, no pontificado de Pio IX, e mais ainda pelo novo CJC. Tornaram-se, porém, mais severas as sentenças contra suspeitos de heresia, contra profanadores da Eucaristia e contra violadores do sigilo sacramental e do celibato.

781. O mesmo papa Pio X introduziu tambem várias e bem importantes inovações nas coisas do **culto.** Reformou o breviário pela constituição *Divino afflatu* de 1911 (AAS III 633 ss), dando maior conta ao ano litúrgico. Introduziu por motu próprio (AAS III 305 ss) uma nova ordem de festas, mantendo como de preceito apenas o Natal, a Circuncisão, Epifania, Ascensão, Imaculada Conceição, Assunção, Pedro e Paulo e Todos os Santos. O CJC ajuntou ainda as festas de Corpo de Deus e de são José (c. 1247).

782. Os seus esforços por introduzir, em toda a parte, o rito romano foram coroados de êxito, abolindo-se os ritos particulares que, apesar do Tridentino, ainda se tinham conservado. Esta uniformização deve-se, em grande parte, aos livros do abade Próspero Guéranger, de Solesmes, *Institutions liturgiques* (3 vol., 1840-51) e *L'Année liturgique* (9 vol., 1841-66). Só Lião manteve o seu antigo rito, Toledo ficou com o rito mozarábico e Milão com o rito ambrosiano.

783. Ao mesmo tempo, se iniciou uma feliz reforma da música eclesiástica. O cantochão reconquistou o seu lugar de honra, devido principalmente aos estudos dos monges de Solesmes e Beuron. Procura-se substituir a música instrumental pela vocal, mais digna. Especial mérito cabe a Gaspar Ett (m. 1847) e particularmente a Francisco Witt (m. 1888), fundador este último da associação de Santa Cecília, que hoje se acha espalhada em grande parte do mundo católico. Francisco Liszt (1811-86), o forte e ardente compositor húngaro, Antônio Bruckner (1824-96), o organista místico da Áustria, e Maximiliano Reger (m. 1916), talvez o maior organista depois de J. S. Bach, criaram missas, oratórios e outras composições de valor imperecivel.

784. No entanto, não há fator pelo qual se possa avaliar melhor a vida da Igreja do que a **piedade religiosa.** Fundamento da piedade é a cura d'almas. E esta se achava, no princípio do século XIX, em estado realmente lastimavel. A companhia de Jesús estava supressa, as outras ordens enfraquecidas, a organização da Igreja ou destruida ou perturbada, muitas sédes episcopais e paróquias vagas. Durante todo o século, o racionalismo, o liberalismo e o regalismo dominavam largas camadas da sociedade, tambem entre católicos e mesmo entre eclesiásticos, fazendo sentir dolorosamente o seu jugo na França, na Alemanha, na Espanha, em Portugal e no império brasileiro.

A educação do clero, deixava, em parte, muito a desejar. O relaxamento da disciplina e o espírito racionalista nos estudos teológicos tiveram por consequência um forte movimento anticelibatário. Daí resultaram muitas apostasias para o protestantismo e até para a maçonaria.

785. Melhorou, porém, nos últimos decênios, a educação do clero, passando este a gozar de maior autoridade e estima e a trabalhar com melhor êxito nos púlpitos, cátedras e confessionários. Mas fica ainda por resolver o problema: Igreja e sociedade culta. A cura d'almas entre os estudantes das escolas superiores é uma das primeiras necessidades.

786. A crescente religiosidade do povo católico se manifesta nas diversas formas da piedade: frequente recepção dos sacramentos, especialmente depois do decreto de Pio X, zelo em construir e enfeitar igrejas, missões populares, exercícios espirituais, cooperação dos leigos no apostolado, a ordem terceira de são Francisco, congregações marianas e outras associações, grande número de religiosos de ambos os sexos, prontidão em fazer sacrifícios em prol de obras da caridade, especialmente da propagação da fé, e fidelidade do povo durante perseguições.

787. Ocasiões, em que, de modo singular, se revelou o entusiasmo religioso, foram os congressos eucarísticos internacionais e nacionais, a exposição da sagrada túnica de Treves em 1802, 1844, 1891 e 1933, as romarias a Lourdes (desde 1858), Fátima e outros santuários, como Aparecida e Canindé. Tambem o culto do Sagrado Coração de Jesús e do Santíssimo Sacramento, o rosário e a devoção de maio, etc., são outras tantas manifestações da vida religiosa.

788. Em analogia ao centralismo eclesiástico manifesta-se em tudo isto tambem maior unidade e organização. Um dos meios de obtê-la é o movimento litúrgico que, baseando-se nas reformas de Pio X, se iniciou na Alemanha com séde na abadia beneditina de Maria Laach, e produziu belos frutos tambem em outros paises.

789. Esta piedade católica é caraterizada e concretizada em grande número de varões e mulheres heróicos e santos. Ao lado de Pio X, cujo lema era "sentir com a Igreja", e dos outros grandes papas desta época, brilharam o grande Dom Silvério Gomes Pimenta, Dom Macedo Costa e Dom Vital, Lacordaire, Ozanam, Teresinha do Menino Jesús, perfeita cópia de são Francisco de Assiz pela simplicidade e ingenuidade, o grande Sailer, eminente pedagogo de sacerdotes, Alban Stolz, o popularizador das idéias do cristianismo, Newman, talvez o maior gênio do século XIX, e muitos outros. Todos eles compreenderam que a Igreja não deve ser somente mestra da cultura, senão mestra do povo. E mestra dos povos não será, se seus representantes não brilharem por ciência e santidade, tornando a cultura fecunda para a propagação do reino de Deus na terra.

Kellner, Heortologie, 3. ed., Freiburg 1911. — Ecclesia orans, ed. p. I. Herwegen, Maria Laach 1918 ss. — *Lortz*, Geschichte der Kirche in ideengeschichtlicher Betrachtung, Muenster, 2. ed., 1933.

§ 191. A vida monástica

790. De máxima importância para a restauração eclesiástica foi, finalmente, a renovação da vida monástica. Já antes da revolução francesa, se tinham suprimido muitos mosteiros e conventos, tanto nos paises romanos, como germânicos. Na França, a comissão dos regulares, instituida por

Luiz XV, tinha, sem nenhuma autorização da Igreja, "reformado" as ordens, reduzindo os religiosos de 26.000 a 6.000. E o exemplo foi imitado em outros paises. A revolução e a secularização fizeram desaparecer todos os mosteiros da França, da Bélgica e da Alemanha e quasi todos da Áustria, da Itália e de outros paises. Das 1.500 abadias que contava só a ordem beneditina ao celebrar-se o concílio de Constança, apenas restaram 30 no tempo de Napoleão I (Arrufat-Luna 261). Sorte semelhante tiveram as outras ordens.

791. Não há dúvida que isto foi um grande mal. Mas é certo que Deus não permite os males, senão para tirar deles maior bem. Sem a revolução e a secularização, os antigos mosteiros teriam continuado arrastando uma vida lânguida, sem espírito verdadeiramente ascético. As longas tempestades destruiram de todo aquela vida decrépita e, o que sobrou, ressurgiu rejuvenescido das ruinas (Arrufat-Luna 261-62). E apesar de todas as tormentas que ainda seguiram a revolução francesa, a vida monástica chegou, no século XIX, a ter um desenvolvimento nunca visto, nem nos tempos mais prósperos da idade média. As ordens antigas cobraram nova vida, e nasceram novas congregações, de sorte que hoje o número dos religiosos supera por muito o de antes da revolução.

792. Houve uma notavel inovação a registrar, porquanto o papa Pio IX estabeleceu em 1862, para as ordens masculinas, os votos simples válidos para três anos (AKR 8, 144), praxe esta que, em 1902, foi estendida às ordens femininas. O CJC regulou tambem o direito monástico (cc. 487-672).

793. Das abadias da **ordem beneditina,** tão célebres em séculos anteriores, só a congregação de Montecassino conseguiu escapar à tempestade da revolução e da secularização por se terem sido alguns de seus mosteiros declarados monumentos nacionais. Dalí se propagou a ordem para a Baviera e da Baviera para a América do Norte e, desde meados do século XIX, tambem para a Austrália.

794. Na França, logo depois da queda de Napoleão I, Dom Verneuil procurou restaurar a extinta congregação de São Mauro. Depois de sua morte, a obra teve que ser abando-

nada. Mas, uns vinte anos mais tarde, o grande liturgista Dom Guéranger fundou o priorado de Solesmes (1838), elevado a abadia por Gregório XVI. Uniram-se-lhe várias outras abadias, formando a congregação de Solesmes, insigne cultora das ciências, que, em 1930, contava 11 abadias, 5 priorados e 3 residências com 680 monges.

795. Na Alemanha obteve grande renome a congregação de Beuron, que deve a sua origem aos dois irmãos Mauro e Plácido Wolter, monges de São Paulo em Roma. Enviados por Pio IX e apoiados pela generosa princesa Catarina de Hohenzollern, lançaram os fundamentos da nova congregação no antigo mosteiro de Beuron (777). Tudo prometia um próspero futuro, quando apareceram as malfadadas leis do Kulturkampf. O desterro dos monges, porém, se foi desgraça para o mosteiro da Alemanha, foi todavia um benefício para a congregação. Pois, durante o exílio, os monges restauraram sucessivamente diversas abadias na Bélgica, na Inglaterra, na Boêmia e na Áustria. Ao regressarem a Beuron (1887), o desenvolvimento tomou logo grandes proporções, restaurando-se ou fundando-se o antigo mosteiro de Maria-Laach (1093) e muitos outros. A congregação, que contava em 1930 treze abadias e três priorados com 1035 monges, tornou-se conhecida especialmente pelo cultivo da liturgia, do cantochão e por sua escola de arte cristã.

796. A congregação de Beuron deu nova vida tambem aos mosteiros beneditinos do Brasil. Os doze que aquí havia, no princípio do império, formavam a congregação beneditina brasileira (1827). Um decreto governamental de 1855 fechou, porém, os noviciados das ordens religiosas (cfr. 629 b), e a consequência foi a morte lenta dos institutos monásticos. A república felizmente decretou completa liberdade religiosa. E logo, o zeloso abade geral, Dom Domingos da Transfiguração Machado, recorreu a Leão XIII, que confiou a restauração à congregação de Beuron. Os primeiros monges vieram de Maredsous, iniciando a restauração na antiga abadia de Olinda (1895). Atualmente fazem parte da congregação brasileira as abadias de Olinda, do Rio de Janeiro, da Baía e de São Paulo, como tambem os priorados conventuais independentes de Santos (Arrufat-Luna 299 ss) e de São Bonifácio no Rio Branco, centro das missões beneditinas entre os

selvagens do extremo norte do Brasil. Das abadias dependem alguns priorados claustrais e celas, mosteiros de menos importância.

797. Tambem na América do Norte e em outros paises foi restaurada ou estabelecida a ordem de são Bento, entrando assim cheia de vida no século XX. O número dos monges de hábito preto era, em 1930, superior a 9 mil. Em 1893, a ordem foi, de certo modo, centralizada, dando-lhe Leão XIII por presidente da confederação das congregações (hoje são quinze) um abade primaz, com séde na abadia de Santo Anselmo em Roma, o qual seria representante de toda a ordem junto à Sé apostólica, mas não exerceria nenhuma jurisdição sobre os outros mosteiros. O primeiro abade primaz foi Dom Hildebrando de Hemptinne, do mosteiro de Maredsous (1893-1913).

798. Fora dos beneditinos de hábito preto existem outras observâncias, como os camaldulenses, os valumbrosianos, os silvestrinos, os olivetanos, os mequitaristas, os cartuxos, os quais no entanto não conseguiram restabelecer a sua antiga importância. Só os cistercienses tiveram notavel aumento, contando os da primitiva observância pouco mais de 1.000 monges e os cistercienses reformados ou trapistas de João de Rancé (m. 1700) uns 3.500.

799. Os **franciscanos,** dizimados durante as revoluções francesa e espanhola e divididos em diversas famílias, desde o quarto decênio do século XIX, começaram a cobrar nova vida. Uma série de eminentes ministros gerais, particularmente Bernardino del Vago de Portugruaro (1869-89) e Aloísio Canali de Parma (1889-97), promoveram poderosamente a observância regular, os estudos e toda a atividade da ordem. Em 1897, as quatro famílias dos observantes, dos reformados, dos recoletos e dos descalços reuniram-se numa só família, a ordem dos frades menores, sendo hoje, ao lado da dos jesuitas, a ordem mais numerosa, com seus 25.116 religiosos distribuidos por 104 províncias (AOM 1941, 56).

800. Tendo sido suprimida a companhia de Jesús, foi fundada, em lugar dela, na Bélgica, a congregação do Sagrado

Coração de Jesús (1794), e na Itália, a congregação da fé (1797). Ambas se uniram em 1799. Pela bula *Sollicitudo omnium ecclesiarum* de 1814, Pio VII restaurou a **companhia de Jesús.** Desde então, esta se propagou rapidamente, não obstante as contínuas perseguições em vários paises. Chefiados por gerais eminentes, como Roothan (1829-53), Beckx (1853-84), Wernz (1906-14) e Ledochowski (1914-?), desenvolveu uma benéfica atividade em todos os setores da vida eclesiástica, contando em 1939 quasi 26.000 religiosos. E bem merecidos são os elogios que o papa Pio XII, gloriosamente reinante, por ocasião do 4º centenário, dirigiu, na sua esplêndida carta apostólica, ao superior geral (Cor II (1940) 577 ss).

801. Das muitas congregações e ordens do século XVIII merecem menção os irmãos das escolas cristãs de são João Batista de la Salle (m. 1719), que sofreram sensiveis perdas durante a revolução, mas se espalharam, em seguida, vindo a ser a mais numerosa congregação masculina. Os passionistas tem por fundador são Paulo da Cruz (m. 1775). Os redentoristas, fundados por santo Afonso Maria de Ligório (m. 1787), entraram logo tambem na Alemanha e na Áustria, onde o grande são Clemente Maria Hoffbauer (m. 1820) lhes abriu o caminho. O mesmo santo fundou uma residência em Varsóvia e outras no sul da Alemanha e na Suissa, estabelecendo-se finalmente na capital da Áustria. A ordem espalhou-se, em seguida, em quasi todas as nações da Europa e da América do Norte e do Sul.

802. No século XIX nasceram nada menos de 400 novas congregações religiosas. Quasi todas se dedicam à missão entre os infiéis, à educação da mocidade e ao ensino ou à cura de enfermos. As principais congregações masculinas são:

1) a congregação de Picpus ou dos Sagrados Corações de Jesús e Maria, fundada em Parìs pelo P. Coudrin (1805);

2) os oblatos da Imaculada Virgem Maria, fundados por Eugênio Mazenod em Marselha (1816);

3) os padres maristas, fundados pelo ven. J. C. Colin (1824) em Beley perto de Lião;

4) os palotinos ou padres do apostolado católico, cujo fundador é o ven. Vicente Pallotti (1835);

5) os salesianos de são João Bosco (m. 1888), fundados em Turim (1857) para educação da mocidade masculina, especialmente de jovens abandonados;

6) os assuncionistas, cujo campo de atividade é particularmente a imprensa católica (La Croix);

7) os missionários de Steyl ou do Verbo Divino, fundação do zeloso Arnoldo Janssen (m. 1909), que desde 1895 desonvolveu tambem no Brasil grande atividade;

8) os irmãos maristas do b. Champagnat (1817) que têm escopo semelhante aos irmãos das escolas cristãs de J. B. de la Salle.

803. As congregações femininas são ainda mais numerosas. Mencionemos apenas as seguintes:

1) As irmãs de São José de Albi, de Cluni e de Lião. Este instituto, fundado no século XVII pelo jesuita Medalha em Le Puy, parecia aniquilado durante a revolução francesa. Mère Saint-Jean Fontbonne (1795-1843) é considerada como sua nova fundadora. As irmãs se dedicam com louvavel zelo à educação da juventude e ao tratamento dos enfermos.

2) As damas do Bom Pastor, reunidas em congregação em 1835, pelo papa Gregório XVI. O fim especial da congregação é preservar e salvar moças caidas. As religiosas veneram a santa Maria Eufrásia Pelletier como fundadora. Pio XI lhe deu as honras dos altares em 1933, canonizando-a Pio XII em 1940.

3) As damas do Sagrado Coração de Jesús, fundadas por santa Sofia Barat em Parìs (1800), para ensino e educação especialmente de filhas de famílias ricas.

4) As pequenas irmãs dos pobres, cujo fim é amparar anciãos pobres.

5) As irmãs do pobre Menino Jesús, com semelhante fim, fundadas pelo bispo Laurent de Luxemburgo e pela b. Clara Fey de Aquisgrana (m. 1814).

6) As irmãs da Divina Providência, que se espalharam na Alemanha e na Holanda e desenvolvem tambem uma feliz atividade no Brasil.

7) As irmãs de Nossa Senhora de Sião, fundadas por Teodoro Maria Ratisbonne, aprovadas pela Santa Sé em 1863.

804. Congregações legitimamente brasileiras são:

1) As irmãs de Nossa Senhora do Bom Conselho, terceiras franciscanas, fundadas em 1853, no Estado de Pernambuco, por Frei Caetano de Messina, para amparar e instruir crianças pobres.

2) As irmãs auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, fundadas por Mons. Domingos Evangelista Pinheiro, em Minas Gerais, primeiro como irmandade (1878) e depois como congregação (1892).

3) As irmãs de Nossa Senhora do Amparo (1871), elevadas a congregação em 1906, fundadas pelo P. João Francisco Siqueira de Andrade, em Petrópolis.

4) As irmãzinhas da Imaculada Conceição, fundadas pelo P. Luiz Maria Rossi, em Nova Trento, em Santa Catarina (1890).

5) As irmãs missionárias da Imaculada Conceição, fundadas por Dom Amando Bahlmann em Santarém do Pará (1910). Ainda outras muitas congregações desenvolvem uma abençoada atividade (Ecos Marianos XIV 78).

Heimbucher, Die Orden und Kongregationen der katholischen Kirche. — *Hergenroether-Kirsch* IV 446 ss; 647 ss, onde se encontra numerosa literatura. — Annales Ordinis S. Benedicti, Romae 1909 ss. — *Arrufat-Luna*, A ordem beneditina, Rio de Janeiro 1933. — *Holzapfel*, Handbuch der Geschichte des Franziskanerordens, Freiburg 1909. — *Watterott*, Mutter Klara Fey, 3. e 4. ed., Freiburg 1919. — (*Mère Stephaine*), Mère Saint-Jean Fontbonne, Paris-Bruges 1929. — Santa Maria Eufrásia Pelletier, Rio de Janeiro 1941. — *Lichius*, Um arauto do reino de Cristo, P. Arnaldo Janssen S. V. D., trad. bras. de J. Sampaio Fernandes, Juiz de Fora 1940.

§ 192. As missões católicas

805. Uma das mais belas manifestações da piedade religiosa é a missão entre os pagãos. Tambem neste ponto observamos, no princípio deste período, quasi completa estagnação. As causas são sempre as mesmas: a revolução francesa, a secularização, a supressão da companhia de Jesús e a perseguição de todos os religiosos.

806. Os meios modernos de comunicação, os descobrimentos e, particularmente, o reflorescimento da vida religiosa não podiam deixar de dar novo e consideravel impulso às missões. Antigas ordens e congregações religiosas reavivaram o seu fervor. Novas se lhe associaram. Os jesuitas, os franciscanos, os capuchinhos, as congregações do Verbo Divino, dos Padres Brancos do cardial Lavigerie e muitas outras, masculinas e femininas, porfiavam e continuam a porfiar em expandir o reino de Deus. Fundaram-se tambem seminários para as missões estrangeiras em París (1863), Milão (1850), Lião (1856) e outros. Com o de Vuerzburgo ligou-se um instituto de medicina para as missões católicas.

À frente de todas as missões está a Propaganda Fide, restabelecida por Pio VII (1817) e dividida por Pio IX em duas secções, uma para o rito latino, outra para o oriental. Os últimos papas todos dedicaram especial interesse às missões.

807. Foi a França católica que enviou o maior contingente de operários ao campo das missões, até aos nossos dias. Mas colaboram poderosamente a Alemanha, a Itália, a Bélgica, a Holanda e a América do Norte. Afim de proporcionar aos missionários os recursos necessários, formaram-se as associações da Propagação da Fé em Lião (1822) que, desde 1922, tem a sua séde em Roma, a de São Francisco Xavier em Aquisgrana (1841), a da Santa Infância de Jesús em París (1843), a de São Bonifácio em Paderborn (1849), a das Missões Franciscanas e outras mais. Em 1916, teve origem em Milão a Unio Cleri pro missionibus, que hoje se acha espalhada em toda parte. O Apostolado da Oração visa o mesmo fim. Grande auxílio prestam tambem as numerosas revistas, anuários, etc.

808. Infelizmente aconteceu ser este "movimento missionário" influenciado sensivelmente pelo interesse político e comercial de certas nações, que apoiavam as missões para, por meio delas, conseguir mais facilmente os seus fins materiais. Tal interesse, juntamente com um nacionalismo exagerado, não deixou de ter péssimas consequências, especialmente pela exclusão de missionários de outras nacionalidades. Contra tal nacionalismo levantou Bento XV a sua voz na encíclica *Maximum illud* de 1919 (AAS XI 440 ss), em que não reconhece senão uma só finalidade das missões, a de pregar a doutrina de Cristo.

Além das rivalidades e interesses nacionalistas, vieram os missionários protestantes, apoiados pelos governos respetivos, dificultar seriamente as missões católicas. O maior entrave, porém, está na diferença cultural que existe entre os povos missionados e os missionários. A questão do ambiente torna-se alí questão de vida. Uma certa acomodação aos costumes das Índias, da China e do Japão se torna necessária, mais e mais. Todos estes estorvos fizeram com que os resultados não correspondessem sempre aos esforços dispendidos.

809. Todavia, seria a ruina de todas as missões baseá-las no princípio da produtibilidade. A missão católica é preceito de caridade. E caridade é essencialmente sacrifício. Ora, sacrifício nunca se perde na viva comunhão dos santos, que é o corpo místico de Cristo. O sangue dos mártires é o alimento essencial da vida da Igreja.

810. Do resto, neste momento tão importante, o papado se tem mostrado, tambem no tocante à questão do ambiente nas missões, "custódio do tempo" (Lortz). Compreendeu que a missão, hoje em dia, não pode ser perfeitamente realizada, senão por um clero indígena, constituido em todos os graus da jerarquia. Bento XV deu as primeiras diretrizes. Pio XI sagrou um número consideravel de bispos indígenas. E Pio XII continua no mesmo sentido (Cor II 584 ss). Aos 8 de dezembro de 1940, tendo em conta a mudança das condições e dos tempos, aprovou uma instrução da congregação da Propaganda Fide, suprimindo o juramento sobre os ritos chineses que, há muito, se tornara inutil (Cor II 162 ss). Da mesma forma foram abolidos, já em 9 de abril de 1940, os juramentos sobre os ritos malabáricos (Cor II 589 ss).

811. Entre as diversas missões sejam mencionadas, em primeiro lugar, as do extremo oriente. Nas **Índias Orientais,** à medida que os ingleses foram reduzindo o domínio português, fez-se sentir a necessidade de uma reorganização eclesiástica. A missão se achava, pelo ano de 1800, num estado tristíssimo por falta de missionários, pela indignidade e incapacidade do clero de Gôa, única possessão portuguesa, pela sedisvacância de muitas dioceses e pelo dinheiro dos missionários protestantes da Inglaterra. Quando a Santa Sé fundou vicariatos apostólicos para os territórios submetidos aos ingleses (1838), Portugal não quis reconhecê-los. Produziu-se, por conseguinte, um conflito duradouro, o cisma goanês, que se prolongou até 1886, quando foi concluida uma concordata, completada pelo acordo de 1928 (AAS 1928, 129 ss; 247 ss).

Desde então, o catolicismo fez melhores progressos. O arcebispo de Gôa foi nomeado patriarca titular das Índias orientais. O império britânico das Índias foi dividido em sete províncias, tendo hoje 11 arcebispados e 38 bispados. As

últimas estatísticas levantadas pelas autoridades britânicas acusam uma população de 320 milhões de habitantes com 4 milhões de católicos (VP 29 (1935) 138).

Estes se encontram, em virtude do desenvolvimento histórico das Índias, pela maior parte, no extremo sul. Não obstante o sistema das castas, o esplendor do culto hindú, a íntima relação deste com a cultura do povo, o sincretismo do mesmo, o panteismo dos eruditos e, nos últimos anos, o crescente nacionalismo, as perspetivas para a missão católica são boas. O sistema das castas dissolve-se, mais e mais, e já se esboça uma ruptura entre a religião predominante e a cultura indígena.

812. Na **Indo-China** repetiram-se, no século XIX, sangrentas perseguições. Ainda em 1885-86, milhares de cristãos cairam vítimas do ódio dos budistas. Hoje, a península está repartida entre a Inglaterra, a França e o reino de Sião. A Igreja se desenvolve com fruto, mas lentamente.

813. Na **China,** os cristãos passaram, durante o reinado de Kia-King (1795-1820), por cruéis sofrimentos, que se prolongaram por toda a primeira metade do século. Só 200 mil cristãos existiam ainda, no princípio do século XIX, no império. Raiou porém um futuro melhor quando as potências ocidentais obrigaram os chineses a abrir o império aos europeus. No tratado de Tientsin (1858) e na paz de Pekim (1860), o governo teve que conceder aos missionários livre entrada ao interior do "império celeste". Não obstante, o espírito hostil aos estrangeiros e aos cristãos sacrificou, em 1900, na revolta dos boxers, muitos missionários e milhares de cristãos (Kath. Miss. 33, 118).

O sangue dos mártires foi semente de novos frutos. Ao lado de franciscanos, sacerdotes do seminário de París, jesuitas, beneditinos e outras congregações, trabalha bom número de sacerdotes indígenas. Em 1926, o papa Pio XI sagrou os primeiros seis bispos chineses. Há, disseminados pelo império, um bispado, 75 vicariatos e 24 prefeituras apostólicas, subordinadas, desde 1922, a uma delegacia apostólica (FB III 382).

Os missionários vêem-se, porém, a braços com grandes dificuldades. O ódio aos estrangeiros, provocado pelas violências dos europeus, o exemplo de incredulidade e de impiedade destes, o nacionalismo revolucionário, a literatura incrédula, as guerras civís e a propaganda bolchevista são obstáculos consideraveis à boa marcha do Evangelho.

Mas, por outro lado, facilitam a missão a liberdade dos cultos (1917), a inclinação de muitos chineses pela cultura ocidental, a miséria que torna o povo acessivel à obra da caridade e a poderosa unidade do catolicismo, que se impõe qual baluarte no meio do caos que reina no país desde a queda da dinastia Mandchu (1911). Não admira, pois, que em 1935 o general Tschiangkaischek, em visita às missões que em 1900 ainda tinham sido cenário de tantos massacres de fiéis, externasse os seus agradecimentos aos missionários e os animasse a continuar a obra (Kath. Familienblatt 84, 5). Segundo estatística de 1937 (VP 1937 I 147) existem entre os 450 milhões de budistas, confucionistas, taoistas e maometanos perto de 3 milhões de católicos, sendo o aumento anual, nos últimos anos, de 100 mil almas.

814. No **Japão** recomeçou a missão católica, depois duma interrupção de dois séculos, pelos tratados com a América, Inglaterra e França (1856), que abriram aos estrangeiros algumas cidades do litoral, como Nagasaki. Em 1862, foi construida a primeira igreja em Yokohama. Depois de novas e repetidas perseguições sangrentas, a constituição de 1889 proclamou a liberdade de culto. Dois anos depois, foi criado o arcebispado de Tóquio com três bispados. Hoje existe tambem uma delagacia para todos os domínios japoneses.

O que ainda dificulta grandemente a missão, é o budismo, o chintoismo, o materialismo e comunismo, a reação por parte do governo e os protestantes. Nos últimos anos, a situação melhorou, todavia, em favor do catolicismo, especialmente entre os eruditos. Desde 1913, os jesuitas dirigem uma universidade, reconhecida tambem pelo governo. Em 1927, Pio XI sagrou o primeiro bispo japonês.

815. Na **Coréia,** o cristianismo entrara em 1784. Em 1800, se achava no país um só sacerdote, que morreu martir. Mas o pequeno rebanho dos cristãos ficou fiel. Missionários do seminário de París conseguiram depois penetrar na terra e, apesar das contínuas perseguições, converteram muitos ao cristianismo. Oitenta e dois mártires coreanos foram elevados por Pio XI às honras dos altares (1925). Em 1878, finalmente, a jovem cristandade constrangeu o governo a conceder-lhe liberdade. Desde 1910, o antigo império é província japonesa. Em todo o império japonês havia, em 1934, perto de 250 mil católicos.

816. Nas **Ilhas Filipinas,** as missões desenvolveram-se quasi sem dificuldade até 1901, quando os americanos as tomaram aos espanhóis. Desde então, a Igreja começou a sentir grandes embaraços pela falta de sacerdotes, consequência da expulsão dos missionários espanhóis e pelo dinheiro dos pastores protestantes. As ilhas, que obtiveram finalmente autonomia política, são hoje em dia quasi completamente católicas, contando mais de 10 milhões de habitantes católicos, distribuidos em 14 bispados. Nos dias 3 a 7 de fevereiro de 1937, foi celebrado em Manila, séde arquiepiscopal, o grandioso congresso eucarístico internacional. No cortejo triunfal tomaram parte 500 mil pessoas, e nele flutuaram as bandeiras de 34 nações. Foi um acontecimento que empolgou todo o oriente.

817. Nas **Índias Holandesas,** a missão católica teve início em 1808. Nunca seriamente embaraçada, gozou nos últimos tempos do apoio do próprio governo, com a condição, porém, de os missionários serem holandeses. Apesar disso, havia em 1930, entre mais de 60 milhões de habitantes, apenas 240 mil católicos.

818. Na **Oceânia** trabalhavam, a princípio, só os emissários da sociedade missionária protestante de Londres. Os resultados dos seus trabalhos foram conversões violentas, um sem número de guerras e doenças que dizimavam a população. Só em 1826, começou tambem a missão católica, que hoje conta perto de 250 mil fiéis entre 1,3 milhão de habitantes.

819. A **Austrália,** desde 1787 colônia inglesa, servia aos conquistadores para deportação de sentenciados, em grande

parte católicos cujo único crime era a sua religião. Com a afluência de numerosos outros imigrantes, irlandeses e ingleses, a população tornou-se quasi completamente européia.

Desde logo, a Inglaterra estabeleceu uma jerarquia anglicana ricamente dotada, proibindo o catolicismo. Só depois da emancipação de 1829 e do fiasco completo da missão protestante, franqueou-se a entrada tambem aos missionários católicos. Em breve, concedeu-se liberdade de culto, foi erigido um arcebispado em Sidney (1842) com diversos bispados e celebraram-se sínodos provinciais e plenários. Existem hoje na Austrália 6 arcebispados com 14 bispados.

Em 1931, contavam-se 1,2 milhão de católicos entre 6,5 milhões de habitantes. Acrescem ainda um arcebispado e três bispados na Nova Zelândia, igualmente domínio inglês. O arcebispo Patrício Moran (m. 1911) foi o primeiro cardial australiano.

Persiste, porém, entre os protestantes o espírito de intolerância, que se revelou por ocasião do congresso eucarístico de Sidney (1928), quando os metodistas reclamaram a proibição da procissão eucarística.

820. Na **África** setentrional começou uma nova era com a conquista da Argélia pelos franceses (1830). Imigraram, logo, numerosos católicos e, já em 1838, foi fundado o bispado de Argel, elevado depois a arcebispado (1867). O protetorado francês em Tunis (1831) permitiu que tambem alí se propagasse o catolicismo. Em 1884 pôde ser restabelecido o arcebispado de Cartago. No Egito recomeçou a missão em 1837. O governo inglês concedeu liberdade religiosa e, em 1895, foi restaurado o patriarcado de Alexandria.

Em Madagascar, os missionários tiveram de lutar contra o fanatismo dos protestantes que lá se estabeleceram no princípio do século XIX. E quando os franceses assumiram, em 1895, o protetorado, o liberalismo dos novos senhores da terra estorvou tristemente a missão.

Na África central ou Sudão foi erigido o primeiro vicariato apostólico em 1848. Muitas missões abriram-se, em seguida, em Senegâmbia, Serra Leôa, Zambesi, etc. E' verdade que

a insalubridade daqueles climas, a incapacidade dos habitantes, o interesse comercial dos europeus, o protestantismo e principalmente o fanatismo dos maometanos têm causado aos missionários contínuos sofrimentos. Mas, em geral, as condições são hoje esperançosas para aquele continente. Menos favoraveis são as do sul, onde os protestantes se acham largamente espalhados.

821. Nas **Américas,** o campo da missão se estende por todo o continente. Na América setentrional, os índios foram exterminados até uma porcentagem muito reduzida. Existem, entretanto, nos Estados Unidos uns 11 milhões de negros, entre os quais 250 mil católicos. Nas Américas central e do sul, os índios foram perseguidos com menor brutalidade, embora tambem aquí os europeus tenham pecado muito. Existem talvez uns 15 milhões de indígenas, quasi todos católicos, embora só nominalmente. Cerca de 2,5 milhões são ainda pagãos. Beneditinos, franciscanos, capuchinhos, dominicanos, salesianos, servitas e outros religiosos dividem entre si os vastos campos de missão no extremo norte e oeste do Brasil.

Literatura cfr. § 157. — *Schmidlin,* Katholische Missionen 1925. — *Maire,* Histoire des Instituts religieux et missionaires, Paris 1930. — *Arens,* Handbuch der katholischen Missionen, 2. ed., Freiburg 1925; trad. franc., Louvain 1932. — *Goyau,* Mission et missionaires, Paris 1932. — *Streit,* Katholischer Missionsatlas 1906. — *Id.,* Atlas hierarchicus, 2. ed. 1929. — *Herder,* Welt-und Wirtschaftsatlas, Freiburg 1932. — Missiones catholicae cura S. Congregationis de Propaganda Fide descriptae, Romae 1922. — Vozes de Petrópolis, passim. — Katholische Missionen, passim. — Cor, Revista eclesiástica brasileira II (1940).

III CAPÍTULO

OS CRISTÃOS SEPARADOS DA IGREJA-MÃE

§ 193. O desenvolvimento do protestantismo nos séculos XIX e XX

822. A revolução incrédula e o despotismo napoleônico convenceram os príncipes e os povos do grande perigo da incredulidade para a sociedade. Francisco I da Áustria, Frederico Guilherme III da Prússia e Alexandre I da Rússia uni-

ram-se na "Santa Aliança", tomando por norma de seu governo os princípios do cristianismo. Tambem no povo se notava um movimento religioso. No protestantismo, em particular, as solenidades do jubileu de 1817 despertaram antigas esperanças.

823. No entanto, o ideal unionista das numerosas seitas não se realizou. O espírito da dissolução continuava a sua obra. O filosofismo envenenara o protestantismo, prejudicando-o incomparavelmente mais que ao catolicismo. O subjetivismo dos novos sistemas de Kant, Fichte, Schelling e Hegel aumentou o perigo. O espírito esclarecido penetrou até nas faculdades teológicas, e os pastores, em vez de pregar o Evangelho, espalhavam entre o povo as idéias do filosofismo. O sobre-naturalismo perdeu-se quasi por completo. O Homem-Deus foi degradado a simples homem, Jesús de Nazaré. O mundo protestante está hoje dividido em três classes: os crentes, os incrédulos livre-pensadores e a grande massa dos indiferentes.

824. No panorama das nações é a América do Norte o eldorado das seitas. A maioria da população não pertence a comunidade alguma. Os protestantes, filiados a alguma Igreja, se dividem em inúmeras "denominações" ou seitas. Devido a separação entre Igreja e Estado e ao sistema da liberalidade, as classes pobres ficam quasi obrigatoriamente excluidas das Igrejas. A Igreja episcopal parece destinada só aos milionários, as outras seitas, aos demais ricos, enquanto que a Liga Liberal e outras semelhantes associações combatem abertamente todo o cristianismo. Entre as seitas têm maior número de adeptos os metodistas e batistas que, por seu lado, se dissolvem em muitas subdivisões. Depois seguem os presbiterianos e luteranos. Em todas estas seitas americanas, o elemento leigo desempenha papel saliente. A América é tambem o berço do espiritismo.

825. Na Inglaterra, as tendências da liberdade religiosa e, em particular, a emancipação do catolicismo (1829) foram um perigo ameaçador para a High Church party. Muitos anglicanos, fartos do mundanismo de sua Igreja e da estagnação em que se achava, eram por uma restauração no sentido dos antigos Padres. Os seus estudos levaram ao movimento

de Oxford. São os chamados tratarianos ou ritualistas, que se aproximaram do catolicismo e muitos dos quais, de fato, se converteram (cfr. § 184).

826. Aos ritualistas opuseram-se os dissenters da Evangelical Church party (calvinismo), que se aproximavam mais do protestantismo continental e recrutavam como recrutam os seus adeptos, de preferência, entre as classes médias da sociedade. A Broad Church party dos livre-pensadores ficou envenenada pelo racionalismo da Alemanha. Os chamados esayistas de Oxford, enfim, chegaram às últimas consequências da livre investigação.

827. O calvinismo holandês dissolveu-se quasi completamente. A partir de 1848, emancipou-se da tutela real e, desde então, não há mais união alguma. Cada qual prega a seu bel prazer. O sínodo nacional de 1854 abandonou os livros simbólicos. Os confirmandos são admitidos sem profissão de fé. Neste caos calvinista distinguem-se quatro escolas principais: a de Groninga é racionalista, a escola ética não tem dogmas, a de Leyden vacila entre teismo e panteismo, e o partido histórico-cristão procura, imbele, manter a doutrina de Calvino.

Muitos protestantes da Holanda sentem a necessidade duma união geral dos cristãos, sentimento este que se concretiza na fundação, em 1934, duma espécie de ordem religiosa pelo barão de Leyden. Seu lema é o da rainha: "Cristo sobre tudo".

828. Em igual prostração se acha o calvinismo na Suissa e o sumo episcopalismo da Escandinávia. Na Dinamarca e na Noruega vingou o racionalismo. Só na Suécia se conservou o puro luteranismo. Em toda parte, graças à ignorância dos pregadores, reina indiferentismo entre o povo e morte sepulcral no campo das ciências religiosas.

829. Na França, os protestantes obtiveram, por um apêndice aos artigos orgânicos, liberdade religiosa, uma constituição sinodal e um ordenado pelo Estado. Mas tambem alí domina o racionalismo, que encontrou a sua mais viva expressão nos escritos do apóstata Renan (m. 1892), especialmente no seu

romance *Vida de Jesús*. Cismas e acres controvérsias foram a consequência.

830. Na Alemanha, no segundo quartel do século XIX, a incredulidade e o racionalismo começaram a recuperar terreno. Abandonaram-se os livros simbólicos. Só a bíblia seria fundamento da fé. Aos poucos, a crítica apoderou-se tambem da bíblia. E a vida religiosa do povo? As igrejas se esvaziaram, a ponto de assistirem até nos dias de festa ao culto menos do que 2% da população protestante (Zahn).

831. Para deter a corrente da dissolução, procurou-se estabelecer uma união sobre base a mais larga possivel, abstraindo-se de quasi todos os elementos confessionais. E, realmente, o que os reformadores, desde o princípio, tinham anelado em vão, parecia realizar-se: a união entre luteranos e calvinistas alemães. O próprio rei calvinista Frederico Guilherme III a proclamou (1817). Mas o resultado final foi uma nova cisão. Ao lado dos luteranos e calvinistas surgiu a Igreja dos unistas. E, além disso, separou-se do luteranismo o chamado néo-luteranismo, que professa a sola fides, mas nega a invisibilidade da Igreja e o sacerdócio universal. Os seus adeptos são catolizantes e foram chamados, por isso, de puscistas alemães. Entre eles fizeram-se notar Thomasius (m. 1875) e Delitzsch (m. 1890).

Depois destes e de outros insucessos, projetou-se unir ao menos os crentes no "Evangelischer Kirchenbund" (1848), enquanto que os racionalistas fundaram a "Associação dos protestantes" (1863) com o escopo de introduzir um cristianismo "que não precisasse mais dos milagres bíblicos e dos dogmas da Igreja".

832. Levaria longe mencionar todas as tentativas unionistas que ainda se fizeram no século XIX e no princípio do século XX. O subjetivismo continuou produzindo sempre novas tendências separatistas. Único ponto de união foi e continua a ser o anticatolicismo. Provam-no os jubileus de 1817 e 1917. Foram fundadas até associações com o fim especial de proteger e propagar o protestantismo nas regiões católicas. Assim nasceu a associação de Gustavo Adolfo (1832) e seu complemento, o "Gotteskasten" (1853), que trabalham, há decênios tambem no Brasil. Do mesmo modo as conferências de Eisenach (1852), a assembléia geral da "Aliança Evangélica", fundada na Inglaterra (1857) com o escopo de unir os protestantes de todo o mundo, e, recentemente, as conferências internacionais de Stockholm (1925) e de Lausana (1927) terminaram com o mesmo resultado negativo que as primeiras.

Algermissen, Konfessionskunde. — *Funk-Bihlmeyer* III 326 ss; 403 ss. — *Doellinger*, Kirche und Kirchen, Muenchen 1861. — *Sweet*, The Story of Religions in America, New York 1930.

§ 194. Seitas protestantes

833. As tentativas unionistas não tiveram êxito real. Pelo contrário, a dissolução continua. Entre as antigas seitas tiveram mais extensa difusão a dos batistas e a dos metodistas.

Os **batistas** reduzem a sua origem ao quarto decênio do século XVII. Espalharam-se, quasi ao mesmo tempo, na Inglaterra e na América do Norte. Segundo estatística de 1939, contavam mais de 12 milhões de adeptos, quasi todos (perto de 11 milhões) na América do Norte, onde se dividem em 14 denominações. Parece, no entanto, que a estatística fica muito aquem da realidade.

Tambem no Brasil fizeram, desde 1881, grande número de prosélitos, sobretudo nas camadas mais ignorantes. No seu *Jornal Batista* do Rio de Janeiro e em outras publicações lançam as mais horripilantes blasfêmias contra a Igreja católica e são inquestionavelmente os principais inimigos do catolicismo em nossa terra (Rossi 91). Uma crise no seio da seita batista brasileira abalou, porém, nos anos 1940 e 1941, profundamente o seu trabalho (REB I 342).

834. Os **metodistas** tiveram origem em 1729, quando Carlos Wesley fundou uma associação de estudantes com o fim de praticar a virtude e a piedade, em oposição ao mundanismo da Igreja anglicana e ao deismo do filosofismo. Associaram-se-lhe seu irmão João Wesley e, mais tarde, o eloquente Jorge Whitfield. Pelo seu método de vida chamaram-se de metodistas. Aos poucos, separaram-se completamente

da Igreja anglicana. E como João Wesley, alma da seita, negasse a predestinação calvinista e Whitfield a professasse, houve uma cisão tambem no seio da seita, conservando-se, no mais, a doutrina anglicana.

Pelo fim do século XVIII, se estabeleceram nos Estados Unidos da América. Desde então, multiplicaram-se consideravelmente, contando hoje perto de 30 milhões de adeptos, em muitas denominações. A Igreja metodista do Brasil, presidida por um bispo brasileiro, conta todavia entre os seus ministros grande número de missionários norteamericanos. Possue a grande editora "Imprensa Metodista" em São Paulo, uma das maiores editoras do Brasil, e bom número de colégios em diversos Estados, sendo o mais importante o Gramberv College, em Juiz de Fóra.

835. Às antigas seitas acresceram novas. E estas quasi todas professam um fantástico quiliasmo. As mais importantes são talvez as seitas irvingiana, dos mormões e adventistas, o exército da salvação e a associação internacional dos estudantes da bíblia ou russelitas.

A seita dos **irvingianos** ou "Igreja católico-apostólica", espécie de montanismo, tem por fundador a Edward Irving (m. 1834), pregador presbiteriano de Londres. Pregava ele a renovação dos carismas da Igreja apostólica, os antigos cargos de apóstolos, profetas e evangelistas e a proximidade da segunda vinda do Senhor, afim de fundar o reino milenário. A sua pregação repercutiu tambem fora da Inglaterra, particularmente na Alemanha, Suissa e América do Norte, aonde Irving enviou os seus doze apóstolos. As suas doutrinas fundamentais sobre Deus, Trindade, criação, incarnação, salvação, sacramentos, culto mariano, são catolizantes, aproximando-se a seita ao catolicismo como nenhuma outra.

836. Os **mormões** ou "santos dos últimos dias", veneram como fundador a José Smith, que dizia ter encontrado tábuas de ouro escritas por um tal Mormon, último profeta dos judeus que teriam passado para a América no tempo do exílio babilônico. Smith editou-as com o título *Book of Mormon* (1830). Não pôde, no entanto, vencer a aversão que lhe mos-

trava o povo nos Estados de Ohio, Missouri e Illinois. O fundador e seu irmão Hiram foram fusilados em 1844. Seus sectários empreenderam então uma peregrinação penosa de dois anos através do deserto dos Montes Rochosos para o Lago Salgado, onde seu novo chefe, o carpinteiro Brigham Young, o Moisés da seita, fundou um Estado teocrático-comunista. Ao morrer em 1877, deixou 24 viuvas e 44 filhos (Rossi 117).

Os mormões espalharam-se tambem em outros paises, e presume-se que existam hoje uns 600 mil. No Brasil se encontram atualmente uns 60 missionários norte-americanos. Já verteram para o português o *Livro de Mormon* e desenvolvem grande atividade em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, Curitiba e outras cidades.

Os mormões consideram a poligamia como dever religioso e, à maneira dos irvingianos crêem na renovação dos carismas apostólicos e na próxima vinda do Senhor. No mais, são uma das seitas mais perigosas, mistura de paganismo e judaismo com idéias cristãs. Os Estados Unidos lhes proibiram a poligamia (1882). Mas até hoje não conseguiram suprimir a seita.

837. Nos Estados Unidos da América do Norte nasceu tambem a seita dos **adventistas.** O fazendeiro William Miller (m. 1849), batista convertido, pregava a vinda de Jesús Cristo que se realizaria em meados de 1844. Muitos adeptos lhe aderiram, ficando-lhe fiéis mesmo depois da decepção. Mas dividiram-se em seis denominações, das quais a dos "adventistas do sétimo dia" ou sabatistas é a mais importante. Só estes contam perto de 270 mil sectários e fazem, desde 1916, fervorosa propaganda tambem nas grandes cidades do Brasil (Rev. "Vida e saude"). Adotaram o batismo dos adultos e, em lugar do domingo, santificam o sábado. Pela explicação arbitrária da Sagrada Escritura e seus veementes ataques ao catolicismo souberam enganar a muitos. Mas precisamente pelo carater agressivo são malquistos tambem por outras seitas. Recentemente realizou-se, em Curitiba, um congresso dos adventistas, onde foram aprovados os estatutos da "associação" para os Estados de Paraná e Santa Catarina e formulados os planos de intensa propaganda no sul do país (Cor II 308).

838. O **exército da salvação** (Salvation Army) foi fundado por William Booth (1865) em Londres. A seita é uma espécie de metodismo, militarmente organizado, para influir eficazmente nas classes inferiores do povo. Booth (m. 1912) foi primeiro "general" do "exército" e enviou seus "oficiais" e "soldados" (cantores e músicos, homens e mulheres) para a América do Norte, para a Alemanha e outras nações. Hoje, os salutistas estão espalhados quasi em todo o mundo, e muito viva é a sua atividade no Brasil, onde entraram em 1922. Em 1932, contavam, em 83 paises, 156.980 oficiais e 140.618 auxiliares. Distinguem-se por obras filantrópicas, que lhes granjeiam não poucas simpatias. O dogma como que desapareceu da sua doutrina. Os sacramentos lhes são de somenos importância.

839. Os russelitas ou **estudantes da bíblia** ou **testemunhas de Jeová** são uma associação internacional que tem a sua origem na seita adventista e foi fundada, em 1872, por Carlos Russel (1852-1916). Sem a necessária preparação hermenêutica e exegética, começou a dedicar-se com energia espantosa à leitura dos livros sagrados e à pregação. Primeiro resultado da sua exegese diletante foi a negação do inferno. Depois pretendeu ter descoberto o plano divino das idades (6 × 1000 anos) desde a criação de Adão (4126 a. C.) até à segunda vinda de Cristo (1874 d. C.). Depois de um período de 40 anos começaria o reino milenário (1914).

Apesar das decepções, aumentaram os seus sectários, contando-se em 1926 uns 89 mil. Hoje simpatizam com o movimento nos Estados Unidos da América do Norte quasi 3 milhões. Tambem no Brasil desenvolvem a sua atividade subversiva. Racionalistas, visionários, são eles os mais acirrados inimigos da Igreja católica. Comunistas disfarçados, dispondo de imensas subvenções que lhes vêm, em grande parte, da maçonaria norte-americana, distribuem profusamente a sua literatura, que é um verdadeiro caos de idéias confusas e incoerentes sobre Deus, Trindade, divindade de Jesús Cristo, anjos, homem, pecado original, etc. Desde a morte de Russel, J. F. Rutherford é presidente da associação perniciosa (Cor II 500; REB I 481 ss; Busch 81 ss).

840. Muitas outras seitas vieram aumentar o caos protestante. Os **pentecostais,** fundados recentemente nos Estados Unidos da América (1901), já se alastram pelo mundo, penetrando tambem no Brasil. Proclamam a urgência de "voltar à primitiva doutrina de Cristo e pedem nas suas orações que se lhes manifeste o Espírito Santo. Pretendem que, de fato, este se lhes tenha revelado, para os batizar e para lhes dar a conhecer o dom das línguas. A seita, que aparece tambem com o nome de "assembléia de Deus", prefere as zonas menos policiadas e é realmente um perigo religioso e social.

841. Mais numerosa é a **Igreja presbiteriana do Brasil,** que teve origem em várias Igrejas presbiterianas fundadas por missionários norte-americanos. Autônoma no seu governo, desde 1888, é todavia poderosamente apoiada pelos estabelecimentos norte-americanos que ainda existem no país, especialmente pelo colégio Mackenzie, grande educandário em São Paulo, anexo à universidade de Nova York, com 2.500 alunos. O seu maior proselitismo nota-se no interior. Nas grandes cidades já está em decadência.

Em 1903, houve uma cisão, motivada pela questão da maçonaria. Uns permitiam, outros rejeitavam a sua admissão, separando-se por isso da Igreja presbiteriana do Brasil a Igreja presbiteriana independente. Eduardo Carlos Pereira foi seu fundador. Os seus pastores, eivados de modernismo, causaram, por sua vez, uma nova cisão com a formação da Igreja presbiteriana conservadora. Sua doutrina é calvinista (Rossi 57 ss; Cor II 496-98).

842. Tambem a **Igreja luterana,** fundada no Brasil por missionários do sínodo evangélico luterano de Missouri, acha-se largamente espalhada em nossa terra. O seu primeiro pastor, J. Broders, vindo em 1899, começou a trabalhar entre os colonos alemães do Rio Grande do Sul. Houve rivalidades e reclamações por parte dos sínodos teuto-brasileiros que já existiam. A sua doutrina aproxima-se muito da fé católica, professando a presença real de Jesús Cristo na Eucaristia, na forma da consubstanciação. Venera Maria Santíssima como Mãe de Deus, conserva o culto das imagens, a confissão, e tem tambem uma liturgia muito parecida com a católica. A estatística dos luteranos é muito incerta, dando *The Lutheran,* em 1930, para o Brasil pouco mais de 60 mil, *The Lutheran World Almanach,* no mesmo ano, 220 mil.

843. Muitas outras seitas completam ainda o quadro triste do protestantismo moderno. Várias delas desenvolvem uma atividade de propaganda que é realmente admiravel. Mas os seus livros, jornais e revistas acham-se impregnados de confusões, contradições e incoerências tais, que a sua leitura causa verdadeiro asco a um homem sensato e culto. Renunciam mesmo à aparência de ciência. Particularmente depois da guerra mundial pulularam no campo bem preparado pelo espiritismo, ocultismo, teosofia, etc. A semente de Lutero continua, produzindo os seus frutos venenosos. Mas muitos de entre os próprios protestantes se escandalizam.

844. No século XVIII, as seitas protestantes começaram tambem a fazer tentativas missionárias entre os pagãos. Frederico IV da Dinamarca fundou em Copenhague um colégio para missões (1714), e os Herrenhuter enviaram, desde o princípio da sua associação, pregadores aos povos pagãos (1721). No século XIX e mais ainda em nosso século, os protestantes em geral desenvolvem grande atividade neste campo, vencendo em esforços e sacrifícios financeiros consideravelmente os próprios católicos, não, porém, em erudição e dedicação pessoal de seus missionários. Formaram-se numerosas sociedades missionárias, que têm a sua origem principalmente na Inglaterra, na América do Norte e na Alemanha. Lamentavel rivalidade originou-se daí entre os católicos e os protestantes e entre as diversas seitas protestantes, rivalidade que dificulta grandemente a conversão dos infiéis.

845. Os missionários protestantes consideram como meio preferivel a difusão da bíblia. Afim de propagá-la o mais largamente possivel, foi fundada a grande sociedade bíblica britânica e estrangeira de Londres (1804). Outras semelhantes se formaram em Berlim (1814) e Nova York (1817). No decurso do século XIX, se espalharam mais de 180 milhões de bíblias em 324 idiomas. No século XX, aumentou consideravelmente a difusão (Cor II 558-59).

Funk-Bihlmeyer III 330-31; 408-09. — *Preuss,* A Dictionary of secret and other societies, St. Louis 1924. — *Busch,* Das Sektenwesen, Hildesheim 1929. — *A. Rossi,* Diretório protestante do Brasil, Campinas 1938. — *Algermissen,* Konfessionskunde, Hannover 1939. — Cor, passim. — *Hans Michael Müller,* Die Verleugnung Luthers im heutigen Protestantismus, Stuttgart.

§ 195. Teologia protestante

846. Como o protestantismo em geral, assim a sua teologia em particular, perdeu-se num caos completo, num verdadeiro labirinto de opiniões, devido ao subjetivismo e, muito particularmente, ao influxo da filosofia contemporânea. A filosofia já não lhe é serva da teologia, mas esta vive à mercê daquela. O resultado é evidente: a religião é opinião de dia. De outro lado, a filosofia do século XIX, o cantianismo com todas as suas consequências, idealismo, materialismo, naturalismo ou niilismo, provocou uma forte reação. O que todos os sistemas filosóficos não conseguiram, pretendem consegui-lo as muitas seitas: dar resposta às questões que mais interessam o coração humano. Daí tambem o desprezo que muitas seitas votam às ciências.

847. Todavia, notamos, sob certos pontos de vista, um progresso e até um florescimento científico, particularmente no campo da exegese e da história eclesiástica. O protestantismo alemão marcha aquí à frente. E distinguimos três tendências ou escolas, uma racionalista e criticista, uma confessionalista, outra bíblica e a última intermediária.

848. O primeiro teólogo notavel e, de certo modo, fundador da nova teologia protestante foi **Schleiermacher** (m. 1834). Excluindo do seu sistema religioso o conceito dum Deus pessoal e supramundano, como tambem a imortalidade da alma, exaltava todavia, influenciado por Kant e pelos românticos, a religião com termos entusiásticos e persuasivos, como sentimento imediato do infinito e eterno (Gefuehlsreligion). A sua escola foi, por algum tempo, baluarte contra o panteismo de Hegel. Mas dividiu-se, em seguida, em três: gnóstica, pietista e sobre-naturalista.

849. A filosofia de **Hegel** (m. 1831) foi um perigo não só para o cristianismo, mas para toda a religião positiva. Pelo renome que gozava o autor, aderiu-lhe tambem uma parte dos teólogos, opinando não haver contradição essencial entre ela e a fé cristã. Mas a insustentabilidade de tal opinião se notou amargamente, quando Strauss (m. 1874) publicou a sua *Vida de Jesús* (1835; 22. ed. 1924) e a sua dogmática (1839). Negando a existência de um Deus pessoal e, por

conseguinte, toda a revelação, procurou demonstrar que a história de Cristo não passa de mito, formado nas primeiras comunidades cristãs.

850. Afim de paralisar estes ataques contra a fé, escreveram-se diversas refutações por parte de protestantes. Mas tambem o racionalismo naturalista teve os seus defensores. Um deles veio a influenciar seriamente a teologia protestante, **Cristiano Baur** (m. 1860), fundador da escola histórico-crítica de Tubinga. Censurava a Strauss por ter escrito história evangélica sem crítica do Evangelho. Mas convinha inteiramente com ele em negar o sobrenaturalismo. E com a sua crítica do canon do novo testamento fomentou, mais do que ninguem, as tendências opostas ao cristianismo. E' verdade que já Schleiermacher declarara apócrifos e duvidosos alguns livros da bíblia. Baur, porém, pretendeu que só as quatro epístolas principais de são Paulo e o apocalipse foram escritos pelos apóstolos.

851. Os discípulos de Baur e seus partidários, menos extremistas, admitiram maior número de livros apostólicos e corrigiram a teoria de seu mestre em pontos particulares. Mas em seu conjunto, a escola histórico-crítica teve grande e duradoura aceitação. Veio a ser o fundamento científico da "teologia liberal protestante", como se tem chamado a escola racionalista, nos últimos anos. E' ela a religião da "associação dos protestantes", união religiosa sem confissão religiosa. Foram seus representantes Tischendorf (m. 1874), von Bunsen (m. 1860), Lipsius (m. 1892), Weizsaecker (m. 1899), Hilgenfeld (m. 1905), Pfleiderer (m. 1908), Wellhausen (m. 1918), Juelicher e outros.

852. **Ritschl** (m. 1889) quis dar a esta escola uma nova direção ético-religiosa. Tratava como racionalista o cristianismo segundo os princípios de Kant, exigindo apenas os postulados morais: Deus, liberdade e imortalidade da alma. Derivava todas as verdades religiosas da Sagrada Escritura, cuja autoridade, porém, não baseava na inspiração, e, sim, no testemunho humano.

A escola de Ritschl gozou de grande estima entre os teólogos protestantes. Seu chefe foi, nos últimos anos, **Adolfo von Harnack** (m. 1930), cujo livro *Wesen des Christentums* (1900) faz consistir a essência do cristianismo nestes três pontos: Deus é o Pai da humanidade, a alma tem um valor infinito, no reino de Deus devem reinar a justiça e o amor. E das outras verdades cristãs, nem vestígio.

Mais extremista ainda do que a escola de Baur é outra que saiu do seio mesmo da escola de Ritschl. E' a escola religioso-histórica, segundo a qual tudo é desenvolvimento, nada perfeito, nada sobrenatural. E' o cúmulo da livre interpretação. Troeltsch (m. 1923) é um dos seus representantes.

853. A esta teologia crítico-racionalista se opôs o confessionalismo bíblico. Os seus representantes, porém, se dividem em antigos luteranos e néo-luteranos, limitando-se estes a reconhecer as sagradas escrituras e negar o sacerdócio universal, como Delitzsch e Conrado de Hoffmann, continuando aqueles aferrados aos antigos livros simbólicos, como Guerike, Hauck (m. 1918), Hengstenberg, Zahn (m. 1933), Seeberg e outros.

854. Entre estas duas escolas está a intermediária. Sua teologia é eclética e insustentavel. Procura conciliar o cristianismo com a incredulidade moderna. Seus representantes são Nitzsch (m 1868), Ullmann (m. 1865), Rothe (m. 1867) e Hase (m. 1890).

855. Fora da Alemanha, só na Inglaterra e na Holanda se fizeram notar alguns teólogos protestantes de renome. Assim Hort (m. 1892), Westcott (m. 1901) e Turner (m. 1931) em Oxford, Lightfoot (m. 1889) em Cambridge. Finalmente seja mencionado o dinamarquês Sören Kierkegaard (m. 1855), cuja religião é ascética, interior, mas subjetiva. A teologia dinamarquesa sente até hoje o seu influxo.

Knoepfler, Lehrbuch der Kirchengeschichte, 6. ed., Freiburg 1919. — *Funk-Bihlmeyer* III 333 ss.

§ 196. A Igreja cismática russa

856. A Igreja cismática da Rússia teve primitivamente sua séde principal em Kiew. Em 1328, foi transferida para Moscóvia, nova capital do império. Dependente, durante a idade média, do patriarcado de Constantinopla, separou-se, mais

e mais, daquela metrópole, quando os turcos puseram fim ao império grego.

857. O grão-príncipe Ivan III (1462-1505) libertou o povo do jugo tártaro, casou-se com Zoé, sobrinha do último imperador bizantino, Constantino XII, e adotou o título de tsar. Desde então, os russos consideraram-se herdeiros dos bizantinos, verdadeiros guardas da ortodoxia. Moscóvia lhes era a "terceira Roma". Ivan IV, o Terrivel (1533-84), derrotou definitivamente o poder dos tártaros. Julgou então chegada a hora de se considerar tambem senhor da Igreja. Pouco depois da sua morte, a Igreja russa separou-se realmente da de Constantinopla. Jeremias II deu ao metropolita Hiob de Moscóvia o título de patriarca (1589). Quatro metrópoles, 6 arcebispados e 8 bispados formavam a Igreja russa.

858. Separando-se da Igreja bizantina, herdou dela o cesaropapismo, a mútua compenetração de nacionalidade e ortodoxia, o ritualismo e formalismo religioso e ódio contra Roma. Daí a plena submissão da Igreja ao tsariado. Daí tambem a convicção dos ortodoxos de serem eles os únicos guardas da fé cristã. Daí ainda a condenação da Igreja latina como herética. Daí finalmente a brutalidade com que se tem procurado unir os não-ortodoxos à Igreja do Estado. Eis como se explicam os anátemas que um Dostojewski (1821-81) lançou, em seus romances, contra o catolicismo romano e contra o papado, declarando-o mais detestavel do que o protestantismo e o ateismo. Dostojewski hauriu seu ódio antipapal na literatura polêmica russa, que tinha por fonte não só a literatura cismática dos gregos desde Fócio e Cerulário, mas tambem a literatura protestante.

859. O formalismo religioso teve por consequência o maior cisma que dividiu a ortodoxia. O patriarca Nicon quis expurgar os livros litúrgicos de erros manifestos. Mas a sua reforma causou, em toda a Rússia, uma verdadeira guerra santa. Os rascolnics (= antigos fiéis) não quiseram saber de reforma alguma, e até hoje formam uma seita à parte com uns 15 milhões de adeptos.

860. O ódio antipapal, por seu turno, frustrou todas as tentativas que no correr dos séculos se têm feito para unir a

Igreja russa a Roma. Gregório XIII enviou o jesuita Possevino para ser medianeiro entre o rei Bathory da Polônia e o tsar Ivan IV (1581-82). Mas as promessas do tsar não foram sinceras. Pela união de Brest (1595-96), uma parte dos rutenos, anexados à Polônia, uniram-se à Igreja latina. Mas, Cirilo Lucaris, então patriarca de Constantinopla, conseguiu, por habeis maquinações, que tambem alí fosse restaurada a jerarquia ortodoxa, servindo-se dos cossacos como instrumento. Os bispos unidos se opuseram. O arcebispo de Polock, são Josafat, caiu vítima do ódio ortodoxo (1623).

861. O rei Sigismundo III puniu severamente o crime. Mas depois da sua morte, a ortodoxia reergueu-se novamente. Ladislau IV fez concessões aos cossacos, para obter deles apoio contra Moscóvia. Enganou-se fatalmente. Desde 1648, os cossacos devastaram barbaramente a Ucrânia. Numa terrivel batalha de 1651, os poloneses os venceram. Mas desde aquele ano, começou a decadência da Polônia. Os cossacos se sujeitaram ao tsar da Rússia que, no tratado de 1654, ficou com uma parte da Ucrânia. Sobieski teve de ceder-lhe toda a Ucrânia da margem esquerda do Dnieper, juntamente com a cidade de Kiew. Conseguiu, porém, que todos os rutenos da Polônia voltassem à união com Roma.

862. Infelizmente, os bispos unidos não foram tratados com justiça pelo rei e pelos bispos latinos. Os papas, por diversas vezes, reclamaram que se fizesse justiça aos rutenos. Mas em vão. Os latinos fechavam seus ouvidos, humilhando, oprimindo os unidos, ainda em vésperas da sua divisão política. A Polônia pagou caro a sua culpa.

863. Na Rússia, o aparecimento de Pseudo-Demétrio, pretenso filho de Ivan IV, convertido na Polônia ao catolicismo, inspirou novas esperanças ao papa Paulo V. Mas o clero e o povo não quiseram a união. Demétrio e muitos poloneses foram assassinados. A dinastia dos Romanow (desde 1613) confirmou a ortodoxia.

864. Uma mudança consideravel realizou-se no reinado de **Pedro I,** o Grande (1689-1725). Abriu o seu país decididamente ao influxo ocidental para soerguer o nivel de cultura e soube, por uma política dobre e de má fé, elevar a Rússia

a potência mundial. Como o patriarca Nicon de Moscóvia se opusesse ao seu despotismo, deixou vacante aquela séde pelo espaço de dois decênios, suprimindo-a finalmente (1721), para dar à Igreja ortodoxa uma nova constituição. Primeira autoridade religiosa é, desde então, o "sacrossanto sínodo", colégio de 11 a 14 membros, nomeados pelo tsar, bispos e outros clérigos e um procurador, representante do imperador. Todos os bispos são iguais. Os títulos de metropolita e de arcebispo são puramente honoríficos, conferidos pelo tsar. Este novo cesaropapismo durou, no essencial, até 1917.

865. **Catarina II** (1762-96), princesa protestante de Anhalt-Zerbst, soube dar ainda maior brilho à potência russa, ou antes à sua própria autocracia. Mulher esclarecida, livre-pensadora, observava todavia externamente as ceremônias da Igreja ortodoxa, para melhor poder escravizar o povo. Com a tríplice divisão da Polônia, grandes partes católicas foram anexadas pela Rússia. E a Igreja católica, latina e rutena, teve logo de sentir as consequências (§ 183).

866. Durante todo o século XVIII e XIX até à guerra mundial, a Igreja não foi senão um instrumento na mão do Estado ou antes do tsar, senhor absoluto de Estado e Igreja. A influência civilizadora do cristianismo ficou, por isso, restrita e atrofiada. O povo não via com bons olhos uma religião que consagrava os tiranos e confundia no mesmo ódio a Igreja nacional, o tsariado, o clero e a aristocracia.

867. Em todos os campos da atividade, a estagnação era completa. O último teólogo notavel da Igreja ortodoxa foi **Pedro Mogilas** (m. 1643), metropolita de Kiew. Faltava tambem a ação apostólica que confirmasse os crentes e convertesse incrédulos e infiéis.

868. Consequência fatal de tudo isso foi a falta de força moral da Igreja para resistir à dissolução dos costumes e ao anarquismo dos extremistas. Os seus maiores escritores do século XIX, Dostojewski e Leão Tolstoi (1828-1910), envenenaram com seus romances a sociedade. Tolstoi, procurador-mor do sacrossanto sínodo e, nos últimos quatro decênios da sua vida, idealista visionário, que negava toda

religião, tornou-se precursor do comunismo soviético. Entre os pensadores russos do século passado, só Solowjew (1853-1900) achou, finalmente o caminho ao seio da Igreja católica (1896), dedicando os últimos anos da sua vida à união eclesiástica.

869. A Igreja ortodoxa caiu, finalmente, junto com os poucos católicos e protestantes, vítima da revolução soviética. Por decreto de 1918, foi separada a Igreja do Estado. Foi introduzido o matrimônio civil, proibido o ensino religioso nas escolas, os bens da Igreja secularizados. O patriarca eleito de Moscóvia, Ticon, que excomungara os bolchevistas, foi lançado ao cárcere e morreu no desterro (1925). Seu sucessor, o metropolita Sérgio de Nijni-Novgorod, procurou em vão desviar o golpe mortal que os soviéticos preparavam contra a ortodoxia. Uma série de cisões foram por eles fomentadas, para facilitar a obra da destruição.

Em 1929, começou a guerra de extermínio contra todas as religiões. Foi suprimido o domingo e abolido o matrimônio como fundamento da sociedade. Nas escolas e nas organizações comunistas se ensina o ateismo e o mais brutal materialismo. A associação dos ateistas conta milhões de adeptos que não querem senão o extermínio do cristianismo.

Palmieri, La chiesa russa, Firenze 1908. — *Solowjew,* La Russie et l'Église universelle, Paris 1899. — *Meffert,* Das zarische Russland und die katholische Kirche, M. Gladbach 1918. — *Emhardt,* Religion in Soviet Russia, Milwaukee 1929. — *Cabral,* A miragem soviética, Petrópolis 1933. — FB III 181-82; 414-15; 450-51.

CONCLUSÃO

Realizou-se o que dissemos no princípio desta história (I 38). A Igreja é a continuação da vida de Jesús Cristo. A vida de Jesús terminou por um aparente fracasso, a morte na cruz, no Gólgota. A Igreja partilha a sua cruz. Sua condição atual é de luta.

No próprio seio da Igreja há muito indiferentismo. Não poucos católicos deixaram-se seduzir pelo subjetivismo e pelo liberalismo. As seitas protestantes desenvolvem uma propaganda temivel e não se cansam de solapar os alicerces da

Igreja. Mas os maiores inimigos são a maçonaria, "a mais nefasta das instituições até hoje conhecidas" (Gomes 67), o bolchevismo e o nacionalismo moderno que, na sua forma extremista, nada tem de comum com o verdadeiro amor à pátria.

Mais do que a qualquer outro fator, cabem à maçonaria as responsabilidades da confusão e das angústias que o mundo atravessa. Revoluções, lutas religiosas, utopias democráticas, assassínios, guerras, imperialismo judaico, político e financeiro, licenciosidade de costumes, propaganda da impiedade, internacionalismo farisaico, repaganização social, em suma, tudo quanto compõe a tenebrosa catadura da "Cidade Moderna", tudo se origina no espírito anticristão da maçonaria e de seu afiliado, o liberalismo (Gomes 67).

Os extremos se tocam; e o oposto diametral da maçonaria é o totalitarismo nacional que se manifesta com diversos aspectos, ora mais ora menos radical. O americanismo foi superado. A action française foi condenada. O facismo italiano teve que modificar o seu programa.

Mas o nazismo vingou como visão anticristã do mundo e pretende reconduzir às trevas do paganismo aquela grande nação que, por séculos inteiros, foi protetora da cultura cristã. E hoje é difícil dizer qual dos dois mistérios da iniquidade seja mais ímpio e mais pernicioso, se o nazismo ou o bolchevismo com sua tremenda epopéia na Rússia, no México e na Espanha.

Muito verdadeiras são as palavras de Pio XI aos fugitivos da Espanha, em 14 de setembro de 1936: "Ao mundo já agora percorrido, envolto e sacudido pela propaganda subversiva e, em particular, à Europa, tão profundamente perturbada e castigada na hora presente, os tristes acontecimentos da Espanha dizem e predizem outra vez, até que extremos são ameaçadas as próprias bases de toda a ordem, de toda a cultura, de toda a civilização".

Mas precisamente aqui surge para a Igreja uma nova e grande esperança, a esperança de Tertuliano: o sangue dos mártires é a semente do cristianismo. E tambem por outros motivos, a Igreja não tem que temer. A sua própria existência é a prova mais evidente de sua divindade e o penhor mais seguro do seu porvir.

Realmente, pelo decurso de 19 séculos, vimos constantemente nascerem e desaparecerem inimigos internos e externos, cismas, heresias e sistemas que os os poderosos e os doutos deste mundo estabeleceram para derrubar a Igreja de Cristo ou para despojá-la dos seus direitos divinos. Será sempre assim, porque Jesús Cristo o disse, e o passado responde pelo futuro.

Mas a Igreja será sempre a mesma, porque não é obra humana, e sim divina, e porque a promessa de Jesús Cristo não falha: "Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela". Sempre una, santa, católica e apostólica, a Igreja aí estará para realizar o seu único fim: santificar os homens e conduzí-los ao reino celeste. E por isso, o cristão não deixará de dirigir constantemente as suas preces ao céu: "Venha a nós o vosso reino!". "Rege eos et extolle illos in aeternum!"

TABELAS CRONOLÓGICAS

I. OS PAPAS DA IDADE MODERNA

216. Leão X 1513-21
Adriano VI 1522-23
Clemente VII 1523-34
Paulo III 1534-49
220. Júlio III 1550-55
Marcelo II 1555
Paulo IV 1555-59
Pio IV 1559-65
Pio V 1566-72
225. Gregório XIII 1572-85
Xisto V 1585-90
Urbano VII 1590
Gregório XIV 1590-91
Inocêncio IX 1591
230. Clemente VIII 1592-1605
Leão XI 1605
Paulo V 1605-21
Gregório XV 1621-23
Urbano VIII 1623-44
235. Inocêncio X 1644-55
Alexandre VII 1655-67
Clemente IX 1667-69
Clemente X 1670-76
Inocêncio XI 1676-89
240. Alexandre VIII 1689-91
Inocêncio XII 1691-1700
Clemente XI 1700-21
Inocêncio XIII 1721-24
Bento XIII 1724-30
245. Clemente XII 1730-40
Bento XIV 1740-58
Clemente XIII 1758-69
Clemente XIV 1769-74
Pio VI 1775-99
250. Pio VII 1800-23
Leão XII 1823-29
Pio VIII 1829-30
Gregório XVI 1831-46
Pio IX 1846-78
255. Leão XIII 1878-1903
Pio X 1903-14
Bento XV 1914-22
Pio XI 1922-39
Pio XII 1939-?

II. IMPERADORES E REIS GERMÂNICOS

1. Imperadores e reis do império romano de nação alemã

Maximiliano I 1493-1519
Carlos V 1519-56
Fernando I 1556-64
Maximiliano II 1564-76
Rodolfo II 1576-1612
Matias 1612-19
Fernando II 1619-37
Fernando III 1637-57
Leopoldo I 1657-1705
José I 1705-11
Carlos VI 1711-40
Carlos VII 1742-45
Francisco I (Maria Teresa) 1745-65
José II (Maria Teresa) 1765-90
Leopoldo II 1790-92
Francisco II 1792-1806

2. Imperadores da Áustria

Francisco I 1806-35
Fernando I 1835-48
Francisco José I 1848-1916
Carlos I 1916-18

3. Imperadores da Alemanha

Guilherme I 1870-88
Frederico I 1888
Guilherme II 1888-1918

III. REIS DA ITÁLIA

1. Imperadores germânicos

2. Dinastia de Savóia-Sardenha

Vitor Manuel I 1861-78
Humberto I 1878-1900
Vitor Manuel II 1900-?

IV. SOBERANOS DA FRANÇA

Francisco I (Valois) 1515-47
Henrique II 1547-59
Francisco II 1559-60
Carlos IX 1560-74
Henrique III 1574-89
Henrique IV (Borbon) 1589-1610
Luiz XIII 1610-43
Luiz XIV 1643-1715
Luiz XV 1715-74
Luiz XVI 1774-93
Primeira república 1792-1804
Napoleão I, imperador, 1804-14
Luiz XVIII 1814-24
Carlos X 1824-30
Luiz Felipe de Orleans 1830-48
Segunda república 1848-52
Napoleão III, imperador, 1852-70
Terceira república 1870-?

V. REIS DA ESPANHA

Carlos I (Habsburgo) 1516-56
Felipe II 1556-98
Felipe III 1598-1621
Felipe IV 1621-65
Carlos II 1665-1700
Felipe V (Borbon) 1700-46
Fernando VI 1746-59
Carlos III 1759-88
Carlos IV 1788-1808
Fernando VII 1808-33
José Bonaparte 1808-13
Isabel II 1833-68
Dom Carlos 1833-45
Regência (Serrano) 1869-71
Amadeu de Savóia 1871-73
República 1873-75
Dom Carlos 1869-76
Afonso XII 1875-85
Afonso XIII 1885-1931
República 1931-?

VI. REIS DE PORTUGAL

Manuel I (Avis) 1495-1521
João III 1521-57
Sebastião 1557-78
Henrique, cardial, 1578-80
Felipe I (Habsburgo) 1580-98
Felipe II 1598-1621
Felipe III 1621-40
João IV (Bragança) 1640-56
Afonso VI 1656-83
Pedro II (Regente 1667), 1683-1706
João V 1706-50
José I 1750-77
Maria I 1777-1816
João VI (Regente 1792) 1816-26
Pedro IV 1826-34
Dom Miguel 1828-34
Maria II 1834-53
Pedro V 1853-61
Luiz I 1861-89
Carlos I 1889-1908
Manuel II 1908-10
República 1910-?

VII. GOVERNOS DO BRASIL

1. Capitanias hereditárias
2. Governo geral 1549-1640
3. Vice-reinado 1640-1808
4. Dom João VI 1808-21
5. Império
   Dom Pedro I 1822-31
   Dom Pedro II 1831-89
6. República 1889-?

VIII. REIS DA INGLATERRA

Henrique VIII (Tudor) 1509-47
Eduardo VI 1547-53
Maria, a Católica, 1553-58
Isabel 1558-1603
Jaime I (Stuart) 1603-25
Carlos I 1625-49
República 1649-60
Carlos II 1660-85
Jaime II 1685-88
Guilherme III (Maria II) 1689-1702
Ana 1702-14
Jorge I (Hanover) 1714-27
Jorge II 1727-60
Jorge III 1760-1820
Jorge IV 1820-30
Guilherme IV 1830-37
Vitória 1837-1901
Eduardo VII 1901-10
Jorge V 1910-35
Eduardo VIII 1935-36
Jorge VI 1936-?

ÍNDICE ALFABÉTICO

(Os números designam os números marginais do texto)

ÍNDICE

A IDADE MODERNA